www.valor.com.br

Quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 | Ano 23 | Número 5651 | R$ 5,00

Valor ECONÔMICO

Para executivos, reforma tributária deve ser prioridade do novo governo A2

Clima se torna tema central em disputa por comércio global A13

Dono da maior rede de postos do país, Grupo SIM avança além dos combustíveis, diz Neco Argenta B2



Destaques

Com Mundo Pet, Cobasi avança no NE
A Cobasi fechou acordo para assumir a Mundo Pet, líder do segmento de produtos para animais de estimação na Região Nordeste, com 14 lojas. O negócio será feito por meio de troca de ações. A Mundo Pet é controlada pelas gestoras de "private equity" Gávea Investimentos e Mogno Capital. O negócio ainda depende da aprovação do Cade. **B1**

Gestão de Frotas
Salvador, na Bahia, é primeira cidade brasileira a contar com um projeto avançado de logística aérea não tripulada, utilizando drones integrados a modais limpos como bicicletas e motos elétricas para entrega de mercadorias. Criado e operado pela startup Speedbird Aero, o serviço conta com 11 pontos de pouso e decolagens na cidade e entrega cargas de até 5 kg, num raio de 30 km, com um público potencial de 1,5 milhão de pessoas. **Caderno especial**

Investidor aposta na queda de ações
Levantamento da plataforma TradeMap, obtido pelo **Valor**, mostra que, no final do pregão de terça-feira, o estoque de ações alugadas na B3 — quando o investidor paga uma taxa ao dono do papel e realiza sua venda a descoberto, apostando na queda — representava R$ 119 bilhões, o equivalente a 3,07% do valor de mercado da bolsa, o mais alto da série histórica. **C2**

STF suspende porte de Zambelli
A pedido da Procuradoria-Geral da República, o ministro Gilmar Mendes, do STF, suspendeu o porte de arma da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e deu 48h para que ela entregue, voluntariamente, armas e munições de sua propriedade. Vencido o prazo, será cumprido mandado de busca e apreensão. Na véspera do 2º turno da eleição, após ser provocada, a deputada bolsonarista, de arma em punho, perseguiu um homem. **A8**

'Pejotização' ganha força no STF
Liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, cassou decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro que reconhecia vínculo de emprego entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e um ex-diretor da entidade. A medida reforça o entendimento do STF sobre a possibilidade de terceirização ampla de serviços por meio da contratação de pessoa jurídica. **E1**

Prática ESG



A bandeira da sustentabilidade chegou ao campo, especialmente com a defesa do sistema agroflorestal, que concilia a produção de alimentos com recuperação de áreas degradadas, a partir da plantação de florestas. "Muitos empreendedores jovens despontaram, provocando mudanças consideráveis no agronegócio, tanto no uso da tecnologia quanto na redução do impacto ambiental", afirma a fundadora da agtech Agrosmart, Mariana Vasconcelos, que vê um momento de transição da "agricultura tradicional para o agro inteligente". **Caderno especial**

Ideias

Daniela Chiaretti
A COP 15 entregou um caminho para que seja possível reverter a perda assombrosa de espécies no planeta. **H2**

Ana Inoue
A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um novo público e precisa incluir o ensino profissionalizante. **A15**

Indicadores

Ibovespa	20/dez/22	2,03 % R$ 28,9 bi
Selic (meta)	20/dez/22	13,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	20/dez/22	13,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	20/dez/22	5,2421/5,2427
Dólar comercial (mercado)	20/dez/22	5,2055/5,2061
Dólar turismo (mercado)	20/dez/22	5,2279/5,4079
Euro comercial (BC)	20/dez/22	5,5765/5,5793
Euro comercial (mercado)	20/dez/22	5,5281/5,5287
Euro turismo (mercado)	20/dez/22	5,5779/5,7579



Câmara fecha acordo com Lula por PEC desidratada

Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi
De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes partidários fecharam acordo para aprovar a PEC da Transição — que à noite já estava sendo votada pelos deputados. O prazo da proposta cai de dois para um ano, mantendo-se a previsão de elevar o teto de gastos em R$ 145 bilhões para garantir o pagamento do Bolsa Família de R$ 600 a partir de janeiro, mais um adicional de R$ 150 por criança de até seis anos. A PEC também abre espaço de R$ 23 bilhões fora do teto para investimentos. Aprovada pela Câmara, a expectativa era de que o Senado analisasse a proposta em seguida.

Pelo acordo, parlamentares e o novo governo acertaram dividir igualmente os R$ 19,4 bilhões antes destinados às emendas de relator, dispositivo conhecido como "orçamento secreto" e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O arranjo prevê que R$ 9,7 bilhões vão reforçar as emendas individuais impositivas, de indicação de deputados e senadores, cujo valor previsto inicialmente no Orçamento de 2023 era de R$ 11,7 bilhões. Outros R$ 9,7 bilhões serão transformados em RP2, identificador de recursos que farão parte da programação normal do governo federal, que escolhe como fazer sua aplicação. Com essa alteração na PEC, ela retorna ao Senado. Uma vez que as duas Casas estejam em acordo, será feita ainda esta semana a promulgação da proposta.

Antes de votar a PEC, a Câmara aprovou um conjunto de decretos legislativos que prevê reajustes nos salários do presidente da República, deputados e senadores. O objetivo é equiparar as remunerações aos valores pagos aos ministros do STF. As propostas ainda precisam ser votadas pelo Senado, que deve fazê-lo ainda nesta semana. Técnicos do Congresso preveem que as propostas totalizam um impacto fiscal de mais de R$ 2,5 bilhões já em 2023. **Páginas A6 e A8**

Administração de fortunas



CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Maior gestora de patrimônio independente do país, com R$ 42,9 bilhões sob administração no fim do ano passado, a Julius Baer Family Office Brasil expande sua atuação para fora do eixo São Paulo-Rio-Minas com a integração de profissionais seniores de outras praças, diz Fernando Vallada. Pág. C6

Gestão da saúde é ponto mais crítico do governo

Cristiane Agostine e Ricardo Mendonça
São Paulo

A gestão da saúde nos últimos quatro anos foi marcada, segundo especialistas, por extrema politização, tornando o combate à pandemia o ponto mais crítico do governo Bolsonaro. O presidente adotou postura anticiência, defendeu medicamentos sem eficácia, atrasou a compra de vacinas e trocou vários ministros na área. Com menos de 3% da população mundial, o país tem 11% das mortes por covid, quase 700 mil pessoas.

Nesse período, também caiu a vacinação de crianças, voltaram doenças controladas, houve falta de remédios, cortes de orçamento e apagão de dados, de acordo com pesquisadores. "A condução até a pandemia era técnica. Depois, houve intervenção militar", diz Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde. A pasta chegou a ser comandada pelo general Eduardo Pazuello. "Todas as escolhas passaram a ser orientadas por cálculo político", diz a microbiologista Natalia Pasternak. O Ministério da Saúde não quis se manifestar. **Página A14**

Camilo Santana na Educação dá 'vitrine' ao PT

Andrea Jubé e Caetano Tonet, Matheus Schuch e Estevão Taiar
De Brasília

O senador eleito Camilo Santana (PT-CE) será ministro da Educação. Antes cotada para a pasta, a governadora do Ceará, Izolda Cela (sem partido), será secretária de Educação Básica. O objetivo da escolha foi dar ao PT uma "vitrine" na Esplanada, já que a Saúde deve ficar com a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade. A economista Esther Dweck deve assumir o futuro Ministério da Gestão, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) é o favorito para a Integração Nacional e o ex-líder da bancada Paulo Pimenta (PT-RS), para a Secretaria de Comunicação. **Página A10**

Wongtschowski: situação de Lula é mais difícil hoje

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Presidente do conselho do grupo Ultra, Pedro Wongtschowski, vê o início do 3º mandato de Luiz Inácio Lula da Silva mais complexo que o 1º. Para ele, que apoiou a candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS), "a situação hoje é bem mais difícil, com espaço de manobra menor". Ainda assim, acredita que o governo irá propor, em breve, algum tipo de âncora para definir a evolução da dívida pública. Sondado para o Ministério de Desenvolvimento, ele não deve aceitar o convite de Lula. Questionado sobre o assunto, não fez comentários. **Página A11**

Aegea oferece R$ 4,1 bi e vence leilão da Corsan

Robson Rodrigues
De São Paulo

Único grupo a participar do certame, o Consórcio Aegea — formado pela Aegea e pelas gestoras de investimentos Perfin e Kinea — arrematou a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) com uma oferta de R$ 4,15 bilhões, o que representou ágio de apenas 1,15% em relação ao lance mínimo de R$ 4,1 bilhões. A assinatura do contrato deve acontecer em três meses, período no qual serão definidos o processo de transferência para a nova administração e questões trabalhistas. A previsão de investimentos é de R$ 13 bilhões até 2033. **Página B4**

Receita publica novas normas sobre PIS/Cofins

Joice Bacelo e Arthur Rosa
Do Rio e São Paulo

A Receita Federal publicou na terça-feira uma extensa Instrução Normativa (nº 2.121), de mais de 800 artigos, com novas regras sobre a arrecadação do PIS/Cofins. Ao menos uma delas, considerada essencial por advogados tributaristas, beneficia os contribuintes, ao permitir que o ICMS seja contabilizado na apuração dos créditos tributários gerados na aquisição de bens e insumos — a exclusão do imposto no cálculo aumentava os valores de PIS e Cofins que as empresas eram obrigadas a pagar. **Página E1**

A trincheira liberal-democrata

Lu Aiko Otta



Eleito com 13,5 milhões de votos para comandar a maior economia do país, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos) quer estabelecer em São Paulo uma trincheira do pensamento liberal-democrata. Com friso na palavra "democrata".

Seu plano é projetar o Estado como um ator de peso no debate nacional, informou a esta coluna o coordenador da transição paulista, Guilherme Afif Domingos. Não será uma oposição pura e simples. Poderá haver convergência com o governo federal em alguns temas, como a atração de investimentos. Em outros, São Paulo deverá atuar como contraponto.

Não por acaso, é lá que estará o ministro da Economia, Paulo Guedes, a partir do dia 1º de janeiro. Atuará como conselheiro numa equipe formada por outros ex-integrantes de seu time no Ministério da Economia, como o próprio Afif e o futuro secretário de Fazenda, Samuel Kinoshita.

Um exemplo: os "paulistas" defenderão a tese que a reforma tributária deveria ser precedida da administrativa. Uma vez definido o tamanho do Estado, aí sim seria a hora de falar em cobrar impostos. Do contrário, disse Afif, a tendência é que haja aumento de carga tributária.

Ao mesmo tempo em que planeja usar o peso de São Paulo nos debates internos das grandes reformas, o governador eleito quer turbinar a projeção internacional do Estado.

Reforma tributária deverá ser ponto de embate

"Se São Paulo fosse um país e houvesse um G-21, estaria nele", comentou Afif. A economia de São Paulo é maior do que a sul-africana. Maior do que a soma de Argentina, Paraguai e Uruguai, comparou. É essa a dimensão que será utilizada para atrair investimentos estrangeiros para concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), independentemente do que ocorra no campo federal.

O carro-chefe será a área de infraestrutura, habitat natural de Tarcísio. Engenheiro, ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e integrante do primeiro time do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), é profundo conhecedor do programa de concessões à iniciativa privada.

Tarcísio articula um nome de projeção global para buscar parceiros externos. Atuará junto com Lucas Ferraz, secretário de Comércio Exterior na equipe de Guedes, já escalado.

Paralelamente à atração de investimentos, Tarcísio quer melhorar o ambiente de negócios no Estado. Convidou Caio Mario Paes de Andrade, que foi secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital da equipe de Guedes no Ministério da Economia antes de ocupar a presidência da Petrobras. Em sua gestão, foi criado o aplicativo gov.br.

São Paulo está atrasado na digitalização de serviços, avaliou Afif. No campo tributário, por exemplo, a ideia é facilitar a devolução de créditos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) vinculados a investimentos, com uso de sistemas mais modernos. O Poupatempo deverá migrar para o celular.

Nessa frente de investimentos, as agendas estadual e federal coincidem em muita coisa.

No entanto, a trincheira paulista pode ser um complicador a mais para a já difícil reforma tributária.

As duas propostas que estão no Congresso Nacional, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, já contam com a oposição das empresas do setor de serviços, que veem aumento de sua carga tributária. Também há resistência de prefeituras de grandes cidades, que relutam em abrir mão do Imposto sobre Serviços (ISS), a ser fundido a outros tributos sobre consumo para formar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Por mais que o debate tenha amadurecido nos últimos anos, ainda é grande o abacaxi a ser descascado.

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dado prioridade ao tema. Colocou em sua equipe Bernard Appy, formulador do modelo que está na PEC 45, em análise na Câmara dos Deputados.

Além disso, disse que pretende começar as negociações a partir das propostas que estão no Congresso Nacional, o que significa que ganhará tempo. Deve buscar um roteiro parecido com o da reforma da Previdência, amadurecida no governo de Michel Temer e aprovada no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

Na criação do IVA, especificamente, São Paulo não deverá reeditar sua queixa histórica sobre perda de arrecadação por causa do local de cobrança. Será no Estado onde o bem é consumido, e não onde é produzido, como é hoje o ICMS, num desenho que beneficia Estados industriais.

No entanto, há outros pontos em que pode haver atrito. Por exemplo: Afif vê risco para o Simples. O sinal de alerta acendeu quando o regime das micro e pequenas empresas voltou, depois de dois anos, a ser classificado como um "gasto tributário", ou seja, uma desoneração destinada a estimular o setor.

É voz corrente entre especialistas que esses "gastos", de R$ 456 bilhões no ano que vem, precisam de um pente-fino. É possível que isso ocorra, pois o próprio Haddad comentou que a ex-presidente Dilma Rousseff exagerou nas desonerações.

Embora haja controvérsia se é ou não um gasto tributário, o Simples aparece como o maior item da lista, nas planilhas da Receita Federal: R$ 75,5 bilhões no ano que vem.

"É um alerta a todos os que defendem as micro e pequenas empresas: cuidado com o Simples", afirmou Afif com sua voz profunda, já arregimentando forças.

Outro tema em que pode haver embate é a criação de uma nova fonte de financiamento para a Previdência. A ideia circula nas profundezas da transição. A dúvida é se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) proporia criar esse tributo e, em caso positivo, se seria uma troca, como defendeu Guedes nos últimos anos, ou uma adição.

O ano que vem está logo ali e traz muitos desafios. Haverá quadros de qualidade nos dois lados da trincheira. Se forem capazes de trabalhar juntos para criar condições para a economia crescer, será um jogo de ganha-ganha.

Lu Aiko Otta é jornalista.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Reforma tributária tem de ser prioridade para futuro governo, dizem executivos

De São Paulo

A economia brasileira não precisa de muitos ajustes, mas carece com certa urgência de uma reforma tributária, redução do gasto público e atenção com a educação. Esses três temas dominaram as respostas múltiplas de uma pesquisa inédita com 154 líderes empresariais de todo o país.

Divulgado com exclusividade para o **Valor**, o levantamento, feito pelo grupo Empreenda, mostra que a reforma tributária, tema que há anos desponta como preocupação central de empresários e executivos, segue firme como tema mais relevante para os negócios.

Na resposta sobre as três questões mais importantes a serem atacadas pelo governo que assume em janeiro, 76,1% dos respondentes apontaram a reforma tributária como principal — seguida pela redução do gasto público (49%) e por um pacto nacional pela educação (40%).

O intenso debate sobre a situação das contas públicas no ano que vem também é um dos aspectos que mais chamam a tenção dos entrevistados. A aprovação de um nova política fiscal é considerada na pesquisa o segundo maior desafio do governo de Luís Inácio Lula da Silva, com 23,9% das respostas.

O tema fica atrás somente do aperto na economia internacional e a consequente desaceleração da atividade global (33,5%), mas à frente da preocupação com juros elevados (20,6%) e inflação acima da meta (12,9%). A baixa produtividade da economia brasileira é preocupação revelada por apenas 9% dos entrevistados no levantamento.

"A falta de um plano estratégico para o país, associado com as inúmeras incertezas no ambiente econômico-social, é o principal fator que está tirando o sono dos líderes empresariais brasileiros", comenta César Souza, presidente do Grupo Empreenda.

Questionados sobre o lhes "tira o sono como líder", os respondentes apontaram aspectos como a governabilidade do país, inovação na empresa e desenvolvimento de líderes estão também entre as mais relevantes, todas com 33% a 38% das respostas. Mas os rumos do país aparecem na preocupação da maior parte: 54,8% responderam que falta um plano estruturado para o Brasil, ao passo que 47,7% apontaram as incertezas macroeconômicas como principal preocupação.

Ainda assim, há um discreto otimismo em relação ao próximo ciclo econômico de 2023 a 2025. Os que consideram que será melhor ou muito melhor somam quase 40%. Para 22,6% tudo permanecerá igual, enquanto 38% apostam em um período pior ou muito pior.

Segundo o grupo Empreenda, a pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 12 de dezembro em todas as regiões brasileiras, com CEOs, presidentes de conselhos e diretores de unidades de negócio de multinacionais e empresas brasileiras (incluindo familiares) de grande e médio porte, de capital aberto e fechado, bem como start-ups.

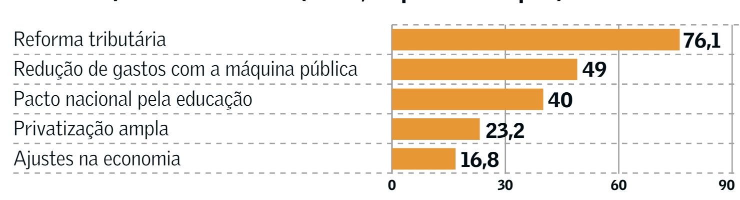
O questionário também envolve questões internas, como a preocupação com governança, sustentabilidade, digitalização e futuro dos negócios.

Participaram da consulta setores como indústria, varejo, agronegócio, tecnologia, saúde, educação, logística, serviços, finanças e construção.

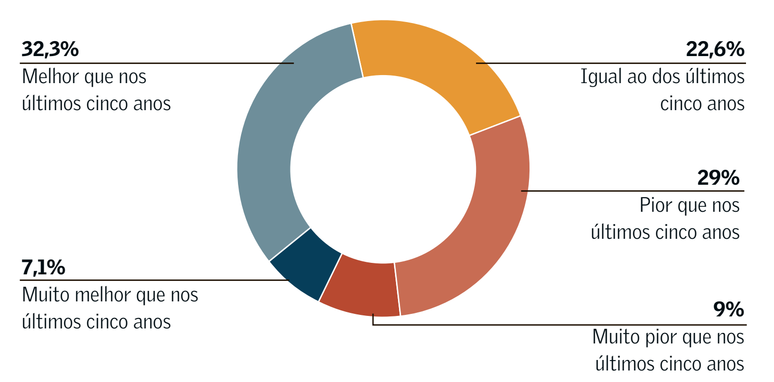
Reforma tributária no horizonte

Principais preocupações dos CEOs para a economia brasileira em 2023

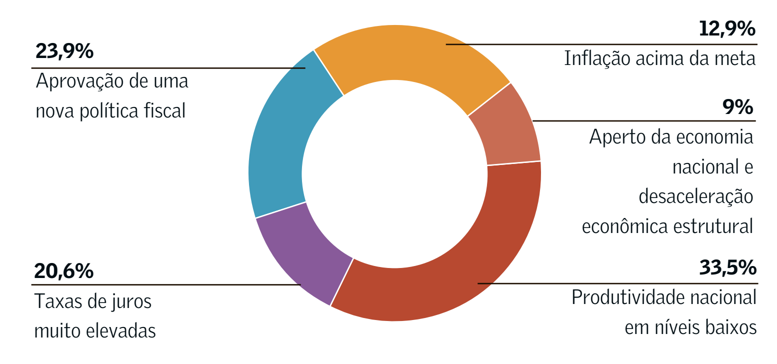
Se você fosse o presidente eleito, quais as três principais decisões/medidas tomaria? (Em %, respostas múltiplas)



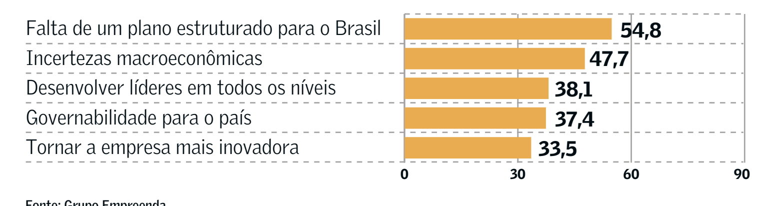
Qual sua percepção sobre o ciclo 2023-2025? (Em %)



Qual o maior desafio econômico o governo Lula deve enfrentar? - %



O que tira seu sono como líder? Em %, respostas múltiplas



Fonte: Grupo Empreenda

100 mil esperam emissão de passaporte, afirma PF

Folhapress, de Brasília

A fila de espera para a emissão de passaportes soma atualmente 100 mil pessoas, segundo a Polícia Federal. O atraso na emissão do documento decorre da falta de recursos orçamentários. Estas 100 mil pessoas já fizeram todos os trâmites para obter o documento e aguardam apenas que ele seja impresso e entregue.

A Polícia Federal afirmou que aguarda do Palácio do Planalto uma definição sobre a liberação de um crédito suplementar no valor de R$ 31,5 milhões para que os passaportes possam voltar a ser confeccionados. "Não há previsão para retomada da emissão, mas há boa expectativa de que seja em breve", disse a PF.

Na quinta-feira passada (15), o Congresso aprovou um projeto de lei para viabilizar verba extra. Ele seguiu para sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL). Procurado, o Planalto não se manifestou

Sem emitir os passaportes para entrega aos requerentes, a PF informou, no entanto, que o agendamento on-line do serviço de emissão de documento e o atendimento nos postos da corporação continuam funcionando normalmente.

A primeira suspensão da emissão de passaportes ocorreu em 19 de novembro. Na ocasião, a polícia informou que a medida foi tomada em razão "da insuficiência do orçamento destinado às atividades de controle migratório e emissão de documentos de viagem".

Após a liberação de R$ 37,4 milhões pelo Ministério da Economia, o serviço foi retomado, mas voltou a ser interrompido no último dia 1º. "Considerando a insuficiência dos valores liberados, após a data citada, serão novamente suspensas novas confecções, até que os valores remanescentes sejam repassados", informou a Polícia Federal no início do mês.

Rondônia lidera avanço de receitas correntes

Estevão Taiar
De Brasília

Com alta nominal de 28%, Rondônia foi o Estado com maior crescimento, em termos percentuais, das receitas correntes no quinto bimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

As informações foram divulgadas ontem pelo Ministério da Economia no Relatório Resumido de Execução Orçamentária com foco nos Estados e no Distrito Federal.

Na sequência, vieram Pará (alta, sempre nominal, de 26%) e Paraíba (todos com 24%). O único Estado em que a alta ficou abaixo da inflação (4,7%) acumulada no período foi o Rio Grande do Sul, onde a receita cresceu 1%.

Em relação às despesas correntes, Roraima (50%), Rondônia (35%) e Amazonas (30%) foram os Estados em que houve o maior crescimento.

No documento, o Tesouro também apresentou o resultado da poupança corrente, que equivale ao valor das receitas correntes (RCL) menos as despesas correntes empenhadas.

"Amapá com 43% e Mato Grosso com 39% foram os Estados que alcançaram os maiores percentuais de poupança corrente em relação à RCL. Já Rio Grande do Sul (11%) e Distrito Federal (12%) foram os Estados com os piores desempenhos nesse indicador", disse o Tesouro.

Por fim, na comparação da dívida consolidada com 31 de dezembro do ano passado, Amapá (16%), Distrito Federal (9%), Rio Grande do Sul e Alagoas (ambos 9%) foram os Estados com maior crescimento do indicador.

Em sentido oposto, Maranhão (queda de 19%), Mato Grosso (16%) e Tocantins (11%) foram os Estados com as maiores quedas.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Conjuntura Boletim Macro vê avanço de 0,2% do PIB no ano que vem e aponta possibilidade de recessão técnica

Alta de gastos pode ter 'efeitos deletérios' em 2023, diz FGV Ibre

Marta Watanabe
De São Paulo

O aumento de gastos sinalizado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição sinaliza expansão fiscal que pode ter "efeitos deletérios" sobre a economia brasileira em 2023, com efeitos sobre a evolução da dívida pública combinados com baixo crescimento e inflação e juros elevados, aponta o Boletim Macro, que deve ser veiculado hoje pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Segundo a edição de dezembro do boletim, no cenário considerado mais provável, a instituição projeta alta de 0,2% para o PIB de 2023 contra 3% esperados para 2022. Para a economista Silvia Matos, coordenadora do boletim, o cenário do ano que vem inclui, "eventualmente", recessão técnica no segundo e terceiro trimestres.

Ainda que faltem muitas definições e que a previsão de despesas mais altas fique limitada a um ano, conforme acordo divulgado ontem por lideranças da Câmara dos Deputados, a PEC tem ponto de partida alto em termos de gastos e dá sinais de política fiscal expansionista, diz Silvia. "Podemos colher mais inflação, mais desemprego e menos crescimento com essa agenda desorganizada que não sabemos até onde vai, mas que tem dado pistas não muito boas."

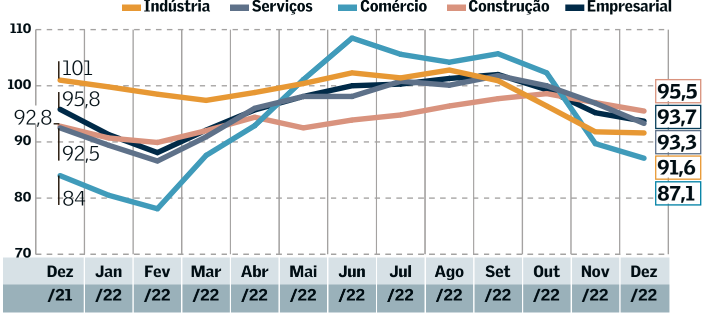
No cenário-base do Ibre, diz Silvia, espera-se nova desaceleração do PIB no último trimestre deste ano, com crescimento zero contra os três meses anteriores, feito o ajuste sazonal. Isso levaria a um crescimento de 3% em 2022, taxa recalculada — a projeção anterior era de alta de 2,7% — após as revisões das Contas Nacionais de 2020 e 2021 pelo IBGE.

A evolução esperada para o PIB em 2022, explica Silvia, deve deixar como herança estatística um crescimento de 0,4% para o PIB em 2023. O cenário-base do Ibre prevê que o PIB cresça abaixo disso no ano que vem, com alta de 0,2%, dado também revisado de projeção anterior de 0,1%, considerando resiliência esperada do setor de serviços. A estimativa para o PIB cíclico, componente do PIB que responde a estímulos e choques monetários, é de contração de 0,2%.

Expectativa para PIB
Variação por componentes - em %

Atividade	4T22/3T22	4T22/4T21	2022
Consumo das famílias	-0,2	3,6	4,1
Consumo do governo	0,9	1,4	1,8
Investimento	-1,1	3,4	0,9
Exportação	3,1	11,1	5,4
Importação	-9,4	-5,3	-1,7
Agropecuária	-1,7	-4,2	-2
Indústria	0,5	3,7	1,9
Serviços	0,3	3,6	4,2
PIB	0	2,2	3

Confiança em queda
Índices de Situação Atual, por setores, em pontos*



Fonte: Para PIB, IBGE, com elaboração de FGV Ibre. Para confiança, FGV Ibre. *Com ajuste sazonal, com dados prévios de dezembro

Artigo do boletim assinado por Silvia, em parceria com o economista Armando Castelar, destaca que o processo de desaceleração econômica iniciado no segundo semestre deste ano deve se intensificar. O efeito da normalização pós pandemia, que tanto beneficiou o setor de serviços em 2022, deve perder força. O crédito às famílias, que puxou a demanda doméstica, também já está se retraindo, ficando mais caro e escasso.

A desaceleração global, por sua vez, avaliam, seguirá pesando sobre o preço das commodities, também com efeito negativo sobre a atividade nesses setores. "E o sinal de que o novo governo traz uma agenda de desfazer as reformas dos últimos anos, da Lei das Estatais ao novo marco regulatório do saneamento, vai pesar sobre o investimento", diz o boletim.

A política monetária, apontam Silva e Castelar, deve ajudar menos do que se esperava. "Não mais contemplamos redução da taxa de juros no ano que vem. O processo de desaceleração tem sido muito gradual e as incertezas sobre o futuro do arcabouço fiscal do país, fruto de estímulos fiscais excessivos, deve ser o cenário mais provável."

Para Silvia, a expectativa é que o ano que vem comece com um primeiro trimestre ainda com crescimento positivo em relação aos últimos três meses de 2022. Seria, diz ela, "um falso positivo" do PIB, porque o crescimento seria puxado essencialmente pela agropecuária, setor para o qual as expectativas de safra de grãos desenham quadro favorável para o ao que vem. O cenário para 2023, aponta a economista, contempla ainda, "eventualmente", queda na atividade no segundo e terceiro trimestres, sempre em comparação aos três meses anteriores, o que configuraria uma recessão técnica.


LEO PINHEIRO/VALOR

Silvia Matos: sondagens de confiança já mostram as incertezas da política fiscal afetando o "humor de curto prazo"

Silvia ressalta que, mesmo com gastos adicionais abaixo dos R$ 200 bilhões cogitados em certo momento, a PEC da Transição traz ainda valores muito elevados e "além da necessidade de primeira ordem". Ela destaca que as políticas sociais são necessárias, mas é preciso debater quais serão esses gastos e as condições para isso. "Estamos em um momento cíclico complexo. É preciso desacelerar a economia para acomodar a inflação em nível mais próximo da meta." A política fiscal nesse quadro, avalia, precisa ser "cirúrgica, bem focalizada, sem gerar mais riscos" e precisa considerar o bom uso do recurso público.

A preocupação, diz, é de se repetir um quadro no qual "a roupa aperta, mas em vez de se fazer regime se troca de roupa". "Aquela sensação de que o gasto vai aumentar gasto sabendo que não há receitas, vamos ter déficit e grande aumento do endividamento, o que pode elevar o risco do país, aumentar juros e inflação. Esse efeito na economia precisa ser bem avaliado."

O ponto de largada, com a PEC de Transição, diz, por enquanto traz efeitos "mais negativos do que positivos". Esse cenário, diz, pode mudar, mas o mercado já começa a colocar isso nas suas avaliações, com o Banco Central mostrando também preocupação em relação ao impacto da política fiscal sobre inflação, risco país e preços dos ativos. "Os juros estão muito altos e a transmissão de efeitos negativos para a política monetária faz com que tenhamos que aferir desaceleração maior por meio do canal de elevação de risco e de incerteza."

Além da alteração na Leis das Estatais, interferência que contribuiu para "muito ruído negativo", diz Silvia, ainda não está claro também o papel que poderá ter na política econômica a chamada "frente ampla", formada por vários partidos na corrida eleitoral para derrotar o presidente Jair Bolsonaro nas urnas. Para Silvia, as sondagens de confiança já mostram as incertezas da política fiscal afetando o "humor de curto prazo" dos empresários em meio à percepção de desaceleração da economia.

Artigo no boletim dos economistas Rodolpho Tobler e Viviane Seda Bittencourt destaca que os índices de confiança levantados pelo Ibre registraram, em novembro, recuos mais fortes, sugerindo desaceleração ao fim de 2022. Uma prévia dos resultados de dezembro, com dados até o dia 14, mostra que o Índice de Confiança Empresarial (ICE) deve continuar em queda em dezembro, para 89,7 pontos. Se o resultado se confirmar, a perda acumulada da confiança empresarial no último trimestre irá superar dez pontos, em forte indício de desaceleração.

O artigo ressalta a evolução por setores do Índice de Situação Atual (ISA). Nesse critério, o comércio e a indústria, que ficaram nos maiores níveis do indicador entre os setores de junho a setembro, ficaram com resultados de confiança bem mais baixos nos últimos meses. O setor de serviços, que exibiu desempenho positivo até o terceiro trimestre deste ano, também começa a sinalizar perda de fôlego, avaliam os economistas, ainda que sua confiança esteja em nível mais alto que o do comércio e indústria.

Teste positivo para covid-19 recua em farmácia e laboratório privado

Agência O Globo

Após oito semanas de alta, as farmácias registraram uma queda de 21% nos testes positivos para a covid-19. Entre os dias 5 e 11 de dezembro, foram 32 mil novos diagnósticos nas unidades pelo país, contra 40,6 mil casos identificados 14 dias antes, no fim de novembro, segundo dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

A queda também foi observada de forma ainda mais acentuada nos laboratórios privados. No mesmo período, foram 48,9 mil resultados positivos, um número 38% menor que os 79,2 mil registrados duas semanas antes. As informações são da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), que representa 60% do total de exames realizados na saúde suplementar.

Na primeira semana de dezembro, as drogarias já haviam indicado uma desaceleração do ritmo de crescimento da doença após registrarem 41.848 testes positivos — apenas 3% a mais que nos sete dias anteriores. Agora, as unidades dão o primeiro sinal de que a nova onda da covid-19 entra em trajetória de queda desde que os casos voltaram a subir no meio de outubro. Na época, as farmácias registravam os patamares mais baixos de casos da covid-19 desde o início da pandemia. No início de outubro, chegaram a contabilizar menos de mil diagnósticos em sete dias.

Além disso, caso mantenha a tendência de diminuição, essa terá sido a menor alta do novo coronavírus registrada nas farmácias em toda a pandemia. Enquanto o pico atual terá sido de quase 42 mil diagnósticos em uma semana, esse número foi de aproximadamente 80 mil na onda passada, em junho, e de 327 mil em janeiro, quando a variante ômicron chegou ao Brasil.

No entanto, os números oficiais do país reportados pelas secretarias estaduais de Saúde, e reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa, ainda não mostram a queda observada em farmácias e laboratórios.

Segundo o levantamento, que acrescenta os diagnósticos feitos na rede pública, as médias móveis de casos e óbitos pela covid-19 tiveram alta de 24% e 32%, respectivamente, nesta terça-feira, em comparação com os números de 14 dias atrás.

Porém, assim como os diagnósticos nas drogarias e nos laboratórios começaram a subir em outubro quase um mês antes dos registros oficiais; durante a última onda da doença, em junho, as unidades também indicaram a queda algumas semanas antes de os dados das secretarias acompanharem a diminuição.

Morte pela doença tem maior média em 4 meses

Folhapress, de São Paulo

O Brasil registrou a maior média de mortes por covid-19 desde 25 de agosto deste ano. Nesta terça-feira (20), a média chegou a 148 óbitos por dia, um aumento de 32%, na comparação com o dado de duas semanas antes. Em 25 de agosto, a média era de 150 mortes por dia.

Ontem foram registradas 216 mortes por covid e 48,9 mil casos da doença. Com isso, o país chega a 692,2 mil óbitos e a 35, 99 milhões de pessoas infectadas pelo Sars-CoV-2 desde o início da pandemia, em 2020.

Os dados sobre a doença não consideram o Estado do Rio de Janeiro, que permanece sem atualizar o seu portal.

A média móvel de casos de covid-19 também está em crescimento. Ela agora é de 39,8 mil, aumento de 24% em relação ao dado de duas semanas atrás.

Os dados do país são fruto de colaboração entre "Folha de S.Paulo", UOL, "O Estado de S. Paulo", "Extra", "O Globo" e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do coronavírus. As informações são recolhidas pelo consórcio de veículos de imprensa diariamente com as secretarias de Saúde estaduais.

Ao todo, 182.391.911 pessoas receberam pelo menos a primeira dose de uma vacina contra a covid no Brasil.

Somadas as doses únicas da vacina da Janssen, são 172,4 milhões de pessoas com as duas doses ou uma dose do imunizante da Janssen.

Assim, o país já tem 84,90% da população com a primeira dose e 80,26% dos brasileiros com as duas doses ou uma dose da vacina da Janssen.

Até o momento, 107,1 milhões de pessoas já tomaram a terceira dose, e 38,9 milhões, a quarta.

Curtas

Brumadinho
A Polícia Civil de Minas Gerais identificou o corpo da 267ª vítima do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) quase quatro anos após a tragédia. Outras três pessoas continuam desaparecidas. Foi confirmada, por meio de exame de DNA, a identidade de Cristiane Antunes Campos, que tinha 35 anos na época.

Refugiados
Quando iniciar seu terceiro mandato em 1º de janeiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve se deparar com um cenário de migração e refúgio no Brasil muito distinto do que observou durante sua última estadia no Planalto. Em 2010, 619 pessoas solicitaram refúgio no Brasil. Doze anos depois, o número supera 40 mil — considerando os dados até outubro. A cifra é puxada por venezuelanos, mas também agrupa fluxos constantes de angolanos, nigerianos e haitianos, entre outras nacionalidades. Neste ano, 32 mil solicitações foram analisadas, mas só 3.800 foram aceitas.



Política

WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO



Lira: presidente da Câmara participou de negociações que contornaram fim do Orçamento Secreto em troca da aprovação da PEC da Transição, com prazo menor

Principais pontos da PEC da Transição

Texto do governo eleito foi desidratado para garantir acordo para votação

- Permite o aumento do teto de gastos em R$ 145 bilhões para garantir pagamento do Bolsa Família de R$ 600 a partir de janeiro e um adicional de R$ 150 por criança até 6 anos
- Abre a possibilidade de uma despesa adicional de de R$ 23 bilhões fora do teto de gastos para investimentos
- Estabelece que a vigência das medidas será de um ano ao invés de dois como gostaria o governo eleito
- Transforma metade das emendas de relator, que foi considerada inconstitucional pelo STF, em emendas individuais impositivas, de indicação de deputados e senadores
- A outra metade das emendas de relator será transferida para controle do Poder Executivo, a quem caberá decidir quais áreas receberão os recursos
- Estabelece prazo até 31 de dezembro de 2023 para que o novo governo apresente uma proposta para um novo arcabouço fiscal
- Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite realocar até 30% das receitas para fins diferentes de sua destinação legal original, é estendida para 2024
- Doações e universidades ficam fora do teto como proposto pelo governo, assim como ações financiadas por recursos de sentenças judiciais em casos de desastres ambientais

Congresso Acerto contorna proibição do Orçamento Secreto e reduz prazo de validade do limite extrateto

Acordo para aprovar PEC torna emendas impositivas

Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi
De Brasília

Em um acordo fechado entre líderes do Congresso Nacional e interlocutores do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), parlamentares e o novo governo dividirão igualmente os R$ 19,4 bilhões antes destinados às emendas de relator, dispositivo conhecido como 'orçamento secreto' e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A aprovação da PEC da Transição faz parte do acerto, mas a ampliação do teto se dará apenas para 2023. A proposta entrou em pauta na Câmara, com obstrução do Novo, Republicanos e PL e a votação não havia sido concluído até o fechamento desta edição.

O arranjo prevê que até R$ 9,7 bilhões vão turbinar as emendas individuais impositivas, de indicação de deputados e senadores - um aumento significativo, já que o valor previsto no Orçamento para o próximo ano era de R$ 11,7 bilhões, com cada parlamentar tendo direito a R$ 19,7 milhões. Como a mudança necessita de aval constitucional, inseriu-se uma emenda na PEC de Transição para que haja um aumento do percentual da receita corrente líquida (RCL) vinculada às emendas individuais, para 2%. Esta alteração retorna ao Senado e, estando as duas Casas em acordo, será feita ainda esta semana a promulgação da proposta.

Os outros R$ 9,7 bilhões serão transformados em RP2, identificador de recursos que farão parte da programação normal do governo federal, que escolhe como fazer sua aplicação.

O novo governo teve de mergulhar nas negociações para garantir a aprovação da matéria. Futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) esteve na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) na noite de segunda-feira e na manhã de ontem, quando se selou o acerto. Ficou decidido que o parecer do relator da PEC, o deputado Elmar Nascimento (União-BA), manterá a previsão de aumentar o teto de gastos em R$ 145 bilhões para garantir o pagamento do Bolsa Família de R$ 600 a partir de janeiro, além de um adicional de R$ 150 por criança de até 6 anos. Além disso, abrirá espaço de R$ 23 bilhões fora do teto para investimentos. Também foi batido o martelo sobre a redução do prazo de vigência dessas regras de dois anos para apenas um ano.

Em seu parecer, Elmar manteve o dispositivo que orienta o presidente da República a enviar, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com uma nova âncora fiscal, "de modo a garantir a estabilidade macroeconômica do país, criando condições para o desenvolvimento econômico e social", anotou. Manteve-se o alongamento em um ano da vigência da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Também foi mantido o dispositivo que retira incidência de tributos, em específico o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), sobre as doações destinadas a projetos socioambientais ou aos destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, e às instituições federais de ensino.

Além da supressão da ampliação do teto em 2024, restringindo sua vigência ao próximo ano, o relator retirou dispositivo que abria a possibilidade de que despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais fossem excluídas do teto de gastos do Executivo.

"A descontinuidade do montante atualmente pago no Auxílio Brasil em um cenário de recente inflação alta dificulta a recuperação econômica das famílias, em específico das mais humildes e no contexto do pós-pandemia. Ademais, a fila de famílias elegíveis ao benefício voltou a crescer, pressionando ainda mais a alocação de recursos em programas de natureza assistencial", apontou Elmar em seu parecer. "Como a agenda de reformas não avançou conforme o desejado, o teto de gastos acabou por comprimir o espaço para investimentos. Assim, entende-se também ser adequado recuperar a capacidade de investimento estatal", completou, ao comentar medidas como a abertura de margem para a alocação de uma parcela do excesso de arrecadação de receitas correntes para investimentos.

Ainda neste sentido, a proposição permite a utilização de recursos abandonados do PIS/Pasep, que não tenham sido reclamados em um prazo de 20 anos, para a realização de investimentos públicos - aqueles que queiram reclamar esses valores ainda poderão fazê-lo num prazo de 20 anos.

Com a PEC da Transição encaminhada, fica faltando que a divisão dos recursos do 'orçamento secreto' seja confirmada na aprovação do Orçamento para 2023. Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o deputado Celso Sabino (União Brasil-PA) disse que a divisão dos novos recursos de emendas individuais está sendo estudada. "Temos alternativas: uma é aumentar proporcionalmente as emendas que os parlamentares já indicaram. Outra é abrir o sistema por algumas horas para que essas alterações possam ser feitas. Fato é que temos R$ 19,4 bilhões que estão num limbo, e a forma de alocar esses recursos passa pela aprovação da PEC da Transição".

Sabino disse que haverá um esforço para votação da matéria até quinta-feira, último dia dos trabalhos legislativos - a peça orçamentária precisa passar pela CMO e pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta. Caso isso não seja possível, uma possibilidade é uma convocação extraordinária. "Se não tivermos votado o Orçamento até o dia 22, talvez possa haver uma convocação extraordinária para que seja votada nesse ano e o governo eleito possa contar com o orçamento para janeiro".

Veja o resultado da votação da PEC da Transição em www.valor.com.br

Desidratação na PEC não elimina risco de crise fiscal

Rafael Vazquez
De São Paulo

A possível redução de dois anos para um ano na duração da PEC da Transição é uma questão mais política do que fiscal e econômica e não elimina o risco de uma crise de dívida no Brasil caso haja choques macroeconômicos inesperados. Segundo economistas ouvidos pelo **Valor**, o mais importante continua sendo conhecer o plano de política econômica e a definição do arcabouço fiscal do governo eleito para traçar a trajetória a longo prazo.

"O prazo para a PEC, reduzido de dois anos para um, é mais uma questão política do que fiscal e econômica. Uma vez que a maior parte da despesa adicional será obrigatória e permanente, quando vencer o prazo de um ano, será inevitável alguma medida para manter a despesa no nível mais alto. Não é factível imaginar que depois de um ano o Bolsa Família vai diminuir ou haverá cortes nos programas que agora receberão mais dinheiro", disse o economista e pesquisador associado do Insper Marcos Mendes.

"Do ponto de vista político faz diferença, pois isso dá poder ao Legislativo, que poderá barganhar com o Executivo quando este tiver que pedir nova autorização. Mas isso pode nem ocorrer, caso seja aprovada uma nova regra fiscal que já incorpore esse nível mais alto de despesa", acrescentou Mendes.

Para ele, os valores da PEC seguem excessivos já que o relator Elmar Nascimento (União Brasil-BA), manteve o aumento do teto de gastos em R$ 145 bilhões. Além disso, abriu espaço de R$ 23 bilhões fora do teto para investimentos.

"Pelas minhas contas e pelas contas de muita gente, a partir de R$ 90 bilhões de aumento de gastos a trajetória da dívida pública já entra em crescimento acelerado, aumentando muito o risco de uma crise da dívida em caso de choques macroeconômicos negativos", acredita Mendes.

Para o sócio e economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros, a redução do período da PEC foi bem vista pelo mercado ontem porque reduz a percepção de expansão e deterioração fiscal. Contudo, para ele, a possível nova versão, mesmo que desidratada, segue sendo danosa em termos de sustentabilidade fiscal. "É apenas menos pior do que a versão original e a aprovada no Senado", diz.

Marcos Caruso, economista-chefe do Banco Original, destaca que a menor duração da PEC para um ano é menos relevante no contexto geral da trajetória da dívida no longo prazo, algo que o novo governo terá que resolver com um plano mais abrangente de política econômica no ano que vem. "O mercado reagiu bem porque o impacto será menor com o período de um ano e porque volta a narrativa de que o Congresso pode ser o contraponto para algumas medidas do governo. Mas para uma discussão séria de risco fiscal não é um ou dois anos da PEC que vai mudar o cenário".

Leal de Barros reforça essa análise dizendo que é compreensível o orçamento de 2023 seja recomposto, pois há vários buracos e insuficiência de recursos para várias áreas e programas. Contudo, Passada a fase mais emergencial em torno da PEC, o mercado seguirá em compasso de espera para entender qual será de fato a postura econômica do terceiro governo Lula. "É esse plano de voo, desde que equilibrado, que pode alterar a percepção de risco fiscal do mercado. Atualmente a falta de horizonte e elevada incerteza tem sustentado a curva de juros em patamar elevado para vários vértices, o que amplia hoje o custo de rolagem da dívida pública. Tempo é dinheiro", alerta.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO





Marcos Mendes: economista alerta para o risco "de uma crise da dívida em caso de choques macroeconômicos negativos"

Do ponto de vista da capacidade cumprimento de promessas feitas na campanha, o economista e coordenador de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin, acredita que a desidratação da PEC na Câmara não será um problema para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Por um lado garante que as promessas sejam cumpridas e ao mesmo tempo preserva a ideia de responsabilidade fiscal", pondera Rochlin. "Em um aspecto não econômico, demonstra a tendência de um equilibrio maior que deve haver entre os poderes Executivo e Legislativo".

Sobre a redistribuição das emendas de relator, com metade dos R$ 19 bilhões voltando para a execução do governo federal e a outra metade sendo reservada para emendas de parlamentares, Leal de Barros avaliou que foi uma manobra que reflete a captura do orçamento público pelo Congresso Nacional e por pequenas elites e minorias organizadas. "O casuísmo de decisões de vários poderes, inclusive do Judiciário, não contribui para aprimorar o ambiente de segurança jurídica", disse.

Nessa mesma linha, Rochlin também criticou a perspectiva de que o teto de gastos caia definitivamente no ano que vem por uma lei complementar prevista na PEC e também com a liminar do ministro do STF, Gilmar Mendes, que retira o Bolsa Família do teto de gastos. "Fiquei abismado", disse preocupado com a insegurança jurídica em torno da questão fiscal no país.

MPF pede planejamento para evitar distúrbios na posse de Lula

Luísa Martins
De Brasília

Com receio de que os atos antidemocráticos se intensifiquem na posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro, e resultem em novos episódios de violência, o Ministério Público Federal (MPF) expediu esta segunda-feira uma recomendação para que as forças de segurança em Brasília atuem de forma coordenada.

Os procuradores Luciana Loureiro Oliveira e Felipe Fritz Braga afirmam que a Polícia Federal (PF), a Polícia Militar (PM), a Secretaria de Segurança Pública e o Comando Militar do Planalto devem elaborar um planejamento conjunto "para prevenir e combater atos criminosos" nas manifestações bolsonaristas.

Encampados por simpatizantes do presidente Jair Bolsonaro que não aceitam a sua derrota nas urnas, os atos têm ocorrido em frente ao quartel-general do Exército e em outras áreas centrais de Brasília, inclusive próximo à Esplanada dos Ministérios — onde será a cerimônia de posse e o festival musical de comemoração — e nas redondezas do hotel em que Lula está hospedado.

O MPF afirma que são necessárias uma série de providências de "disciplinamento" dos bolsonaristas, entre elas medidas que coibam o porte ilegal de armas, explosivos e outros objetos que possam causar danos tanto à vida quanto ao patrimônio.

O objetivo é evitar uma repetição do cenário do dia 12 de dezembro, quando, horas após a diplomação de Lula no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os manifestantes incendiaram ônibus e veículos, incentivaram animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constituídos e estimularam atos de violência.

Também devem ser mapeados possíveis "pontos de tensão", especialmente nos locais já designados para os apoiadores do presidente eleito prestigiarem a solenidade de posse. Os órgãos também devem abrir um canal direto de troca de informações.

No dia da diplomação de Lula, os tumultos em Brasília resultaram na prisão do líder indígena José Acácio Serere Xavante por participação em atos antidemocráticos. O mandado foi expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A reforma que se impõe para o governo

Raphael Di Cunto



A reforma dos impostos sobre bens e serviços vai se impor como agenda prioritária no começo do governo Lula (PT). O motivo é simples: não há alternativas. A volta dos investimentos públicos não é suficiente para fazer o país crescer de forma sustentada e o PT não está disposto a fazer uma reforma no funcionalismo público, pelo menos, não uma que agrade a investidores e empresários que defendem a redução do Estado.

Simplificar o pagamento de impostos sobre bens e consumo é a única grande pauta do novo governo capaz de estimular investimentos privados e gerar crescimento econômico sustentável. A definição da nova âncora fiscal, que tende a causar mais turbulências com o mercado financeiro, não será essa pauta, nem a discussão sobre corte de subsídios tributários, a reforma do imposto de renda ou o que fazer com os combustíveis.

Não à toa, o primeiro anunciado na equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), foi o economista Bernard Appy. Atual diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e ex-secretário de Política Econômica e da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais durante a primeira passagem do presidente Lula por Brasília, Appy está há anos trabalhando na defesa de unificar IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS num Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A reforma desses impostos não visa o curto prazo e os efeitos na economia tendem a

Criar o IVA é única alternativa para o PT na economia

demorar a aparecer. Também não é medida para buscar aumento da arrecadação. A transição é longa, maior do que a duração de um mandato, e ainda será necessário aprovar diversas leis complementares antes que o IVA entre em vigor. Mas seria um marco importante para indicar a redução da complexidade tributária, que faz com que uma média ou grande empresa no Brasil gaste dois meses por ano só com a burocracia que envolve pagar seus impostos — fora o possível contencioso se a Receita não concordar com a conta.

A escolha de Appy mostra qual norte Haddad quer seguir. O petista já tinha prometido, quando se candidatou à Presidência em 2018, adotar a proposta do CCiF caso vencesse. Agora, diz que esta reforma será prioridade e que virá antes das mudanças na tributação sobre renda e patrimônio. É uma escolha acertada porque exige muito mais capital político e tempo de discussão.

O estudo entregue a Haddad em 2018 se tornou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019 pelas mãos do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP). Há outras ideias em debate. A PEC 110, do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), foi encampada por senadores, mas tende a perder força com a derrota eleitoral de seu relator, o senador Roberto Rocha (PTB-MA). Auditores da Receita Federal sugeriram a "Reforma Tributária Solidária", que conta com a simpatia de alguns petistas, entre eles o economista Guilherme Mello.

A nova legislatura e a falta de entusiasmo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com a PEC 45 poderiam mantê-la engavetada, mas a escolha do diretor do CCiF aponta que a base da discussão será o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) de março de 2021. É um texto que converge pontos de todas essas propostas, mas tem como base o modelo da PEC 45: um IVA único, compartilhado pela União, Estados e municípios, com um Imposto Seletivo para taxar bens que provoquem "externalidades negativas".

O parecer recebeu pouca atenção na época porque Lira estava rompido com o relator e desfez a comissão da Câmara tão logo o texto se tornou público, mas ele avançou ao suavizar o aumento na carga tributária de educação, saúde e transporte e reduzir o período de transição para o contribuinte a seis anos. O próprio Aguinaldo reconhece que o documento precisa ser revisitado dois anos depois, mas o entrave político já não parece ser mais problema — ele e Lira têm se reunido com frequência nos últimos meses.

Já há negociações em curso para reiniciar o debate tão logo comece a nova legislatura. O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avisou que vai chamar os governadores em janeiro. Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foram sondados e deram sinal positivo a retomar o tema se confirmadas suas reeleições em 1º de fevereiro. Haddad antecipou que o Executivo não apresentará PEC e participará com contribuições as que já estão no Legislativo.

Lula preferiu enviar PECs próprias nas duas vezes em que tentou fazer a reforma. Em abril de 2003, chegou a embarcar num ônibus com ministros e governadores, foi ao Congresso, subiu a rampa e apresentou pessoalmente o projeto junto com a reforma da Previdência dos servidores, suas duas prioridades. Este primeiro texto foi dividido em três etapas. 1) "Urgência": a prorrogação da CPMF e da Desvinculação das Receitas da União. 2) Ações "transitórias": a redução no número de alíquotas de ICMS. 3) Ações "estruturantes": o IVA. Só a primeira foi aprovada.

Ele tentou de novo ao ser reeleito em 2006. Apresentou no segundo ano do governo outra PEC para criar o IVA, que desta vez incluía a desoneração da folha de salários pedida pelo setor de serviços atualmente. o parecer chegou a ser aprovado pela comissão especial da Câmara, mas nunca foi ao plenário. Esbarrou na forte resistência dos governadores.

Appy disse semana passada haver consenso hoje com os Estados e que a PEC 45 só não foi aprovada pelo Congresso por causa da atuação contrária do ministro da Economia, Paulo Guedes. Há que se checar se esse consenso existirá mesmo com metade dos governadores eleitos na base de apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL). O embate pode, inclusive, antecipar a disputa presidencial de 2026 entre o governador eleito de São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos) e o ministro Haddad.

Há outros entraves, contudo. A reforma não atinge de forma igualitária todos os setores. Agropecuária e parte do setor de serviços terão aumento da carga tributária. É natural que protestem. A futura base aliada de Lula é frágil e dependerá muito dos partidos de direita, ligados a esses empresários. A base digital do bolsonarismo deve atacar a reforma nas redes e é muito mais eficaz que a petista para criar narrativas.

Raphael Di Cunto é repórter de Política em Brasília. Fernando Exman volta a escrever em 28 de dezembro.
E-mail raphael.dicunto@valor.com.br

Congresso deve aprovar aumento para presidente, ministros e parlamentares

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Vandson Lima
De Brasília


WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Rodrigo Pacheco: presidente do Senado deve pautar combo aprovado ontem pela Câmara com impacto de R$ 2,5 bi

No apagar das luzes do ano legislativo, a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um conjunto de projetos de decreto legislativo que prevê reajuste de 37,32% nos salários do presidente da República, ministros de Estado, deputados e senadores. O objetivo é equiparar as remunerações aos valores pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

As propostas ainda precisam ser votadas pelo Senado, que deve fazê-lo ainda nesta semana. Técnicos do Congresso preveem que as quatro propostas já aprovadas pelos deputados totalizam um impacto fiscal de mais de R$ 2,5 bilhões já no ano que vem.

Os reajustes serão escalonados em quatro parcelas. Com isso, até 2025, todos esses cargos receberão remuneração de R$ 46,3 mil. O primeiro dos aumentos, de 16,37%, será concedido já a partir de 1º de janeiro, e iguala o subsídio atual, de R$ 33,7 mil, ao recebido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atualmente em R$ 39,2 mil.

A partir de 1º de abril de 2023, os valores aumentam para R$ 41,6 mil (6% de reajuste), passando para R$ 44 mil em 1º de fevereiro de 2024 (5,66%) e para R$ 46,3 mil a partir de 1º de fevereiro de 2025 (5,36%).

Como parte desse acordo, a Câmara deve aprovar um projeto que eleva a remuneração dos ministros do STF, de R$ 39,2 mil para os mesmos R$ 46,3 mil, também escalonado em quatro parcelas, mas até 2024. Isso estava previsto para acontecer na sessão de ontem, o que não se efetivou até o fechamento desta edição. Também estava previsto a votação de outros textos que tratam de reajustes para Poder Judiciário, como Tribunal de Contas da União (TCU) e Procuradoria-Geral da República.

No mesmo dia, Câmara e Senado aprovaram, por fim, um reajuste para os seus respectivos servidores, parcelado em três anos. Trata-se de um aumento de 19,25% cujo impacto total será de aproximadamente R$ 2 bilhões, somando as duas Casas.

A proposta do Senado não estava sequer prevista para ser votada e entrou como item "extra pauta", sem que isso fosse publicado anteriormente. O texto é autoria da Mesa Diretora do Senado, comandada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e já foi referendado pela Câmara dos Deputados, o que significa que deve ser enviado para sanção presidencial nos próximos dias. Já o reajuste dos servidores da Câmara ainda precisa ser aprovado no Senado, o que está previsto para acontecer ainda esta semana.

Os novos vencimentos serão custeados com "economias" feitas pelo Congresso, sem que isso afete o teto de gastos, argumentam os parlamentares. Inicialmente, o projeto do Senado sugeria o parcelamento do reajuste em quatro anos, o que não agradou os servidores.

Diante disso, o PT apresentou uma emenda para reduzir o parcelamento para apenas dois anos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, explicou, então, que esta proposta poderia causar dificuldades orçamentárias para a Câmara dos Deputados, que não teria condições de replicar reajuste num mesmo período para seus servidores. Após um debate, foi feito um acordo de consenso entre os senadores para que o parcelamento ficasse em três anos.

Senado aprova PEC para viabilizar piso da enfermagem

Renan Truffi, Vandson Lima e Beth Koike
De Brasília e São Paulo

O Senado aprovou esta terça, em dois turnos e por unanimidade dos 71 senadores presentes, proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a Estados e municípios descumprirem o limite de gastos com pessoal por dois anos para pagar o piso salarial dos enfermeiros.

A PEC também direciona recursos do superávit financeiro de fundos do Poder Executivo para financiar o piso no setor público, nas entidades filantrópicas e de prestadores de serviços com um mínimo de atendimento de 60% de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta que já havia sido aprovada pela Câmara na semana passada, segue para promulgação, a ser feita pelo próprio Congresso Nacional. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que conversou com o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a possibilidade de desonerar o setor privado como forma de compensar a perda com o aumento do piso.

"Em recente conversa com o futuro ministro da Economia, sua excelência se comprometeu, já em janeiro, a deliberar sobre o espaço fiscal e recursos para medidas compensatórias, que a princípio viria com a desoneração da folha de pagamento para os hospitais", contou.

O presidente do Senado também disse que, com a aprovação da PEC, entrará em contato com o Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido para que o ministro Luís Roberto Barroso reverta a liminar que suspendeu o piso salarial nacional, já que agora os parlamentares aprovaram um modo de custear a medida. "O apelo que faremos é o encaminhamento so STF para se revogar a decisão e se implementar desde já o piso, com compromisso do Congresso e do próximo governo de se estabelecer condições aos hospitais privados".

Relator no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES) afirmou que as fontes apontadas são suficientes para pagar o novo piso, cujo impacto é calculado em R$ 16 bilhões por ano. "Em 2022, somente o superávit financeiro dos fundos somou R$ 20 bilhões, valor mais do que suficiente, portanto, para financiar o piso salarial por um ano. Já o Fundo Social recebeu, somente em 2021, mais de R$ 21 bilhões. Não se vislumbra, dessa forma, necessidade de se buscar outras fontes de recursos para financiar o auxílio proposto pela PEC", disse.

Este argumento é rejeitado, entretanto, por instituições como a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde). "Isso é jogo de cena porque o superávit desses fundos já tem destinação, inclusive, para outras áreas da saúde. Não tem sobra", disse Breno Monteiro, presidente da confederação. Outra queixa é que até o momento os dois projetos de desoneração da folha, da Câmara e do Senado, para atender o setor privado continuam parados.

Para o presidente da CNSaúde, que representa hospitais, a aprovação da PEC serviu apenas para derrubar a liminar que suspendeu a implementação do piso de enfermagem. Segundo levantamento Confederação das Santas Casas de Misericórdia (CMB), a adoção do piso nacional, sem a contrapartida de um subsídio, pode provocar a demissão de 83 mil profissionais e o fechamento de 20 mil leitos.

Gilmar suspende porte de arma de Zambelli

Luísa Martins
De Brasília

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a autorização de porte de arma da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e determinou que ela entregue seus aparelhos e munições à Polícia Federal (PF) em até 48 horas. Em nota, a parlamentar anunciou que está fora do Brasil e que será "impossível" cumprir o prazo.

A decisão tem relação com o episódio em que a parlamentar, na véspera do segundo turno das eleições, em 29 de outubro, sacou e apontou uma arma para um homem no bairro dos Jardins, em São Paulo. O porte de armas estava proibido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia anterior ao pleito.

Gilmar afirmou que os elementos colhidos na investigação até o momento demonstraram "utilização de arma de fogo para além dos limites da autorização de legítima defesa, desde já afastada a suposta defesa da honra".

As falas da deputada nas redes sociais, após o episódio, também foram levadas em consideração. O decano da Corte observou que ela não reconheceu a ilegitimidade de seu comportamento, além de ter atacado as instituições democráticas.

O despacho também traz o alerta de que, caso seja descumprido o prazo para a entrega voluntária das armas e munições, Zambelli será alvo de mandados de busca e apreensão em todos os seus endereços.

A decisão atende a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Segundo o órgão, a parlamentar tem uma pistola e um revólver — ambos deverão ser levados à superintendência da PF em São Paulo ou em Brasília.

O ministro também deu prazo de 60 dias para que a deputada e o Ministério Público possam negociem a possibilidade de celebrar um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Para que tenha direito a pagar uma multa em troca de não ser criminalmente processada, Zambelli precisa confessar a irregularidade.

Inicialmente, a deputada narrou às autoridades locais que havia sido empurrada em direção ao chão por um apoiador do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Um vídeo do tumulto, porém, gerou dúvidas sobre a sua narrativa, já que o homem estava, na verdade, na frente dela.

Depois que a oposição acionou o STF pedindo a abertura de investigação, Zambelli viajou para os Estados Unidos. Intimada a prestar depoimento, o fez por videoconferência.

Em nota, Zambelli disse que ainda não foi intimada da decisão. "Estou centrada em missão oficial e permanecerei fora do país até o dia 24. Sendo assim, é impossível cumprir a ordem."

Curtas

Putin

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), conversou hoje com presidente da Rússia, Vladmir Putin. Segundo Lula publicou nas redes sociais, o líder russo o felicitou pela vitória e manifestou o desejo de estreitar relações. O futuro mandatário afirmou que o Brasil busca diálogo com todos e a paz. "Conversei hoje com o presidente russo Vladimir Putin, que me cumprimentou pela vitória eleitoral, desejou um bom governo e o fortalecimento da relação entre nossos países", publicou Lula em sua conta no Twitter.

Cosméticos

O Senado aprovou, nesta terça-feira (20), o projeto de lei que proíbe o uso de animais em pesquisas e testes para a produção de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal. O texto, entretanto, não impacta no desenvolvimento de vacinas e medicamentos.



Executivo Izolda Cela ficará com a Secretaria de Educação Básica

Camilo Santana assumirá Ministério da Educação

Andrea Jubé e Caetano Tonet
De Brasília

O ex-governador do Ceará e senador eleito Camilo Santana (PT) será o ministro da Educação (MEC) do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O convite havia sido feito na semana passada, conforme antecipou o **Valor**. O anúncio oficial da indicação ocorrerá nos próximos dias, junto ao pacote de nomes de futuros auxiliares que Lula divulgará após a votação da PEC da Transição na Câmara dos Deputados.

Inicialmente, o nome cogitado por Lula e defendido pelo próprio Santana para a direção do MEC era o da governadora do Ceará, Izolda Cela (sem partido), referência nacional na área de educação básica.

Mas como o Ministério da Saúde pode ficar com a presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade, que não é filiada a partido político, e o PT reivindicava uma das principais vitrines da Esplanada para projetar seus quadros partidários, ajustou-se com Lula que Santana assumiria o MEC. Os deputados do PT tentaram emplacar no cargo o líder da bancada na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), mas prevaleceu a opção pelo grupo do Ceará.

Camilo Santana integrou o grupo técnico de transição na área de Desenvolvimento Regional, e demonstrou o desejo de assumir a pasta — que deve voltar a se chamar Integração Nacional, como nas gestões petistas. Ao fim, esse ministério deve ficar com o ex-governador do Piauí e senador eleito, Wellington Dias, também do PT.

Senador eleito com maior percentual de votos no Brasil, Camilo Santana projeta-se como uma das principais lideranças do PT no Nordeste, ao lado do futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa, que está concluindo o mandato de governador da Bahia. Cria dos irmãos Ciro e Cid Gomes na política, Santana governou o Ceará por dois mandatos consecutivos (2015-2022). Com alto índice de popularidade, deixou o cargo no início de abril em razão da disputa eleitoral, e foi sucedido pela então vice-governadora Izolda Cela.

Durante as duas gestões no governo do Ceará, a principal marca de Camilo Santana foi justamente a atuação na área de educação. Entre outros feitos, ele ampliou a quantidade de escolas em tempo integral, uma das promessas de Lula para o setor. Santana ganhou fama de gestor moderno, e costumava acompanhar de perto as execuções das tarefas de cada pasta no governo.

O **Valor** apurou que Camilo Santana ofereceu a Izolda Cela a vaga de secretária-executiva do MEC, o que a transformaria em uma espécie de "vice-ministra". Mas a governadora optou por assumir a Secretaria de Educação Básica, para atuar em sua área de especialização, que tem na linha de frente o programa de alfabetização na idade certa. Aos 62 anos, Izolda é psicóloga e mestre em educação. Ela é reconhecida por seus pares como a grande responsável pela melhoria do ensino público no Estado, depois de comandar a Secretaria de Educação na gestão do governador Cid Gomes.

Aliada de primeira hora de Santana, Izolda decidiu se desfiliar do PDT, após sentir-se desprestigiada pelo grupo de Ciro Gomes durante a campanha eleitoral. No cargo de governadora — depois que Santana se desligou da função para concorrer ao Senado — Izolda pretendia concorrer à reeleição, mas o então presidenciável Ciro Gomes indicou o ex-prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio para disputar a sucessão estadual no lugar da aliada. Izolda deixou a sigla e declarou apoio ao candidato do PT, Elmano de Freitas, que se elegeu governador.

JARBAS OLIVEIRA/VALOR



Santana: ex-governador foi eleito senador com maior votação proporcional do País

Ministério pode ser anunciado nesta quinta

Andrea Jubé, Matheus Schuch e Estevão Taiar
De Brasília

A confirmação do ex-governador do Ceará e senador eleito Camilo Santana (PT) para o comando do Ministério da Educação (MEC) pavimentou o caminho para que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dedicasse os últimos dias a definir com a presidente da sigla, deputada Gleisi Hoffmann, os espaços reservados aos demais quadros do PT na Esplanada dos Ministérios. Os nomes dos futuros ministros petistas e das siglas aliadas devem ser anunciados nesta quinta-feira.

Destacado por Lula para encabeçar o time de articuladores da PEC da Transição no Congresso, o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias (PT) deve assumir o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. O ministério é concorrido pela influência no Nordeste, e execução de obras de infraestrutura, principalmente, na área de segurança hídrica.

Lula ainda estuda ceder a direção da cobiçada Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), vinculada ao ministério, ao grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que comandou o órgão na gestão do presidente Jair Bolsonaro.

A economista e professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Esther Dweck deve ser nomeada para o futuro Ministério da Gestão e Inovação, compondo ao lado de Fernando Haddad (PT), na Fazenda, metade do time da Economia. Na área econômica, faltam ser definidos os titulares do Planejamento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Em paralelo, o coordenador financeiro da campanha presidencial, Márcio Macedo (PT), será o futuro ministro da Secretaria Geral da Presidência, pasta responsável pela articulação com movimentos sociais, e com assento no Palácio do Planalto. O deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP) assumirá o Ministério das Relações Institucionais, também vinculado ao Planalto, e que fará a interface com o Congresso.

Muito próximo de Lula, o ex-líder da bancada federal, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), deverá assumir a Secretaria de Comunicação Social (Secom), que deverá voltar para a estrutura do Planalto. Pimenta é um dos petistas mais ativos e influentes nas redes sociais.

O deputado eleito Luiz Marinho (PT-SP) já foi confirmado no Ministério do Trabalho e Emprego. Já o deputado reeleito e secretário-geral do PT, Paulo Teixeira (SP), é cotado para assumir o Ministério das Cidades, se Lula conseguir que a pasta fique na cota do PT, porque é um dos ministérios mais cobiçados pelos aliados. A pasta coordena o programa habitacional, que voltará a se chamar "Minha Casa, Minha Vida".

Nesse cenário, circularam comentários internos no PT de que se todos esses nomes forem confirmados, Lula terá um "paulistério", porque seriam quatro paulistas no time: Haddad, Marinho e Padilha, já confirmados, e Paulo Teixeira, fortemente cotado.

O futuro governo contará com 37 ministérios, ante 23 pastas na atual gestão. Até agora, cinco nomes foram oficializados: Fernando Haddad (Fazenda); Rui Costa (Casa Civil); José Múcio (Defesa), Mauro Vieira (Relações Exteriores); e Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública).

O Ministério da Economia será desmembrado em Fazenda; Planejamento; Gestão e Inovação; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A Infraestrutura será dividida entre Transportes e Portos e Aeroportos. Outras cinco pastas serão ligadas diretamente à Presidência da República: Casa Civil; Secretaria Geral; Relações Institucionais; Gabinete de Segurança Institucional; e Secretaria de Comunicação.

Também estão na lista: Advocacia Geral da União; Controladoria Geral da União; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura; Defesa; Educação; Esportes; Igualdade Racial; Integração e Desenvolvimento; Justiça e Segurança Pública; Pesca; Previdência; Cidades; Saúde; Comunicações; Meio Ambiente; Minas e Energia; Mulheres; Desenvolvimento Agrário; Trabalho e Emprego; Turismo; Direitos Humanos; Povos Indígenas; Desenvolvimento Social; e Relações Exteriores.

Bolsonaro exonera Silviney do comando da PRF

Luísa Martins
De Brasília

A 11 dias do fim do mandato, o presidente Jair Bolsonaro exonerou o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Silvinei Vasques, investigado por fazer uso político do órgão durante as eleições gerais de 2022. A dispensa foi assinada na segunda-feira e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de terça.

Na semana passada, Vasques já havia se despedido informalmente dos colegas durante uma reunião interna, ocasião em que teria anunciado a intenção de se aposentar. Ele tem 47 anos e integra o quadro da PRF desde 1995.

O agora ex-diretor-geral responde por improbidade administrativa, omissão e prevaricação por ter promovido operações ilegais no dia do segundo turno das eleições, especialmente na região Nordeste, reduto eleitoral do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, Vasques fez pedido explícito de votos para Bolsonaro nas redes sociais.

Outras mudanças envolvendo a área de segurança pública foram publicadas no DOU desta terça. Bolsonaro nomeou o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Márcio Nunes de Oliveira, adido na embaixada do Brasil em Madri. Ele vai exercer o cargo por três anos, em substituição a Delano Cerqueira Bunn, que estava no cargo desde 2020, também nomeado pelo atual presidente.

Próximo do ministro da Justiça, Anderson Torres, o atual diretor-geral foi o quinto a assumir o comando da PF durante o governo Bolsonaro. Há um inquérito em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) que apura possível interferência política do presidente na corporação.

Antes de assumir como diretor-geral, Oliveira era secretário-geral do Ministério da Justiça (MJ). Antes, ainda, ele exerceu o cargo de chefe da superintendência da PF no Distrito Federal.

O DOU também traz a exoneração do secretário de Operações Integradas do MJ, Alfredo Carrijo, responsável pela área de inteligência da pasta. O ato é assinado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. Procurada, a pasta não comentou.

Curta

Lula e Janja

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), visitou a residência oficial da Presidência da República na Granja do Torto acompanhado da futura primeira-dama Janja da Silva. Lula e a esposa estudam se mudar para o local até a data da posse.

A Granja do Torto tradicionalmente hospeda o presidente eleito até o dia da posse.



Entrevista Wongtschowski crê que Lula vai propor âncora fiscal em breve; sondado para o MDIC, ele deve recusar pasta

‘Deixem o homem governar’, diz Wongtschowski

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Um dos apoiadores da candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS) à presidência da República, Pedro Wongtschowski vê o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva mais difícil que a primeira gestão do presidente petista em 2003. “A situação hoje é bem mais difícil, com o espaço de manobra menor, mas ainda assim creio que o governo vai, em curto espaço de tempo, propor algum tipo de âncora fiscal, alguma regra — certamente distinta do teto de gastos — para definir a evolução da dívida pública”, diz Wongtschowski, presidente do conselho de administração do Ultra. Ele deixará o cargo em abril de 2023, dentro de um processo planejado de sucessão no grupo.

Sondado pelo novo governo para assumir o ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Wongtschowski não deve aceitar o convite de Lula. Perguntado sobre o tema, ele não quis comentar o assunto. Ele já havia dado sinais de que não faria parte do futuro governo, quando foi consultado pela equipe transição no início de dezembro, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. Na semana passada, Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também recusou o convite.

O ex-presidente do Instituto de Estudo para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi) fez parte do núcleo duro da campanha da emedebista e foi responsável pelo programa de Ciência, Tecnologia e Inovação da senadora. No segundo turno, ele decidiu apoiar Lula.

Apesar de discordar das diretrizes da política industrial do futuro governo — Wongtschowski defende um processo de integração do Brasil ao mundo para a modernização da indústria —, ele vê os programas de Lula na área social e ambiental na direção correta. “Deixem o homem governar. No passado, Lula sempre foi fiscalmente responsável.” A seguir, os principais pontos da entrevista ao **Valor**:


DIVULGAÇÃO
Wongtschowski defende abertura comercial para a modernização da indústria

Valor: *O mercado financeiro não reagiu bem às indicações de Fernando Haddad para comandar o ministério da Fazenda e de Aloizio Mercadante para a presidência do BNDES. Como o senhor avalia as primeiras nomeações de Lula?*

Wongtschowski: Julgo equivocada a reação do mercado aos atos recentes do presidente Lula, incluindo a indicação de Fernando Haddad para o ministério da Fazenda e de Aloizio Mercadante para o BNDES. Em primeiro lugar, Lula foi eleito presidente e tem o direito e a obrigação de implantar o programa que apresentou ao país. O fato de ter se formado uma frente no segundo turno para combater o atraso, a destruição do meio ambiente, o negacionismo climático, o isolamento do Brasil e outros males, não muda a realidade de um candidato de esquerda ter ganho a eleição. E o programa dele prevê ações corretas na área social e na questão ambiental.

Valor: *O senhor foi convidado para comandar o MDIC?*

Wongtschowski: Não vou comentar esse assunto.

Valor: *Como o senhor tem avaliado as diretrizes para a política econômica e para a indústria?*

Wongtschowski: Na economia e na indústria, o programa [do novo governo] tem posicionamentos distintos dos meus. Julgo, por exemplo, que devemos começar um processo de integração do Brasil ao mundo, permitindo a modernização da indústria de transformação brasileira. Não acredito no sucesso das tentativas de se voltar a investir na criação de um grande parque de indústria naval. Levaria décadas para ter escala e ser competitivo e custaria muito caro. Julgo que a reforma trabalhista deve ser mantida e, se possível, ampliada, pois ela protege o emprego e não o contrário. Mas o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil que foi escolhido pela maioria da população brasileira é o da Coligação Brasil da Esperança e prevê várias destas ações com as quais muitos dos que nele votaram não concordam. Mas é o programa vitorioso e isso tem que ser respeitado. Os limites da realidade vão acabar por se impor.

Valor: *As indicações de Haddad para compor sua equipe econômica podem desfazer o mau humor do mercado em relação a ele?*

Wongtschowski: Haddad colocou as contas da prefeitura de São Paulo em ordem. Ao fim de seu mandato, a cidade conseguiu ser “investment grade”. Provavelmente não se reelegeu por não ter feito concessões ao populismo. A inclusão, por exemplo, de Bernard Appy na sua equipe mostra coerência com as suas posições anteriores. Appy é um grande especialista em reforma tributária e saberá conduzir muito bem o processo no Congresso. Também vejo com satisfação a ênfase que o futuro ministro dará para as parcerias público-privadas, instrumento importante para viabilizar investimentos em muitas áreas tradicionalmente ocupadas pelo setor público.

> **“A situação hoje é bem mais difícil, com o espaço de manobra menor, mas ainda assim creio em algum tipo de âncora fiscal”**

Valor: *Há uma preocupação do empresariado e do mercado em relação ao papel do BNDES no governo Lula. O que o senhor espera?*

Wongtschowski: Mercadante será um presidente responsável no BNDES. Ele fala corretamente em priorizar inovação, exportação, economia verde e financiar pequenas e médias empresas. Explicitamente indica posições que implicarão em uma gestão cuidadosa. Espero que o BNDES continue a apoiar os Estados e municípios em seus esforços de montagem de parcerias público-privadas.

Valor: *O mercado financeiro e o setor privado não estariam dando o benefício da dúvida para Lula?*

Wongtschowski: Deixem o homem governar. Afinal, ele foi eleito e ainda não assumiu o poder. Vamos ter um pouco de paciência e aguardar o início de seu governo. No passado, Lula sempre foi fiscalmente responsável. A situação hoje é bem mais difícil, com o espaço de manobra menor, mas ainda assim creio que o governo vai, em curto espaço de tempo, propor algum tipo de âncora fiscal, alguma regra — certamente distinta do teto de gastos — para definir a evolução da dívida pública.

Valor: *A gestão ambiental do presidente Jair Bolsonaro (PL) foi muito criticada aqui dentro e fora do país. Como vê daqui para frente?*

Wongtschowski: Tenho certeza que haverá uma grande reversão no tratamento que atualmente o governo federal na questão ambiental e climática. A presença das ex-ministras do Meio Ambiente, Marina Silva e Izabella Teixeira, e do ex-governador do Acre e senador Jorge Viana (PT) no grupo de transição dão a garantia de que as medidas a serem tomadas implicarão na reversão das ilegalidades que hoje dominam a Amazônia legal. O esforço será em criar alternativas legais e sustentáveis para dar emprego digno na região.

Valor: *Quais devem ser as prioridades do novo governo?*

Wongtschowski: Promover a integração do Brasil ao mundo, com uma abertura comercial planejada que permita a modernização da indústria brasileira, especialmente rumo a digitalização e a sustentabilidade. O investimento em educação, inovação, além de uma reforma tributária que simplifique a vida das empresas e distribua mais equitativamente o ônus tributário entre a agricultura, os serviços e a indústria.

Política

Atividade econômica
Indicadores agregados

	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22	jun/22	mai/22	abr/22	mar/22	fev/22
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,3	-0,7	-0,6	0,5	-0,4	0,3	0,1	0,6	0,6
Indústria de transformação	-	0,0	-1,4	-0,3	0,3	-0,3	1,0	0,0	0,8	0,3
Indústrias extrativas	-	0,6	1,8	-3,1	2,1	2,6	-5,8	0,3	0,7	5,7
Bens de capital	-	-4,1	-0,7	5,8	-3,4	-1,7	6,6	-8,8	10,1	1,6
Bens intermediários	-	0,7	-1,0	-1,6	1,9	-0,7	-1,0	0,6	0,8	2,2
Bens de consumo	-	0,3	-0,8	-1,1	0,9	0,1	0,3	2,6	-3,1	0,2
Faturamento real (CNI - %)	-	0,3	-0,5	1,3	1,2	1,5	0,8	-0,2	1,1	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,2	-1,0	2,3	-0,1	1,0	0,6	-2,3	-0,1	1,4
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,2	0,2	-0,3	-1,5	0,4	-0,1	0,1	7,5	2,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,4	1,2	0,2	-0,2	-1,8	0,3	0,6	1,3	1,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) **	-	-	23,6	61,4	97,2	114,1	424,1	44,2	109,3	14,6
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) **	-	-	-17,0	-11,1	-5,6	7,8	127,2	-29,0	45,0	-4,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	8,3	8,7	8,9	9,1	9,3	9,8	10,5	11,1	11,2
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego industrial (CNI - %)*	-	0,3	-0,3	-0,1	0,5	0,6	0,1	-0,2	-0,3	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)*	-6,7	-4,0	1,5	1,2	-0,8	1,0	1,4	4,5	-0,1	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	28.164	27.299	28.661	30.775	29.861	32.766	29.648	28.954	29.399	23.512
Importações	21.489	23.381	24.953	26.663	24.491	23.859	24.694	20.764	21.806	18.876
Saldo	6.675	3.918	3.708	4.112	5.370	8.908	4.954	8.190	7.593	4.636

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
mai/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2737	0,27	0,3888	0,2620	0,2466	2,23	23,54	1.100,00
jun/21	0,0000	0,5000	0,2019	0,2891	0,31	0,3763	0,2839	0,2466	3,00	23,54	1.100,00
jul/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,3798	0,36	0,4111	0,2952	0,2466	0,96	23,54	1.100,00
ago/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,4248	0,43	0,4111	0,2992	0,2466	0,53	23,54	1.100,00
set/21	0,0000	0,5000	0,3012	0,4221	0,44	0,3978	0,3234	0,2466	0,70	23,54	1.100,00
out/21	0,0000	0,5000	0,3575	0,5046	0,49	0,4473	0,3483	0,2466	0,00	23,54	1.100,00
nov/21	0,0000	0,5000	0,4412	0,5927	0,59	0,4329	0,3771	0,2466	0,24	23,54	1.100,00
dez/21	0,0488	0,5490	0,4902	0,7191	0,77	0,4473	0,4026	0,2955	0,22	23,54	1.100,00
jan/22	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609	0,73	0,5096	0,4146	0,3073	0,35	23,55	1.212,00
fev/22	0,0000	0,5000	0,5000	0,7272	0,76	0,4601	0,4249	0,2466	0,18	23,55	1.212,00
mar/22	0,0971	0,5976	0,5976	0,8678	0,93	0,5096	0,4265	0,3440	0,25	23,55	1.212,00
abr/22	0,0555	0,5558	0,5558	0,8159	0,83	0,5513	0,4416	0,3023	0,71	23,59	1.212,00
mai/22	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776	1,03	0,5697	0,4424	0,4133	4,13	23,59	1.212,00
jun/22	0,1484	0,6491	0,6491	0,9496	1,02	0,5513	0,4472	0,3954	2,22	23,59	1.212,00
jul/22	0,1631	0,6639	0,6639	0,9844	1,03	0,5851	0,4456	0,4101	0,73	23,67	1.212,00
ago/22	0,2409	0,7421	0,7421	1,0929	1,17	0,5851	0,4630	0,4881	-0,01	23,67	1.212,00
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	-	23,81	1.212,00
2022	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**8,93**	**1,15**	**10,18**
Em 12 meses *	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**9,17**	**1,15**	**10,18**
2021	**0,05**	**6,22**	**2,99**	**4,40**	**4,42**	**4,87**	**3,50**	**3,05**	**14,00**	**0,00**	**5,26**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para dezembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	3º Tri/22	2º Tri/22	2022 (1)	2021	2020	2019
PIB (R$ bilhões) *	2.544	2.472	9.641	8.899	7.610	7.389
PIB (US$ bilhões) **	477	488	1.801	1.609	1.448	1.873
Taxa de Variação Real (%)	0,4	1,0	3,0	5,0	-3,3	1,2
Agropecuária	-0,9	0,1	-1,3	0,3	4,2	0,4
Indústria	0,8	1,7	0,8	4,8	-3,0	-0,7
Serviços	1,1	1,3	4,4	5,2	-3,7	1,5
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,8	3,8	0,8	16,5	-1,7	4,0
Investimento (% do PIB)	19,6	18,3	18,8	18,9	16,6	15,5

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2022, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.212,00	7,50
De 1.212,01 a 2.427,35	9,00
De 2.427,36 até 3.641,03	12,00
De 3.641,04 até 7.087,22	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência dez/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de calculo em R$	Aliquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-outubro		Var.	outubro		Var.
	2022	2021	%	2022	2021	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**591,3**	**464,7**	**27,25**	**67,6**	**54,0**	**25,26**
Imposto de renda pessoa física	49,6	48,0	3,40	4,0	4,3	-7,71
Imposto de renda pessoa jurídica	277,7	214,3	29,55	35,8	30,1	18,98
Imposto de renda retido na fonte	264,1	202,4	30,49	27,9	19,6	42,15
Imposto sobre produtos industrializados	54,1	60,4	-10,38	5,7	6,5	-13,01
Imposto sobre operações financeiras	48,6	38,2	27,25	5,1	4,8	5,91
Imposto de importação	49,4	51,1	-3,30	5,3	5,3	0,85
Cide-combustíveis	1,4	1,4	-3,13	0,0	0,2	-99,21
Contribuição para Finsocial (Cofins)	260,0	232,0	12,10	25,9	24,4	6,24
CSLL	145,1	107,8	34,51	18,1	14,7	22,91
PIS/Pasep	72,5	65,1	11,43	7,1	6,7	6,09
Outras receitas	613,8	506,8	21,12	70,7	62,1	13,77
Total	**1.836,2**	**1.527,5**	**20,21**	**205,5**	**178,7**	**14,98**
	set/22		ago/22		set/21	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**58,7**	**3,21**	**56,8**	**-3,78**	**58,6**	**0,94**
	out/22		set/22		out/21	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**45,8**	**4,49**	**43,8**	**0,03**	**38,4**	**-2,87**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	dez/22	nov/22	2022	2021	12 meses	dez/22	nov/22	dez/21	dez/21
IBGE									
IPCA	-	0,41	5,13	10,06	5,90	-	6.434,20	6.120,04	6.120,04
INPC	-	0,38	5,21	10,16	5,97	-	6.660,19	6.330,59	6.330,59
IPCA-15	-	0,53	5,35	10,42	6,17	-	6.313,81	5.992,99	5.992,99
IPCA-E	-	-	4,63	10,42	7,96	-	-	5.992,99	5.992,99
FGV									
IGP-DI	-	-0,18	4,71	17,74	6,02	-	1.139,73	1.088,49	1.088,49
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	5,85	4,96	6,41	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,43	4,37	20,64	5,97	-	1.371,43	1.314,07	1.314,07
IPA-Agro	-	-0,96	3,70	18,80	5,31	-	2.019,92	1.947,79	1.947,79
IPA-Ind.	-	-0,22	4,63	21,39	6,25	-	1.130,86	1.080,78	1.080,78
IPC-DI	-	0,57	3,92	9,34	4,52	-	706,02	679,39	679,39
INCC-DI	-	0,36	9,18	13,85	9,56	-	1.050,70	962,32	962,32
IGP-M	-	-0,56	4,98	17,78	5,90	-	1.155,83	1.100,99	1.100,99
IPA-M	-	-0,94	4,77	20,57	5,76	-	1.406,72	1.342,67	1.342,67
IPC-M	-	0,64	3,84	9,32	4,71	-	689,84	664,32	664,32
INCC-M	-	0,14	9,11	14,03	9,44	-	1.048,43	960,89	960,89
IGP-10	0,36	-0,59	6,08	17,30	6,08	1.185,56	1.181,32	1.117,64	1.117,64
IPA-10	0,31	-0,98	6,08	19,72	6,08	1.454,37	1.449,93	1.370,95	1.370,95
IPC-10	0,58	0,67	4,40	9,63	4,40	696,93	692,90	667,53	667,53
INCC-10	0,36	0,19	9,55	14,20	9,55	1.038,60	1.034,89	948,04	948,04
FIPE									
IPC	-	0,47	6,75	9,73	7,36	-	651,16	610,00	610,00
DIEESE									
ICV*	-	-	-	-	3,07	-	-	-	-

Obs.: IPCA-E no 3º trimestre = -0,97%, IGP-M 2ª prévia dez/22 = 0,77% e IPC-FIPE = 2ª quadrissemana dez/22 = 0,38%
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2022

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2022		-	Campo 7
2ª	30/06/2022		1,00%	
3ª	29/07/2022		2,02%	+
4ª	31/08/2022	Valor da declaração	3,05%	Campo 8
5ª	30/09/2022		4,22%	
6ª	31/10/2022		5,29%	+
7ª	30/11/2022		6,31%	Campo 9
8ª	30/12/2022		7,33%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	out/22		set/22		out/21	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**5.542,5**	**58,33**	**5.487,5**	**58,25**	**4.865,8**	**57,17**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	3,6	0,04	5,3	0,06	5,7	0,07
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-725,8	-7,64	-768,0	-8,15	-1.004,5	-11,80
Dívida fiscal líquida	**6.264,7**	**65,93**	**6.250,3**	**66,35**	**5.864,6**	**68,90**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	6.265,9	65,94	6.263,3	66,49	5.874,1	69,01
Dívida externa líquida	-723,4	-7,61	-775,9	-8,24	-1.008,2	-11,85
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	4.654,7	48,98	4.604,3	48,88	3.938,6	46,27
Governos Estaduais	796,9	8,39	791,6	8,40	800,8	9,41
Governos Municipais	36,3	0,38	36,2	0,38	71,7	0,84
Empresas Estatais	54,6	0,57	55,4	0,59	54,7	0,64
Necessidades de financiamento do setor público	**out/22**		**set/22**		**out/21**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**400,1**	**4,21**	**410,6**	**4,36**	**398,7**	**4,68**
Governo Federal**	394,8	4,15	403,1	4,28	490,4	5,76
Banco Central	20,4	0,21	37,3	0,40	-33,6	-0,39
Governo regional	-15,6	-0,16	-31,4	-0,33	-60,3	-0,71
Total primário	**-173,1**	**-1,82**	**-181,4**	**-1,93**	**20,4**	**0,24**
Governo Federal	-337,9	-3,56	-336,7	-3,57	-130,2	-1,53
Banco Central	0,5	0,01	0,4	0,00	0,5	0,01
Governo regional	-86,2	-0,91	-96,7	-1,03	-95,2	-1,12

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de outubro*

Discriminação	Janeiro-outubro		Var.	outubro		Var.
	2022	2021	%	2022	2021	%
Receita total	**1.945,2**	**1.723,7**	**12,85**	**203,3**	**194,7**	**4,43**
Receita Adm. Pela RFB**	1.174,0	1.087,7	7,93	126,9	121,8	4,20
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	427,5	397,8	7,45	45,8	40,8	12,00
Receitas Não Adm. Pela RFB	343,8	238,3	44,27	30,6	32,0	-4,31
Transferências a Estados e Municípios	**372,0**	**309,6**	**20,18**	**32,0**	**28,1**	**14,00**
Receita líquida total	**1.573,2**	**1.414,2**	**11,24**	**171,3**	**166,6**	**2,82**
Despesa Total	**1.506,3**	**1.472,8**	**2,28**	**140,5**	**136,2**	**3,10**
Benefícios Precidenciários	677,6	666,1	1,72	61,7	58,0	6,37
Pessoal e Encargos Sociais	274,3	294,4	-6,84	25,8	26,3	-2,22
Outras Despesas Obrigatórias	250,7	295,7	-15,20	27,3	27,7	-1,27
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	303,8	216,6	40,21	25,7	24,2	6,05
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**36,0**	**-89,0**	**-**	**30,8**	**30,3**	**1,57**
Discriminação	**out/22**		**set/22**		**out/21**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,2	-15,26	-0,2	19,16	-0,4	60,87
Discrepância estatística	-0,4	-	0,6	-23,90	1,0	159,19
Result. Primário do Gov. Central (2)	**30,2**	**170,56**	**11,2**	**-**	**30,9**	**3.949,75**
Juros Noniminais	**-32,9**	**-48,66**	**-64,1**	**125,60**	**-60,6**	**9,77**
Result. Nominal do Gov. Central	**-2,7**	**-94,94**	**-53,0**	**-32,41**	**-29,7**	**-45,50**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Covid-19 Europeus e americanos oferecem ajuda à Pequim para conter o vírus

Surto na China ameaça economia e saúde global

Agências internacionais

A onda de casos de covid-19 na China, na sequência do súbito abandono da política de tolerância zero, está gerando temores em outros países pelo potencial impacto dessa crise na economia global e nas cadeias de suprimentos, e pelo risco de gerar novas variantes preocupantes do coronavírus.

O presidente do Banco do Japão, Haruhiko Kuroda, citou o ressurgimento dos casos de covid na China como algo que está pressionando a economia mundial, enquanto Taiwan listou a disseminação do vírus na China como uma grande incerteza para a sua economia.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, sinalizou suas preocupações na semana passada. "A China enfrenta uma situação muito desafiadora na reabertura", disse ele, acrescentando que sua cadeia de fabricação, exportação e fornecimento continua crítica. "É uma situação de risco."

Europeus e americanos estão conduzindo negociações cuidadosas nos bastidores com seus colegas chineses, oferecendo assistência para conter uma crise crescente com implicações econômicas e de saúde globais e domésticas de uma maneira que o governo chinês esteja disposto a aceitar.

Autoridades de Washington e Pequim discutiram como lidar com a covid-19 no início deste mês em conversas na China para preparar para a visita do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken no início do próximo ano. "Deixamos claro que estamos preparados para ajudar da maneira que eles considerem aceitável", disse o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby, mas sem dar detalhes, citando "canais diplomáticos sensíveis".

"Queremos que a China acerte com a covid", disse Blinken no início deste mês. "É do interesse do povo chinês em primeiro lugar, mas também é do interesse de pessoas de todo o mundo."

O porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, disse ontem que o que acontece na China tem implicações para a economia global e que é importante para a continuidade da recuperação que Pequim consiga controlar o surto.

O rápido aumento de casos e o caos trazido pela mudança na política há cerca de duas semanas levou o Banco Mundial a cortar ontem suas estimativas de crescimento para a segunda maior economia do mundo. A instituição agora vê a economia da China crescendo 2,7% neste ano e 4,3% em 2023, de 2,8% e 4,5%, respectivamente, previstos em setembro.

A economia dos EUA "já está sendo impactada" pelos últimos desenvolvimentos da covid-19 na China e pela escassez de energia na Europa, disse ontem o vice-secretário do Tesouro, Wally Adeyemo, em entrevista à Reuters.

Especialistas em saúde temem que a nação de 1,4 bilhão de pessoas não esteja adequadamente vacinada e possa não ter as ferramentas de saúde para enfrentar uma onda que pode matar mais de um milhão de pessoas até 2023.

Uma preparação antecipada do sistema de saúde, coleta de dados precisa e compartilhada e uma comunicação aberta são importantes para combater a pandemia, dizem especialistas em saúde de países fora da China que enfrentaram suas próprias ondas de covid. Mas a China parece não ter muitos desses elementos, dizem eles.

O presidente Xi Jinping há muito insiste que o sistema de partido único do país é o mais adequado para lidar com a doença e que as vacinas chinesas são superiores às contrapartes ocidentais, apesar de algumas evidências em contrário.

Depois de três anos seguindo uma rígida cartilha de restrições de Pequim, agora, com o súbito abandono da covid-zero, os governos locais e fábricas da China se ressentem da falta de uma orientação para reabertura. Várias cidades e regiões — incluindo o centro industrial ocidental de Chongqing, Guiyang, capital da província de Guizhou, e a cidade de Wuhu na província de Anhui — têm orientado pessoas com casos leves de covid a ir trabalhar. As fábricas agora enfrentam uma nova realidade: seus trabalhadores, no geral, estão doentes ou trabalhando ao lado de colegas infectados.

O resultado é que muitas fábricas enfrentam uma grave escassez de pessoal e lutando para manter seus funcionários saudáveis.

"Operacionalmente, as fábricas estão uma bagunça", disse Cameron Johnson, da consultoria Tidal Wave Solutions em Xangai. Ele disse ter ouvido falar de um fornecedor de plásticos e outros insumos na cidade industrial de Dongguan, no sul, onde até 85% dos trabalhadores estão com covid.

Para Jörg Wuttke, presidente da Câmara de Comércio da União Europeia na China, a reabertura repentina, embora turbulenta, oferece um caminho melhor do que os lockdowns prolongados, que paralisaram as cadeias de suprimentos e tornaram o planejamento de negócios quase impossível.

"A única boa notícia é que depois de sete a 10 dias as pessoas estão fora de perigo e podem voltar", disse ele. "Isso contrasta com uma política de lockdown que começou no fim de março e deixou você se perguntando o que estaria por vir nos próximos 60 ou 80 dias".

Especialistas em saúde alertam que pode ser tarde demais para evitar uma tragédia. "O que você faz para um furacão de categoria 5 quando está a uma hora e meia da costa? Se ainda não o fez, é tarde demais", disse Michael Osterholm, diretor do Centro de Pesquisa e Política de Doenças Infecciosas da Universidade de Minnesota.

Acredita-se que mais de 160 milhões de pessoas na China tenham diabetes, e há oito milhões de chineses não vacinados com mais de 80 anos, disse Yanzhong Huang, especialista em saúde do Council on Foreign Relations. Esses são fatores de risco para a covid grave.

Oficialmente, a China reportou 2.656 novos casos e cinco mortes na segunda-feira, número considerados muito subestimados pelos especialistas. Entrevistas com trabalhadores de fábricas chinesas indicam que muitos adoeceram com o relaxamento das regras.

China muda definição de mortos por covid



QILAI SHEN/BLOOMBERG

A China mudou a definição de mortes por covid-19, em uma aparente justificativa para explicar o baixo número de óbitos relacionados à doença, apesar da escalada de casos após o fim das restrições da política de covid-zero. Ontem, autoridades do Conselho de Estado disseram que só contabilizam como "mortes por covid" os óbitos registrados em centros de saúde e causados por pneumonia e insuficiência respiratória provocadas pelo coronavírus. Com isso, ficam de fora da contagem as mortes por causas indiretas — como ataques cardíacos e derrames — ou de pacientes que não chegaram aos hospitais. "Poucos morreram de insuficiência respiratória causada pela covid e a causa mais comum de morte são doenças pré-existentes", disse Wang Guiqiang, um importante médico de doenças infecciosas, em entrevista na Comissão Nacional de Saúde em Pequim. Desde o início da pandemia, a China soma 5,2 mil mortes. Na foto, surto reduz circulação de passageiros no metrô em Xangai.

Clima se torna tema central em disputa por comércio global

Ewa Krukowska, Jennifer Dlouhy e Laura Millan Lombraña
Bloomberg

As mais recentes tensões comerciais entre EUA e União Europeia (UE) ressaltam o quanto a política climática se tornou importante para as manobras geopolíticas.

A Lei de Redução da Inflação dos EUA incorpora uma série de subsídios industriais favoráveis ao clima para reforçar os investimentos internos, enquanto novas leis comerciais da UE irão estabelecer um imposto sobre algumas importações que envolvem elevados teores de carbono. As iniciativas mostram o quanto as grandes economias estão tentando criar incentivos para conter os danos causados pelo aquecimento global, ao mesmo tempo em que acompanham as mudanças tecnológicas de grande importância.

A estratégia da UE de abandonar os combustíveis fósseis — que se tornou urgente com a crise energética provocada pela guerra na Ucrânia — exige investimentos maciços em energias renováveis e tecnologias de baixo carbono, enquanto o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM, na sigla em inglês) vai impor custos adicionais a produtos de países com políticas climáticas mais frouxas, com o objetivo de proteger os produtores locais.

"O clima está se tornando parte integral de vários setores econômicos; não se trata mais apenas do setor de energia, mas também da indústria, agricultura, construção e transporte", diz Joanna Pandera, presidente do centro de estudos Forum Energii. "O mundo precisa garantir que o comércio também obedeça às regras verdes."

Na Europa, a crise energética e a disparada dos preços estreitaram os vínculos entre as políticas climática e econômica, e os esforços para implementar o Acordo Verde da UE foram acelerados no domingo, quando as autoridades chegaram a acordos provisórios sobre a elaboração do CBAM e uma reforma para fortalecer o mercado de carbono do bloco.

"A única saída eficaz para os desafios energéticos da Europa continua sendo a mesma: a transição para soluções de baixo carbono, como fontes de energia renovável caseiras e acessíveis", disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em uma carta aos Estados membros na semana passada, em que apresentou os esforços do bloco para responder à sua divergência com os EUA sobre os subsídios ambientais.

À medida que a política climática se mescla com os objetivos industriais, novas frentes de disputas estão se abrindo, e regras para o comércio de bens já estão sendo acaloradamente contestadas. A Alemanha e a França exigiram na segunda-feira do governo de Joe Biden para que conceda à Europa as mesmas isenções desfrutadas pelas nações com acordos de livre comércio com os EUA, numa tentativa de resolver uma disputa sobre a Lei de Redução da Inflação.

"É do nosso interesse mútuo achar rapidamente um terreno comum aqui", diz um documento assinado pelo ministro da Economia da Alemanha, Robert Habeck e seu colega francês, Bruno Le Maire.

Juntamente com a disputa transatlântica, EUA e Europa estão considerando a possibilidade de impor tarifas ao aço e ao alumínio da China, para combater as emissões de carbono e o excesso de capacidade global. A UE também quer formar uma aliança com os EUA sobre padrões para carros elétricos — um setor que a China subsidia pesadamente — e superar a posição dominante de Pequim em terras raras e outros recursos críticos para as tecnologias limpas.

"Existe uma grande oportunidade para se usar a política comercial como uma alavanca" para promover tecnologias mais limpas, diz Greg Bertelsen, presidente-executivo do Climate Leadership Council. "Aqueles que não se alistarem, se depararão com uma escolha", que inclui a perda de participação de mercado global.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) destacou o papel crescente da política climática ao focar seu relatório de 2022 no impacto do aquecimento global sobre o fluxo internacional de bens e serviços. A diretora-geral Ngozi Okonjo-Iweala foi a primeira líder da OMC a participar da COP sobre o clima no Egito, neste ano.

Os líderes dos G-7 também concordaram em avançar com um novo clube do clima para as economias mais avançadas do mundo, lançando uma agência permanente que ajudará a coordenar regras com o objetivo de evitar disputas sobre tarifas verdes.

Ao casar metas comerciais e ambientais e estruturá-las como forma de reforçar a competitividade interna, os governos descobriram que podem atrair o apoio até mesmo dos céticos do clima. Alguns conservadores nos EUA apoiam tarifas a produtos que emitem muito carbono em sua fabricação, para apoiar as siderúrgicas e fábricas de produtos químicos locais.

"Nossas empresas estão em desvantagem" pelos padrões mais elevados, disse o republicano Kevin Cramer na Fox, uma semana atrás. "Não deveríamos ser punidos novamente pela UE. Em vez disso, eles deveriam se unir a nós e punir os maus, como China e a Rússia."

Alemanha reduz compra de gás russo

Agências internacionais

A Alemanha conseguiu reduzir em mais da metade o gás importado da Rússia, segundo a BDEW, grupo empresarial alemão de empresas de energia.

Antes da guerra na Ucrânia, em 2021, a Rússia fornecia cerca de 55% do gás natural usado na Alemanha. O estudo revelou, porém, que a percentagem de gás russo usado no país passou a ser de 20% neste ano graças à importação de gás liquefeito. Holanda e Bélgica também começaram a enviar mais gás via tubulação para a Alemanha, o que ajudou na substituição das importações.

Outro fator que ajuda a explicar a diminuição da dependência russa é a queda na demanda de energia, que caiu 15% na Alemanha em meio a um inverno menos rigoroso. A Alemanha também anunciou que não vai comprar petróleo da Rússia no próximo ano e que o produto será substituído por importações de combustível do Cazaquistão.

Putin admite 'extrema' dificuldade das forças russas na Ucrânia ocupada

Agências internacionais

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, chamou a situação na Ucrânia de "extremamente complicada" em uma aparente tentativa de preparar a população da Rússia para uma prolongada guerra enquanto sua invasão se aproxima da marca de 10 meses.

Em um discurso para o serviço secreto do país, Putin admitiu que as forças russas enfrentam dificuldades nas regiões anexadas de Luhansk, Zaporizhzhia Kherson e Donetsk, após referendos organizados por Moscou em setembro.

Os comentários marcaram a segunda vez neste mês que o líder russo admitiu que a guerra na Ucrânia — que ele originalmente pensava que terminaria em menos de uma semana — deve durar muito tempo. No início de dezembro, ele disse a seu conselho de direitos humanos que a invasão poderia ser um "processo longo". No entanto, ele também comemorou os ganhos territoriais da anexação.

Desde a anexação ilegal dos territórios em setembro, uma vez que é reconhecida internacionalmente, a Ucrânia vem levando adiante ofensivas nestas áreas, tendo reconquistado a capital de Kherson, a principal cidade ucraniana dominada pela Rússia desde o começo da guerra, em fevereiro.

A cidade de Bakhmut, entre as regiões de Luhansk e Donetsk, é hoje palco de uma sangrenta batalha apelidada de "carnificina de Bakhmut" pelo grande número de baixas que ela já provocou.

A batalha está sendo um teste de força para os militares russos, que focaram seus esforços na cidade e enviaram o Grupo Wagner — formado por mercenários — ao local. O conflito está sendo encarado como vital para o moral das tropas russas após sucessivas derrotas no norte e sul da Ucrânia.

A cidade recebeu ontem a visita do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que distribuiu condecorações a combatentes locais.

Os EUA e seus aliados europeus apoiam a resistência ucraniana — um fator considerado fundamental para que o país recuperasse parte de seu território perdido. Kiev considera a retomada das regiões invadidas pela Rússia uma precondição para qualquer negociação.

"Eu me arriscaria a dizer que as coisas poderiam ser muito menos complicadas para os russos na Ucrânia se eles simplesmente saíssem e levassem suas tropas para fora do país", disse ontem o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby. "Além disso, como obviamente não parece ser algo que Putin esteja disposto a adotar como uma ideia para simplificar as questões na Ucrânia, vamos continuar a garantir todo o apoio aos esforços da Ucrânia para se defender", afirmou.

Putin também indicou ontem que a repressão doméstica da Rússia à dissidência continuará. Moscou tornou crime o ato de "desacreditar as forças armadas" – o que essencialmente pune qualquer crítica à guerra. "As agências de contra-espionagem devem estar tão preparadas e concentradas quanto possível para agir", acrescentou.

Comércio global registra queda pelo quarto mês

Paul Hannon
Dow Jones Newswires

O fluxo do comércio global caiu pelo quarto mês consecutivo em outubro no ritmo mais acentuado dos últimos meses, um sinal de que os altos preços da energia e o aumento das taxas de juros no mundo estão enfraquecendo a demanda doméstica por bens e desacelerando a economia global.

Um indicador antecedente dos fluxos comerciais desenvolvido pelo "Wall Street Journal" divulgado ontem aponta para uma queda de 2,8% no mês no fluxo do comércio global em outubro — ajustado para os altos e baixos sazonais das exportações de bens entre países.

A queda na demanda de consumo começa a desacelerar os fluxos comerciais, e o principal indicador antecedente da Organização Mundial do Comércio (OMC) sugere que essa tendência vai se manter em 2023, com a entidade estimando um aumento nas exportações e importações de 1% no período.

Pela primeira vez em 2022, os fluxos comerciais caíram em termos anuais em outubro, em 1%.

Curtas

Manobras Rússia-China
Militares de Rússia e China iniciam hoje exercícios no Mar do Leste. A ação ocorre desde 2012, mas neste ano ela reflete o esforço russo em estreitar laços com Pequim após a invasão à Ucrânia.

Confiança na zona do euro
A índice preliminar da confiança do consumidor da zona do euro este mês subiu para -22,2, segundo a Comissão Europeia. O índice ficou um pouco acima da projeção de economistas, de -22,3.

Déficit trilionário chinês
O déficit orçamentário da China atingiu em 2022 um recorde de US$ 1,1 trilhão, como reflexo da covid-zero e da crise imobiliária. O cálculo é da "Bloomberg".

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Ruídos políticos do futuro governo afetam os leilões

Não foi uma surpresa o resultado decepcionante dos leilões de infraestrutura realizados na semana passada. O apetite dos investidores foi certamente afetado pela transição de governo e pelas sinalizações ainda incompletas dadas pelo futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo cenário doméstico e internacional. O leilão de ontem da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), que teve apenas um interessado e saiu praticamente pelo preço mínimo, também foi influenciado, embora tivesse suas próprias incertezas jurídicas.

O que mais deixou a desejar foi o primeiro leilão de áreas de partilha no pré-sal no modelo permanente. Apesar de ter incluído lotes apresentados anteriormente, que voltaram ao pregão por interesse do mercado, nem todos foram arrematados. Foram oferecidos 11 blocos, mas apenas quatro tiveram lance e a Petrobras estava em três. Em um deles, a estatal estará sozinha, em outro terá parceria da Shell e, no terceiro, da TotalEnergies, Petronas e QatarEnergy. A BP foi a única petroleira privada a arrematar uma área como operadora. De nove empresas habilitadas, três não participaram..

O bônus arrecadado somou R$ 916,252 milhões, volume aquém do projetado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que era de R$ 1,2 bilhão. Havia expectativa de que mais áreas recebessem proposta uma vez que as empresas do setor estão capitalizadas. Com o resultado, são esperados R$ 1,44 bilhão em investimentos pelas empresas vencedoras somente na primeira fase dos contratos.

No caso do leilão de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foram arrematados todos os seis lotes, que abrangem quase 710 quilômetros em nove Estados. Mas o deságio médio foi de 38%, e o máximo chegou a 50%. Foram vencedoras a Cemig (lote 1), EDP Brasil (Lote 2), Taesa (Lote 3), EDF (Lote 4), Taesa (Lote 5) e Consórcio Olympus XIV - Alupar e Perfin (Lote 6).

Os leilões fecharam uma semana pródiga em indicações do próximo governo desfavoráveis às desestatizações. Na terça-feira, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva disse: "Vão acabar as privatizações nesse país. Já privatizaram quase tudo. Vai acabar, e nós vamos mostrar que algumas empresas públicas vão poder mostrar a sua rentabilidade".

Lula deu essas declarações na mesma entrevista em que confirmou a escolha de Aloizio Mercadante para a presidência do BNDES, argumentando que "precisamos de alguém que pense em reindustrializar esse país, que pense em inovação tecnológica, de alguém que pense na geração de financiamento ao pequeno, grande e médio empresário para que esse país volte a gerar emprego". A opção por Mercadante reacendeu os temores do mercado financeiro a respeito da estratégia do BNDES no futuro governo, com possível canalização de recursos para políticas que se mostraram erradas, como empréstimos subsidiados a grandes empresas ou ao exterior.

Pior do que isso foi a manobra da Câmara dos Deputados para alterar a Lei das Estatais em tempo recorde para contornar provável impedimento à nomeação de Mercadante, mas também de olho em facilidades para a entrada de políticos nas estatais. Bolsonaro fez uso político em indicações para a Petrobras. Mas agora a mudança de regra é mais ampla. De uma canetada, os deputados cortaram de 36 meses para 30 dias a quarentena exigida de pessoas que tenham ocupado cargos partidários ou participado de campanhas eleitorais para que possam atuar como presidentes ou diretores de empresas estatais ou conselheiros de agências reguladoras.

Outro sinal de alerta acendeu no mercado quando vazou a sugestão do grupo de Cidades do governo de transição de rever o Marco Legal do Saneamento Básico, bastante elogiado por ter enfrentado antigos problemas como a ineficiência do setor público e o uso político de estatais, que passam por cima dos terríveis índices de atraso na oferta de tratamento de esgoto e de água, com repercussões negativas na saúde da população e no ambiente. O grupo teria sugerido rever os estímulos à atuação do setor privado na área e as exigências de que as estatais competissem, e ainda retirar o poder da Agência Nacional de Águas e Saneamento (Ana) de editar regras para o setor.

Privatizar geralmente encontra obstáculos em qualquer governo. Até mesmo o liberal Paulo Guedes conseguiu realizar menos de um terço do R$ 1 trilhão da arrecadação com a privatização que prometia na campanha. Mas a combinação de mensagens do futuro governo acentuou as dúvidas em relação às políticas que serão adotadas. Em contraponto, as restrições fiscais indicam a necessidade de apoio do setor privado para realizar as atividades em que se sai melhor para que o governo possa se dedicar ao social.


Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/ Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares (tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora
Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora
Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA
Cristiano Romero (cristiano.romero@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Representação Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br**
Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedidoà central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.618,80 ou R$ 134,90 mensais.**
Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



EVANDRO MONTEIRO/VALOR



Sustentabilidade é uma das principais tendências para a inovação industrial. Por ***José Luis Gordon***

Investimento e cooperação em favor da biodiversidade

As dimensões globais dos desafios climático, ambiental e social abrem caminho para consolidarmos no Brasil um sistema de inovação industrial orientado à sustentabilidade. Diante do compromisso de descarbonização, restauração e conservação da biodiversidade até 2030, as empresas brasileiras possuem um desafio de promover transformações para apresentar medidas práticas, mensuráveis e escaláveis. O caminho para produzir, incluir e, ao mesmo tempo, preservar, requer investimento contínuo, cooperação, pesquisa e desenvolvimento.

Líderes mundiais se concentraram na construção de um documento nos moldes do Acordo de Paris, com metas para a preservação e a recuperação da biodiversidade do planeta, durante a Convenção da Diversidade Biológica (COP15) no Canadá. O Brasil, que responde pela maior diversidade genética vegetal do mundo, consolidou sua posição essencial em diferentes dimensões que a discussão sobre a agenda sustentável abarca.

Uma delas, sem dúvida, é a oportunidade de inovar mirando a transição para a economia verde. Dois atores são importantes para o aproveitamento desta janela de oportunidade. O primeiro é a indústria nacional, fundamental para viabilizar a transformação dos elementos da nossa biodiversidade em PIB sustentável. Outro, as instituições científicas e tecnológicas (ICTs) nacionais, como universidades, Senai, Institutos Federais, unidades de pesquisa do MCTI entre outros, fonte sólida de conhecimento sobre a biodiversidade e suas aplicações potenciais na economia e na sociedade.

O encontro de empreendedores, indústria e ICTs impulsiona a competitividade biossustentável no país. Na perspectiva do setor empresarial, os esforços para desenvolver tecnologias verdes vêm de empresas de todos os portes. No entanto, temos visto caminhos e soluções valiosas serem apontados por pequenos empreendedores e startups, em um movimento que contribui com respostas rápidas e acelera a criação de novos mercados.

Partiu, por exemplo, de uma pequena empresa de Niterói (RJ) a iniciativa de desenvolver um produto para destinar os resíduos gerados a partir da casca da castanha do Brasil. O resultado obtido com a ajuda de pesquisadores foi um composto que serve de matéria-prima para substituir parte do plástico em produtos e embalagens. Além de reduzir em cerca de 30% o uso de derivados do petróleo, a solução favorece as comunidades inseridas na cadeia produtiva da castanha na Amazônia, e o comércio internacional do produto, mais rigoroso quando envolve recursos da floresta.

Pequenos empreendedores e startups têm apontado caminhos e soluções valiosas e rápidas

A integração entre empresa e pesquisa aplicada em favor da pauta ambiental não é isolada. Nos últimos oito anos, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) respondeu a essa demanda ao apoiar 405 projetos de inovação industrial com foco em desenvolvimento de tecnologias verdes. Metade deles foi liderada por empresas de micro e pequeno porte ou startups, em uma pauta que engloba desde economia circular e reaproveitamento de resíduos à produção de biocombustíveis, biofertilizantes e biodefensivos agrícolas.

Entre pequenas e grandes soluções, esses projetos somaram um investimento aproximado de R$ 538 milhões, incluindo recursos da Embrapii, das Unidades Embrapii (ICTs) e das empresas. O volume de recursos investido sinaliza disponibilidade e prontidão de empresas e da ciência para transformar o modo de produzir, superar os desafios do consumo e impactar qualidade de vida. Considerando a perspectiva de novas parcerias e acréscimo de demanda por parte das empresas, a expectativa é de mais recursos e esforços nessa área a partir do próximo ano.

Entretanto, quando se fala em agenda ambiental, os números e as estratégias estão em uma escala muito elevada. Envolvem restaurar a natureza, promover transição energética, novos padrões de consumo e desenvolvimento baseado no clima. A bioeconomia, que é geração de riquezas a partir de recursos da biodiversidade, representa US$ 285,9 bilhões nas atividades econômicas nacionais, equivalentes a 13,8% do PIB, segundo levantamento do BNDES em 2018.

A manufatura de produtos e a criação de processos que tenham como base esse novo paradigma estão profundamente ligadas à capacidade das empresas de reconhecer, criar e incorporar valor na bioeconomia. Pelo lado do sistema de apoio ao setor empresarial, há de oferecer meios para aproximar essa demanda do conhecimento. Um exemplo de instrumento é a Rede MCTI/Embrapii de Inovação em Bioeconomia, que reúne 30 centros de pesquisa e já apoiou 300 empresas com projetos de inovação na área.

Incorporar o fator sustentabilidade à produção carrega enormes desafios ao setor empresarial, como o da transparência e o da efetividade em suas ações. O impacto das medidas anunciadas pelas empresas e o risco do greenwashing foi, aliás, muito debatido na COP27, no Egito. Há em nossa carteira atual de projetos bons sinais na direção contrária. Identificamos que 67% das inovações apoiadas apresentam temáticas relacionadas a um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A meta agora é classificar estas iniciativas inovadoras segundo os ODS a partir de uma metodologia inédita, que será desenvolvida com apoio do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Oferecer um selo de compromisso com a sustentabilidade às empresas é uma forma de dar segurança aos investimentos, atrair parceiros e direcionar recursos para a geração de riquezas que realmente ajudem a mitigar mudanças climáticas.

Sustentabilidade é sem dúvida uma das principais tendências para inovação industrial em 2023. O Brasil tem as condições para ser destaque internacional nesta agenda, se puder propiciar um ambiente de integração entre instituições nacionais e internacionais, empresas e centros de pesquisa, por um país mais inovador, verde e inclusivo.

José Luis Gordon é doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)

Opinião

Fazer ainda mais

Ana Inoue



Tenho acompanhado as articulações, debates e empenho coletivo neste período de transição de governo para reconduzir o país para uma trajetória de desenvolvimento econômico e social. Está claro para mim que só conseguiremos avançar em 2023 para reverter o quadro de retrocessos a serem enfrentados com inovação na gestão de políticas públicas. Vivemos, no passado recente, um período de múltiplas crises que resultaram em um cenário de adversidades sem precedentes e que não será solucionado apenas com políticas que um dia já surtiram efeito ou que foram interrompidas. Se não formos ousados e inovadores, não conseguiremos avançar na velocidade e na medida que necessitamos.

Exemplo dessa conjuntura, que demanda um olhar sistêmico e inovador, são os desafios que alcançam nossas juventudes. Quem acompanha minha coluna neste jornal sabe que tenho refletido e repetido que é urgente olharmos e oferecermos possibilidades de futuro para quem ainda é maioria na pirâmide da população brasileira: as nossas juventudes.

Os jovens foram afetados demais pela pandemia e pela falta de garantia de seus direitos fundamentais, como educação de qualidade e acesso à formação para o mundo do trabalho. Diante de um cenário devastador na nossa sociedade com a pandemia, muitos jovens desistiram da escola para trabalhar e buscar algum sustento para eles e suas famílias. Um retrato disso foi o aumento de 3,2 p.p. na taxa de abandono do ensino médio entre 2020 e 2021, alcançando 5,0% em 2021, de acordo com dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Aumentou também, de 1,6 milhão para 1,9 milhão entre 2020 e 2021, o número de jovens de 15 a 17 anos que estavam frequentando etapas educacionais anteriores ao adequado, segundo dados divulgados pelo Todos pela Educação.

Esses jovens precisam de novas oportunidades para voltar à escola e recuperar o tempo perdido. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma janela importantíssima para trazer de volta esse estudante abandonado. Diferentemente dos anos 1990, em que a EJA foi dedicada, principalmente, à alfabetização de adultos e idosos, essa modalidade de ensino hoje é formada em sua maioria por jovens estudantes, que buscam retomar os estudos por entender a importância da educação para dar novos rumos às suas vidas. Dados do Inep, de 2021, revelam que a EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 53,5% das matrículas.

Só conseguiremos reverter esse quadro de retrocessos com inovação na gestão de políticas públicas

A cara da EJA mudou. Tanto nos rostos que vemos em suas carteiras quanto em sua concepção. Alguns estados já entenderam e uniram ao currículo da EJA a formação profissional, essencial para atrelar o conhecimento geral a uma possibilidade de atuação no campo profissional, tornando a modalidade mais atrativa para quem já foi obrigado, inclusive, a se aventurar pelo mundo do trabalho, muitas vezes de forma não digna, em subempregos. Essa é, inclusive, uma meta que o país precisa alcançar. Está no Plano Nacional de Educação (PNE), na meta 10, que 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos estejam integradas à Educação Profissional e Tecnológica até 2024, a chamada Ejatec. Este percentual, no entanto, estava muito abaixo do compromisso firmado, com apenas 2,15% em 2021.

Em sua concepção, a Ejatec enxerga o aluno com todas as suas especificidades, considerando a realidade em que está inserido, o momento de sua vida, os desafios e o acúmulo de conhecimento adquirido em suas trajetórias pessoais e profissionais. E entrega a ele uma Educação Profissional e Tecnológica emancipatória, com olhar para o sujeito e que coloca o trabalho como princípio educativo ao longo de sua vida.

O estado do Maranhão já entendeu o valor dessa política. Nos últimos dois anos, se tornou uma referência para mais estados e para o Brasil. Em 2020, o Estado investiu em duas escolas-piloto para oferecer a Ejatec e, de lá para cá, esse número saltou para 52 escolas. A perspectiva é de expansão, mas, mais do que ampliar a oferta, o Estado conseguiu otimizar o desenvolvimento dos estudantes por meio de práticas pedagógicas, resultando em formação geral e profissional em apenas dois anos. O jovem que não conseguiu concluir o início de sua formação na idade considerada adequada passa a ter, então, uma oportunidade valiosa de encerrar o ensino médio e de obter uma certificação que irá abrir portas para uma inserção profissional mais protegida e adequada. O Maranhão nos mostra que é possível oferecer possibilidades para as juventudes enfrentarem as adversidades.

Esse é um exemplo de política pública inovadora no contexto social do país, a que me referi logo no começo desse texto. É um exemplo de medida que demanda ser contemplada pelos programas de governo das novas lideranças eleitas do país como uma das ações prioritárias no campo da educação, com o intuito de universalizar uma formação de qualidade para todas as juventudes. Precisamos valorizar essa possibilidade e fazer mais ainda para salvar a educação do país e mudar os destinos dos nossos jovens.

Ana Inoue é superintendente do Itaú Educação e Trabalho, frente da Fundação Itaú com foco em educação profissional, juventudes e sua inclusão no mundo do trabalho

Frase do dia

"O apagão de dados é um projeto político, por isso foi tão profundo e grave".

De Lucia Souto, médica da Fiocruz e presidente do Cebes, sobre a falta de informações sobre quantos brasileiros tomaram imunizantes, sobre estoque e validade de vacinas

Cartas de Leitores

América Latina

No momento em que os países da América Latina passam por problemas econômicos, sociais e de distanciamento dos países do primeiro mundo em desenvolvimento tecnológico, a seleção argentina de futebol, ganhando a Copa do Mundo, demonstra capacidade de organização, técnica, autoestima, talento e, principalmente, nenhum complexo de inferioridade em relação aos europeus que vinham dominando o futebol mundial há duas décadas.

É um estímulo para os países latino americanos se unirem ainda mais estimulando os negócios e intercâmbios tecnológicos e culturais, passando a formar um só bloco no caminho do desenvolvimento econômico e social . Foi muito bonito ver tantos brasileiros torcendo para Argentina e, particularmente, pelo Messi.

José Osvaldo Gonçalves Andrade
jog.andrade64@yahoo.com

Democracia

Gideon Rachman, do Financial Times (**Valor**, A 13, 20/12) retrata, numa perspectiva ampla da história do homem, o prevalecimento das instituições democráticas sobre as personagens autoritárias. Enquanto aquela é um regime de governo estudado e experimentado em suas instituições sólidas e consolidados, o de um homem só com seus prosélitos tendem a ser efêmeros, primordialmente nas nações fortes. O articulista lembra o destino entrópico de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro no Brasil, os personagens que mais ameaçaram o constitucionalismo de direito e democrático nestes tempos. É certo que o mundo ainda é pródigo em regimes de força, todos passageiros, ainda que depois de décadas, enquanto os regimes das liberdades, solidamente institucionalizados e constitucionalizados das democracias tendem à permanência.

Os povos do século atual e dos vindouros tendem a repudiar o anacronismo dos homens-fortes e autoritários, mais cedo ou mais tarde. Vladimir Putin experimenta uma oposição, ainda insuficiente para ameaçá-lo, mas que se tornará forte com o previsível fracasso na insólita guerra contra a Ucrânia e contra todo o ocidente politicamente civilizado.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Orçamento secreto

Com a derrubada do orçamento secreto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), certamente as transações governamentais tanto do poder Executivo como do Legislativo, tenderão a ficar mais transparentes e claras. Esse fato certamente poderá melhorar a gestão governamental do próximo ano, com efeitos benéficos a toda a nossa imensa população, possibilitando a melhora de qualidade de vida entre nós.

José Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Este ano nem viu uma recuperação plena da pandemia de covid-19. Por *Martin Wolf*

Lampejos de luz em um ano horrível

Poucos vão se arrepender da passagem de 2022. O ano viu um ataque brutal a um vizinho pacífico por um déspota odioso. Viu a disparada da inflação e a renda real cair em uma crise global do custo de vida. Viu os juros subirem, o dólar forte e dificuldades generalizadas com dívidas: segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), 60% dos países de baixa renda encontram-se com problemas com dívida ou correm o risco elevado de ter.

O ano assistiu à queda dos preços dos ativos e o aumento da volatilidade nos mercados. Viu movimentos importantes para o desacoplamento entre os Estados Unidos e a China e a formação de blocos de competição centrados nas duas superpotências, com a Rússia firmemente do lado da China. Viu o fracasso da conferência COP27 sobre o clima em dobrar para baixo a curva das emissões dos gases do efeito estufa. Ele nem mesmo viu uma recuperação plena dos terríveis resultados da pandemia de covid-19, especialmente entre as populações mais pobres do mundo.

Isso é ruim. E o pior ainda pode estar por vir, possivelmente muito pior. Vladimir Putin, em particular, é inqualificável. Assim como também Xi Jinping, conforme vimos em sua política para a covid. Quem sabe que caos financeiros os republicanos poderão desencadear sobre o teto da dívida dos EUA em 2023? Mais uma vez, a União Europeia realmente vai perseverar com a Ucrânia à medida que as taxas de juros sobem, as economias mergulham em recessão e os problemas com dívidas aumentam?

No entanto, nem tudo é ruim. Em 2022, a luz também brilhou na escuridão. Vamos celebrar isso antes de entrarmos em um novo ano.

O Ocidente está de volta. A invasão da Ucrânia uniu aqueles que compartilham dos valores democráticos. Para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), foi um momento de renascimento. Para a Alemanha, foi uma "zeitenwende" [nova era]. Para a Finlândia e a Suécia, a hora de rejeitar a neutralidade. A bajulação de Donald Trump a Putin não conseguiu minar o apoio dos EUA à Ucrânia. Sem dúvida, Volodymyr Zelensky ganhou a guerra da propaganda. Ele é o líder heroico que a Ucrânia – e o Ocidente – tanto precisavam.

Putin não é o único homem-forte a parecer mais fraco do que há um ano. O mesmo vale para Xi e Trump. A política de covid-zero do primeiro acabou de forma humilhante. A alegação da versão atual do antigo despotismo chinês de governar com mais competência do que a confusa democracia está em frangalhos. Os déspotas do Irã estão sob ataque de seus jovens. Os candidatos de Trump foram substancialmente repudiados nas eleições de meio de mandato. Sim, ele tem muitos apoiadores para se sentir confortável. A elite republicana continua covarde. Mas o Congresso agora tornou sua tentativa de insurreição tão clara quanto o dia.



Nem tudo que aconteceu este ano foi um desastre. Para quem acredita na democracia, no Estado de Direito, no avanço econômico contínuo, em mercados financeiros sólidos, 2022 não foi totalmente ruim. No entanto, vamos esperar que 2023 seja melhor. Precisa ser

Enquanto isso, no maltratado Reino Unido, o valor da democracia também foi comprovado. Movidos pelos temores de uma derrota eleitoral, os Conservadores se livraram de Boris Johnson, seguido pela incrivelmente incompetente Liz Truss em 44 dias. Ninguém morreu. A democracia não é perfeita, especialmente quando assume a forma de referendos sobre temas que não se pode esperar que as pessoas entendam totalmente. Mas elas aprendem: uma pesquisa recente da YouGov mostra que 51% dos consultados se arrependem do Brexit e apenas 34% ainda o apoiam. Essa mudança permitirá que um futuro governo aproxime mais o Reino Unido da União Europeia novamente.

Tardiamente, mas com determinação, o Federal Reserve (Fed) agiu para controlar as pressões inflacionárias internas nos EUA, onde elas eram mais fortes. Em parte como resultado, as expectativas de inflação permanecem sob controle. Problemas ainda estão por vir. Mas são boas as chances de a inflação ser controlada nos EUA e outros lugares em 2023. Um retorno ao crescimento deve se seguir.

O aumento das taxas de juros nominais sacudiu os mercados. No índice de ações Standard & Poor's 500 (S&P 500), a relação preço/lucro ajustada ciclicamente caiu de 39 em dezembro de 2021, o segundo maior pico da história, para a baixa recente de 27. Isso ainda está muito acima da média de longo prazo de 17. Mas é um movimento em relação à realidade. Os mercados também ficaram visivelmente mais voláteis e alguns ativos especulativos caíram muito. O bitcoin recuou do pico de US$ 69.000 no ano passado para US$ 17.000. Isso prova que ele não é nem uma unidade de conta, nem uma reserva de valor. Nunca foi um meio de pagamento útil. Assim como o bitcoin, a FTX de Sam Bankman-Fried também se foi. As taxas de juros podem não permanecer altas, em temos reais e nominais. Mas seus saltos lembraram os investidores dos riscos. Isso é bom.

A globalização também não está morta. Na verdade, fora dos EUA, onde as reclamações sobre práticas comerciais injustas se tornaram quase epidêmicas, a maioria dos países entende que precisa de um comércio dinâmico para prosperar. De forma encorajadora, o FMI prevê que o volume do comércio mundial de bens e serviços aumentará 4,3% este ano. Curiosamente, isso é mais que o crescimento de 2,9% do comércio de bens; o comércio de serviços está assumindo a liderança. Isso se segue a um crescimento de 10,1% no volume de bens e serviços comercializados e um crescimento de 10,8% no comercio de bens em 2021. Enquanto isso, o PIB mundial deverá crescer apenas 3,2% em 2022, depois de crescer 6% em 2021.

Portanto, o mundo não está se desglobalizando: o comércio não está crescendo tão rapidamente quanto antes. Isso é em parte um acontecimento natural. A globalização não poderia crescer tão rápido quanto antes. Mas ela ainda está funcionando. A economia mundial também continua crescendo. Nossos ancestrais achariam isso extraordinário.

Finalmente, de uma maneira confusa e mal coordenada, o mundo está deixando a covid-19 para trás. Isso está sendo ajudado em muito pelas vacinas, muito embora elas não estejam sendo tão amplamente distribuídas quanto deveriam ser. Variantes piores são prováveis e novas pandemias também. Mas isso é progresso.

É fácil ser sobrepujado pelos perigos, injustiças, conflitos e fracassos do nosso mundo. Certamente, muitos deles existem. Mas nem tudo que aconteceu este ano foi um desastre. Para aqueles de nós que acreditam na democracia, no Estado de Direito, no avanço econômico contínuo, na integração econômica global, em mercados financeiros sólidos e na estabilidade monetária, 2022 não foi totalmente ruim. No entanto, vamos esperar que 2023 seja melhor. Precisa ser. *(Tradução de Mário Zamarian).*

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do Financial Times

Especial

Governo Negacionismo marca gestão na Saúde, foco do segundo balanço do **Valor** sobre governo atual

Politização da saúde marca era Bolsonaro

Cristiane Agostine e Ricardo Mendonça
São Paulo

Em outubro de 2020, quando já havia 150 mil óbitos por covid-19 e a Saúde era chefiada pelo terceiro ministro desde o início da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro ordenou ao então titular, o general Eduardo Pazuello, que cancelasse um protocolo assinado na véspera para compra de 46 milhões de doses da CoronaVac, vacina de origem chinesa desenvolvida pelo Butantan.

Um dia antes, Pazuello havia anunciado: "a vacina do Butantan será a vacina do Brasil". O que incomodava Bolsonaro, ele admitiu, era o protagonismo do então governador João Doria (SP) na compra da vacina. Na época, Doria ainda era visto como potencial concorrente na eleição de 2022.

Nesta segunda reportagem da série do **Valor** de balanço do atual governo, o cancelamento da vacina foi citado como o ato mais simbólico daquilo os especialistas destacam como a principal característica dos anos Bolsonaro na saúde: a extrema politização da gestão.

Professora nos EUA, a microbiologista Natalia Pasternak sintetiza assim a história da saúde nos últimos quatro anos: "O governo começou com um ministro da área [Luiz Henrique Mandetta] que montou uma equipe técnica. A covid derrubou tudo. Naquele momento começou a politização, começou a degringolar. Troca de ministros, cloroquina, falas absurdas. Todas as escolhas passaram a ser orientadas por cálculo político".

Pesquisador que também atua nos EUA, o epidemiologista Pedro Hallal destaca os ineditismos do período: "Foi a primeira vez na história que o Ministério da Saúde adotou postura anticiência. A primeira em que o Estado trabalhou contra vacina. E a primeira em que as autoridades adotaram o conflito como estratégia de gestão".

Por discordar do viés científico, Bolsonaro demitiu Mandetta no segundo mês da pandemia e viu o sucessor, Nelson Teich, ficar menos de um mês no cargo. Ele deu eco ao discurso de que a covid era branda, propagandeou remédios sem eficácia e apostou na imunidade de rebanho – a ideia de que quanto mais gente contaminada, mais rapidamente a questão se resolveria.

O mau desempenho do país no combate à covid é a face mais visível da politização e colaborou para a impopularidade de Bolsonaro, que reverteu em sua derrota eleitoral. Com menos de 3% da população, o país tem 11% dos óbitos. Mas as consequências vão além. Pesquisadores, ex-ministros e entidades destacam que o período é marcado por queda na vacinação em geral, aumento da mortalidade materna, volta de doenças do passado, desabastecimento, cortes orçamentários, falta de integração com Estados e municípios e apagão de dados.

Coordenador do grupo de saúde da equipe de transição, o ex-ministro Arthur Chioro classifica como "verdadeiro caos" a situação encontrada. "O governo não sabe quantas vacinas tem no estoque, quanto vai mandar aos Estados, quantas estão na validade", diz. "Faltam remédios para Aids, hepatite e houve corte de despesas discricionárias. Há uma desmontagem generalizada de programas, como o de saúde bucal, saúde indígena e saúde da família."

Médica da Fiocruz e presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Lucia Souto reforça: "Assistência farmacêutica está desorganizada e sem remédios. Mortalidade materna aumentou. Aumentou o número de internações de bebês por desnutrição. Há desmonte do Programa Nacional de Imunizações. Faltam dados, não tem previsão para 2023 e há o risco da reintrodução da poliomielite."

O atraso na compra de imunizantes contra a covid foi acompanhado pela difusão da ideia de que vacinas podem fazer mal. Bolsonaro difamou a CoronaVac, chamando-a de "vacina da China", comemorou atrasos na fase de testes, se esquivou de ser vacinado, debochou dizendo que alguém poderia virar jacaré, difundiu a "fake News" que associava vacinação à Aids.

Mesmo o atual ministro, Marcelo Queiroga, médico de formação e o quarto no posto, deu sua contribuição. Falando sobre a "liberdade individual" de não tomar a vacina, disse que "às vezes é melhor perder a vida do que perder a liberdade".

A Organização Pan-Americana de Saúde alertou sobre o "risco muito alto" de reintrodução poliomielite no país. 2013 foi o último ano com 100% de cobertura vacinal. Desde 2016, a taxa está abaixo de 90%. Em 2021, caiu para 70,9%. Agora, 66,7%. A tríplice viral D1, contra sarampo, caxumba e rubéola, teve cobertura total pela última vez em 2014. Caiu para 74,7% em 2021, 71,8% neste ano. A BCG, para proteger da tuberculose, regrediu de 100% (2015) para 74,5%.

Na atenção primária também há retrocesso na mortalidade materna. Em uma década, 2020 registrou recorde de mortes de mulheres por complicações na gravidez ou parto: 74,7 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos. Há dez anos, eram 59,3. Em boletim, o próprio ministério ressalta a importância de ações para melhorar o pré-natal e cobra investimentos.

Houve aumento da internação de bebês por desnutrição. A Fiocruz mostrou que o governo Bolsonaro registrou, em 2021, o pior índice em 13 anos. Em média, oito crianças com menos de um ano foram hospitalizadas por desnutrição a cada dia (113 internações para cada 100 mil nascidos vivos). Um novo recorde deve ser batido, já que, até agosto, a rede pública registrava aumento de 7% na taxa.

A desnutrição contribui para o agravamento de outros quadros que levaram crianças a óbito. Entre 2018 e 2020, mais de 50 mil bebês morreram de causas evitáveis, como diarreia e pneumonia, conforme identificado pela Fiocruz. Se o problema não for tratado, diz Lucia Souto, o próximo sinal será o aumento da mortalidade infantil.

O ministério alega que tem dois programas para prevenir carência de micronutrientes e que repassou R$ 345 milhões aos municípios em 2021 para ações de nutrição.

Outro problema ressaltado de forma quase unânime é o apagão de dados. Faltam informações sobre quantos brasileiros tomaram imunizantes por município, estoques e validade de medicamentos e vacinas. "No caso das vacinas, não sabemos se o problema está na alimentação de dados, na falta de campanhas ou na falta de vacinas mesmo", diz Pasternak. Lucia Souto vai além: "O apagão de dados é um projeto político".

A equipe de transição estima, com base em dados coletados pelo Tribunal de Contas da União, que o país deve perder R$ 2 bilhões gastos em vacinas contra covid a vencer no início de 2023. Em julho, o TCU determinou a divulgação de dados de medicamentos e vacinas em estoque sob sigilo. Descobriu-se que 22 milhões de itens, entre ampolas e remédios, haviam perdido a validade, prejuízo de R$ 243 milhões. No rol estavam 344 mil doses de vacina contra a covid. O ministério disse na ocasião que os centros de distribuição são controlados e fiscalizados para mitigar risco de perdas.

A falta de transparência ficou evidente já no terceiro mês da pandemia. Diante da ascensão de óbitos, o governo parou de divulgar dados acumulados. Em resposta, veículos de comunicação formaram um consórcio para coletar números nos governos estaduais, totalizar e fazer a divulgação diária.

Em auditoria, o TCU ressaltou a precariedade dos dados oficiais. Sem coleta organizada pelo ministério, não é possível saber o tamanho da fila para exames, procedimentos e cirurgias. Há estimativa de ao menos 11,6 milhões de cirurgias represadas na pandemia, segundo dados coletados pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass).

Outro reflexo da pandemia é o atraso no diagnóstico de doenças. Sem exames preventivos, o paciente descobre o problema em um estágio mais avançado, quando o tratamento é mais difícil. Segundo o Conass, cerca de um milhão de mamografias deixaram de ser feitas. A equipe de transição estuda medidas com mutirões, teleatendimento e contratação de serviço em hospitais filantrópicos e privados. Mas isso esbarra na questão orçamentária.

Bolsonaro cortou R$ 22,7 bilhões do setor na proposta de diretrizes orçamentárias para 2023. O Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tem como função fiscalizar ações do setor, divulgou uma "carta-denúncia" a respeito e uma moção de repúdio ao governo.

Entre 2018 e 2022, segundo o CNS, houve perda de R$ 36,9 bilhões na saúde por conta do teto de gastos. Conselheiro do órgão, Getúlio Vargas Jr. ressalta que a redução afeta o Farmácia Popular, a atenção primária, exames e consultas, programas de prevenção, controle e tratamento de Aids, hepatites e tuberculose. O Farmácia Popular, que distribui medicamentos, foi reduzido 59% na proposta para 2023. Isso tolhe o acesso a medicamentos para diabetes, hipertensão e asma.

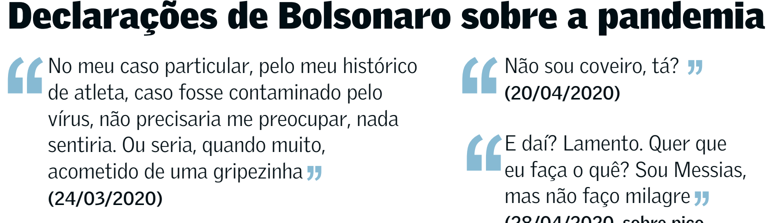
Ex-integrante do ministério na gestão Mandetta, o médico João Gabbardo aponta o desmonte da estrutura tripartite da pasta, com falta de diálogo com Estados e municípios. "O governo não consegue impor políticas centralizadas", diz.

Gabbardo atuou como número dois no início da gestão. Ele afirma que, até a pandemia, o ministério tinha "total liberdade para implementar políticas". Isso mudou com a chegada da covid: "No início da pandemia, o país não tinha equipamento de proteção individual, máscara, não tinha profissional suficiente nem estrutura para o atendimento de uma alta demanda. Por isso defendemos o isolamento social, para ganhar tempo. Mas o presidente não concordou". Mandetta reforça: "A condução até a pandemia era técnica. Depois houve uma intervenção militar".

Os resultados da saúde comprometeram a reeleição de Bolsonaro, mas outros se beneficiaram. Pazuello, por exemplo, trocou a farda pelo PL-RJ, de Valdemar Costa Neto, e foi eleito deputado federal.

O **Valor** procurou o ministério para comentar. A assessoria de imprensa pediu que perguntas fossem enviadas por escrito. O e-mail enviado com os questionamentos não foi respondido.

Declarações de Bolsonaro sobre a pandemia



"No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria. Ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha" **(24/03/2020)**

"Brasileiro tem que ser estudado, ele não pega nada. Vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha e não acontece nada" **(26/03/2020, para dizer que o Brasil não chegaria a uma situação crítica)**

"Infelizmente, algumas mortes terão. Paciência, acontece, e vamos tocar o barco" **(27/03/2020)**

"Não sou coveiro, tá?" **(20/04/2020)**

"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre" **(28/04/2020, sobre pico de mortes)**

"Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio. Lamento os mortos. Todos nós vamos morrer um dia, não adianta fugir disso. Tem que deixar de ser um país de maricas" **(10/11/2020)**

"Eu não vou tomar [vacina]. (...) Se você [tomar e] virar um jacaré, é problema de você, pô" **(17/12/2020)**

"A covid apenas encurtou a vida delas por alguns dias ou algumas semanas" **(08/09/2021, com 584.421 mortes)**

"Lamento profundamente, mas é um número insignificante" **(22/01/2022, sobre a mortes de crianças por covid)**

Cronologia da crise

Os eventos mais marcantes da história da covid-19 no Brasil

2020

26/02 É registrado o primeiro caso de covid-19 no país, cerca de um mês após a cidade chinesa Wuhan, epicentro da doença, viver um surto



Stefan Wermuth/Bloomberg

12/03 Um dia após a **OMS declarar que o mundo vive uma pandemia**, Brasil registra a primeira morte por covid-19

16/04 Bolsonaro demite o **ministro Luiz Henrique Mandetta** após divergências sobre como conter a pandemia. Foi substituído por Nelson Teich

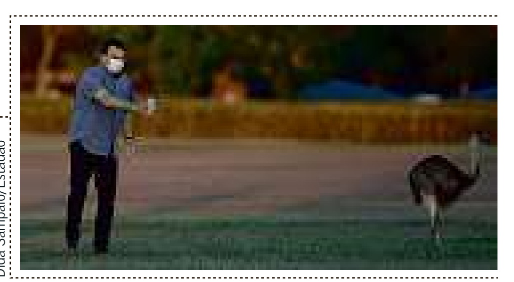


Jorge William / Agência O Globo

15/05 Menos de um mês depois de assumir, Teich deixa o Ministério da Saúde também por divergências. O secretário-executivo, Eduardo Pazuello, general do Exército, assume interinamente

06/06 Com número crescente de óbitos, o governo muda a forma de divulgação de casos. Passa a informar só dados das últimas 24 horas. Em resposta, veículos de imprensa formaram um consórcio para coletar e divulgar os dados

07/07 **Bolsonaro testa positivo** para covid-19 e diz a apoiadores que foi medicado com **hidroxicloroquina**



Dida Sampaio/Estadão

24/07 Pazuello despreza dois alertas do comitê técnico do Ministério da Saúde: um sobre a falta de remédios nas UTIs; outro, em linha com a OMC, sobre a inutilidade da compra de cloroquina

27/07 Ministério da Saúde anuncia parceria para transferência de tecnologia da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford, do Reino Unido, e da farmacêutica AstraZeneca para que a Fiocruz produza a vacina no Brasil

30/07 O Instituto Butantan, ligado ao governo de SP, faz a primeira oferta da vacina CoronaVac ao governo federal. Bolsonaro ironiza a CoronaVac, e o Planalto não responde ao Butantan. Pfizer inicia os primeiros contatos com o governo federal

06/08 Bolsonaro assina uma medida provisória que libera R$ 1,9 bilhão para viabilizar a produção da AstraZeneca pela **Fiocruz**



Divulgação

15/08 A Pfizer faz a primeira oferta de vacina ao Brasil: mais de 70 milhões de doses até o fim de 2021, mas governo não responde

16/09 **Eduardo Pazuello** é efetivado como ministro da Saúde



Reprodução

07/10 Ainda sem responder ao Butantan, o então secretário-executivo da Saúde, Élcio Franco, diz que o governo optou pela cota mínima do consórcio Covax Facility, suficiente para só 10% da população

20/10 Pazuello anuncia a governadores que comprará 46 milhões de doses da CoronaVac. No dia seguinte, Bolsonaro diz que mandou cancelar e que não compraria "a vacina da China". Na sequência, Pazuello participa de uma transmissão ao vivo ao lado do presidente e diz que "um manda e o outro obedece"

19/11 O governador de São Paulo, **João Doria**, anuncia a chegada das primeiras 120 mil doses da **CoronaVac**



Divulgação

19/12 Bolsonaro diz que não se justifica a pressa pela vacina. Dois dias antes, havia dito que não tomaria o imunizante

2021

06/01 Com uma nova variante identificada e número crescente de casos, hospitais de Manaus recomendaram a transferência de pacientes para outros Estados

08/01 A empresa que fornecia oxigênio a Manaus alerta sobre a iminente falta do produto. Mas o governo federal ignora os alertas e opta por enviar 120 mil unidades de hidroxicloroquina

14/01 **Manaus enfrenta um colapso no fornecimento de oxigênio** hospitalar e pacientes morrem por falta de oxigênio medicinal



Sandro Pereira/Folhapress

17/01 A **enfermeira Monica Calazans** é a primeira pessoa no país a receber a vacina, pelo governo de São Paulo



Divulgação

16/02 Ministério assina contrato com o Butantan para a compra de mais 54 milhões de doses.

23/02 Governo empenha R$ 1,6 bilhão e assina compra de 20 milhões de doses da Covaxin, sem aval da Anvisa. Diretor do Ministério da Saúde, Roberto Dias pede propina de US$ 1 por dose para que a pasta contrate uma empresa que prometia 400 milhões de doses da AstraZeneca.

06/03 Ministério pede à Precisa Medicamentos a aquisição de mais 50 milhões de doses da Covaxin. Pazuello se reúne com intermediadores para negociar a compra de 30 milhões de doses da Coronavac por preço que era quase o triplo do negociado pelo Butantan.

15/03 Sob suspeita de irregularidades no caso Covaxin e investigado pela PF, Pazuello sai do Ministério após seis meses no cargo

23/03 **Marcelo Queiroga** assume como o quarto ministro da Saúde de Bolsonaro



Reprodução

27/04 Senado instala a CPI da Pandemia

29/06 Contrato com a Covaxin é suspenso

26/10 **Relatório aprovado da CPI** pede o indiciamento de 80 pessoas, incluindo o presidente, por nove crimes




Divulgação

2022

02/12 Brasil ultrapassa a marca de 690 mil mortes por covid-19. São cerca de 11% dos óbitos no mundo, embora o país tenha 2,7% da população mundial

Valor

Empresas



Frankel, da Housi, fecha parceria inédita com a Lello para compartilhar serviços B4

Destaques

Rede D'Or e SulAmérica
A Rede D'Or e a SulAmérica anunciaram nesta terça-feira (20) que foi consumada a operação de fusão entre as duas empresas, após a verificação do atendimento das condições precedentes ao negócio. Com isso, a Rede D'Or autorizou a emissão de 308.304.834 novas ações da companhia, o equivalente a 0,76 ação por cada unit da SulAmérica, a serem distribuídas para os acionistas atuais da seguradora. As novas ações começarão a ser negociadas na segunda-feira (26), sendo interrompidas as negociações das ações da SulAmérica nesta data. Acionistas na base da SulAmérica até a sexta-feira (23) receberão os novos papéis da D'Or. Acionistas da SulAmérica que exerceram o direito de retirada vão receber o reembolso de R$ 20,31 por unit na sexta-feira (23). A empresa diz que acionistas detentores de duas ações preferenciais e duas units, equivalente a R$ 54,16, exerceram o direito.

Importação de químicos
O Brasil importou US$ 5,8 bilhões em produtos químicos no mês passado, baixa de 11,8% ante outubro e de 10,3% na comparação anual, segundo relatório de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). No acumulado até novembro, as importações de produtos químicos somaram US$ 74,8 bilhões, alta de 36% puxada pelo preço médio 42,6% superior. Em volume, foram mais de 53,2 milhões de toneladas, queda de 4,6%. As exportações somaram US$ 1,3 bilhão em novembro, leve aumento de 1,4% frente a outubro e estáveis em relação ao mesmo mês de 2021. Entre janeiro e novembro, as vendas para o exterior totalizaram US$ 16,1 bilhões, alta de 24,9% também na esteira do preço médio mais alto, em 25,3%. Até novembro, o déficit na balança comercial somava US$ 58,7 bilhões, 39,4% acima do registrado em igual período de 2021. Em 12 meses, o saldo negativo estava em US$ 62,7 bilhões, devendo confirmar as projeções mais próximas de US$ 65 bilhões até o fim do ano.

Cargolift cresce 22%
A Cargolift Logística fecha 2022 com crescimento de 22% da receita em relação a 2021, com total de R$ 344 milhões. Segundo a empresa, o crescimento se explica pelos investimentos em tecnologia e a estratégia de concentrar suas operações nas regiões Sul, Sudeste e fluxo de conexão com o Nordeste. "Quando comparo a performance da Cargolift com os principais concorrentes, principalmente aqueles que publicam seus resultados na Bovespa ou revistas especializadas, fico orgulhoso porque nosso foco é na remuneração do capital dos acionistas e neste quesito estamos entre os melhores do Brasil", diz Markenson Marques, CEO da empresa. A Cargolift fecha 2022 com 528 funcionários, crescimento de 15%, e 13 filiais pelo Brasil

Índice

Varejo Com 14 lojas, rede tem R$ 150 milhões em faturamento anual e é líder na região

Cobasi compra Mundo Pet, do NE

Adriana Mattos
De São Paulo

Menos de um ano e meio após adquirir a Pet Anjo, a varejista Cobasi, focada em produtos para animais de estimação e casa, fechou a compra da Mundo Pet, líder nesse segmento no Nordeste, com cerca de R$ 150 milhões em vendas brutas projetada para 2022 e 14 lojas no país. Com a transação, a companhia passa a liderar o mercado na região nordestina em número de unidades.

A Mundo Pet é controlada pelas gestoras de private equity Gávea Investimentos e Mogno Capital desde 2021. As negociações com a Cobasi começaram em outubro, após uma busca, por parte dos fundos, de um acordo que tornasse a operação sócia de um negócio de porte maior. Pelo acordo de associação assinado ontem, há uma troca do ativo por ações na Cobasi.

A companhia passa a ser dona de 100% da Mundo Pet, e as duas gestoras se tornam sócias minoritárias da Cobasi — a empresa não informa a relação de troca negociada ou a posição acionária final. Mas neste momento, considerando os atuais acionistas da Cobasi — Kinea Investimentos (ligada ao Itaú), Omni55 Consultoria e Participações (do executivo German Quiroga), além da Gávea e da Mogno —, mais de 90% das ações ainda se mantêm nas mãos dos fundadores da família Nassar.

Essa posição confortável, em termos de controle, abre espaço para eventuais novos acordos, fusões e aquisições, caso oportunidades surjam. A família Nassar — dos irmãos Paulo, Ricardo e João — é a maior acionista da Cobasi, com 188 lojas e R$ 2,7 bilhões em vendas estimadas neste ano.

"Pela estrutura da operação, não nos alavancamos, mantendo endividamento zero, e ainda avançamos sobre o mercado do Norte e Nordeste, passando a ser a maior rede 'pet' da região nordestina", diz Paulo Nassar, presidente da Cobasi. Das 14 unidades da Mundo Pet no Brasil, 11 estão no Nordeste, uma no Norte e duas no Centro-Oeste, além da operação digital.

Os 11 pontos nos Estados nordestinos se somam às 10 unidades da Cobasi na região, totalizando 21. Em Salvador, por exemplo, o número passa de uma para cinco lojas, e em Fortaleza e região metropolitana, de três para seis. Em faturamento, o Nordeste representa cerca de 3% das vendas.

Para efeito de comparação, a concorrente Petz tem 20 unidades no Nordeste, de um total de 200 lojas no país em outubro — e projeção de vendas de mais de R$ 3,4 bilhões em 2022 no Brasil, segundo analistas. A Petz também vem acelerando crescimento no Nordeste — a área respondeu por 19% das aberturas do terceiro trimestre.

Com o aumento da estrutura regional da Cobasi, ainda está previsto um primeiro centro de distribuição da empresa no Nordeste em 2023, de forma a atender todas as unidades — o que deve reduzir prazos de entrega e melhorar nível de serviço. Essa central deve ser montada para atender entre 30 a 40 lojas, o que indica espaço para mais aberturas. "Com a integração, vamos acelerar a venda on-line da Mundo Pet para níveis mais próximos do nosso", diz Nassar.

"Hoje um terço das nossas vendas são digitais e na 'Mundo' isso está em um dígito. Eles já tem o 'clique e retire, mas vamos intensificar essa opção e também trabalhar o 'ship from store' [entrega de produtos a partir do estoque da loja] que é incipiente na Mundo Pet".

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Paulo Nassar, presidente: Transação não envolveu alavancagem da Cobasi

Após a integração das redes, o envio de mercadorias ainda será feito, por um período, a partir de duas centrais da Cobasi em São Paulo. Além disso, "a princípio", diz o CEO, a estrutura das lojas da Mundo Pet não será alterada, nem a marca — historicamente, as varejistas até mantêm as marcas locais por um período e depois fazem a troca. Mas o portfólio deve ser ampliado. A Cobasi vende 20 mil itens e a Mundo Pet, de 7 mil a 8 mil.

As companhias permanecem totalmente separadas até a avaliação do Cade, órgão de defesa econômica, algo que deve levar 35 dias. Depois disso, a integração deve levar cerca de 100 dias.

É a segunda transação da Cobasi desde que a Kinea se tornou sócia da empresa, em abril de 2021, quando injetou R$ 300 milhões na operação, para acelerar expansão e aquisições. Dois meses depois, em junho, foi fechada a transação com a Pet Anjo, marca forte no varejo digital. Novos acordos são possíveis, mas Nassar lembra que ativos de primeira linha, que operam sem altos passivos, não são negócios fáceis de achar hoje.

"Neste momento, não temos outras negociações no radar. Sempre existiu essa conta, considerando que abrir uma unidade dentro dos nossos padrões fazia mais sentido do que comprar negócios por causa desses complicadores, de empresas endividadas ou com problemas tributários. A Mundo Pet não era um caso desse, por isso avançou. Mas vemos boas oportunidades para expansão orgânica hoje".

Caso o plano de abertura de capital da Cobasi avance nos próximos anos — um caminho que o comando da rede tem acenado há tempos como possível — os fundos que são sócios podem analisar a saída (parcial ou total), ganhando na valorização do ativo. "Não vejo retorno dos IPOs no Brasil em 2023, talvez a partir de 2024, com a melhora do ambiente de mercado", afirma Nassar.

Sobre o cenário de desembolso de caixa num ambiente de custo de capital mais alto, Nassar reforça que como a Cobasi é uma rede desalavancada, não sente o peso da elevação da Selic nas despesas financeiras. A rede projeta expansão de 30% nas vendas neste ano. Serão 41 aberturas até o fim de dezembro, e de 40 a 45 em 2023 — em 2021, foram 37.

Amazon faz acordo com UE e se livra de multa

Comércio eletrônico

Cristina Criddle e Javier Espinoza
Financial Times, de Londres e Bruxelas

A Amazon concluiu um acordo com as autoridades reguladoras antitruste da União Europeia e anunciou novas medidas para nivelar as condições para os vendedores em seu marketplace. As iniciativas visam sanar as preocupações de que o uso de dados não públicos pela empresa estivesse prejudicando as rivais.

Com o acordo anunciado nesta terça-feira a gigante tecnológica americana tratará todos os vendedores de forma igual e tornará os produtos concorrentes mais visíveis na "caixa de compras" da Amazon, espaço que gera a maioria das vendas no site.

A Amazon também criará uma segunda "caixa de compra", que exibirá opções de ofertas para os consumidores que não dão tanta importância à rapidez na entrega.

O acordo encerra duas longas investigações sobre a empresa de US$ 866 bilhões e representa uma vitória para a UE, uma vez que servirá como modelo para o cumprimento da nova Lei de Mercados Digitais, uma lei histórica criada para restringir o poder das gigantes tecnológicas.

"A Amazon não pode mais abusar de seu papel duplo e terá que mudar várias práticas de negócios", disse Margrethe Vestager, chefe de concorrência da União Europeia. "Os vendedores e transportadores independentes concorrentes, assim como os consumidores, se beneficiarão dessas mudanças, que abrem novas oportunidades e opções".

O acordo mudará muitas práticas comerciais de longa data da Amazon. Os vendedores integrantes do serviço Amazon Prime passarão a poder escolher qualquer empresa de logística e negociar seus contratos diretamente, em vez de apenas usar os serviços de transporte da Amazon.

Esses compromissos são juridicamente obrigatórios, permanecerão em vigor entre cinco e sete anos e foram acordados com autoridades da UE após quase três anos de investigações.

Ao adotar essas medidas, a Amazon se livra da possibilidade de abertura de acusações formais de violação da lei da UE e de uma possível multa de até 10% das receitas mundiais.

Caso a Amazon descumpra os compromissos, a Comissão Europeia poderá aplicar essa multa sem precisar encontrar uma [nova] violação das regras antitruste.

"Estamos satisfeitos por ter resolvido as preocupações da Comissão Europeia e resolvido esses assuntos", informou a Amazon.

A companhia acrescentou que discorda de várias das conclusões preliminares da Comissão Europeia e que se engajou de forma construtiva para garantir que pudesse continuar a atender clientes em toda a Europa.

De acordo com a Lei de Mercados Digitais, que entrou em vigor em novembro, as grandes plataformas são obrigadas a dar tratamento igualitário aos dados aos quais têm acesso. A lei proíbe tratamento autopreferencial, como quando uma empresa exibe seus produtos acima dos rivais nas buscas feitas pelos usuários em seu marketplace. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Estratégia Plano inclui loja de conveniência, lubrificantes, TRR, comércio eletrônico e até serviços de pagamento

Grupo SIM planeja ganhar o Sul e ir além dos combustíveis



Neco fundou o grupo junto com o irmão Deunir em 1985: "Não importa o que você vai vender. O foco é a relação com o cliente"

Stella Fontes
De Flores da Cunha (RS)

Dono da maior rede de postos do país e de duas distribuidoras de combustíveis, o grupo gaúcho SIM quer se consolidar entre os grandes nas áreas em que atua — o que inclui ainda lojas de conveniência, lubrificantes, TRR (transportador-revendedor-retalhista) e, logo mais, comércio eletrônico e serviços de pagamento — nos três Estados do Sul antes de alçar voos mais distantes.

A estratégia é crescer em espiral, expandindo progressivamente seu raio de atuação, e deixar com a SIM Distribuidora, ao menos por enquanto, a missão de conquistar as divisas acima do Paraná. A empresa está entre as dez maiores distribuidoras de combustíveis no Brasil, já chegou a São Paulo e prepara o terreno para entrar no Centro-Oeste.

Junto com o crescimento dos negócios, o grupo tem investido em diversificação. Nesta frente, a mais recente aposta é a A27, uma instituição de pagamentos que aguarda o aval do Banco Central para operar. De partida, a A27 nasce com movimentação potencial de pelo menos R$ 15 bilhões ao ano, já que vai intermediar as transações financeiras do grupo.

Outra novidade a caminho, o SIM Digital será a plataforma de comércio eletrônico da SIM. Inicialmente com foco em operações B2B e produtos automotivos, deverá atender também ao consumidor final mais à frente. O lançamento está previsto para março.

Fundado em 1985 pelos irmãos Deunir Luiz Argenta e Itacir Neco Argenta — que segue à frente dos negócios, fazendo jus ao ditado de que é o olho do dono que engorda o gado —, o grupo deve encerrar 2022 com R$ 12,5 bilhões de receita líquida e movimentação de 2,5 bilhões de litros de combustíveis.

A ambição, diz Neco, é estar entre os cinco maiores em faturamento no Rio Grande do Sul em 2025, com pelo menos R$ 20 bilhões. Mantido o ritmo de crescimento visto nos últimos anos, acelerado também pela compra de ativos, a meta é factível.

Há projetos de expansão em todas as áreas, incluindo a vinícola Luiz Argenta *(veja texto abaixo)*, e de potenciais aquisições e novos negócios que complementem o portfólio atual estão no radar. "Vamos continuar olhando aquisições. Temos dois projetos engatados", conta.

Não há intenção de realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO, em inglês) ou de atrair novos sócios ao grupo, que tem sede em Flores da Cunha, para financiar futuras operações, garantem os irmãos. A ideia é que a SIM siga parceira das instituições financeiras que já a financiam e continue reinvestindo praticamente todo resultado que gera.

Também por isso, o grupo investiu para aprimorar a governança. Com 58 anos celebrados em 27 de julho, Neco tem a palavra final nas decisões e conta com o apoio do irmão, que se dedica aos negócios da vinícola. Mas um conselho consultivo, com nomes como os de César Suaki (ex-grupo Martins) e Adriano Dalbem (que teve passagens por Shell e Brenco, entre outras empresas), participa das discussões estratégicas. Além disso, há três anos o balanço financeiro da SIM é auditado pela PwC.

A rede de postos SIM faz parte da primeira grande rota privada de carregamento de veículos elétricos do país

"Self-made man", Neco começou a trabalhar aos 12 anos e chamou a atenção pelo tino comercial. Passou pela Móveis Colombo e pela Fábrica de Móveis Florense, ambas de Flores da Cunha, antes de se juntar a Deunir na fundação da Ditrento, nome original do grupo SIM.

Ele conta que, 27 dias após a morte do pai, Luiz Argenta, em setembro de 1985, nascia a empresa que deu origem ao grupo. "Não importa o que você vai vender. O foco é a relação com o cliente. Esse é o grande desafio", afirma. Hoje, somente no varejo, a SIM emite 33 milhões de cupons fiscais por ano.

O crescimento do grupo também é creditado a algumas peculiaridades do empresário ao fazer negócios: o número 27 é emblemático — basta ver quantas vezes aparece ao longo de sua história e da história da SIM — e nunca há abertura de novos postos às sextas-feiras, entre outros hábitos ou crenças.

Somente em 2022, a SIM fechou três compras relevantes, da Querodiesel, da Destra e da Charrua. Com a Querodiesel, fez sua estreia no mercado de TRR, apta a fornecer diesel e lubrificantes diretamente a clientes de pequeno porte, entre os quais transportadores e empresa do agronegócio. Além disso, a SIM assumiu a exclusividade na distribuição de produtos da Petronas no Rio Grande do Sul e uma fábrica de Arla 32, usado para reduzir as emissões de veículos de grande porte.

Quarto maior TRR do país após a compra da Querodiesel, movimentará 30 milhões de litros por mês em 2023, volume que pode levar o grupo à liderança desse mercado. Considerando-se todas as empresas SIM, a movimentação de combustíveis chega a 227 milhões de litros ao mês, colocando-as, virtualmente, entre as quatro maiores distribuidoras do país.

A SIM Distribuidora, por sua vez, tem dez bases de operação e frota com 250 caminhões. Já o negócio de lubrificantes, que deve faturar R$ 200 milhões em 2022, pode alcançar a marca de R$ 1 bilhão em dois anos.

Apesar do ganho de musculatura recente, diz Neco, o grupo tem procurado ir além dos combustíveis. Hoje, um terço das margens absolutas da operação de varejo passa por não combustíveis e essa fatia continuará crescendo. Embora eletrificação e transição energética sejam realidade, a avaliação é que o negócio de combustíveis, inclusive fósseis, não está com os dias contados no país.

O esforço tem sido, segundo ele, por acompanhar as novidades na área de energia. Junto com Zletric, Nissan e Movida, por exemplo, a rede de postos SIM faz parte da primeira grande rota privada de carregamento de veículos elétricos do país, com dez pontos no Rio Grande do Sul.

Hoje, a distribuidora de combustíveis representa cerca de 40% do faturamento do grupo. Mas há consciência de que há mudanças em curso na matriz energética. "Ter uma comercializadora de energia, no futuro, seria um caminho natural", diz o empresário.

O grupo, que sob a marca SIM "nasceu" no varejo de combustíveis, tem história mais antiga. Quando se chamava Ditrento, entre a década de 80 e anos 2000, teve como atividade econômica original a distribuição de produtos para a indústria vinícola, que em Flores da Cunha deu os primeiros passos do país rumo aos vinhos finos.

Daí para os combustíveis foi uma questão de necessidade. Para garantir o abastecimento da frota própria de caminhões a qualquer momento nos fins de semana, no início dos anos 90 foi inaugurado o Posto Matriz, de bandeira BR, em Flores da Cunha. O grupo chegou a ter sete diferentes negócios, incluindo uma fábrica de balas.

Em 2008, deu início a uma ampla reestruturação e venda de ativos que culminaram na troca de nome, para SIM, em 2012, há exatos dez anos.

Hoje, a rede SIM conta com 160 postos sob as bandeiras SIM, Shell, BR (Vibra), Ipiranga e Charrua e é hoje a maior revenda Vibra do país, com 79 postos. A meta da rede é chegar a 200 unidades de diferentes marcas em 2025 e buscar a mesma participação de mercado consolidada, considerando-se diesel e gasolina de 10% no Rio Grande do Sul, também Santa Catarina e no Paraná, onde a participação da SIM é menor. Em 2021, o faturamento da operação chegou a R$ 3,3 bilhões.

Um posto da rede vende hoje mais de 400 mil litros por mês, comparável a 140 mil litros mensais há 4 anos

Além da estrutura própria, a recém-comprada Charrua tem 270 postos franqueados e o plano é chegar a 500 unidades no futuro. Em média, conta o empresário, um posto da rede vende hoje mais de 400 mil litros por mês, comparável a 140 mil litros mensais há quatro anos. Na Charrua, a média é inferior porque seus postos estão em localidades menores.

A rede foi a primeira na Serra Gaúcha a ter loja de conveniência dentro do posto. Agora, quer levar também pontos de venda da marca para fora — há alguns anos, o grupo chegou a avaliar o varejo farmacêutico e desistiu e, mais recentemente, olhou o formato de lojas de proximidade, mas preferiu seguir em conveniência. O projeto piloto deve começar a funcionar até o 2º semestre. Atualmente, são 160 lojas SIM, que devem faturar R$ 250 milhões neste ano.

Com cerca de 4 mil funcionários e mais de três quartos desse contingente no varejo, a SIM tem apostado na formação de profissionais dentro de casa. Atualmente, dos 160 gerentes de postos da rede, 60 vieram de sua escola de gerentes.

O grupo apostou ainda no formato de "ônibus escola" para percorrer todas as suas operações, do Chuí (RS) a Curitiba (PR), passando pelo extremo de Uruguaiana (RS), e treinar seus profissionais. Um dos grandes ensinamentos, dizem os responsáveis por diferentes áreas do grupo, é que o "jeito SIM" de atendimento ao cliente e banheiro impecável nos postos e lojas também são bandeiras.

A repórter viajou a convite do grupo SIM

Vinícola Luiz Argenta, da Serra Gaúcha, eleva investimento em espumantes

De Flores da Cunha (RS)

Com produção de 250 mil garrafas por ano, a vinícola gaúcha Luiz Argenta, conhecida pelo design exclusivo de suas garrafas e vinhos e espumantes de alta qualidade, está investindo para dobrar sua capacidade a partir de 2023. O foco da expansão está nos espumantes, que hoje já representam 50% dos volumes despachados, e têm destacado o Brasil na cena internacional.

Poucos sabem, mas a bebida borbulhante servida sob rótulos próprios no Palácio Tangará ou no Rosewood São Paulo, entre outros endereços sofisticados da capital paulista, sai dessa vinícola da pequena Flores da Cunha, na Serra Gaúcha, uma pioneira na indústria brasileira de vinhos finos.

À frente dos negócios da Luiz Argenta está Deunir Luiz Argenta, irmão de Itacir Neco Argenta, presidente das Empresas SIM. Ex-presidente da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra), Deunir não revela o valor dos investimentos em curso na vinícola, direcionados tanto à área de plantio quanto à infraestrutura.

Seja como for, a partir do ano que vem, a Luiz Argenta vai contar com amplo espaço para eventos — que já se tornaram uma tradição no local — e uma nova cave para maturação de espumantes, com capacidade total para 900 mil garrafas. Somente em tecnologia para a cave, os desembolsos estão estimados entre R$ 6 milhões e R$ 8 milhões.

Para produzir os vinhos Luiz Argenta, brinca Deunir, foi necessário "importar da Itália um enólogo brasileiro e nascido no Rio Grande do Sul". Assim, o também gaúcho Edegar Scortegagna voltou ao país após um doutorado na Itália para liderar os trabalhos da vinícola. Em 2020, Scortegagna foi eleito enólogo do ano pela Associação Brasileira de Enologia (ABE).

Hoje, a Luiz Argenta, que está praticamente no centro de Flores da Cunha, conta com 17 variedades diferentes de uvas viníferas, entre as quais Cabernet Sauvignon, Cabernet Franc, Merlot, Pinot Noir, Gewurztraminer, Sauvignon Blanc e Chardonnay. Hoje, são 55 hectares cultivados de uvas viníferas, mas o plano é crescer. *(SF)*

Liderança é método ou um talento nato?

Gestão

Flávia Camanho



Esse é um grande tema para a reflexão de gestores de empresas. Como identificar as lideranças da sua organização? Existe uma forma de mapear esse talento? Ou a liderança é algo genético, que nasce junto com nossos outros talentos e dons?

Depois de mais de 20 anos trabalhando com formação de lideranças, posso dizer que sim, existem pessoas que têm uma capacidade inata de influenciar outras pessoas.

Muitas vezes, essa influência está ligada ao carisma, que etimologicamente se originou a partir do grego khárisma, que significa "graça" ou "favor".

É como se existisse uma característica inata de alguns seres humanos que conseguem encantar, fascinar até persuadir um outro indivíduo com sua forma de agir.

Estas pessoas têm uma capacidade de atrair a atenção e gerar uma abertura nos outros.

Muitas vezes, líderes carismáticos não possuem toda formação e conhecimento para exercer o papel, mas pela capacidade de gerar engajamento, vendendo uma visão ou desafiando o time na direção de um objetivo, conseguem fazer com que os colaboradores empenhem esforços na concretização do plano traçado.

E isso não tem a ver necessariamente com ser extrovertido e ter grandes habilidades de comunicação. Já tive grandes exemplos de líderes introspectivos que conseguem mover "multidões".

Sem dúvida, o impacto e influência inatos são "meio caminho andado". Porém, existe uma outra parte dessa equação que é fundamental: mesmo para os líderes carismáticos, os resultados só serão atingidos de modo sustentável se existir também uma boa formatação dos métodos de gestão.

E uma boa notícia é que pessoas altamente capacitadas com métodos de gestão e autoconhecimento podem se tornar grandes líderes.

Minha visão é que liderança vem do exercício. A vida vai apresentando oportunidades, desafios, valores, crenças e diversidade de pessoas. E o líder vai lidando com isso, e desenvolvendo seu repertório.

Existem muitos métodos que podem conter esse repertório e que podem se tornar ferramentas de uma liderança muito eficaz.

Saber dar um "feedback" efetivo, saber delegar, gerenciar conflitos, tomar decisões e assumir os riscos. Todas essas habilidades são desenvolvidas e aprimoradas ao longo da vida profissional.

O conhecimento da área de atuação e a sólida base técnica podem ser muito significativos no fortalecimento de um líder que não possui carisma. A credibilidade é item tão fundamental quanto a "graça" na construção do papel.

Eu diria que a receita de bolo fácil e caseiro para a construção de bons líderes virá da somatória de valores alinhados, formação técnica e, portanto, credibilidade, métodos de gestão consistentes, experiência advinda de exposição e bons desafios, e talvez o ingrediente mais importante seja a consciência advinda do autoconhecimento.

E com tantos ingredientes, essa receita secreta tem um grande tempero: o tempo.

Flávia Camanho é conselheira, mentora e especialista em desenvolvimento humano
E-mail Flavia@flux-institute.com

Inovação Evento vai abrir oportunidades em empreendedorismo e deve gerar mais empregos em tecnologia

Web Summit chega ao Brasil em maio

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

Na primeira semana de maio de 2023, o Rio de Janeiro será tomado por uma onda de empreendedorismo e inovação. A capital fluminense será sede da primeira edição a ser realizada na América Latina do Web Summit, evento global que discute as principais tendências em tecnologia. A expectativa da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Fecomércio RJ, que organizam o encontro com a Web Summit, é transformar a cidade em capital da inovação no Brasil e na América Latina.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, compara a chegada do Web Summit Rio 2023 ao efeito causado pelos Jogos Olímpicos em termos de impacto econômico para a cidade. “Olho o Web Summit pelo impacto econômico. A exemplo do que ocorre nas edições em Lisboa, o Web Summit tem enorme potencial de atrair novos investimentos e criar um ambiente propício ao desenvolvimento de novos negócios. O Rio é a capital da inteligência do Brasil”, diz Paes.

O Web Summit Rio 2023 deverá reunir no Riocentro, na Zona Oeste, um público de cerca de 15 mil pessoas, entre empreendedores, empresários, donos de startups, comunidade acadêmica e púbico em geral. O acordo estabelecido entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Web Summit prevê a realização de edições anuais do evento na capital fluminense até 2028. Ao longo de seis anos, a estimativa é chegar a 100 mil pessoas por evento.

HERMES DE PAULA/O GLOBO



Artur Pereira, do Web Summit: “O número de unicórnios no Brasil é imbatível”

HERMES DE PAULA/O GLOBO



Eduardo Paes: potencial de atrair investimentos e estimular novos negócios

Artur Pereira, vice-presidente e country manager do Web Summit, responsável pela organização do evento em Lisboa, ressalta que o Brasil é o local ideal na América Latina para promover a inovação. Pereira observa que o país tem um peso muito relevante em termos de empreendedorismo em relação à América Latina.

“O número de unicórnios no Brasil é imbatível. Foi uma escolha acertada para fazer edições anuais do Web Summit no Rio de Janeiro. O evento acontecerá de 2023 a 2028, mas não deverá ir embora”, afirma Pereira.

Para Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio RJ, há um grande impacto social a partir da realização do Web Summit Rio, pela ótica das oportunidades de geração de emprego. Queiroz ressalta que a combinação de tecnologia e inovação aumenta os níveis de empregabilidade.

“O programa social mais importante que existe é o emprego. Quando vislumbramos essa oportunidade, nossa visão sobre o Estado e o mercado como um todo é sempre buscar a geração de emprego, renda e oportunidades iguais para todas as pessoas. Nada melhor do que a tecnologia e a inovação para garantirem empregabilidade rapidamente”, afirma Queiroz.

As discussões em período de aquecimento sobre a realização do Web Summit Rio 2023 foram o mote do Download Web Summit, evento realizado na sede da Fecomércio RJ, em 14 de dezembro. O prefeito Eduardo Paes, Artur Pereira e Antonio Florencio de Queiroz Junior abriram o evento, organizado pela Fecomércio RJ, Senac RJ, com apoio de Invest.Rio | Prefeitura RJ e Editora Globo (“O Globo”, **Valor** e “Época Negócios”).

O DNA de inclusão social do Web Summit Rio 2023 foi ressaltado pelos participantes dos painéis. Sérgio Arthur Ribeiro da Silva, diretor regional do Senac Rio de Janeiro, destaca que a edição carioca do evento deverá chamar a atenção de todas as camadas sociais para o mercado de tecnologia, que está carente de mão de obra.

“Nem os alunos de escolas da rede particular têm noções suficientes de programação. Precisamos estimular esse mercado, e o nosso olhar no Senac é permitir o acesso dos públicos C, D, E às discussões que acontecem no Web Summit. A nossa ideia é fazer simultaneamente ao evento a edição off. O Web Summit Off será um espaço para quem não tiver acesso ao evento”, explica Silva.

Hector Gusmão, CEO e cofundador da Bolder e da 42 Rio, não tem dúvidas sobre a vocação de impacto social do Web Summit Rio 2023. “O DNA do Web Summit Rio é conectar tecnologia com inclusão social. Temos que engajar o corpo empresarial e mostrar as oportunidades para colocar recursos e energia em prol de um Rio mais inclusivo”, afirma Gusmão.

Na análise de Gusmão, o Web Summit é uma oportunidade para posicionar o Rio de Janeiro como um centro de inovação na América Latina. “Teremos a chance de permitir que o mercado perceba o Rio de Janeiro como um ambiente propício para os negócios prosperarem e ficarem aqui”, diz.

O Download Web Summit foi dividido em dois painéis, mediados por Daniela Braun, repórter de tecnologia do **Valor**. Os debates também contaram com a participação de Chicão Bulhões, secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio; Rodrigo Stallone, diretor de Novos Negócios na Transfero; Franklin Costa, cofundador da øCLB; Paula Rizzo, head de inovação em comunicação de marcas da Globo e Juliana Causin, editora multimídia da Época Negócios.

Saneamento Com a conquista do novo ativo, por R$ 4,1 bi, grupo adiciona 6 milhões a população que atende

Aegea arremata Corsan e avança no setor

Robson Rodrigues
De São Paulo

Único interessado, o Consórcio Aegea (Aegea, Perfin e Kinea) arrematou a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) com uma oferta de R$ 4,15 bilhões, ágio de apenas 1,15% em relação ao lance mínimo de R$ 4,1 bilhões. O consórvio agora se prepara para fazer frente aos volumosos investimentos exigidos pelo edital para universalizar o sistema de saneamento do Estado.

A legislação federal determina que, até 2033, 99% da população deve ter acesso à água potável e 90%, à coleta e tratamento de esgoto, metas consideradas incompatíveis com a capacidade de investimento da companhia como estatal, segundo o governo estadual. Soma-se ainda as ingerências políticas a cada troca de governo, diz uma fonte da empresa, com a condição de anonimato.

Muitos pontos precisam ser definidos, como o processo de transição para a nova gestão, assinatura do contrato, temporariamente impedido por decisão judicial, e questões trabalhistas. O que é certo é que a empresa precisará fazer investimentos da ordem de R$ 13 bilhões até 2033 para cumprir metas de ganhos de eficiência e universalização dos serviços de saneamento.

Com 99,99% do capital votante e total do governo gaúcho, a Corsan teve receita líquida de R$ 2,59 bilhões até o fim de setembro, com lucro líquido de R$ 553 milhões.

"Vamos operar mais 6 milhões de pessoas e já prestamos atendimento para 26 milhões. Então crescemos significativamente. Perfin e Kinea estão no consórcio, então do ponto de vista de investimentos temos total condição de assumir", disse o vice-presidente institucional da Aegea, Rogério Tavares.

A Corsan atende mais de 6 milhões de pessoas no Estado gaúcho em 317 municípios que contratam os serviços da empresa. Atualmente 307 municípios assinaram o processo de aditivação, como estabelece Novo Marco do Saneamento, mas dez municípios ainda precisam de regularização.

"A gente ofereceu duas alternativas para os municípios. Uma foi assinar um aditivo dos prazos de contrato até 2062, na qual tivemos adesão de 78 municípios, o que corresponde a 52% do nosso faturamento. Outros 109 municípios optaram em manter os prazos vigentes", explicou o presidente da companhia, Roberto Barbuti.

Há ainda o receio de uma debandada de prefeituras que hoje são clientes da Corsan, que estariam apenas aguardando a concretização da privatização para justificar as rescisões com a estatal.

O governo argumenta que a privatização faz frente à aprovação do marco legal do saneamento, aprovado pelo governo federal. A empresa será remunerada pela mesma tarifa paga hoje pelos gaúchos pelo serviço da Corsan e os reajustes anuais são definidos pela agência reguladora local. Barbuti, afirma que estudos indicam que os ganhos de eficiência anulam os custos dos investimentos, o que pode manter a tarifa estabilizada até 2027. Entretanto, isso não é um compromisso formalizado e nada garante que a tarifa ao consumidor se manterá no atual patamar.

"Estudos indicam que estes fatores tendem a se anular (...) Este foi um dos grandes motivadores da privatização. Agora, se vai manter, subir ou cair não tem como assumir este compromisso", afirmou.

Por ser a primeira privatização de uma companhia estadual de saneamento no Brasil, ela nasceu marcada por diversas ofensivas judiciais tentando barrar o leilão e incertezas macroeconômicas que afugentaram interessados. De acordo com o secretário de Parcerias do Rio Grande do Sul, Marcelo Spilki, a transição do governo federal ainda não deixou clara as políticas públicas do novo governo.

"Tínhamos até alguns dias atrás muitas empresas engajadas e interagindo muito, fazendo visitas nas instalações da Corsan, mas na reta final começamos a sentir a retirada de campo de algumas das empresas. O cenário de liminares também acaba assustando um pouco, mas não achamos que este é o fator fundamental", diz Spilki.

De fato, as incertezas afastaram outros possíveis competidores pelo ativo. O **Valor** apurou que Iguá, Águas do Brasil e Equatorialanalisaram eventual participação no certame, mas desistiram. Fundos internacionais também estavam no páreo, mas avaliaram que riscos neste momento não compensam.

Alckmin garante que futuro governo respeitará resultado do leilão do Metrô de BH

Rafael Bitencourt
De Brasília

O vice-presidente da República eleito, Geraldo Alckmin (PSB), colocou fim à queda-de-braço entre aliados do novo governo e a atual equipe econômica sobre a realização do leilão de concessão do Metrô de Belo Horizonte e privatização da estatal CBTU Minas. Em ofício enviado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, Alckmin manifestou que não há mais qualquer impedimento por parte da equipe de transição para realizar o certame.

No documento, assinado na segunda-feira (19), o vice-presidente eleito retifica o ofício anterior, datado de 16 de dezembro, no qual o governo de transição solicitava informações e a suspensão de três certames: o leilão de concessão estadual do Metrô de Belo Horizonte associado à privatização da estatal federal CBTU Minas; a privatização da Ceasa Minas; e o edital de venda do Edifício Cidade de São Sebastião (Sedan), na cidade do Rio de Janeiro.

"Quanto à suspensão dos procedimentos, a solicitação pretendida por este Gabinete de Transição Governamental refere-se tão somente a dois instrumentos: o Edital relativo a CeasaMinas e o Edital de alienação do Edifício Cidade de São Sebastião", registra o documento assinado segunda-feira, que retifica o anterior.

Conforme informou a edição de terça-feira do **Valor**, ao menos um consórcio apresentou pedido de habilitação e lance inicial para o leilão de concessão do Metrô de Belo Horizonte e privatização da CBTU Minas, marcado para quinta-feira (22), na B3.

As críticas contra a licitação partiram de declarações e postagem na redes sociais do senador Alexandre Silveira (PSD-MG), cotado para ser ministro da Infraestrutura, e do deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP), que pode assumir a pasta de Cidades. O PT também chegou a contestar o leilão na Justiça, em ação assinada pela presidente da legenda, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Inicialmente, no primeiro ofício, Alckmin afirmou que "causa grande preocupação" a data de realização dos três leilões, "tendo em vista que estão previstos para ocorrer a menos de dez dias da posse do novo governo eleito. O documento faz menção ainda ao acirramento da disputa política nas eleições para presidente. "Os últimos meses deste ano, portanto, configuram momento político crucial, de transição do projeto democraticamente eleito para governar o Brasil", descreve, em apelo ao ministro da Economia para suspender a licitações marcadas para este mês.

A expansão do Metrô de Belo Horizonte é um dos projetos prioritários do governador reeleito Romeu Zema (Novo). Quem vencer a licitação deverá modernizar a rede existente (Linha 1, de Novo Eldorado a Vilarinho) e construir sua extensão (Linha 2, de Nova Suíça a Barreiro).

A suspensão do leilão ou mesmo a recusa do governo federal em assinar o contrato de desestatização da CBTU Minas no início do próximo ano representaria um desgaste a mais entre as duas esferas de governo. Isso inviabilizaria a nova concessão do metrô, que é estadual. Interlocutores do governo envolvidos no processo de licitação afirmaram ao **Valor** que desde 1995 todos os governadores tentaram sem sucesso levar o projeto à frente.

A contratação envolve R$ 3,2 bilhões em investimentos. O governo federal colocará R$ 2,8 bilhões e abrirá mão da estatal que dá prejuízo anual de R$ 400 milhões.

Lello e Housi iniciam parceria para condomínios

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A gestora condominial Lello e a plataforma para moradia Housi selaram uma parceria para compartilhar seus serviços.

A Lello é administradora de 3.500 prédios no país e responsável pela gestão financeira e do dia a dia dos condomínios. A Housi está presente em 60 mil unidades residenciais, em 120 cidades, e oferece, por meio de um aplicativo, serviços atrelados à moradia. Há, por exemplo, máquinas de autoatendimento para mercado, farmácia e produtos para pets, a possibilidade de contratar serviços domésticos por demanda ou fazer reserva para utilizar áreas comuns. A companhia também faz gestão de locação de curta temporada.

A ideia da Lello é fazer parcerias com administradoras locais, que já atuem nos lugares acessados pela Housi. A companhia também trabalha com sistema "white label", quando um serviço ou produto é feito por uma empresa mas personalizável para ser vendido como se fosse de outro negócio. "Elas vão receber 'know-how' para viabilizar a operação inteira com todos os serviços embarcados", afirma Antonio Couto, superintendente da Lello Condomínios.

De acordo com ele, todos os serviços de administração da Lello, como o acompanhamento das contas do prédio, a prestação de contas virtual aos moradores e a gestão dos funcionários podem ser aplicados em todo o país.

Da parte da Housi, o presidente Alexandre Frankel conta que a companhia já buscava um parceiro que pudesse levar os serviços de administração condominial para os prédios que atende.

A plataforma, com 500 prédios no portfólio, vê a possibilidade de se expandir para os condomínios já atendidos pela Lello. "Esperamos um crescimento expressivo em 2023. Todo prédio vai precisar ter um sistema operacional embarcado", diz Frankel.

A Housi tem parceria com cerca de 200 incorporadoras e vai levar a Lello aos empreendimentos que já são lançados com a promessa dos serviços da plataforma. A presença da administradora vai ajudar a adequar a parte burocrática dos prédios, como as convenções, aos serviços da Housi, explica Couto.

Frankel afirma que sua companhia pode ajudar a baratear o preço do condomínio, porque a oferta de serviços nas áreas comuns dos prédios é revertida em receita. Ter uma administradora junto com a companhia ajuda nesse processo, já que a empresa controla os gastos do empreendimento.

"Vemos grande força de migração do shopping e do varejo para o consumo intraprédio", afirma. Segundo ele, seu sonho é que o valor do condomínio chegue a zero onde haja presença da Housi.



CLAUDIO BELLI/VALOR

Frankel, da Housi: "Está se criando a maior companhia de real estate em termos de valor potencial de mercado"

A Lello tem o programa de inovação para condomínios Lellolab, que conta com aceleradora de startups. Com a parceria, vai poder testar e oferecer as soluções criadas no laboratório por meio do aplicativo da Housi. A primeira iniciativa deve ser a rede Tesouros do Bairro, já lançada pela administradora, que mostra pessoas próximas ao condomínio interessadas em vender ou trocar serviços.

As duas companhias preveem investimento em tecnologia para fazer a parceria rodar, mas afirmam que os valores não foram definidos. Na Housi, a expansão de serviços que envolvem equipamentos deve ser gradativa entre os prédios administrados pela Lello, afirma Frankel.

Tanto ele quanto Couto não descartam unir os negócios no futuro. "Estamos fazendo uma espécie de joint-venture e à frente vamos fazendo a estrada", diz Couto.

Para Frankel, as duas empresas juntas poderiam ser mais valiosas do que negócios do setor imobiliário já listados na bolsa. "Está se criando a maior companhia de real estate em termos de valor potencial de mercado", afirma.

Tenda projeta um 2023 de 'travessia financeira'

De São Paulo

A incorporadora de imóveis, Tenda, informou nesta terça-feira (20), em evento com investidores, que projeta vendas líquidas entre R$ 2,7 bilhões e R$ 3 bilhões e margem bruta ajustada entre 24% e 26% no próximo ano. Para a empresa, especializada em habitação econômica, 2023 será o momento de fazer sua "travessia financeira", como disse o diretor de operações Renan Branches.

A companhia enxerga um cenário positivo em termos de custo de materiais e de demanda, com a possível atenção maior do novo governo às faixas mais baixas do programa habitacional.

Por outro lado, a Tenda carrega empreendimentos que foram vendidos abaixo do preço necessário, até o ano passado, e que afetam as margens. "A combinação de alta inflação com baixa visibilidade trouxe tomadas de decisão mais lentas do que gostaríamos", disse Branches.

Para o executivo, 2023 ainda será um ano de estabilização de margens e de geração de caixa, com melhora prevista para 2024.

O diretor-financeiro da incorporadora, Luiz Maurício Garcia, detalhou que no próximo ano 36% da receita ainda virá de projetos anteriores à 2022, com margens piores. Em 2024, esse percentual deve cair para 2%.

Segundo ele, a Tenda pode voltar a ter geração de caixa operacional a partir do terceiro trimestre do próximo ano.

A companhia está otimista sobre os planos do novo governo para a volta do Minha Casa, Minha Vida. Um retorno das faixas 1 e 1,5 é visto com bons olhos pelos executivo, por terem o menor preço médio da unidade entre as grandes incorporadoras do setor, de R$ 195 mil nos primeiros nove meses de 2022.

"Faixa 1,5 é o produto que já fazemos, não tem mudança de foco empresarial, o que mitiga o risco caso o segmento deixe de existir depois, como aconteceu no passado", disse Garcia.

Branches afirmou que a empresa só deve atuar na faixa 1 se ela tiver um "desenho absolutamente favorável", mas o presidente Rodrigo Osmo ressaltou que "se alguém pode ganhar dinheiro com isso", é a Tenda.

A Alea, marca de casas populares e loteamentos da Tenda, fechou 2022 com apenas cerca de 400 unidades produzidas, número que, para Osmo, não é motivo de orgulho. O executivo afirmou que a fábrica da Alea já tem capacidade para produzir 3 mil casas por ano.

A marca faz residências térreas com uso de madeira, em sistema industrializado. "Acreditamos que vamos conseguir operar em ordem de grandeza três ou quatro vezes maior em 2023", disse.

A companhia tem hoje banco de terrenos para 6 mil unidades.

Para aumentar a atuação da Alea, a marca diminuiu de 100 mil para 20 mil o mínimo de habitantes que torna uma cidade viável aos loteamentos.

As ações da Tenda fecharam a terça-feira em alta de 10,1% na B3, cotadas a R$ 4,44. *(ALT)*

Telecomunicações Para atrair interesse para telefonia fixa, agência pretende reduzir volume de obrigações

Anatel desenha plano para trocar teles

Rafael Bitencourt
De Brasília

O comando da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) começou a olhar com cautela o cenário de adaptação dos contratos de concessão de telefonia fixa para o regime de autorização. A percepção de que boa parte das concessionárias pode desistir de alterar o regime contratual nos últimos anos de contrato tem levado a agência a se preparar para o "plano B": lançar licitação para escolher nova concessionária que vai assumir os ativos e operar o serviço.

A adaptação dos contratos é considerada a primeira opção para um desfecho menos traumático das concessões, que vão até 2025. Com ela, a concessionária se torna "dona" dos bens herdados do sistema Telebras e assume obrigações mais leves.

As maiores concessionárias — Oi, Telefônica e Claro — têm divergido da agência sobre o cálculo do valor de mercado da concessão até o seu encerramento.

A Anatel estimou um valor de R$ 22,6 bilhões para as cinco empresas, incluindo as menores (Algar e Sercomtel). Já as empresas reivindicam a reparação em mais de R$ 30 bilhões pelos supostos prejuízos na oferta no serviço de telefonia fixa ao longo dos anos.

A avaliação feita pelo mercado, conforme o **Valor** apurou, é de que, entre os principais grupos, a Claro sinaliza que não está interessada em fazer a adaptação. A Telefônica, que responde pela área de concessão mais rentável, o Estado de São Paulo, teria o interesse em migrar, mas discorda dos números levantados pela agência reguladora.

Em relação à Oi, alguns analistas colocam em dúvida se a concessionária, apesar de acabar de sair do processo de recuperação judicial, teria fôlego para assumir as novas obrigações — ainda que mais leves — do novo contrato. O grupo conta, desde a fusão da Telemar e Brasil Telecom, em 2008, com a maior área de concessão, e maiores obrigações.

As cinco concessionárias foram procuradas para se manifestar sobre o fim dos contratos e a possibilidade de ser realizado um leilão para a escolha de uma nova empresa, mas não quiseram se posicionar.

Ao **Valor**, o diretor da Anatel Artur Coimbra, escalado para ser o porta-voz do órgão nesse assunto, disse que já foram desenhadas as premissas de uma nova licitação, em caso de não adesão ao plano de migração de contrato. Ele admitiu que o modelo do edital terá o desafio de oferecer condições atrativas para uma operadora que aceite dar continuidade à oferta de um serviço com demanda em queda: a telefonia fixa.

"É um serviço que está em declínio, mas ainda com dezenas de milhões de linhas em operação. A receita está caindo, mas também é significativa, especialmente nas cidades de maior renda", disse Coimbra. Em outubro deste ano, a telefonia fixa registrou 27,3 milhões de acessos habilitados. No mesmo mês, o setor registrou 261,3 milhões de linhas de celular, 43,7 milhões de conexões na banda larga fixa e 14,3 milhões de assinantes na TV paga.

De acordo com Coimbra, a área técnica da Anatel está finalizando os estudos de análise de impacto regulatório da licitação. Ao ser concluído, o modelo passará por consulta pública antes de ser levado à decisão final pela diretoria da agência.

Para despertar interesse, a Anatel reduzirá drasticamente o volume de obrigações, como a instalação de orelhões e oferta de serviço em áreas de baixa demanda, que são impostas às atuais concessionárias.

"Vamos deixar várias dessas obrigações bem leves. O atendimento será muito focalizado, só onde realmente precisa", disse Coimbra. Segundo ele, qualquer lugar que já tenha algum tipo de oferta de serviços de voz não terá obrigação. Com isso, não será preciso atender, por exemplo, com telefonia fixa as localidades que já tenham cobertura de sinal de telefonia móvel 2G.

Outra medida pensada é a transferência de todos os ativos da concessão para quem vencer a licitação. Este é um benefício que será oferecido, antes, às concessionárias que escolherem migrar para o contrato de autorização. No caso de escolha de uma nova, a posse sobre os ativos só deverá ser confirmada no encerramento desse novo contrato.

Na visão da Anatel, estes contratos não devem durar mais do que dez anos. A agência prevê que nesse período outros serviços já estarão perto de ser universalizados. Isso, em grande parte, por conta das obrigações de investimentos contratadas no leilão da quinta geração de telefonia móvel (5G).

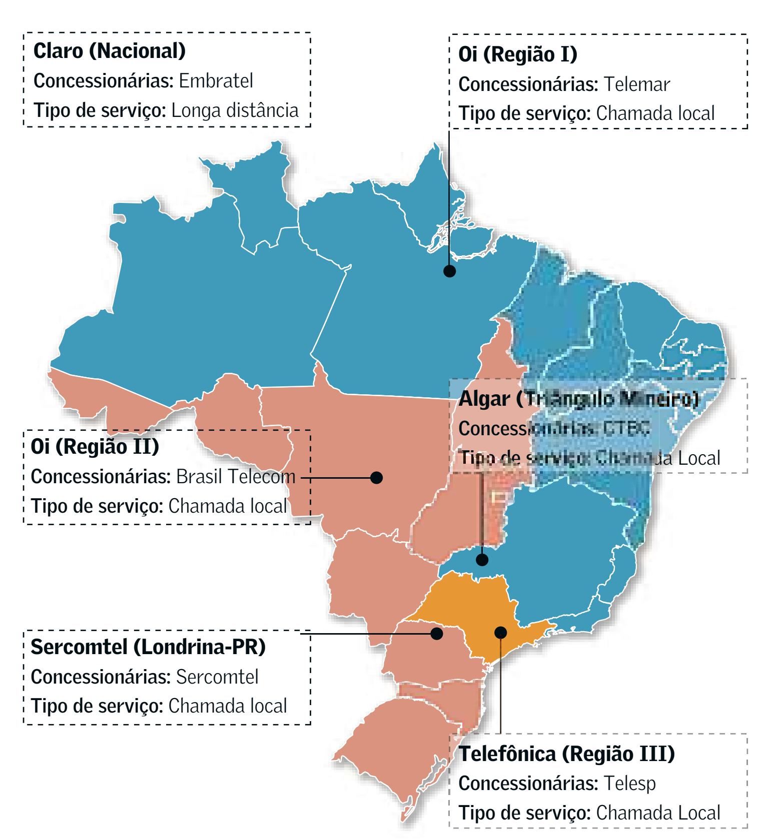
"A gente consegue visualizar que depois de dez anos esse serviço de telefonia já não será mais considerado essencial. Já é possível prever, nessa transição, a morte da telefonia em regime público", disse o diretor, ao se referir a uma das bases do contrato de concessão.

Coimbra informou que, para dar maior escala à operação, a Anatel poderá fundir as áreas de concessão que não migrarem para a autorização antes de levar a leilão. Isso quer dizer que, no pior cenário de manutenção das atuais concessionárias, se todas rejeitarem a adaptação dos contratos, a nova concessionária poderá ser escolhida para assumir a concessão de telefonia em todo território nacional.

"A ideia seria juntar todas as regiões do plano geral de outorga com uma só concessionária. Seria apenas uma região. Essa nova empresa pegaria a rede de todas para explorar comercialmente", explicou o diretor do órgão regulador. "Claro que, se um ou outra concessionária optar por adaptar o contrato, a gente tem que remodelar o edital".

O ex-presidente da Anatel e ex-ministro das Comunicações Juarez Quadros avalia que a agência assume uma postura acertada de se preparar para todos os cenários possíveis do fim das concessões. "Ela não pode ser surpreendida por deixar a decisão para a última hora", afirmou. Segundo ele, ser for preciso escolher novas concessionárias, pode ter o risco da licitação dar "deserta" — sem interessados. "E se ninguém se apresentar, se der uma licitação vazia? A União vai designar alguém? A Anatel vai fazer um segundo leilão?", questionou.

Mapa das concessões
Na privatização, cada grupo assumiu uma área de concessão



Fonte: Consultoria Teleco

Mercado de jogos de celular encolhe pela primeira vez

Entretenimento

Tim Bradshaw e Anna Gross
Financial Times

O mercado de jogos eletrônicos para dispositivos móveis encolherá em 2022 pela primeira vez desde o início da era dos smartphones, impactado por fatores como o aumento nos custos de publicidade, a queda nos gastos dos consumidores e o fim do impulso que o isolamento social durante a pandemia provocou no engajamento dos jogadores.

Os jogos para dispositivos móveis estão disponíveis no mercado desde o "Snake", da Nokia, no fim dos anos 90, mas foi a chegada da App Store, da Apple, em 2008, que fez o setor arrancar para mais de dez anos de um crescimento extraordinário e se transformar em um mercado de US$ 100 bilhões, hoje responsável por metade da receita da indústria de jogos eletrônicos.

Calcula-se que as receitas cairão 6,4% em 2022, para US$ 92,2 bilhões, segundo a empresa de dados do mercado de jogos Newzoo, uma forte reversão em relação aos crescimentos de 7,3% em 2021 e de 25,6% em 2020, quando os "lockdowns" aumentaram o interesse dos usuários por entretenimento on-line.

Em novembro, outra empresa de análises, a Ampere Analysis, havia rebaixado sua previsão para 2022 e passado a projetar queda de 6,4%, o equivalente a US$ 6 bilhões, em relação a 2021, afetada pelo fraco desempenho nos Estados Unidos, China e Japão, os maiores mercados de jogos eletrônicos do mundo. A Ampere Analysis chamou a projeção de um "alerta para a indústria".

A receita com compras dentro dos jogos, de itens como vidas extras, roupas virtuais ou moedas próprias, chegou a cair entre 15% e 20% em alguns dos principais títulos do mundo, de acordo com três altos executivos do setor.

Todo o mercado de jogos teve uma desaceleração neste ano, depois do explosivo aumento na demanda e nos lucros durante a pandemia, o que se somou a problemas na cadeia de suprimentos de eletrônicos que também atrapalharam as vendas do mais recente aparelho PlayStation 5.

No anúncio do balanço trimestral mais recente, em novembro, os executivos da Take-Two Interactive — a produtora de "Grand Theft Auto", que em maio concluiu a aquisição da empresa de jogos para celular Zynga por US$ 12,7 bilhões — culparam as "condições macroeconômicas atuais" por terem colocado as compras dentro dos jogos "sob certa pressão", com o segmento de telefones celulares sofrendo mais do que os jogos para consoles de videogame.

Embora os jogos eletrônicos tenham se mostrado resistentes durante recessões anteriores, esta é a primeira que os games de celular gratuitos são a fonte dominante de receita para o setor.

Isso tem deixado alguns executivos se perguntando se os consumidores que estão sofrendo com falta de dinheiro continuarão gastando em seus títulos favoritos quando há tantos gratuitos disponíveis.

"É uma forma acessível de entretenimento", disse Soner Aydemir, cofundador e executivo-chefe da Dream Games, cujo aplicativo "Royal Match" foi um dos poucos novos sucessos deste ano. Os jogadores normalmente gastam cerca de 40 a 50 minutos no "Royal Match" todos os dias. "É como uma série de TV."

A desaceleração no setor de jogos já atingiu a economia digital como um todo. Os games se tornaram uma das maiores fontes de receita para plataformas de publicidade digital e para as lojas de aplicativos móveis, sendo responsáveis por dezenas de bilhões de dólares em gastos com marketing e em comissões de vendas.

A Meta, controladora do Facebook, a Apple e o Google apontaram a desaceleração no setor de jogos como um ponto negativo em seus resultados trimestrais mais recentes, nos quais várias das grandes empresas de tecnologia decepcionaram Wall Street.

Algumas das produtoras de jogos de celular que mais se beneficiaram durante a pandemia se viram forçadas a fazer mudanças radicais neste ano para se adaptar às condições macroeconômicas adversas.

A Voodoo, com sede na França, tornou-se uma das maiores editoras de jogos da App Store, em número de cópias baixadas, graças a títulos como "Helix Jump" e "Hole.io", que aproveitaram bem a tendência de jogos "hipercasuais", que foram desenvolvidos rapidamente, difíceis de serem superados e impulsionados pela publicidade de baixo custo.

A receita com compras dentro dos games, de itens como vidas extras e roupas virtuais, chegou a cair entre 15% e 20%

No entanto, o aumento de 15% a 20% nos custos de publicidade tornou mais cara a conquista de novos jogadores e muito mais difícil o lançamento de novos jogos.

"Tivemos que mudar toda a nossa estratégia para jogos mais tradicionais", disse Alex Yazdi, cofundador e CEO da Voodoo, o que significa menos títulos, mas com valores de produção mais altos e que geram mais fidelidade dos jogadores.

Dmitry Bukhman, co-fundador da Playrix, criadora do "Gardenscapes" e "Homescapes" e que agora é uma das maiores produtoras de jogos de celular da Europa, acredita que o "período louco" de alta disponibilidade de financiamento para startups em 2021, em especial para as de comércio eletrônico e fintechs, levou a uma enxurrada de gastos em marketing, que encareceu demais os preços para as empresas de jogos.

Bukhman acredita que a tendência está perdendo força e que a desaceleração deste ano não é tão ruim quanto parece, se levados em conta fatores como as taxas de câmbio, a inflação e o desaparecimento do mercado russo para a maioria das empresas estrangeiras.

No entanto, ele prevê um problema ainda maior à frente: a indústria de jogos de celular está amadurecendo e talvez até chegando à saturação. Segundo Bukhman, alguns jogos estabelecidos, com seguidores leais, vêm dominando cada vez mais o mercado. "O ritmo da inovação diminuiu", acrescenta.

Outros no setor preferem uma explicação mais simples e de curto prazo para seus problemas: as novas restrições da Apple à publicidade direcionada. Em 2021, uma atualização de software do iPhone passou a exigir que os desenvolvedores obtivessem o consentimento dos usuários para poder rastreá-los — uma política conhecida como Transparência no Rastreamento dos Apps, (ATT, na sigla em ingles) — e a maioria das pessoas não o concedeu.

A mudança desintegrou bilhões de dólares em receitas de publicidade do Facebook, Twitter, Snap e YouTube em 2021, e as empresas de jogos estão lidando com as consequências. Muitas empresas de games que cresciam graças à publicidade personalizada a jogadores que, com base em seu comportamento, mostravam grande chance de gastar muito nos títulos, se tornaram incapazes de continuar fazendo isso.

"O que se perdeu em termos do investimento que se podia fazer em marketing eficiente não foi recuperado por outros canais", disse Alexis Bonte, diretor de operações da Stillfront, uma empresa de jogos on-line com sede na Suécia. "Os jogos que não têm propriedade intelectual forte e dependiam de marketing de desempenho, esses estão sofrendo", observou.

O maior beneficiário da sacudida no mercado dos jogos de celular parece ter sido o "Candy Crush Saga", o jogo de quebra-cabeça de dez anos que continua sendo a linha de jogos de maior receita nas lojas de aplicativos dos Estados Unidos há 21 trimestres consecutivos. A Activision Blizzard, dona da linha Candy Crush, resistiu à tendência do setor com um aumento de 20% no terceiro trimestre nas receitas de jogos de celular pelo critério conhecido como "reservas líquidas".

"Quando há milhares e milhares de jogos sendo lançados todos os dias, ter uma marca forte e confiável sempre foi supervalioso para nós", disse Todd Green, gerente-geral da Candy Crush, embora tenha ressaltado o "detalhado do trabalho artesanal" da equipe "por muitos anos", para melhorar a "jogabilidade" e reter usuários.

O executivo afirmou estar "muito otimista" com o futuro dos jogos de celular, acrescentando que há muitos países no mundo nos quais a penetração de mercado dos telefones celulares crescerá bastante.

Embora muitos outros compartilhem dessa esperança no longo prazo, poucos no setor concordam a respeito de quando ela chegará.

Straus Zelnick, executivo-chefe da Take-Two, prevê "pressão de queda por mais três a seis meses". "Acredito que no fim de 23 estaremos em boa forma."

Por sua vez, Robert Antokol, cofundador e executivo-chefe da Playtika, conhecida por seus jogos de cassino, como "Slotomania" e "Bingo Blitz", acredita que a recessão pode durar até 18 meses. Na semana passada, a Playtika anunciou o corte de cerca de 600 funcionários — o que representa 15% de seu pessoal.

"O mercado, como você pode ver, é imprevisível", disse Bukhman, da Playrix. "É difícil dizer o que vai ocorrer precisamente no próximo ano. Temos a esperança de que cresceremos". *(Tradução de Sabino Ahumada)*

REPRODUÇÃO



Para o comando da Playrix, uma das maiores produtoras da Europa, criadora do "Homescapes" (foto), a indústria de jogos para celular pode estar perto da saturação

Estratégia Unilever é maior acionista da plataforma, que conta com 50 fabricantes de bens de consumo

Compra Agora, que atende pequeno varejo, cresce 22%

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

O Compra Agora, plataforma de fornecimento de produtos da indústria para pequenos e médios varejistas, deve somar faturamento de R$ 5 bilhões ao fim deste ano, alta de 22% em relação a 2021. A projeção para 2023 é de R$ 6 bilhões em faturamento.

Criado em 2016 pela Unilever, para conectar as marcas da multinacional a pequenos varejistas, o negócio cresceu, ganhou novos fornecedores, e desde 2019 é operado pela Grow Next Technology. A Unilever segue como maior acionista. A plataforma conta hoje com mais de 400 mil lojistas cadastrados, além de 50 grandes indústrias fornecedoras. Dentre elas, estão nomes como Faber-Castell, L'Oréal e BRF.

O Compra Agora conta ainda com operações internacionais na Argentina e deve estrear em janeiro no México. No Chile, há uma "operação inicial" por meio de um parceiro local. A companhia não divulgou faturamento ou projeções das operações internacionais.

No Brasil, o mês de novembro somou R$ 500 milhões, em faturamento, recorde impulsionado pela Black Friday. O percentual de crescimento em relação a 2021 foi de 20%. A base de pedidos foi composta por 70 mil varejistas, alta de cerca de 15% ante a base do ano passado. Já o número de fornecedores dobrou no comparativo anual.

O CEO do Compra Agora, Júlio Campos, afirma que o resultado foi melhor do que o esperado e reflete iniciativas norteadas por coleta de dados e automação. "Com tudo que a gente via da economia esse ano, era difícil pensar em números grandes", afirma.

Uma das ações que ajudaram a impulsionar o crescimento foi a implementação do atendimento por WhatsApp, com "robôs" e operadores humanos da plataforma, atendendo de forma contínua.

"Esse pequeno lojista, de uma lojinha de bairro, tem que abrir a loja, abastecer a gôndola, receber os consumidores, fazer as compras, então quando você tem um cara com vida atribulada, a plataforma vem trazer benefício de preço competitivo e estar disponível 24 horas", afirma Campos.

A plataforma também oferece cuponagem personalizada de acordo com os algoritmos de comportamento de cada varejista, com promoções como descontos e frete grátis de entregas. As promoções são bancadas integralmente pela Compra Agora, que também negocia preços com os fornecedores.

"O mundo digital permite que você dê soluções para cada um dos 70 mil, o que seria impensável no passado. Esse pequeno varejo tem o benefício de uma plataforma que o conhece, que tem dados, que dá crédito pra ele de acordo com o fluxo de caixa", exemplifica.

Outra iniciativa da Black Friday deste ano foi a publicação de conteúdos sobre vendas em formato de tutorial, recomendando aos lojistas como oferecer melhores condições aos clientes. "Um pequeno varejo da Vila Olímpia e um pequeno varejo de Porto Alegre são diferentes, sob a essência de portfólio, de categorias que interagem com esse consumidor", afirma Campos.

O empresário observa que dois terços dos bens de consumo vendidos no país são comercializados por pequenos varejistas. "Se tem um lugar do mercado que é resiliente à crise é o pequeno varejo", observa.

Campos afirma que a plataforma trabalha com lucro, condições que permitem diálogo com agentes externos para levantar recursos. A prospecção começou em novembro e a expectativa é de que a primeira rodada de investimentos seja anunciada no primeiro trimestre de 2023.

"Não estamos preocupados em abrir o leque para muitas empresas, queremos trazer investidores que tenham alinhamento com o negócio", afirma.

A rodada de captação deve apoiar medidas como aumento de verbas de publicidade e expansão do programas de fidelidade com pequenos lojistas.

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Julio Campos, CEO do Compra Agora: atendimento por WhatsApp ajudou a impulsionar o crescimento no ano

Decreto renova concessões de TVs

Radiodifusão

João Luiz Rosa
De São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem um decreto para renovar a concessão de emissoras de TV por 15 anos, a contar de outubro de 2022.

O decreto prevê as outorgas de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, da Globo Comunicação e Participações nos municípios do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte e de Recife, além de Brasília (DF); da Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda em Belo Horizonte; e da Rádio e Televisão Record S.A. no município de São Paulo.

Em nota, o Ministério das Comunicações informou que o processo de renovação segue o rito previsto no Decreto nº 52.795, de 1963, sobre o Regulamento do Serviço de Radiodifusão, que apresenta uma série de requisitos que devem ser cumpridos para a validação do pedido de renovação. "A área técnica e a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente às renovações das outorgas", segundo a nota.

De acordo com informações do Ministério das Comunicações, nos termos do artigo 223 da Constituição, após a análise pelo Poder Executivo, o processo será encaminhado, via Mensagem Presidencial, ao Congresso Nacional, para análise e deliberação sobre os pedidos de renovação das outorgas.

"A Globo recebe sem surpresa a notícia do decreto da renovação da concessão dos canais da TV Globo no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília. Uma vez que havia cumprido todas as exigências legais, a empresa estava certa de que não seria outro o encaminhamento do presidente da República."

Curtas

Números da Nike

A Nike apresentou ligeira queda no lucro líquido durante o segundo trimestre fiscal, para US$ 1,33 bilhão, ou 85 centavos de dólar por ação, em comparação com US$ 1,34 bilhão, ou 83 centavos de dólar por ação, um ano antes. A previsão era de queda para US$ 1,02 bilhão, ou US$ 0,64 por ação, de acordo com a agência FactSet. Já a receita da fabricante de artigos esportivos no período encerrado em novembro cresceu 17%, para US$ 13,32 bilhões, acima das estimativas de analistas, que previam US$ 12,58 bilhões, segundo a agência. Na China, a receita da Nike caiu 3%, para US$ 1,79 bilhão, em meio às restrições da covid-19, enquanto a receita nas Américas e Europa, Oriente Médio e região da África aumentou. Na Europa, a receita cresceu 11%, para US$ 3,49 bilhões. Na América do Norte, a receita saltou 30%, para US$ 5,83 bilhões, disse a Nike. Na região da Ásia Pacífico e América Latina, incluindo o Brasil, as receitas da Nike somaram US$ 1,59 bilhão, crescimento de 19% na comparação anual. Os níveis de estoque no período ficaram em US$ 9,3 bilhões, um aumento de 43% em comparação com o ano anterior em meio a custos mais altos de insumos e interrupções na cadeia de suprimentos sobre o ano anterior, informou a empresa.

Electrolux adia venda

A Electrolux anunciou que o desinvestimento da fábrica localizada na cidade de Memphis, no estado americano do Tennessee, foi adiado. A fabricante de eletrodomésticos sueca havia anunciado em outubro a venda do ativo por US$ 82,5 milhões. A operação seria finalizada no quarto trimestre. Entretanto, a operação não pode ser concluída porque o comprador pediu mais tempo. Com isso, a previsão é que a venda seja concluída em 2023. A produção da Electrolux na fábrica de Memphis já foi encerrada em junho deste ano. As ações da Electrolux fecharam em queda de 2,31% na Bolsa de Estocolmo.

Movimento falimentar

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Distribuidora Tabocão Ltda. -** CNPJ: 02.284.585/0001-44 - Endereço: Rua Jc 19, Nº 144, Quadra Apm, Lote R 08/09, Residencial Jardim Canedo Ii - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Felipe Hasse, Produtor Rural -** CNPJ: 48.119.831/0001-03 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Ihagro Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 35.432.880/0001-50 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Joel Lindolfo Hasse, Produtor Rural -** CNPJ: 48.151.241/0001-68 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Josiane Segat Hasse, Produtora Rural -** CNPJ: 48.209.744/0001-47 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Juliano Hasse, Produtor Rural -** CNPJ: 48.178.121/0001-54 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Lucas Daniel Hasse, Produtor Rural -** CNPJ: 48.115.296/0001-12 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Posto 89 Ltda. -** CNPJ: 00.800.292/0001-47 - Endereço: Rodovia Br 153, S/nº, Km 359, Zona Urbana, Tabocão/to - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Nerópolis Ltda. -** CNPJ: 04.755.122/0001-49 - Endereço: Rodovia Go 080, Km 26, S/nº, Perímetro Urbano, Nerópolis/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Pio Xii Ltda. -** CNPJ: 02.773.620/0001-99 - Endereço: Av. Pio Xii, 186, Bairro Cidade Jardim, Goiânia/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão 52 Ltda. -** CNPJ: 15.392.265/0001-50 - Endereço: Rodovia Br 153, S/nº, Km 52, Posto 52, São José do Rio Preto/sp - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Ii Ltda. -** CNPJ: 06.297.216/0001-47 - Endereço: Rodovia Br 153, Km 752, S/nº, Zona Rural, Alvorada/to - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Iii Ltda. -** CNPJ: 05.586.594/0001-88 - Endereço: Rua Dom Eduardo, 715, Sala 06, Centro, Prata/mg - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Iv Ltda. -** CNPJ: 07.457.679/0001-91 - Endereço: Rua Jaime José Dos Santos, 51, Quadra 01, Lotes 01/05 e 10/14, Bairro Jardim Antana, Goiânia/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Vi Ltda. -** CNPJ: 05.324.187/0001-00 - Endereço: Rodovia Br 364, Km 319/320, S/nº, Zona Rural, Portelândia/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão X Ltda. -** CNPJ: 02.782.712/0001-35 - Endereço: Via Principal, Vp 1, S/nº, Quadra 04, Módulo 1 D 1, Distrito Agroindustrial de Anápolis, Anápolis/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Xii Ltda. -** CNPJ: 13.807.596/0001-88 - Endereço: Av. Pedro Ludovico Teixeira, 1801, Centro, Colinas do Tocantins/to - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Xiv Ltda. -** CNPJ: 15.547.657/0001-40 - Endereço: Av. Professor José Nascimento, S/nº, Quadra 04, Lote 07, Centro, Morrinhos/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Xv Ltda. -** CNPJ: 15.318.927/0001-41 - Endereço: Av. Ns 10, Lote Pac 01, Quadra Asrne 55 412 Norte, Plano Diretor Norte, Palmas/to - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Xvi Ltda. -** CNPJ: 02.025.786/0001-27 - Endereço: Av. Goiás, 4168, Bairro Vila Antonio Severino Coelho, Itaberal/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Xviii Ltda. -** CNPJ: 31.486.444/0001-02 - Endereço: Av. Auristella de Lurdes Pereira Machado, S/nº, Quadra 01, Lote Chácara 1, Condomínio Vale Dos Lírios, Hidrolândia/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Posto Tabocão Xx Ltda. -** CNPJ: 36.608.290/0001-06 - Endereço: Av. Tiradentes, 2708, Quadra 20, Bairro Jardim Alexandrina, Anápolis/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Sonia Salete Vignaga, Produtora Rural -** CNPJ: 48.148.770/0001-02 - Endereço: Rodovia Mt 338, Projeto Ana Terra Prodecer Ii, S/nº, Km 112, Zona Rural, Tapurah/mt - Administrador Judicial: M. A. Lorga Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Tabocão Aluguéis Ltda. -** CNPJ: 03.766.945/0001-07 - Endereço: Rua Jc 19, Nº 144, Quadra Apm, Lote R 08/09, Sala 04, Residencial Jardim Canedo Ii - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Tabocão Holding Ltda. -** CNPJ: 44.611.001/0001-48 - Endereço: Av. T 7, Nº 371, Sala 1910, Condomínio Lourenço Office, Setor Oeste, Goiânia/go - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Tabocão Indústria e Comércio de Arla Ltda. -** CNPJ: 34.294.789/0001-52 - Endereço: Rodovia Br 153, Km 359, Galpão 01, Zona Rural, Tabocão/to - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Empresa: **Transportadora Tabocão Ltda. -** CNPJ: 09.214.435/0001-03 - Endereço: Rua Jc 19, Nº 144, Quadra Apm, Lote R 08/09, Sala 02, Residencial Jardim Canedo Ii - Administrador Judicial: Dr. Diogo Crossara - Vara/Comarca: 1a Vara de Senador Canedo/GO

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **F. A. Cavalcante Melo Embalagens ME -** CNPJ: 27.708.511/0001-19 - Endereço: Rua Presidente Quaresma, 493, Bairro Alecrim - Vara/Comarca: 21a Vara de Natal/RN

Empresa: **Melo Comercial Tqt Eireli, Nome Fantasia T. Q. T. Embalagens Natal -** CNPJ: 24.200.323/0001-97 - Endereço: Rua Dos Caicós, 1247, Casa A, Bairro Alecrim - Vara/Comarca: 21a Vara de Natal/RN

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Prol Indústria Metalúrgica Eireli -** CNPJ: 01.289.271/0001-71 - Endereço: Av. Generoso Malheiros, 05, Sala A, Bairro Cidade Verde Ou Av. Aleixo Ramos da Conceição, 2050, Sala A, Bairro 23 de Setembro, Cuiabá/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Várzea Grande/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Agronegócios

Sanidade Polêmico, projeto que muda a fiscalização, inclusive em frigoríficos, segue para sanção presidencial

Senado aprova autocontrole em agroindústrias

Érica Polo
De São Paulo

Após esforços da bancada ruralista, o projeto de lei que estabelece o autocontrole em agroindústrias foi aprovado ontem no plenário do Senado, na reta final do atual governo federal — que propôs o pacote de regras. O PL seguirá para sanção presidencial.

O projeto de lei 1.293, de 2021, que dá poder às empresas na fiscalização da fabricação de alimentos, é tema de divergências entre o setor produtivo, sobretudo a indústria de proteínas animais, ONGs e o sindicato dos auditores fiscais federais (Anffa Sindical).

O novo modelo de fiscalização exigirá que o setor produtivo envie dados e informações ao Ministério da Agricultura, por meio de sistemas informatizados. O projeto é visto pelo atual governo como uma alternativa para suprir o atual déficit de fiscais federais agropecuários — que deverá aumentar em consequência da aposentadoria de servidores.

O texto foi aprovado com um ajuste no artigo oitavo, que garante a inaplicabilidade compulsória do desenvolvimento de programas de autocontrole aos agentes da produção primária agropecuária, à agroindústria de pequeno porte e ao processamento artesanal.

O projeto teve apenas dois votos contrários, dos senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT-RN).

Uma fonte disse ao **Valor**, em outubro, que mesmo que ocorresse a aprovação do autocontrole, haveria a necessidade de contratar ao menos 500 auditores fiscais. O ministro da Agricultura, Marcos Pontes, disse na época que buscava aval do Ministério da Economia para realizar novos concursos para a categoria.

Segundo os ruralistas, na prática a mudança possibilitará que o Estado concentre suas ações "no controle e na fiscalização de atividades de maior risco", enquanto o setor privado passará a desenvolver programas de autocontrole para garantir a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

As indústrias deverão manter registros sistematizados e auditáveis de todo o processo produtivo, desde a recepção da matéria-prima até o produto final. Os programas deverão conter, ainda, medidas para recolhimento de lotes em desconformidade com o padrão legal e os procedimentos de autocorreção.

O modelo não é obrigatório para agentes da produção primária, mas esses produtores poderão aderir voluntariamente a programas, informaram os defensores do projeto aprovado.

Parte das críticas ao projeto de lei vem dos fiscais agropecuários responsáveis por auditar as indústrias, que temem a perda de funções. Eles alegam que há em curso uma tentativa de terceirização de suas atribuições, o que é negado pelo governo federal.

A Anffa Sindical afirmou, em comunicado, que o projeto não poderia ter sido votado "a toque de caixa, no apagar das luzes do atual governo, sob questionamentos e incertezas quanto aos reais objetivos de sua aprovação".

Logo após a votação, ontem, o sindicato informou que vai reunir seus membros para avaliar que medidas poderão ser tomadas para a revisão de alguns pontos que sugeriu por meio de emendas, mas foram recusadas pelo relator do projeto, o senador Luis Carlos Heinze (PP/RS).

"O texto vai além da defesa agropecuária e extrapola em questões que ainda estão sem respostas coerentes, como a que se refere à delegação da atividade de auditoria e fiscalização a entes privados, entre outras", disse Janus Pablo, presidente do Anffa, em nota.

O Ministério Público do Trabalho entende que a proposta, na forma como exposta, ocasiona "insegurança jurídica e consequências danosas para a sociedade". Segundo nota do órgão, a autofiscalização, que permite que atividades típicas da fiscalização agropecuária sejam exercidas por pessoas de fora dos quadros do Estado, viola uma regra constitucional.

Piora cenário para a produção nas empresas do setor

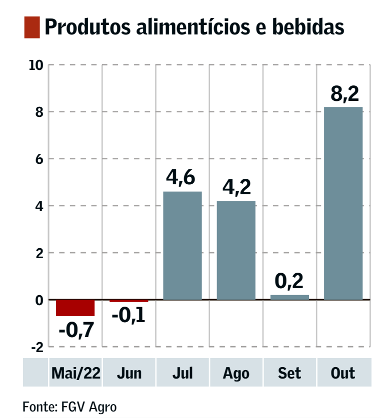
Conjuntura

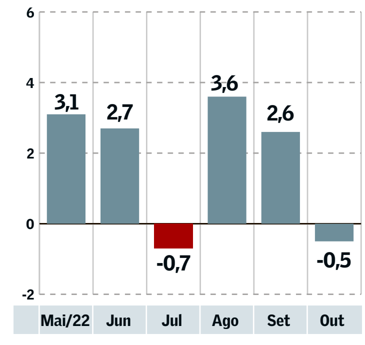
Fernando Lopes
De São Paulo

Embora tenha registrado em outubro variação positiva de 3,9% em relação ao mesmo mês de 2021, o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro) calculado pelo Centro de Estudos em Agronegócios da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) caiu 1,3% ante setembro e deverá encerrar 2022 com alta entre 0,8% e 2,2%. No mês passado, havia uma expectativa de que o avanço poderia chegar a 3,7% no ano, o que foi descartado.

"Mesmo para que a produção agroindustrial acumule uma expansão de 2,2%, é preciso que o crescimento alcance 8,1% no último bimestre. Ou seja, é preciso uma intensa expansão, que só foi vista no último bimestre de 2004, quando o incremento foi de 9,7%", avaliaram os pesquisadores do FGV Agro. Até outubro, o PIMAgro subiu 1,1%.

PIMAgro
Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)





Agroindústria

Mai/22	Jun	Jul	Ago	Set	Out
1,1	1,2	2,0	3,9	1,3	3,9

Fonte: FGV Agro

O PIMAgro é baseado em dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e nas variações do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), da taxa de câmbio e do Índice de confiança do Empresário da Indústria de Transformação (ICI) da FGV.

A alta interanual de 3,9% em outubro foi influenciada pela baixa base de comparação — no mesmo mês de 2021 houve queda de 11,8% — e garantida pelo grupo formado por produtos alimentícios e bebidas, que cresceu 8,2%, puxado pelos alimentos (12,2%). No grupo de produtos não-alimentícios, a variação foi negativa (0,5%), determinada por retrações nas áreas têxtil (6,9%), florestal (3,8%) e de borracha (4,2%).

Segundo o centro da FGV, a indústria têxtil ainda sente o impacto do aumento de custos, da redução de estoques e de gargalos logísticos, ao passo que o recuo da produção de papel e madeira pesou sobre o resultado da cadeia florestal. Já a produção de borracha sofre com a concorrência de importações, como têm reclamado representantes do ramo.

valor.com.br

Commodities

Incertezas na Ásia sustentam açúcar

O açúcar continua a subir na bolsa de Nova York, sustentado por problemas de oferta no curto prazo. A Índia já produziu 8,2 milhões de toneladas de açúcar nesta temporada 2022/23 (de 1º de outubro a 1º de dezembro), ante 7,8 milhões um ano antes, de acordo com dados da Associação Indiana das Usinas de Açúcar (Isma, na sigla em inglês). Mas, ainda que a safra esteja em um ritmo mais acelerado, agentes do mercado questionam qual será o volume de exportação do país. Intempéries na Tailândia também atraem a atenção dos traders na bolsa de Nova York

valor.com.br/agro

Agronegócios

Estratégia Mas, após quase triplicar de tamanho no país, empresa não descarta novas compras no varejo de insumos

Nutrien prioriza integração de aquisições

Fernando Lopes
De São Paulo

Após quase triplicar de tamanho no Brasil em 2022 e alcançar um faturamento de R$ 8 bilhões, a Nutrien elegeu como objetivos para o país em 2023 garantir a integração adequada dos ativos comprados este ano, fomentar a expansão orgânica da atual rede de distribuição de insumos agrícolas, inaugurar novas lojas e continuar de olho em oportunidades de aquisição.

"Depois de um ano como este, em que nosso crescimento foi muito acelerado, é preciso rebalancear as prioridades. Vamos consolidar nossa plataforma, mas sem deixar de continuar avançando", afirmou André Dias, presidente da multinacional canadense na América Latina, ao **Valor**. Esse avanço se deu sobretudo na área de varejo de insumos, embora a companhia continue investindo na ampliação de seus negócios de mistura de fertilizantes no Brasil.

Os aportes nas aquisições de três novas redes de distribuição no país somaram cerca de US$ 500 milhões este ano. Com a Marca Agro e suas sete lojas, a Nutrien melhorou seu posicionamento em Minas Gerais e o acesso a cafeicultores; com a Casa do Adubo e seus 39 pontos de venda em 11 Estados, agregou vendas anuais da ordem de R$ 2,5 bilhões e consolidou a nacionalização da operação; e com a compra da Safra Rica, que ainda depende da aprovação do Cade, incorporou mais nove unidades em São Paulo e Minas, de olho em produtores de cana e laranja.

A Safra Rica foi a sétima aquisição da Nutrien nesse segmento desde 2020 no mercado brasileiro, onde a empresa já conta com 120 unidades comerciais — somadas as redes da Argentina, do Chile e do Uruguai, são 188 unidades no total na América Latina, região onde a múlti vai faturar R$ 12 bilhões em 2022. Dos R$ 4 bilhões previstos para os outros três países que completam o faturamento larino, a Argentina responde por aproximadamente três quartos.

Das compras deste ano, a que está exigindo mais esforços no processo de integração é a Casa do Adubo. Além do grande número de lojas e de Estados de atuação, o modelo de negócios é diferente, com foco em vendas para pequenos produtores e distribuidoras de pequeno porte (via a subsidiária Casal). "E é por isso que ela nos atraiu. Certamente esse processo servirá para nortear nossas próximas aquisições", afirmou Dias.

Apesar do forte crescimento registrado em 2022, quando o número de clientes superou 110 mil, foi um ano difícil para as vendas de insumos agrícolas no país, sobretudo pelo risco — que não se confirmou — de faltar fertilizantes no Brasil após a invasão russa na Ucrânia e da forte alta de preços dos nutrientes no mercado doméstico derivada desse risco. Em maio, os adubos atingiram um pico de mais de US$ 1 por tonelada, ante os atuais cerca de US$ 600. Em 2023, o cenário poderá melhorar.

Paralelamente, a Nutrien planeja para o ano que vem a inauguração de sua quinta misturadora de adubos no país, em Alfenas (MG). A múlti já conta com quatro unidades do gênero, localizadas em Itapetininga (SP), Araxá (MG), Cristalina (GO) e Morrinhos (GO). As misturadoras recebem as matérias-primas e formulam os fertilizantes usados pelos produtores rurais nas lavouras.

JULIO BITTENCOURT/VALOR



André Dias, CEO da canadense Nutrien na América Latina: expectativa é que a volatilidade que dominou o mercado de insumos em 2022 perca força em 2023

Com novo laudo sobre ação, OPA da Heringer pode ser destravada

Fertilizantes

Érica Polo
De São Paulo

A Fertilizantes Heringer, controlada pela EuroChem, multinacional de origem russa com sede na suíça, divulgou na noite de segunda-feira o segundo laudo avaliativo sobre o valor de suas ações, que poderão ser negociadas em uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) proposta pela controladora. A múlti quer adquirir a participação que ainda não tem na Heringer.

A Meden, consultoria indicada por um grupo de acionistas minoritários da empresa brasileira, avaliou as ações em um intervalo de R$ 18,96 a R$ 20,86. Em 29 de novembro, a própria EuroChem havia elevado a oferta, e apresentou duas opções aos acionistas, com condições distintas de compra: de R$ 14,50 e R$ 19 por ação.

A proposta anterior, de setembro, sugeria R$ 12,96 ou R$ 14,46, após um primeiro laudo elaborado pelo BR Partners a pedido da EuroChem. Porém, minoritários discordaram e, naquele mês, a OPA foi suspensa pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esses acionistas detêm 12% do capital social e cerca de 40% das ações livres em circulação ("free float", no termo em inglês), quórum suficiente para barrar a oferta. A EuroChem tem cinco dias, a partir da divulgação do segundo laudo, para se manifestar.

A múlti adquiriu o controle da empresa brasileira em dezembro de 2021, por R$ 554 milhões. Neste ano, fez a oferta com o intuito de fechar o capital da Heringer. Com isso, a companhia deixaria de fazer parte do Novo Mercado da B3, grupo de empresas listadas na bolsa que seguem critérios de boa governança.

Previsões da Anec



LEONARDO RODRIGUES/VALOR

As exportações brasileiras de soja em grão deverão alcançar 1,75 milhão de toneladas neste mês, segundo nova projeção da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), divulgada ontem. O volume é 1,1% inferior ao estimado na semana passada, e representa uma queda de 30,8% ante o total embarcado em dezembro de 2021. Com base na estimativa atual, o Brasil deverá fechar o ano com embarques totais de 78,1 milhões de toneladas, 9,8% abaixo de 2021 (86,63 milhões), basicamente em decorrência da quebra de safra no Sul em parte de Mato Grosso do Sul. No caso dos embarques de milho, a Anec reduziu em 3% a estimativa para dezembro, para 6,5 milhões de toneladas, pouco mais que o dobro do volume despachado em igual mês de 2021. Neste ano, o volume dever totalizar 43,7 milhões de toneladas, com crescimento de 112%. (PS)

3tentos aproxima o mercado de carbono de seus fornecedores

Ambiente

Paulo Santos
De São Paulo

A gaúcha 3tentos, que atua nos segmentos de insumos agrícolas, quer facilitar o acesso de seus fornecedores de soja ao mercado de créditos de carbono. Idealizado em 2019, o Projeto Carbono, que começou com 40 produtores no Rio Grande do Sul, deverá atender 500 agricultores em 2023, com a expansão das ações para Mato Grosso.

A primeira fase do projeto consistiu em medir a pegada de carbono em 21 fazendas no bioma Pampa e em 19 propriedades no bioma Mata Atlântica, numa área total de 40,9 mil hectares. O resultado foi de 450 quilos de carbono por tonelada.

"Para chegar a esse resultado, analisamos todos os insumos que foram utilizados nas propriedades e quanto disso foi transformado em grão. Essa metodologia seguiu diretrizes científicas de programas consagrados no país, como o RenovaBio", disse Felipe Dalzotto Artuzo, consultor de novos negócios da 3tentos.

As propriedades avaliadas estão próximas às unidades de originação de grãos e produção de biodiesel da 3tentos. Ou seja, a maioria da soja produzida nessas fazendas não é exportada e, portanto, tem menor impacto ambiental derivado dos transportes terrestre e marítimo. Além disso, a produção dos grãos está em áreas consolidadas e sem alertas de desmatamento, com estabilidade no uso do solo e com plantio direto.

Artuzo relatou que os produtores que participaram do projeto ficaram animados ao descobrir que sua pegada de carbono é menor que a dos sojicultores dos Estados Unidos, onde o resultado é calculado em 1,2 toneladas de carbono emitidas para cada tonelada de soja colhida.

Após medir a pegada de carbono das propriedades, a 3tentos certificou os produtores e o objetivo, agora, é prepará-los para o ingresso no mercado de créditos de carbono. A monetização desses créditos será a segunda etapa do projeto, que deverá ser implementada em 2023, segundo Carlos Linassi, coordenador de inovação da companhia. O investimento previsto para as ações dentro da iniciativa não foi divulgado.

Segundo ele, todas as propriedades certificadas pela empresa têm condições de participar do mercado de carbono por cumprir regras como áreas sem desmatamento, sem histórico de trabalho escravo e com o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

"O mercado de carbono sempre foi muito focado em floresta e pouco se falava dele para a agricultura. O solo é um grande sequestrador de carbono, mas ainda temos poucas metodologias para mensurar esse impacto. O projeto joga uma luz nessa questão", disse Felipe Artuzo.

Clima adverso nos EUA e na Argentina sustenta preços de grãos

Commodities

De São Paulo

O clima adverso para lavouras no Hemisfério Norte e na América do Sul impulsionou as cotações dos grãos na bolsa de Chicago ontem. E a soja liderou as altas. Os contratos da oleaginosa com vencimento em janeiro, os mais negociados, fecharam em alta de 1,22%, a US$ 14,7850 por bushel, enquanto os papéis para março subiram 1,11%, a US$ 14,7975 por bushel.

Segundo analistas, a chegada do frio extremo em áreas produtoras dos Estados Unidos ajudou a desencadear uma onda de compras de papéis de commodities agrícolas nos mercados futuros. Segundo o Serviço de Meteorologia dos EUA, as baixas temperaturas continuarão a prevalecer nos próximos dias.

O clima na Argentina também atrai as atenções do mercado, já que a previsão virou e agora os próximos dez dias deverão ter temperaturas elevadas e volumes de chuva que não tendem a superar 25 milímetros. "É muito pouco diante da situação de seca e não vai reverter o quadro de déficit hídrico no solo", disse Raphael Mandarino, diretor da Agresource. Segundo ele, apenas em janeiro o quadro de chuvas deverá melhorar no país.

O milho fechou a terça-feira em alta na bolsa de Chicago, igualmente pautado pelas condições do clima adverso na Argentina. Os contratos do cereal para março do ano que vem subiram 0,73%, a US$ 6,52 por bushel. Já os papéis para maio de 2023 avançaram 0,62%, também a US$ 6,52 por bushel.

No mercado do trigo, os contratos para março, os mais negociados, fecharam em alta de 0,27% a US$ 7,5050 por bushel, e os papéis para maio subiram 0,10%, a US$ 7,5750 por bushel. A consultoria Granar realçou que a queda do dólar frente ao euro, que melhora a competitividade das vendas americanas em detrimento das europeias, foi um dos fatores altistas. O DXY, índice que mede a força do dólar ante uma cesta de seis moedas caia 0,68% no início da tarde de hoje. *(PS)*

valor.com.br

Cenários

Covid eleva demanda por limão na China

Os negócios estão subitamente crescendo para os produtores de limão da China, à medida que os cidadãos chineses recorrem cada vez mais a remédios naturais para combater uma onda crescente de infecções por covid-19.

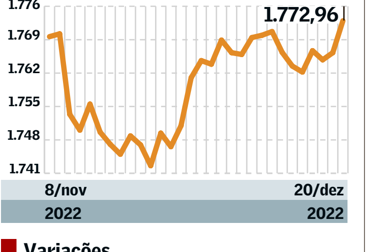
valor.com.br/agro

BC do Japão, de Kuroda, decide que juros de longo prazo poderão ter oscilações mais acentuadas C3

Destaques

Indenização de seguros
O pagamento de indenizações de seguros de pessoas alcançou R$ 1,2 bilhão em outubro, cifra 13,2% superior ao desembolsado em igual mês de 2021, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), com base nos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Em dez meses de 2022, o segmento pagou R$ 11,9 bilhões, com queda de 22% frente a igual período do ano passado. Separados por ramo de produto, o maior impacto continua sendo no seguro viagem, que obteve crescimento de 114% no acumulado, como resultado da retomada do setor de turismo. No mesmo período, os segmentos doenças graves e acidentes pessoais subiram 32,4% e 16,5%, respectivamente. Em dez meses, houve recuo em alguns ramos. O seguro de vida teve queda de 29,5% nos desembolsos relacionados a sinistros, enquanto o prestamista diminuiu 33,2%, e as indenizações para seguro funeral reduziram 23,6%. Para a Fenaprevi, os números mostram que a fase mais drástica da pandemia de covid-19, que foi uma das principais causa de aumento de sinistros no ano passado, ficou para trás. ***(Sérgio Tauhata)***

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/dez/99



Variações

No dia	0,38%
No mês	0,47%
No ano	8,96%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Parceria entre Stone e Visa
A Stone e a Visa estão lançando um cartão múltiplo para empreendedores, com as funções de pagamento em débito e crédito. O novo produto é resultado de uma parceria que busca ajudar pequenos e médios empreendedores a gerir seus negócios com mais praticidade. O cartão pode ser controlado pelo aplicativo da Stone, o que permite uma gestão de gastos prática e segura, a realização de compras com o saldo da conta Stone, entre outros serviços. "O lançamento do produto faz parte da nossa estratégia de atuar como um grande fornecedor de serviços financeiros para empreendedores", diz Rodrigo Cury, head de banking da Stone. "Estamos focados em trazer soluções para empreendedores", afirma Marcos Marins, chefe de aceitação da Visa do Brasil. Inicialmente, a partir de janeiro, o cliente poderá usufruir da função débito, e ainda no primeiro semestre de 2023 poderá passar a utilizar o pagamento via crédito também, tendo acesso a novos benefícios, que serão anunciados em breve. ***(Álvaro Campos)***

Tag de pedágio do Santander
O Santander Brasil e o Sem Parar vão passar a oferecer uma tag de pedágio livre de mensalidade para os mais de 50 milhões de clientes do banco. Como o **Valor** mostrou em maio, bancos e fintechs têm acirrado a disputa nas tags, que são uma forma de atrair e engajar clientes. Enquanto Itaú tem uma fatia de 50% na ConectCar e Bradesco e Itaú são sócios da Velo (que está sob o guarda-chuva do grupo Elopar), o Santander era o único dos grandes bancos que ainda não oferecia tag com benefícios para seus clientes. A partir de agora, os clientes do Santander que possuem cartão de crédito poderão adquirir a tag com isenção de mensalidade. As tags podem ser adquiridas nos canais digitais do Santander, pelos quais o cliente escolhe a modalidade do produto de acordo com seu perfil. ***(AC)***

Dívida Mais clareza sobre juros nos EUA deve ajudar operações de empresas brasileiras

Bancos preveem retomada de emissões de bônus no mercado externo em 2023

Rita Azevedo
De São Paulo

As empresas brasileiras devem voltar a emitir títulos de dívida no mercado externo no próximo ano, após um período fraco para esse tipo de operação em 2022. As estimativas para o volume de captações vão de US$ 10 bilhões a US$ 20 bilhões, segundo bancos de investimentos ouvidos pelo **Valor.**

Quem deve puxar a fila são nomes já conhecidos dos investidores: as companhias com grau de investimento que já acessaram o mercado lá fora outras vezes. São os chamados "emissores frequentes". Ainda não há consenso, porém, a respeito de quando serão as primeiras as operações. Parte dos bancos prevê uma retomada logo no primeiro trimestre, enquanto outros consideram que as empresas não terão pressa e vão esperar sinais mais claros do Federal Reserve (Fed), o banco Central americano, sobre a condução da política monetária.

As companhias suspenderam as operações no início de 2022 por causa da forte instabilidade provocada pelo aumento de juros nos Estados Unidos, que dificultou a definição de preços. O cenário de alta não mudou, mas hoje parte dos investidores espera que as taxas ao menos parem de subir nos primeiros meses de 2023. Essa expectativa já mudou o humor de um mercado que estava "arisco", diz Samy Podlubny, responsável pela área de emissão de dívida local e internacional do UBS BB.

"O mercado se antecipa e até espera uma curva de juros decrescente. Isso melhora o preço de captação pras empresas lá fora", afirma Podlubny, que prevê um melhor cenário externo para países emergentes do que o visto em neste ano. "A demanda já existe. Acredito que teremos um primeiro trimestre com algumas operações [de brasileiras] e um primeiro semestre, no geral, bem forte."

As emissões, no total, devem chegar a US$ 10 bilhões, estima Podlubny, praticamente o dobro do que foi registrado neste ano, mas ainda muito aquém dos volumes captados no passado.

As incertezas atuais em relação ao governo Lula não devem, pelo menos por enquanto, interromper os planos das companhias emissoras. "As incertezas fiscais, políticas e econômicas existem, mas são até menores que as de outros países latinos que também são emissores frequentes", diz Gilberto Nakayasu, chefe da área de dívida corporativa internacional do Bradesco BBI. O cenário, no entanto, pode piorar, obviamente, se houver uma deterioração do quadro fiscal que provoque uma piora do risco-Brasil.

O Bradesco BBI estima que o total de emissões ficará entre US$ 15 bilhões e US$ 20 bilhões, com possibilidade de aumento dependendo de como será a política da próxima gestão para empresas estatais e mistas. "No passado, houve certo incentivo para as empresas ligadas ao governo captarem mais recursos. Se isso acontecer de novo, o volume total pode ser maior que US$ 20 bilhões", diz Nakayasu.

Neste ano, até novembro, as operações de companhias brasileiras no exterior somaram US$ 4,96 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Foi o pior que o desempenho de 2015, em meio à crise da Lava-Jato, quando o volume ficou em US$ 7,5 bilhões. No ano passado, foram levantados US$ 22,3 bilhões.

Alexandre Castanheira, chefe da área de mercado de dívida corporativa do Citi para o Brasil, também tem expectativas positivas sobre o retorno das operações. "Acredito que estamos chegando a um ponto de fim do ciclo de alta do Fed. Se vai ser em janeiro, fevereiro, não sabemos, mas vai acontecer ao longo do primeiro semestre", diz.

Atualmente, o mercado americano está aberto, inclusive para emissores brasileiros, afirma Castanheira, mas os preços não estão nos patamares esperados pelas empresas. O cenário tem melhorado desde o fim de outubro e agora é uma questão de tempo. "O bolso do investidor de fora está começando a ficar mais disponível."

Como parte das companhias que acessam o mercado internacional fez emissões domésticas, não houve tanta pressa para captações neste ano. "No geral, ninguém está desesperado para acessar o mercado, tanto que não fizeram nos últimos meses", afirma Castanheira. "O mercado local foi muito ativo, o que permitiu que muitas empresas ficassem quietinhas."

Se há alguns anos o mercado doméstico não era visto como suficiente para suprir grande parte das necessidades de financiamento das companhias, agora o cenário é outro. "O mercado local tem mostrado boa profundidade e os prazos aumentaram. Hoje já é uma alternativa", diz o executivo do Citi.

As emissões de debêntures somaram R$ 234,9 bilhões de janeiro a novembro, segundo a Anbima. Em todo o ano passado, as companhias captaram R$ 250,4 bilhões com os títulos de dívida.

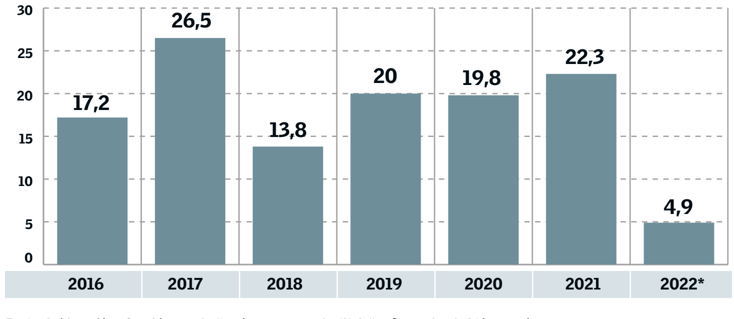
A Aegea foi das últimas brasileiras a fazer operações no mercado americano neste ano. Em abril, a empresa de saneamento levantou US$ 500 milhões com a emissão de "sustainability linked bonds", bônus atrelados ao atingimento de metas sustentáveis, com prazo de sete anos. Os papéis saíram com rendimento ("yield") de 7% ao ano.

DIVULGAÇÃO



Alexandre Castanheira, do Citi: "O bolso do investidor de fora está começando a ficar mais disponível"

Emissões de bonds
Volume de ofertas de empresas brasileiras no exterior - em US$ bi



Fonte: Anbima. Obs.: Considera emissões de empresas e instituições financeiras*. Até novembro

Fitch cita incertezas com novo governo

Álvaro Campos e Victor Rezende
De São Paulo

A agência de classificação de riscos Fitch reafirmou o rating 'BB-' do Brasil, com perspectiva estável. Em relatório, explica que a nota soberana é limitada pelo alto endividamento público, por uma estrutura fiscal rígida, pelo fraco potencial de crescimento econômico e por um histórico de desafios de governabilidade que dificultaram os esforços para abordar essas questões e tornam menor a previsibilidade das políticas.

A Fitch alerta que o teto de gastos está sendo relaxado sem planos concretos para substituí-lo por nova âncora fiscal. Isso eleva as incertezas sobre a trajetória fiscal no médio prazo e já pressiona os custos de financiamento do governo, diz a agência.

De acordo com o relatório, a perspectiva estável do rating reflete a expectativa de que o crescimento desacelerará no próximo ano (para 0,7%) e que a recente melhoria fiscal será corroída sob um novo governo, mas dentro de uma margem consistente com a nota atual e saindo de um ponto de partida melhor que o esperado anteriormente.

"A incerteza é elevada em relação aos planos do novo governo e até que ponto eles podem aliviar ou agravar os desafios fiscais e econômicos. No entanto, a Fitch não espera políticas que comprometam a estabilidade econômica geral", diz a agência.

O relatório aponta que, após uma vitória apertada nas eleições, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu um afastamento da agenda econômica liberal dos últimos anos. Entretanto, não está claro o quão forte será a mudança de política que ele buscará, o que tem sido uma fonte de volatilidade para os mercados. "Mudanças nas políticas fiscal e microeconômica são prováveis, mas propostas concretas ainda precisam surgir, e a Fitch espera que a política monetária/cambial e a autonomia do Banco Central não sejam afetadas."

Para a Fitch, um Congresso fragmentado, no qual os partidos conservadores obtiveram maior vantagem, pode representar um empecilho para a agenda de Lula, mas não é certo que representará uma força pró-disciplina fiscal, tendo em vista as medidas fiscais expansionistas tomadas antes das eleições e sendo consideradas atualmente durante o período de transição.

A Fitch prevê que o PIB brasileiro vai esfriar em 2023, após um crescimento projetado em 3% neste ano, devido ao efeito do aperto monetário substancial e à desaceleração global esperada. A classificadora de risco aponta que políticas fiscais expansionistas poderiam alimentar a demanda doméstica, mas também afetar adversamente a confiança e forçar o Banco Central a prolongar ou intensificar a política monetária restritiva.

Segundo a agência, as finanças públicas tiveram um desempenho melhor que o esperado em 2022, ajudadas pela inflação e pelo bom momento das commodities, que compensaram os efeitos de grandes cortes de impostos e aumentos de gastos sociais. A expectativa é que o superávit primário do governo geral suba para 1,3% do PIB em 2022, o melhor resultado desde 2013. Mas a Fitch projeta uma deterioração acentuada, para um déficit primário de 1% em 2023.

Para a Fitch, a dívida do governo cairá pelo segundo ano seguido, para 74,1% do PIB em 2022, recuperando seu nível de 2019, antes do salto observado em função da pandemia de coronavírus. Entretanto, deve voltar a subir e chegar a 80,0% até 2024, bem acima da mediana dos países com nota 'BB', que é de 55% do PIB. "Essa trajetória pode ser ainda mais acentuada caso a deterioração fiscal exceda as expectativas, pois isso pode ter repercussões adversas no crescimento e nos custos de financiamento".

A agenda econômica liberal dos últimos cinco anos (reforma trabalhista, concessões/privatizações, mudanças regulatórias), segundo a agência, ajudou a melhorar o clima de negócios, à medida que o investimento público diminuiu e o nível de investimento em relação ao PIB aumentou para 19%, de uma mínima de 15%. "Essa agenda diminuirá com Lula, que prometeu interromper as privatizações e defendeu o retorno a um modelo de crescimento liderado pelo Estado. Mas planos concretos ainda estão para tomar forma."

Pressão por títulos para proteger a Amazônia cresce

Bloomberg

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva poderia reforçar sua credibilidade na luta contra as mudanças climáticas com um bônus que pague juros atrelados à proteção da floresta amazônica. Essa é uma proposta que ganha força entre bancos, investidores e pesquisadores, que dizem que o país deve seguir os passos de seus pares latino-americanos Chile e Uruguai com a emissão de dívida vinculada à sustentabilidade.

No caso do Brasil, a meta ambiental poderia ser reduzir a área de desmatamento na Amazônia, que seria verificada por terceiros. Essa estrutura de dívida viria com desafios, principalmente para um país sem experiência com títulos ESG, e que enfrenta ampla queda nos mercados. Mas isso sinalizaria que Lula, que assume em 1º de janeiro, leva a sério a nova postura do país em relação à biodiversidade e às mudanças climáticas.

"É uma ideia fantástica", disse Graham Stock, estrategista sênior de dívida soberana de mercados emergentes da RBC BlueBay Asset Management e copresidente de uma coalizão para evolver órgãos públicos e associações industriais sobre o assunto, a Investor Policy Dialogue on Deforestation Initiative.

Embora o conceito não seja novo — o Banco Mundial sugeriu esta estrutura no início do ano —, parecia improvável sob o presidente Jair Bolsonaro, cujas políticas ambientais provocaram condenação internacional. Lula, por outro lado, tem sido elogiado por ambientalistas por suas promessas de preservar a maior floresta tropical do mundo.

O Brasil tem uma influência desproporcional no meio ambiente global porque mais de 40% do país ainda é coberto por florestas tropicais, com boa parte da biodiversidade do planeta. A Amazônia também armazena uma quantidade de carbono que, se totalmente liberada, seria equivalente ao mesmo que 20 anos de emissões globais nas taxas atuais, segundo estimativas.

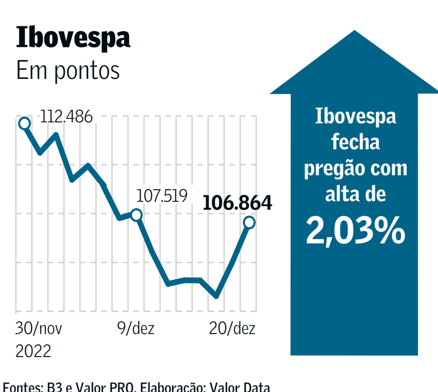
Mesmo com leve redução em 2022, o desmatamento da Amazônia aumentou para 11.400 quilômetros quadrados por ano em média durante o governo Bolsonaro.

Títulos vinculados à sustentabilidade — que normalmente fazem com que empresas paguem um cupom mais alto se não atingirem metas ambientais, sociais e de governança pré-determinadas — cresceram rapidamente em um mercado de US$ 200 bilhões, mas os governos demoraram a adotar o formato.

Alguns profissionais do mercado dizem que os tomadores soberanos deveriam adotar cupons de desconto, onde o emissor paga menos juros pelo cumprimento das metas.

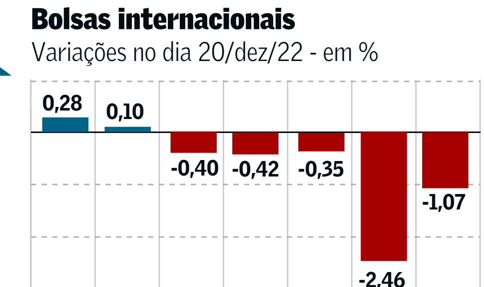
Finanças

Ibovespa
Em pontos

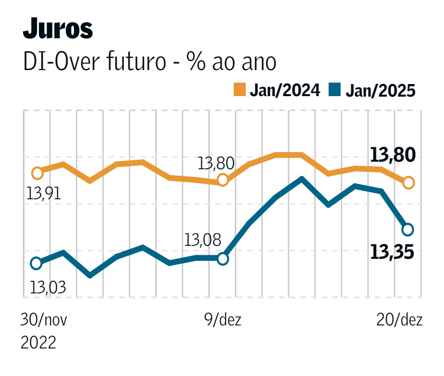


Ibovespa fecha pregão com alta de **2,03%**

Bolsas internacionais
Variações no dia 20/dez/22 - em %



Juros
DI-Over futuro - % ao ano

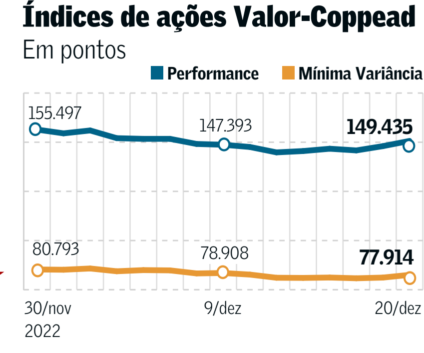


Dólar comercial
Cotação de venda - R$/US$



Dólar comercial encerra o dia em queda de **1,93%** em relação ao real

Índices de ações Valor-Coppead
Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Volume de aluguel de papéis atinge 3,1% do valor de mercado da B3

Investidor reforça aposta em queda de ações locais

Matheus Prado
De São Paulo

O forte pessimismo do mercado em relação aos ativos domésticos nas últimas semanas, dadas as crescentes incertezas políticas e fiscais, fez com que os investidores passassem a apostar, com uma magnitude inédita, que diversas ações da bolsa local devem sofrer quedas adicionais à frente.

Levantamento do TradeMap concedido ao **Valor** mostra que, ao fim do pregão de ontem, o estoque de ações alugadas na B3 — quando o investidor paga uma taxa ao dono do papel e realiza sua venda a descoberto, apostando na queda — representava R$ 119 bilhões em dezembro, ou 3,07% do valor de mercado da bolsa, o maior número da série histórica.

No entanto, como explica João Luiz Braga, sócio e analista da Encore Asset Management, a partir do momento em que existe uma postura consensual do mercado nesse sentido, qualquer movimento de alta nos ativos pode desencadear uma reação técnica que amplifica os ganhos, como ocorreu nas últimas duas sessões.

“Quando o mercado chega num nível de pessimismo extremo, temos esse efeito de ‘barril de pólvora’ visto nos últimos dias. Isso porque qualquer notícia minimamente positiva faz com que investidores corram para desmontar suas posições vendidas e que haja uma melhora aguda na performance desses ativos”, afirma.

Já uma hipótese mais pessimista, aventada por um gestor em condição de anonimato, é que alguns investidores estrangeiros — o grupo aportou R$ 92,2 bilhões no segmento secundário da bolsa em 2022, até o último dia 16 — podem estar demandando parte das suas ações alugadas para vender. Neste caso, quem está vendido a descoberto tem que recomprar a ação para devolver o aluguel. O resultado, pelo menos em uma janela de curto prazo, é a recuperação não fundamentada de alguns ativos.

Na sessão de ontem, após a notícia de um possível esvaziamento da PEC da Transição, o Ibovespa registrou forte ganho de 2,03%, aos 106.864 pontos, voltando a avançar 1,95% em 2022. Se somadas as sessões de segunda e terça, o ganho do referencial local é de 3,90%.

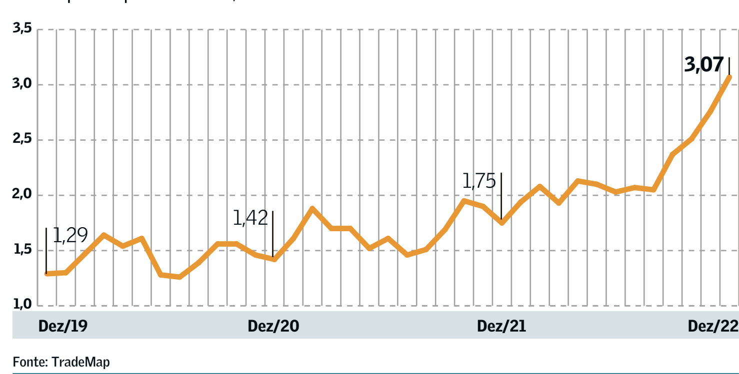
Os papéis com melhor performance foram aqueles sensíveis à economia local e à curva de juros que, apesar do seu “valuation amassado” — ou seja, com o preço da ação descontado em relação ao seu valor justo —, seguem com dificuldades contratadas, já que houve piora razoável nas expectativas de inflação e, consequentemente, para os juros. Apenas nos últimos dois pregões, Via ON subiu 28,80%, Americanas ON, 19,18%, e Magazine Luiza ON avançou 18,99%.

“Não parece ser um movimento fundamentado, principalmente no caso dos papéis mais sensíveis ao cenário macro local, já que houve uma piora relevante na visão do mercado sobre como o consumo irá se comportar. Será preciso um nível de definição maior para que o mercado possa incorporar as mudanças nos preços de forma estrutural”, diz Jennie Li, estrategista de ações da XP.

Em relatório quinzenal, a executiva e a equipe de análise da XP mostraram que, na primeira quinzena de dezembro, os setores com maior “short interest” (percentual de ações de uma empresa que estão alugadas e vendidas a descoberto) eram construção civil, com 8,9%, varejo, com 6,9%, e educação, com 6,8%. Entre as empresas, Via ON tinha 16,1% de short interest até o dia 16 de dezembro. Li aponta, adicionalmente, que o posicionamento leve do mercado em ações e a queda no volume de negócios característica das últimas semanas do ano também ajudam a destravar movimentos como este.

Braga, por sua vez, afirma que, a despeito da tendência recente, não é claro o que ocorrerá com o mercado à frente. “As questões que discutimos nas últimas semanas fizeram a bolsa cair e agora estão ajudando. Jogar para frente é difícil, já que o curto prazo mostra desafios, mas não acho que seja óbvio. A política é incerta e o mercado está certo em se preocupar com o que vem sendo apresentado. No entanto, existem outros fatores que importam em uma decisão de investimento. As ações do mercado local seguem, em sua grande maioria, baratas, ou seja, fatores micro também podem se tornar gatilhos para movimentos futuros”, diz.

Aluguel de ações está no seu maior patamar
Estoque representa 3,07% do valor de mercado da bolsa local



Fonte: TradeMap

Desidratação da PEC na Câmara alivia juro e câmbio

Victor Rezende e Arthur Cagliari
De São Paulo

A sensibilidade dos ativos financeiros domésticos à percepção de risco fiscal foi novamente comprovada no pregão de ontem. O dólar e os juros futuros enfrentaram queda expressiva ao longo de toda a sessão, em um movimento de retirada de prêmios de risco, diante das indicações de desidratação da PEC da Transição para que a votação da proposta na Câmara dos Deputados fosse destravada.

Diante do impasse nas negociações para a aprovação da PEC na Câmara e dos apontamentos de integrantes do futuro governo de que a aprovação da proposta continuaria a ser o “plano A”, a sensação de que a PEC poderia ter seu prazo reduzido de dois anos para apenas um ano deu fôlego a ativos brasileiros. No fim da manhã, o tom positivo se espalhou de vez nos mercados e permitiu uma forte correção dos ativos.

No mercado à vista, o dólar encerrou o pregão negociado a R$ 5,2061, queda de 1,93%. Já no mercado de juros futuros, a taxa do DI para janeiro de 2025 recuou de 13,735% para 13,365%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 cedeu de 13,55% para 13,17%.

“Se o prazo ficar em apenas um ano, haveria dificuldade em se aprovar o mesmo valor à frente. Além disso, é aguardada a discussão de um novo arcabouço fiscal, que seria apresentado até junho”, lembra o estrategista-chefe da Warren Renascença, Sérgio Goldenstein. Para ele, houve um exagero no movimento do mercado de juros observado em novembro, quando o mercado chegou a embutir na curva uma Selic de 15%.

Ontem, a curva de juros indicava que a Selic subiria a um nível pouco acima de 14% no início de 2023. “Apesar disso, incorpora um ciclo de afrouxamento posterior muito modesto”, diz Goldenstein, ao notar que a curva embute nos preços uma Selic entre 13,50% e 13,75% no fim do próximo ano.

Na visão do economista-chefe da Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro, a sinalização de que a PEC foi desidratada para ser aprovada na Câmara deu aval à melhora, na margem, no desempenho dos ativos brasileiros. “Um prazo menor, talvez um valor também um pouco menor... Mas ainda há muita dúvida”, enfatiza.

Para Loureiro, a reação dos mercados ontem pareceu ser “um pouco exagerada”, ao ter em vista o que se tem de sinalização de política econômica até o momento. “A questão do equilíbrio fiscal é o tema que tem deixado o mercado muito sensível. O nosso nível de dívida ainda é muito elevado para os emergentes e temos um processo de deterioração fiscal contratado para o ano que vem”, alerta.


NILANI GOETTEMS/VALOR

Loureiro, da Trafalgar: sinalização de que a PEC foi desidratada para ser aprovada na Câmara deu aval à melhora

Na avaliação de Loureiro, o ambiente de incerteza elevada, como o atual, torna “difícil” falar sobre o cenário prospectivo para os juros neste momento. “A dificuldade, ao se falar sobre política monetária está em saber qual o nível de juros suficiente para fazer a inflação convergir para um nível mais baixo, em um cenário de sustentabilidade fiscal”, observa o economista.

Loureiro lembra que o Banco Central agiu de forma prospectiva e que, em um cenário fiscal sustentável, os juros estão em nível adequado para entregar a inflação na meta. “No entanto, existe o caminhar mos por uma trajetória mais instável, de descolamento das expectativas inflacionárias, existe o risco de o BC agir. Não é o que tratamos como mais provável”, enfatiza o economista da Trafalgar, que, no momento, projeta a Selic em 10% no fim de 2023 em seu cenário básico.

“Colocamos na conta um ambiente de equilíbrio fiscal, porque o custo político de não ter isso é muito alto. E aí esperamos uma PEC um pouco desidratada, além de aumento da carga tributária e uma regra fiscal clara e crível de médio e longo prazo. Assim, a dívida sobe e beira 85% do PIB, mas não entra em uma tendência explosiva”, afirma o economista.

Loureiro alerta, porém, que, caso o próximo governo caminhe em direção à instabilidade, o mercado pode cobrar uma discussão antecipada sobre a âncora fiscal, o que agravaria a percepção de risco nos ativos locais no curto prazo.

O ambiente de incerteza também é destacado pelo economista-chefe do Rabobank Brasil, Maurício Une, ao notar que “apenas uma parte da conversa foi trazida a público até agora” pelo governo eleito, a dos gastos, enquanto as discussões sobre receita ainda não foram apresentadas, o que alimenta as incertezas no mercado. “Como não estamos ouvindo esse outro lado e as notícias recentes dão conta de que a PEC da Transição fica com menos potência, isso diminui um pouco a preocupação do mercado e aponta que, por enquanto, podemos estar em conversas para manter a sustentabilidade da dívida.”

Essa sensação se espalhou pelos ativos financeiros de forma generalizada. Além dos juros futuros e do câmbio, houve alívio expressivo também na inflação “implícita” extraída das NTN-Bs, títulos públicos indexados ao IPCA. De acordo com dados da Necton, a inflação extraída da NTN-B com vencimento em maio de 2025 caiu de 6,63% na segunda-feira para 6,48% ontem. Já a inflação embutida na NTN-B para agosto de 2028 recuou de 6,60% para 6,39%.

Ritmo anual do crédito desacelera

Álvaro Campos
De São Paulo

O saldo total da carteira de crédito em novembro deverá registrar avanço de 1,5% ante outubro, revela a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. O crescimento do mês deverá ser influenciado pela melhora do mercado de trabalho, das transferências de recursos do governo (Auxílio Brasil) e ainda pelas promoções da Black Friday, que aumentam as vendas no varejo.

No resultado anual, o ritmo de expansão deve seguir desacelerando, passando de 15,8% em outubro para 15,3% em novembro, devido à elevada base de comparação e da política monetária restritiva (alta da Selic).

“Os bons resultados obtidos na carteira nos últimos meses explicam as recentes revisões positivas nas projeções para o crescimento do crédito em 2022, que migraram para a casa dos 15%. Este será o terceiro ano seguido de forte crescimento do crédito, após altas de 15,6% e 16,3% em 2020 e 2021, respectivamente”, aponta Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Febraban.

Em novembro, a carteira voltada às pessoas físicas deve crescer 1,6% ante outubro, liderada pelas operações com recursos livres (alta de 1,8%), puxadas especialmente pelas linhas atreladas ao consumo, como o cartão de crédito. Na carteira direcionada, o crescimento deve ficar em 1,3%.

O crédito às empresas, por sua vez, deve se expandir 1,3% no mês. A carteira livre (1,5%) deve ser favorecida pela sazonalidade positiva das linhas de fluxo de caixa e pelas compras de final de ano, enquanto a carteira direcionada (1%) deve seguir impulsionada pelos programas públicos.

As concessões devem crescer 3,8% em novembro ante outubro. No acumulado em 12 meses, a expansão deve ser de 22,1%. As operações com recursos livres deverão ter alta mensal de 5,8%, impulsionadas pelas compras de final de ano, impactando positivamente tanto a carteira pessoa física quanto a carteira pessoa jurídica.

Já as operações com recursos direcionados devem mostrar uma retração importante (-10,2%).

Gestores têm dúvidas sobre herdeiros

Bloomberg

A próxima geração de americanos ultrarricos diz que está pronta para assumir suas heranças. Mas os executivos responsáveis pela gestão das fortunas não têm tanta certeza. São quase US$ 73 trilhões que serão transferidos às novas gerações até 2045, segundo estimativas de Cerulli.

Em pesquisa da Campden Wealth e BNY Mellon Wealth Management com 102 herdeiros que devem receber US$ 19 bilhões de suas famílias, 85% dos jovens disse se sentir muito preparado ou bastante preparado para a sucessão. Mas a desconexão é grande entre essa confiança toda e a visão dos gestores que supervisionam os investimentos, impostos e assuntos jurídicos dos clãs. Apenas 39% dos executivos de family offices americanos afirmam que a próxima geração está preparada à sucessão, mostra sondagem da Campden Wealth e Royal Bank of Canada.

O planejamento sucessório tem sido um tema quente há anos no mundo dos family offices, que se tornaram mais proeminente nos mercados financeiros à medida que os ultrarricos buscam ter controle mais direto de suas fortunas. Alguns estudos apontam para mudanças em como os herdeiros pretendem conduzir a estratégia de investimento.

“A próxima geração de detentores de fortunas entende e assume a seriedade dessa responsabilidade significativa”, disse Rebecca Gooch, diretora sênior de pesquisa da Campden Wealth. “Eles querem corresponder às expectativas de suas famílias e causar um impacto positivo no mundo, mas enfrentam desafios com uma transição bem-sucedida baseada em dinâmicas familiares complicadas.”

Cerca de metade dos entrevistados disse que a dinâmica familiar desafiadora é o aspecto mais problemático do planejamento sucessório. Um terço dos entrevistados tem planos de sucessão formalizados no papel. Nos outros casos, os planos ainda estão em desenvolvimento, são acordos informais ou não há roteiro algum.

Após herdar suas fortunas, pouco mais da metade dos entrevistados pretende trabalhar para o family office, enquanto um terço planeja ingressar nos negócios da família.

Finanças

Política monetária Autoridade do país passou a permitir uma maior oscilação da taxa de juros de dez anos

BC do Japão surpreende e flexibiliza intervenção

Victor Rezende
De São Paulo

Já com os feriados de fim de ano batendo à porta, o Banco do Japão (BoJ) chacoalhou os mercados globais ontem, ao flexibilizar sua política e permitir que os juros de longo prazo tenham oscilações mais acentuadas. Na prática, pouca coisa muda: a taxa de depósito foi mantida pelo BoJ em -0,1% e a meta para os juros de dez anos continuou fixada em zero. No entanto, a autoridade japonesa permitirá que a taxa de dez anos possa subir até 0,5%, o que foi interpretado por parte dos participantes do mercado como um primeiro passo em direção a uma normalização da política monetária no Japão.

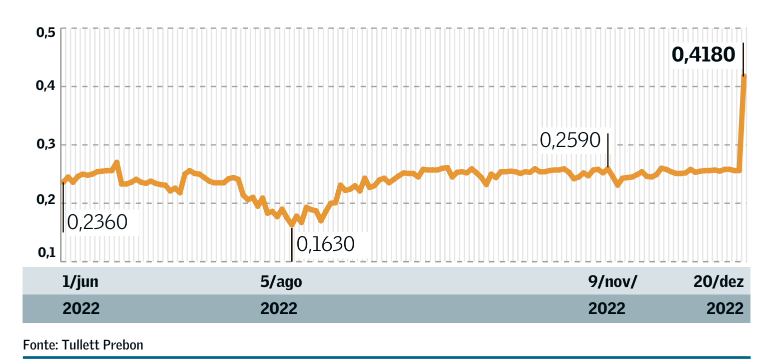
O BoJ é o último banco central a manter as taxas de juros no campo negativo. Embora a inflação esteja em alta no país e as expectativas inflacionárias de médio prazo comecem a mostrar um viés altista, o banco central relutava, até então, a apertar sua política. Nos mercados, isso resultou, nos últimos meses, em uma profunda depreciação do iene. Como o banco central japonês insistiu em manter o controle da curva de juros e impediu uma elevação das taxas de dez anos, teve de intervir no mercado e comprar quantidades expressivas de bônus do governo do país (JGBs), que resultaram na forte depreciação do iene. Como consequência, o Ministério de Finanças fez intervenções no câmbio.

Agora, ao permitir que os juros dos JGBs de longo prazo possam subir até 0,5%, o BoJ dá alguma força adicional ao iene. Ontem, a moeda japonesa foi, de longe, a de melhor performance do mundo contra o dólar. A moeda americana chegou a cair a 130 ienes nas mínimas do dia, nível não visto desde janeiro. Parte da apreciação do iene veio na esteira da disparada dos juros no país. O rendimento do JGB de dez anos saltou para 0,418% no fechamento dos negócios de terça-feira, no maior nível desde 2015.

Para justificar a mudança na postura de sua política, o presidente do BoJ, Haruhiko Kuroda, não usou a inflação nem a pressão nos salários, mas sim o comportamento dos mercados. No comunicado da decisão, a autoridade monetária japonesa apontou que as modificações na conduta do controle da curva de juros foram adotadas "para melhorar o funcionamento dos mercados e estimular uma formação mais suave de toda a curva de juros, mantendo as condições financeiras acomodatícias".

Durante coletiva de imprensa, após a decisão, Kuroda tentou conter os movimentos expressivos vistos tanto no mercado de juros japonês quanto no iene e ressaltou que o movimento "não foi uma alta de taxas de juros" e que o objetivo da flexibilização no controle da curva de juros "é melhorar o funcionamento do mercado para que os efeitos do alívio da política monetária sejam melhor transmitidos por alguns canais, como o financiamento às empresas".

Na prática, como o BoJ comprava montantes gigantescos de títulos de dez anos, a curva de juros japonesa era controlada até os JGBs de dez anos. No entanto, os juros de prazo ainda mais longo, como os de 20 e 30 anos, subiam com ainda mais força, diante da percepção do mercado de que a manutenção de uma política monetária ultrafrouxa por um período muito prolongado poderia levar a uma disparada das taxas mais longas. Assim, enquanto os juros de dez anos se mantinham entre zero e 0,25%, o retorno o JGB de 20 anos chegou a subir a 1,316% na máxima do ano — uma diferença significativa diante dos níveis dos juros no Japão.



A magnitude dos movimentos nos mercados de câmbio e de juros atesta a surpresa dos agentes com a decisão do BoJ. Embora a possibilidade de alteração no controle da curva de juros já tivesse sido ventilada por economistas de mercado há alguns meses, o BoJ relutou em mudar sua política e, agora, flexibilizou a ferramenta sem comunicação prévia.

"Dada a dificuldade de comunicação prévia com o mercado sobre a política de controle da curva de juros, há muito esperávamos que o ajuste na banda pelo BoJ fosse feito sem nenhum sinal prévio. Esperávamos os ajustes em março de 2023, mas, com expectativas persistentes de juros mais altos levando a uma piora na funcionalidade do mercado, o BoJ tomou a decisão antes de nossas previsões", aponta a economista Ayako Fujita, do J.P. Morgan.

O fato de o BC ter justificado sua decisão pela má funcionalidade do mercado foi, inclusive, um dos pontos destacados por Fujita. "Com a política de controle da curva de juros ainda sendo mantida, o BoJ precisa evitar gerar expectativas no mercado para uma maior normalização de sua política", afirma a economista em relatório enviado a clientes.

O J.P. Morgan, por enquanto, não espera que a inflação acelere o suficiente para deixar o BoJ confiante em iniciar um ciclo de aperto monetário em 2023. "No entanto, acreditamos que a possibilidade de normalização antecipada da política, incluindo a remoção das taxas de juros negativas, vem aumentando, por meio de algum tipo de revisão da política", afirma a economista. Para ela, em janeiro, o foco dos mercados deve estar nas projeções de inflação do banco central japonês, "uma das condições para a normalização da política".

O salto das taxas japonesas de longo prazo se espalhou pelos mercados financeiros ao redor do globo e puxou para cima os juros. Na Europa, o retorno do Bund alemão de dez anos subiu para 2,305% e o rendimento do Gilt britânico de dez anos avançou para 3,599%. Já nos Estados Unidos, a taxa da T-note de dez anos teve forte alta, marcando 3,693% no fim das operações.


YUYA YAMAMOTO/JIJI PRESS/BLOOMBERG

Kuroda: mudança na política é para melhorar funcionamento dos mercados

"A questão-chave para os mercados é saber se os passos do BoJ para afrouxar o controle da curva de juros reacenderão a liquidação do mercado global de títulos. Eu acredito que não", diz o economista-chefe do Instituto de Finanças Internacionais (IIF), Robin Brooks. Ao comentar a ação da autoridade monetária japonesa em seu perfil no Twitter, o profissional aponta que a inflação nos Estados Unidos começa a perder força e que o fluxo de notícias sobre a China é "terrível". Isso, na visão do economista, irá desencadear fluxos de ativos considerados porto seguro para a renda fixa. "Foi um bom momento para o BoJ fazer isso...", disse.

E, diante de taxas de desconto mais elevadas e da perspectiva de condições monetárias mais apertadas no globo, os mercados acionários ficaram em segundo plano e exibiram desempenho limitado pelas altas dos juros. Em Wall Street, onde os negócios já começam a enfrentar liquidez reduzida diante da proximidade das festas de fim de ano, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,28% e o S&P 500 subiu 0,10%. Ao mesmo tempo, o índice eletrônico Nasdaq avançou 0,01%. O índice pan-europeu Stoxx 600, por sua vez, encerrou em queda de 0,40%.

Escândalo Caso que envolve cobrança ilegal de taxas e juros vai custar a banco um total de US$ 3,7 bilhões

Após acordo, Wells Fargo pagará multa recorde

Ben Eisen
Dow Jones Newswires

O banco Wells Fargo & Co. firmou um acordo de US$ 3,7 bilhões com autoridades reguladoras para por um fim a alegações de que prejudicou mais de 16 milhões de pessoas com contas de depósito, financiamentos de automóveis e residenciais. O acordo com o Consumer Financial Protection Bureau (CFPB) inclui multa de US$ 1,7 bilhão, a maior já aplicada pela agência, e mais de US$ 2 bilhões em restituições a consumidores, informou ontem a agência reguladora.

O órgão de defesa do consumidor disse que o banco cobrou ilegalmente taxas e juros sobre empréstimos para aquisição de automóveis e moradias. Alguns consumidores tiveram seus veículos confiscados ilegalmente, enquanto outros tiveram taxas sobre cheque especial também cobradas ilegalmente, segundo a agência.

Os problemas regulatórios do Wells Fargo continuam afetando o banco mais de seis anos depois que o escândalo das contas falsas se tornou público. Outros problemas surgiram posteriormente no banco de San Francisco, inclusive em seus negócios de empréstimos e depósitos.

O acordo com o CFPB resolve uma grande penalidade que paira sobre o Wells Fargo, mas o deixa algemado a outras autoridades reguladoras. O Federal Reserve (Fed) estabeleceu um limite para o crescimento dos ativos do banco por quase cinco anos. Políticos continuam visando o banco e investidores entraram com uma série de ações coletivas.

"O Wells Fargo é um reincidente corporativo", disse Rohit Chopra, diretor do CFPB. Segundo ele, o acordo "não deve ser lido como um sinal de que o Wells Fargo superou seus problemas de longa data". O banco vinha negociando com o CFPB há meses, num esforço para incluir o maior número possível de pendências no acordo, segundo fontes a par do assunto.

Grande parte do reparo de US$ 2 bilhões incluído no acordo já foi distribuído aos clientes. O banco, por exemplo, pagou US$ 1,3 bilhão a 11 milhões de clientes que tiveram problemas para pagar financiamentos para a compra de automóveis, informou o CFPB.

O Wells Fargo trabalha há anos para resolver uma série de questões regulatórias derivadas do escândalo das contas falsas de 2016. Posteriormente, outros problemas surgiram no banco, inclusive em seus negócios de financiamentos a veículos e imobiliários.

O CFPB disse que as ações do banco englobam mais de uma década. O Wells Fargo solicitou incorretamente pagamentos sobre financiamentos para a compra de automóveis por causa de falhas de tecnologia e conformidade entre 2011 e 2022, disse a agência. Erros em seu processo de modificação de financiamentos imobiliários ocorreram entre 2011 e 2018, segundo a agência.

O banco às vezes cobrava taxas sobre o cheque especial mesmo quando um cliente tinha fundos suficientes disponíveis para realizar transações com cartão de débito ou retiradas em terminais automáticos. O Wells Fargo terá de devolver a clientes cerca de US$ 205 milhões em taxas cobradas desde o começo do ano passado, que ainda não foram revertidas. O CFPB vai supervisionar esse processo.

Chopra, nomeado pelo presidente Joe Biden, disse que planeja atacar os infratores reincidentes. "A reincidência corporativa foi normalizada e calculada como o custo de se fazer negócios", disse ele anteriormente este ano. Chopra também vem procurando tornar sua agência mais antagônica com as instituições financeiras.

O CFPB disse que o Wells Fargo acelerou os esforços para "arrumar a casa" desde 2020. Vinculado ao acordo, a agência rescindirá um dos termos de ajustamento de conduta imposto ao banco em 2016 e esclarece que um termo de ajustamento e conduta de 2018 será encerrado em não mais do que três anos.

"Esse acordo de longo alcance é um marco importante em nosso trabalho para transformar as práticas operacionais do Wells Fargo e deixar esses problemas para trás", afirmou em um comunicado o presidente-executivo do banco, Charlie Scharf.

Scharf foi contratado para limpar o banco em 2019. Ele reformulou os altos escalões executivos, reduziu o número de funcionários e deu prioridade à reformulação dos sistemas de apoio administrativo do banco para gerenciamento de riscos e controles internos.

O banco sinalizou por meses que esperava outra grande multa regulatória e assumiu um encargo de US$ 2 bilhões no terceiro trimestre, vinculado à resolução de problemas regulatórios e legais de longa data. Ontem o banco disse que espera ter despesa com perdas operacionais de US$ 3,5 bilhões no quarto trimestre.

Finanças | Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 20/12/22

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	13.369,5327060	0,06	0,75	11,54
IRF-M	1+**	16.565,4815150	0,71	0,05	5,75
IRF-M	Total	15.218,2524570	0,49	0,28	7,54
IMA-B	5***	7.946,4273160	0,35	0,19	8,97
IMA-B	5+****	9.490,7887570	0,60	-3,61	0,76
IMA-B	Total	8.396,3829950	0,48	-1,83	4,62
IMA-S	Total	5.619,6180240	0,05	0,69	12,28
IMA-Geral	Total	6.857,3821900	0,30	-0,21	8,59

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	06/12	05/12	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,25	31,58	33,57	33,07	27,91	26,34
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,52	24,77	24,97	24,86	24,94	24,73
Conta garantida pré - a.a.	48,52	48,60	50,82	48,72	47,70	38,02
Desconto de duplicata pré - a.a.	27,63	28,07	27,55	27,90	26,85	21,49
Vendor pré - a.a.	19,44	19,44	18,99	19,44	18,22	16,66
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	21,58	21,84	21,08	21,10	19,98	18,50
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,90	19,60	20,77	20,66	18,73	17,71
Conta garantida pós - a.a.	28,57	28,57	28,76	28,47	27,84	24,32
ACC pós - a.a.	7,87	7,77	7,93	7,73	7,34	3,79
Factoring - a.m.	3,70	3,69	3,73	3,71	3,64	3,72

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	20/12/22	19/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Libor - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	4,3613	4,3539	4,3179	4,1420	3,9567	0,1035
3 meses	4,7526	4,7383	4,7690	4,7786	4,6649	0,2143
6 meses	5,1767	5,1499	5,2057	5,2034	5,1427	0,3166
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	5,4587	5,4277	5,5513	5,5716	5,5094	0,5319
Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-	-0,6819
3 meses	-	-	-	-	-	-0,6143
6 meses	-	-	-	-	-	-0,5680
1 ano	-	-	-	-	-	-0,5057
Euribor **						
1 mês	-	1,797	1,686	1,512	1,413	-0,625
3 meses	-	2,063	2,046	1,973	1,821	-0,588
6 meses	-	2,585	2,479	2,414	2,342	-0,554
1 ano	-	3,057	2,873	2,830	2,837	-0,518
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,50	7,50	7,00	7,00	7,00	3,25
Federal Funds	4,50	4,50	4,00	4,00	4,00	0,25
Taxa de Desconto	4,50	4,50	4,00	4,00	4,00	0,25
T-Bill (1 mês)	3,74	3,82	3,75	3,95	3,77	0,03
T-Bill (3 meses)	4,30	4,29	4,36	4,35	4,25	0,06
T-Bill (6 meses)	4,71	4,71	4,68	4,70	4,64	0,16
T-Note (2 anos)	4,26	4,26	4,23	4,32	4,53	0,63
T-Note (5 anos)	3,79	3,71	3,65	3,74	4,01	1,16
T-Note (10 anos)	3,69	3,59	3,50	3,62	3,83	1,42
T-Bond (30 anos)	3,75	3,64	3,53	3,75	3,93	1,85

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês dez/22*	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,71	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	11,94	12,00
CDI	0,71	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	11,94	12,00
CDB (1)	0,79	0,95	0,83	0,90	0,86	1,00	10,35	10,10
Poupança (2)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,73
Poupança (3)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,67
IRF-M	0,28	-0,66	0,93	1,40	2,05	1,15	7,54	9,26
IMA-B	-1,83	-0,79	1,23	1,48	1,10	-0,88	4,62	6,82
IMA-S	0,69	1,01	1,08	1,11	1,19	1,04	12,28	12,38
Renda Variável								
Ibovespa	-5,00	-3,06	5,45	0,47	6,16	4,69	1,95	10,37
Índice Small Cap	-5,82	-11,23	7,30	-1,84	10,90	5,16	-17,52	-9,10
IBrX 50	-5,19	-2,19	5,32	0,49	6,33	4,54	2,85	12,57
ISE	-6,43	-10,48	7,65	-2,54	5,97	4,40	-15,82	-8,47
IMOB	-6,40	-16,57	2,17	12,40	7,01	8,73	-11,26	0,91
IDIV	-3,99	0,78	4,03	-1,80	4,27	1,98	9,93	16,33
IFIX	-3,06	-4,15	0,02	0,49	5,76	0,66	-0,90	11,20
Dólar Ptax (BC)	-0,97	0,71	-2,77	4,39	-0,18	-0,95	-6,05	-5,80
Dólar Comercial (mercado)	0,09	0,70	-4,24	3,71	0,51	-1,12	-6,61	-7,73
Euro (BC) (4)	2,32	4,91	-1,75	1,49	-1,53	-3,47	-11,73	-13,84
Euro Comercial (mercado) (4)	2,09	6,08	-3,43	1,16	-1,18	-3,57	-12,44	-15,16
Ouro B3	3,11	6,64	-5,57	0,70	-1,72	-3,40	-9,70	-9,69
Inflação								
IPCA	-	0,41	0,59	-0,29	-0,36	-0,68	5,13	5,90
IGP-M	-	-0,56	-0,97	-0,95	-0,70	0,21	4,98	5,90

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO . Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 20/dez. ** Até nov/22 (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 15/12/22

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2022	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	2.913.691,01					-15.312,92	-19.933,97	55.089,52	28.109,27
RF Indexados (2)	143.872,62	0,19	-0,40	7,68	7,83	-184,48	-2.811,72	-36.631,68	-38.491,37
RF Duração Baixa Soberano (2)	558.389,95	0,05	0,52	10,91	11,34	-7.042,87	-1.586,60	8.607,61	-20.458,31
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	701.235,52	0,05	0,56	12,19	12,67	-2.700,83	-5.849,92	35.047,36	33.676,54
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	94.180,78	0,06	0,05	12,00	12,47	-455,01	889,62	9.399,18	10.708,22
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	154.511,72	0,06	-0,19	9,42	9,35	-156,68	-186,99	-1.008,93	-3.200,24
RF Duração Livre Soberano (2)	208.105,03	0,07	0,27	10,36	10,72	-820,80	-3.838,25	16.419,60	20.291,80
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	629.025,71	0,05	0,35	11,42	10,85	-1.657,36	-4.127,83	48.888,10	44.620,38
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	176.697,35	0,08	-0,05	9,87	9,86	-186,33	-3.014,31	22.777,93	25.906,55
Ações	460.130,80					-4,38	-2.001,38	-68.147,22	-69.314,69
Ações Indexados (2)	9.215,16	-0,03	-7,78	-2,18	-4,49	1,81	224,46	-2.528,44	-2.606,77
Ações Índice Ativo (2)	34.129,24	-0,05	-7,84	-3,70	-6,09	18,86	21,20	-14.081,79	-14.824,72
Ações Livre	193.703,60	-0,40	-7,50	-11,07	-12,84	14,39	-1.297,03	-31.657,13	-33.307,58
Fechados de Ações	47.758,10	-1,26	-5,79	-6,07	-9,23	25,00	25,10	-2.153,74	-1.820,89
Multimercados	1.607.458,61					-447,16	-2.450,98	-83.535,12	-77.942,69
Multimercados Macro	193.999,21	0,08	0,14	16,12	16,72	-22,27	-794,14	-6.299,25	-6.501,97
Multimercados Livre	561.559,53	0,04	-0,65	8,21	8,37	-240,13	-573,75	-60.949,90	-57.318,56
Multimercados Juros e Moedas	63.824,17	0,04	0,45	11,31	11,79	-45,32	-364,19	-1.848,86	-120,54
Multimercados Invest. no Exterior (2)	704.492,42	-0,03	-0,51	2,08	1,68	-115,14	-342,37	2.954,07	3.958,84
Cambial	7.732,43	0,02	1,98	-3,30	-5,62	6,04	-285,81	-144,32	621,45
Previdência	1.167.060,48					-11,06	-823,80	10.504,71	15.072,87
ETF	36.560,26					624,20	1.639,25	705,06	-747,65
Demais Tipos	1.673.640,78					-2.208,35	-1.583,42	-73.022,26	-64.586,62
Total Fundos de Investimentos	**6.192.633,60**					**-15.145,29**	**-23.856,70**	**-85.527,36**	**-104.201,44**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.226.268,58**					**7.578,15**	**10.484,99**	**50.990,79**	**58.534,94**
Total Fundos Off Shore (4)	**45.096,57**					-	-	-	-
Total Geral	**7.463.998,75**					**-7.567,14**	**-13.371,71**	**-34.536,57**	**-45.666,50**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de outubro de 2022 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	20/12/22	19/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	13,75	13,75	13,75	13,75	13,75	9,25
Selic - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
Selic - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
Selic - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
Selic - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDI - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
CDI - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
CDI - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
CDI - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,83	13,34	9,66
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	1,0107	1,0489	0,7714
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,37	12,37	7,77
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	0,9768	0,9768	0,6256
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,69	13,70	13,71	13,72	13,82	9,88
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,83	13,86	13,90	13,88	14,10	11,00
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,66	13,66	13,66	13,68	13,69	9,16
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,68	13,68	13,68	13,70	13,73	9,54
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,70	13,72	13,72	13,72	13,81	9,97
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,73	13,76	13,77	13,76	13,91	10,35
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,82	13,86	13,89	13,87	14,10	10,96
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,82	13,95	14,08	13,94	14,32	11,53

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 20/12/22

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	99.543,78	13,659	119.404	13,654	13,660	13,656
Vencimento em fev/23	98.437,02	13,662	85.458	13,660	13,668	13,660
Vencimento em mar/23	97.537,71	13,680	33.977	13,672	13,686	13,680
Vencimento em abr/23	96.395,67	13,710	195.676	13,695	13,740	13,700
Vencimento em mai/23	95.506,37	13,739	14.944	13,740	13,785	13,740
Vencimento em jun/23	94.415,76	13,802	9.856	13,785	13,840	13,785
Vencimento em jul/23	93.392,28	13,829	273.755	13,815	13,900	13,815
Vencimento em ago/23	92.381,20	13,846	8.320	13,840	13,910	13,840
Vencimento em set/23	91.296,51	13,842	605	13,870	13,870	13,870
Vencimento em out/23	90.352,67	13,857	46.866	13,830	13,985	13,845
Vencimento em nov/23	89.386,26	13,849	185	13,850	13,995	13,850

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	5.218,39	-1,85	355.695	5.185,50	5.335,00	5.208,00
Vencimento em fev/23	5.250,25	-1,85	730	5.272,50	5.272,50	5.272,50
Vencimento em mar/23	5.275,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em abr/23	5.310,56	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/23	5.335,31	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	5.540,59	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/23	5.587,69	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/23		-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em fev/23	108.925	2,11	163.680	106.160	109.775	109.320
Vencimento em abr/23	110.713	-	0	0	0	0
Vencimento em jun/23	112.813	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 20/12/22

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2421	5,2427	-1,38	-0,97	-6,05	-8,11
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2055	5,2061	-1,93	0,09	-6,61	-9,32
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2279	5,4079	-1,90	-0,08	-6,47	-9,06
Euro (BC) - (R$/€)	5,5765	5,5793	-0,82	2,32	-11,73	-13,39
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5281	5,5287	-1,76	2,09	-12,44	-14,60
Euro Turismo (R$/€)	5,5779	5,7579	-1,76	2,28	-12,28	-14,40
Euro (BC) - (US$/€)	1,0638	1,0642	0,57	3,32	-6,05	-5,75
Ouro*						
B3 (R$/g) **	-	298,000	0,32	3,11	-9,70	-8,50
Nova York (US$/onça troy)	-	1.817,00	1,67	2,46	-0,61	1,45
Londres (US$/onça troy)	-	1.806,35	0,55	2,65	-0,76	0,50

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	20/12/22	19/12/22	No fim de nov/22	dez/21	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	149.435,27	146.654,94	155.496,88	134.046,86	1,90	-3,90	11,48
Valor-Coppead Mínima Variância	77.913,63	76.470,57	80.792,69	86.927,17	1,89	-3,56	-10,37

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS	02/02/22	02/02/29	84	600	3	-	145,0
JBS	02/02/22	02/02/52	360	900	4,375	-	220,0
Usina Coruripe	10/02/22	10/02/27	60	300	10	10	823,3
Itaú Unibanco	14/04/22	14/04/25	36	63	3,7	3,7	97,7
Natura	19/04/22	19/04/29	84	600	6	-	341,1
Arcos Dorados	27/04/22	27/05/29	85	350	6,125	-	317,0
Aegea	06/05/22	20/05/29	85	500	7	-	413,7

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 20/12/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo

ADR - Índices

Em 20/12/22

Índice	20/12/22	19/12/22	Em 30/11/22	31/12/21	20/12/21	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	140,83	139,76	144,14	160,14	154,08	0,77	-2,30	-12,06	-8,60
S&P BNY Emergentes	271,92	270,84	284,34	339,00	323,62	0,40	-4,37	-19,79	-15,98
S&P BNY América Latina	179,19	174,86	190,88	179,82	173,34	2,48	-6,12	-0,35	3,38
S&P BNY Brasil	187,30	181,70	199,67	184,87	178,53	3,08	-6,20	1,31	4,91
S&P BNY México	246,12	245,01	263,31	279,00	266,93	0,45	-6,53	-11,78	-7,80
S&P BNY Argentina	95,30	91,56	94,32	70,86	68,38	4,08	1,03	34,48	39,37
S&P BNY Chile	173,51	170,53	186,89	134,90	129,60	1,75	-7,16	28,62	33,88
S&P BNY Índia	2.886,18	2.848,64	3.067,86	3.190,48	2.996,08	1,32	-5,92	-9,54	-3,67
S&P BNY Ásia	162,70	161,34	167,10	207,32	198,92	0,85	-2,63	-21,52	-18,21
S&P BNY China	336,47	339,81	333,98	428,56	407,11	-0,98	0,75	-21,49	-17,35
S&P BNY Rússia	203,27	203,27	271,02	319,36	308,23	0,00	-25,00	-36,35	-34,05
S&P BNY Turquia	19,19	19,93	19,48	16,83	16,46	-3,70	-1,48	14,04	16,60

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
03/12 a 03/01	0,1791	0,6800	0,6800	1,0006
04/12 a 04/01	0,2066	0,7076	0,7076	1,0483
05/12 a 05/01	0,2440	0,7452	0,7452	1,0961
06/12 a 06/01	0,2438	0,7450	0,7450	1,0959
07/12 a 07/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964
08/12 a 08/01	0,2114	0,7125	0,7125	1,0532
09/12 a 09/01	0,1769	0,6778	0,6778	0,9984
10/12 a 10/01	0,1780	0,6789	0,6789	0,9995
11/12 a 11/01	0,2055	0,7065	0,7065	1,0472
12/12 a 12/01	0,2428	0,7440	0,7440	1,0949
13/12 a 13/01	0,2425	0,7437	0,7437	1,0946
14/12 a 14/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936
15/12 a 15/01	0,2146	0,7157	0,7157	1,0464
16/12 a 16/01	0,1763	0,6772	0,6772	0,9977
17/12 a 17/01	0,1792	0,6801	0,6801	1,0007
18/12 a 18/01	0,2069	0,7079	0,7079	1,0486
19/12 a 19/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 20/12/22

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	106.864	2,03	-5,00	1,95	1,76
IBrX	45.316	2,04	-5,20	1,27	1,08
IBrX 50	18.002	1,96	-5,19	2,85	2,66
IEE	76.719	1,83	-5,01	0,54	0,76
SMLL	1.950	3,29	-5,82	-17,52	-16,31
ISE	3.089	2,62	-6,43	-15,82	-16,24
IMOB	642	2,84	-6,40	-11,26	-8,90
IDIV	6.981	2,09	-3,99	9,93	10,66
IFIX	2.779	0,62	-3,06	-0,90	3,14
Variação % em dólares					
Ibovespa	20.383	3,46	-4,07	8,52	10,74
IBrX	8.644	3,46	-4,27	7,79	10,00
IBrX 50	3.434	3,39	-4,26	9,48	11,73
IEE	14.633	3,26	-4,08	7,02	9,65
SMLL	372	4,73	-4,92	-12,23	-8,92
ISE	589	4,06	-5,53	-10,41	-8,87
IMOB	122	4,32	-5,50	-5,61	-0,90
IDIV	1.332	3,52	-3,05	17,02	20,44
IFIX	530	2,02	-2,12	5,49	12,22

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 19/12/22	16/12/22	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	382	384	-2,0	-4,0	-4,0
África do Sul	423	428	-5,0	37,0	75,0
Argentina	2.159	2.171	-12,0	-89,0	471,0
Brasil	276	274	2,0	25,0	-50,0
Colômbia	382	378	4,0	-5,0	30,0
Filipinas	90	99	-9,0	-12,0	-1,0
México	202	200	2,0	14,0	-11,0
Peru	159	158	1,0	15,0	19,0
Turquia	426	430	-4,0	-9,0	-152,0
Venezuela	35.057	34.829	228,0	3.356,0	-23.446,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
abr/22	345.097	08/12/22	339.509
mai/22	346.415	09/12/22	339.097
jun/22	341.958	12/12/22	338.823
jul/22	346.403	13/12/22	340.715
ago/22	339.664	14/12/22	340.844
set/22	330.580	15/12/22	339.913
out/22	329.546	16/12/22	339.581
nov/22	335.505	19/12/22	339.054

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	20/12/22	19/12/22	16/12/22	15/12/22	14/12/22	13/12/22
Índice	1.772,96	1.766,27	1.764,78	1.766,70	1.762,22	1.763,48
Var. no dia	0,38%	0,08%	-0,11%	0,25%	-0,07%	-0,16%
Var. no mês	0,47%	0,09%	0,01%	0,12%	-0,14%	-0,06%
Var. no ano	8,96%	8,55%	8,46%	8,58%	8,30%	8,38%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 20/12/22

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,6700	34,6900	0,15110	0,15120
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2421	5,2427
Bolívar Soberano (Venezuela)	15,9606	16,0006	0,3276000	0,3285000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7489	0,7654
Colon (Costa Rica)	581,2000	586,7500	0,008934	0,009021
Coroa (Dinamarca)	6,9913	6,9923	0,7497	0,7499
Coroa (Islândia)	142,2700	142,6100	0,03676	0,03685
Coroa (Noruega)	9,8879	9,8909	0,5300	0,5302
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7360	22,7460	0,2305	0,2306
Coroa (Suécia)	10,4099	10,4129	0,5034	0,5036
Dinar (Argélia)	136,7130	138,0810	0,03796	0,03835
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	17,1254	17,1330
Dinar (Líbia)	4,8195	4,8418	1,0827	1,0878
Direitos Especiais de Saque ***	1,3335	1,3335	6,9903	6,9911
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4270	1,4276
Dirham (Marrocos)	10,4965	10,5015	0,4992	0,4995
Dólar (Austrália)***	0,6666	0,6667	3,4944	3,4953
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2421	5,2427
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5783	2,6237
Dólar (Canadá)	1,3606	1,3610	3,8517	3,8532
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2780	6,3548
Dólar (Cingapura)	1,3503	1,3512	3,8796	3,8826
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2421	5,2427
Dólar (Hong Kong)	7,7871	7,7874	0,6732	0,6733
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6324	0,6328	3,3151	3,3176
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7795	6,8260	0,7680	0,7733
Euro (Comunidade Européia)***	1,0638	1,0642	5,5765	5,5793
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8803	2,9379
Franco (Suíça)	0,9257	0,9261	5,6604	5,6635
Guarani (Paraguai)	7236,8900	7266,1500	0,0007214	0,0007244
Hryvnia (Ucrânia)	36,9000	36,9340	0,1419	0,1421
Iene (Japão)	131,3700	131,4000	0,03989	0,03991
Kuna (Croácia)	7,0878	7,0952	0,7388	0,7397
Libra (Egito)	24,6500	24,7500	0,2118	0,2127
Libra (Líbano)	1505,5000	1518,5000	0,003452	0,003482
Libra (Síria)	2510,0000	2513,0000	0,00209	0,00209
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2139	1,2143	6,3634	6,3662
Naira (Nigéria)	445,4600	446,4600	0,01174	0,01177
Lira (Turquia)	18,6582	18,6682	0,2808	0,2810
Novo Dólar (Taiwan)	30,7190	30,7290	0,17060	0,17070
Novo Sol (Peru)	3,8249	3,8477	1,3624	1,3707
Peso (Argentina)	173,9100	173,9300	0,03014	0,03015
Peso (Chile)	885,1900	886,0100	0,005917	0,005923
Peso (Colômbia)	4761,8000	4771,8000	0,001099	0,001101
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2184	0,2184
Peso (Filipinas)	55,2250	55,2550	0,09487	0,09493
Peso (México)	19,7585	19,7690	0,2652	0,2653
Peso (Rep. Dominicana)	55,2000	55,6800	0,09415	0,09498
Peso (Uruguai)	38,8300	38,8600	0,13490	0,13500
Rande (África do Sul)	17,3204	17,3269	0,3025	0,3027
Rial (Arábia Saudita)	3,7600	3,7620	1,3934	1,3943
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001248	0,0001248
Ringgit (Malásia)	4,4300	4,4370	1,1815	1,1835
Rublo (Rússia)	69,9970	70,9660	0,07387	0,07490
Rúpia (Índia)	82,5720	82,6270	0,06344	0,06349
Rúpia (Indonésia)	15600,0000	15605,0000	0,0003359	0,0003361
Rúpia (Paquistão)	225,2500	227,0000	0,02309	0,02328
Shekel (Israel)	3,4635	3,4665	1,5122	1,5137
Won (Coréia do Sul)	1283,2400	1284,8300	0,004080	0,004086
Yuan Renminbi (China)	6,9600	6,9637	0,7528	0,7533
Zloty (Polônia)	4,3974	4,3990	1,1917	1,1922

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	1815,10	0,01714	305,8401	305,8751

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	20/12/22	19/12/22	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	32.849,74	32.757,54	0,28	-5,03	-9,60	-5,96	28.725,51	36.799,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	11.072,43	11.084,59	-0,11	-7,96	-32,15	-29,15	10.690,60	16.567,50
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	10.547,11	10.546,03	0,01	-8,03	-32,58	-29,60	10.321,39	15.871,26
EUA	Nova York	S&P 500	3.821,62	3.817,66	0,10	-6,34	-19,82	-16,34	3.577,03	4.796,56
Canadá	Toronto	S&P/TSX	19.306,89	19.200,76	0,55	-5,60	-9,03	-6,91	18.206,28	22.087,22
México	Cidade do México	IPC	50.139,42	49.946,10	0,39	-2,99	-5,88	-2,88	44.626,80	56.609,54
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.227,62	1.215,44	1,00	-1,21	-12,99	-11,10	1.112,84	1.635,71
Venezuela	Caracas	IBVC	-	16.365,30	-	11,36	176,46	189,08	5.098,80	16.531,39
Chile	Santiago	IPSA	5.287,93	5.206,95	1,56	0,10	22,74	29,34	4.088,26	5.779,25
Peru	Lima	S&P/BVL General	21.206,63	20.991,75	1,02	-5,56	0,45	5,19	17.752,60	25.642,58
Argentina	Buenos Aires	Merval	172.335,85	168.965,77	1,99	2,26	106,39	110,40	81.004,41	172.335,85
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.233,11	1.238,09	-0,40	-4,18	-9,44	-5,34	2.995,33	3.620,57
Alemanha	Frankfurt	DAX	13.884,66	13.942,87	-0,42	-3,56	-12,59	-8,89	11.975,55	16.271,75
França	Paris	CAC-40	6.450,43	6.473,29	-0,35	-4,28	-9,82	-6,11	5.676,87	7.376,37
Itália	Milão	FTSE MIB	23.718,25	23.683,54	0,15	-3,62	-13,27	-9,40	20.352,98	28.162,67
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.671,37	3.671,30	0,00	-0,37	-14,82	-11,80	3.313,82	4.362,21
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.806,72	1.804,78	0,11	1,23	-3,07	3,07	1.516,18	1.863,99
Espanha	Madri	IBEX-35	8.185,20	8.136,80	0,59	-2,13	-6,07	-0,69	7.261,10	8.933,60
Grécia	Atenas	ASE General	915,51	916,48	-0,11	0,35	2,48	4,40	779,20	971,09
Holanda	Amsterdã	AEX	697,25	700,71	-0,49	-3,71	-12,62	-8,62	630,58	804,28
Hungria	Budapeste	BUX	45.481,08	45.270,04	0,47	-1,09	-10,33	-9,89	37.035,79	54.405,84
Polônia	Varsóvia	WIG	56.656,26	56.118,16	0,96	1,07	-18,24	-15,53	45.621,39	73.334,24
Portugal	Lisboa	PSI-20	5.737,94	5.705,30	0,57	-2,13	3,02	6,54	5.190,28	6.349,21
Rússia	Moscou	RTS*	967,24	991,38	-2,43	-14,03	-39,39	-37,90	742,91	1.622,75
Suécia	Estocolmo	OMX	2.036,42	2.047,98	-0,56	-3,14	-15,84	-10,91	1.794,39	2.456,17
Suíça	Zurique	SMI	10.659,19	10.773,23	-1,06	-4,21	-17,21	-15,34	10.072,62	12.970,53
Turquia	Istambul	BIST 100	5.419,02	5.391,91	0,50	8,87	191,71	163,52	1.804,15	5.419,02
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.813,45	1.826,09	-0,69	-3,75	-11,82	-6,89	1.813,45	2.152,16
África do Sul	Joanesburgo	All Share	73.040,51	73.359,60	-0,43	-2,39	-0,91	4,21	63.263,94	77.536,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	26.568,03	27.237,64	-2,46	-5,01	-7,72	-4,90	24.717,53	29.332,16
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.199,60	7.321,00	-1,66	-3,76	-7,45	-5,30	6.609,50	7.926,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.979,08	2.003,20	-1,20	-1,96	-21,78	-20,15	1.752,27	2.530,14
China	Xangai	SSE Composite	3.073,77	3.107,12	-1,07	-2,46	-15,55	-14,47	2.886,43	3.643,34
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	2.333,29	2.352,17	-0,80	-5,63	-21,64	-21,25	2.155,49	3.020,24
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.094,80	19.352,81	-1,33	2,68	-18,39	-16,05	14.687,02	24.965,55
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	61.702,29	61.806,19	-0,17	-2,21	5,92	10,53	51.360,42	63.284,19
Indonésia	Jacarta	JCI	6.768,32	6.779,70	-0,17	-4,42	2,84	3,38	6.529,59	7.318,02
Tailândia	Bangcoc	SET	1.604,44	1.618,20	-0,85	-1,89	-3,21	-0,70	1.533,37	1.713,20
Taiwan	Taipé	TAIEX	14.170,03	14.433,32	-1,82	-4,77	-22,22	-19,80	12.666,12	18.526,35

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

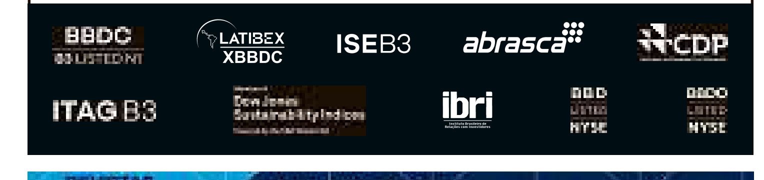
bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

Ata da Reunião Extraordinária nº 2.366, da Diretoria, realizada em 14.10.2022

Aos 14 dias do mês de outubro de 2022, às 17h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade sob a presidência do senhor André Rodrigues Cano, na ausência do titular, senhor Octavio de Lazari Junior, em férias. Durante a reunião, os Diretores deliberaram registrar o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Carlos Alberto Alástico**, ao cargo de Diretor, em carta datada de 11.10.2022, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade, para todos os fins de direito, consignando, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica, ficando registrada, também, a ausência da senhora Walkiria Schirrmeister Marchetti, em férias. aa) André Rodrigues Cano, Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Eurico Ramos Fabri, Rogério Pedro Câmara, Moacir Nachbar Junior, Guilherme Muller Leal, João Carlos Gomes da Silva, Bruno D'Avila Melo Boetger, Glaucimar Peticov, José Ramos Rocha Neto, Antonio José da Barbara, Edson Marcelo Moreto, José Sérgio Bordin, Leandro de Miranda Araujo, Roberto de Jesus Paris, Edilson Wiggers, Oswaldo Tadeu Fernandes, Edilson Dias dos Reis e Klayton Tomaz dos Santos. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - *Procuradores.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 658.701/22-8, em 16.11.2022. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.





Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

Ata da Reunião Extraordinária nº 587, do Conselho Fiscal, realizada em 25.5.2022

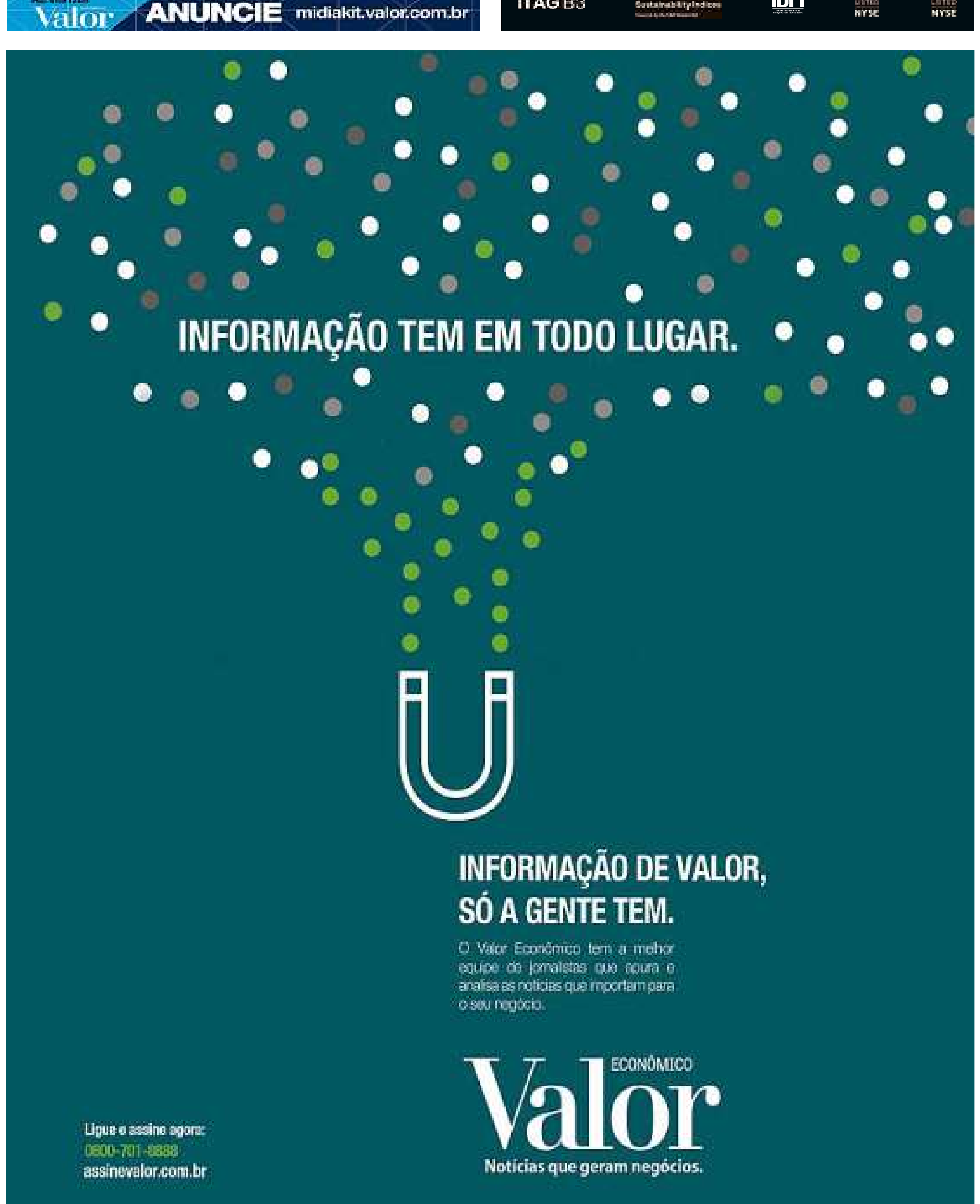
Aos 25 dias do mês de maio de 2022, às 8h, reuniram-se, por videoconferência, os membros deste Órgão, sob a presidência do senhor José Maria Soares Nunes, que convidou o senhor Domingos Aparecido Maia para secretário, a fim de: 1) registrar o recebimento de carta, de 24.5.2022, relativa ao pedido de renúncia formulado pela senhora Cristiana Pereira, ao cargo de Conselheira Fiscal Efetiva, eleita na última Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, realizada em 10.3.2022. Por consequência, assumiu o cargo de Conselheira Fiscal Efetiva a sua suplente, senhora ***Ava Cohn***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 11.073.381-2/SSP-SP, CPF 090.196.928-10, com domicílio na Rua Barão de Jaceguai, 908, ap. 162B, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04606-001, a qual cumprirá o mandato em curso até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2023. Em seguida, os senhores Conselheiros deliberaram dispensar a transcrição da carta de renúncia, que ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os membros do Conselho Fiscal assinam, registrando a ausência da senhora Ava Cohn. aa) José Maria Soares Nunes, Domingos Aparecido Maia, Joaquim Caxias Romão e Ivanyra Maura de Medeiros Correia. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A**. aa) Ismael Ferraz e Marcelo Fonseca - procuradores. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 655.639/22-6, em 10.11.2022. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BBDC | LATIBEX XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | ibri



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2022 (P.A. 16822/2022)

Objeto resumido: O objeto do presente Pregão Eletrônico para Registro de Preços é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL**, para atender as necessidades do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMSFX, UBS's, ESF's , Clínica da Família, Ambulatório Saúde Mental, CAPS, Residência Terapêutica, CEO, IST/ AIDS Engenho, Saúde Coletiva, Farmácia Central, Almoxarifado, SAMU, SMS vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 04 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 978289.
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2022-R1 (P.A.14.938/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE INSULINAS PARA DEMANDA EM SAÚDE**, para atender as necessidades do Programa Demandas em Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 05 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 979237
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023 (P.A.19106/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EMFORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNE, HORTIFRUTIGRANJEIRO, GÊNEROS SECOS E LATICÍNIOS)**, para atender as necessidades das unidades da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Família Acolhedora), Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS, Centro Pop), C.T - Conselho Tutelar, Hotel Social, Sub-Secretaria de Pessoas com Deficiência, CEAM- Centro Especializado de atendimento a Mulher), Proteção Social Básica (CRAS Chaperó, Brisamar, Centro, Califórnia, Engenho, Mazomba, Praça Céu e CCTI- Centro de Convivência da Terceira Idade), Gestão – SMAS/ FMAS, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 03 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 979172
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023 (P.A.18984/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** a ser entregue conforme especificação definida no Termo de Referência, para atendimento as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Itaguaí, exceto as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 03 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 979317
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos /Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023 (P.A.18646/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE LEITE E DIETA ENTERAL**, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier (HMSFX) e a Demanda em Saúde, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 04 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 978070
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023 (P.A.17852/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS**, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMSFX, da Demandas em Saúde, do IST/ AIDS, Centro Municipal de Especialidades Médicas - CEMES, Farmácia Central, CAPS e UBS/ESF, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 05 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 979506
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023 (P.A.18538/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PEIXE, GÊNEROS SECOS, LATICÍNIOS, ESPECIARIAS E POLPA)**, para atender os segmentos da Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino de Jovens e Adultos (EJA), Creches, Atendimento Educacional Especializado (AEE), e Centro Municipal de Estudos Supletivos de Itaguaí (CESMI), Centro Educacional de Itaguaí (CEI), assim como a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), Oficina de Costura e Subsecretaria de Cultura (Teatro Municipal, Casa de Cultura, Escola de Música, Escola de Dança, Parque das Artes e Pracinha da Cultura) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura por um período de 10 (dez) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 06 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 979525
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023 (P.A.18429/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MATERIAIS ESCOLARES DISPOSTOS EM KITS PERSONALIZADOS, FECHADOS DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES (2023) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por um período de 12 (doze) meses**, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.
Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura **(http://www.itaguai.rj.gov.br).**
Data e hora da realização: dia 06 de janeiro de 2023, às 10:00 horas.
Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**
Licitação nº 977567
(a) Samuel Moreira da Silva – Secretário Municipal de Licitações e Contratos / Autoridade Competente.



Valor investe

Estratégia Grupo suíço coloca país entre mercados prioritários e prevê ampliar equipe em meio à competição

Com Brasil no foco, Julius Baer busca expansão orgânica

Adriana Cotias
De São Paulo

Dentro do plano estratégico traçado para os próximos três anos com foco em crescimento e inovação, o CEO global do grupo suíço Julius Baer, Philipp Rickenbacker, colocou o Brasil entre os nove mercados, de um total de 26, onde quer ter presença marcante. Enquanto lá fora ele já disse que novas aquisições estão no radar, por aqui a ideia é trilhar um caminho mais orgânico depois de combinar as operações da GPS e da Reliance no que é hoje o Julius Baer Family Office Brasil, segundo Fernando Vallada, executivo à frente da subsidiária local desde março.

Depois de um processo longo para construir a franquia no Brasil, com a compra da GPS feita em duas etapas, com 30% em 2011 e o restante em 2016, e dois anos depois levar a Reliance, o Julius Baer viu, no meio da integração das número 1 e 2 do mercado de gestão de fortunas, a competição escalar.

A multiplicação de assessorias de investimentos com foco no atendimento ao perfil "private banking" colocou novos nomes no jogo de "rouba monte" do setor, reconhece Vallada. "Muitos 'bankers' deixaram as instituições onde trabalhavam para se tornar empreendedores e isso acelerou a competitividade, não necessariamente pelo cliente, mas pela mão de obra", diz. "Fomos atrás de profissionais no mercado, tanto na área de investimentos e estratégia com 'portfolio managers' [gestores de portfólio] como também de gerentes de relacionamento."

Com sede em São Paulo e escritórios no Rio e em Belo Horizonte, o Julius Baer prevê contratar profissionais experientes de outras regiões, sem necessariamente ter presença física. É o caso de um executivo recém-chegado à estrutura, que a partir do Recife fará a cobertura de parte do Nordeste, assim como um outro de Porto Alegre já faz no Sul. Vallada diz que também vai buscar o desenvolvimento do quadro interno de pessoal. Ao todo, neste segundo semestre houve mais de uma dezena de adições e em 2023 esse processo continua.

O executivo não abre o tamanho atual, mas no último formulário de referência, do fim de 2021, o Julius Baer reportava R$ 42,9 bilhões em recursos sob administração, com o equivalente a R$ 24,5 bilhões aplicados em ativos financeiros no exterior. No ranking de gestão da Anbima, de outubro, tinha R$ 38 bilhões só em fundos. O foco está em grupos econômicos com patrimônio financeiro a partir de R$ 25 milhões.

Vallada afirma que, no universo das gestoras de patrimônio independentes, o Julius Baer ocupa a primeira posição no ranking da Anbima. Ao fim do primeiro semestre, a entidade que representa o mercado de capitais e investimentos apontava um conjunto de R$ 328,1 bilhões, em comparação a R$ 1,75 trilhão nos serviços de private banking.

Com o Brasil como um dos focos da matriz, Vallada diz ser um momento oportuno para integrar cada vez mais a operação local à global. No canal de assessoria, de consultoria de valores mobiliários, a subsidiária já usa a plataforma do Julius Baer na Suíça. "Na minha concepção, ser grande não necessariamente é a melhor coisa, o objetivo é ser bom, garantir a qualidade dos serviços e melhorar processos."


CAROL CARQUEJEIRO/VALOR
Fernando Vallada: "O objetivo é ser bom, garantir a qualidade dos serviços e melhorar processos"

Para tanto, o executivo diz que a gestora tem investido na modernização dos seus sistemas. A aquisição de uma pequena fatia da gestora digital Magnetis, em 2019, teve como objetivo ganhar conhecimento na frente de inovação e transferir, ao longo do tempo, clientes que acabaram ficando pequenos para um multi family office (MFO). "Do ponto de vista de entender a tecnologia foi uma experiência interessante, mas é um 'business' diferente, o nosso continua sendo de MFO, 'advisor', consolidação das informações e gestão."

Embora seja formalmente um banco, Vallada diz que tem o alinhamento de objetivos e interesses econômicos com os clientes de uma gestora de fortunas independente. "Não vendemos produtos para os nossos clientes, não há metas de vendas, nós compramos produtos para nossos clientes", afirma. "Tem um trabalho do entendimento do objetivo financeiro, a necessidade em termos de fluxo de caixa, tolerância a risco, já que alguns são mais ou menos resilientes [à volatilidade]."

Trata-se de um modelo que se distingue do transacional das assessorias de investimentos, que são comissionados pelos produtos que distribuem. "A gente devolve para o cliente qualquer benefício que venha a receber de comissão, rebates e retrocessão."

DIVULGAÇÃO
Vidual, da CVM: Securitizadoras ajudam a entender necessidades do produtor

Com demanda alta, Fiagro triplica e impulsiona CRA

Juliana Schincariol
Do Rio

Os fundos de investimento das cadeias agroindustriais (Fiagro) triplicaram pouco mais de um ano depois de criados e contribuíram para impulsionar as emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA).

Ainda assim, a oferta não é suficiente para atender a demanda dos investidores, que é crescente, na visão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A autarquia, que vai divulgar uma regra definitiva para o Fiagro em 2023, tem expectativa que o mercado desenvolva novos produtos, como os fundos de baixo carbono.

O patrimônio dos Fiagro alcançou R$ 7 bilhões em setembro, em comparação com R$ 1,96 bilhão em dezembro de 2021. Quase metade das carteiras desses fundos, pouco mais de R$ 3 bilhões, é composta de CRAs. No terceiro trimestre, esses certificados alcançaram R$ 33,5 bilhões. Além de ultrapassar a média histórica de R$ 12 bilhões, superaram o recorde de R$ 30 bilhões em 2021.

"Os CRAs mais do que dobraram a partir de 2021 quando o Fiagro foi iniciado. O Fiagro é uma alavanca do CRA", afirma o superintendente de securitização e agronegócio da CVM, Bruno Gomes.

Segundo ele, apesar de a abrangência do agronegócio ser enorme, atualmente a oferta não consegue atender toda a demanda e há espaço para mais gestoras especializadas, mais securitizadoras, mais startups do agronegócio (agtechs) no mercado.

A lei 14.130 criou o Fiagro em junho de 2021, e, na sequência, a autarquia adotou uma medida "transitória e experimental" e optou por aproveitar as normas existentes até a elaboração de uma regulação específica, o que deve acontecer em 2023. A regra provisória permite a constituição de três tipos de Fiagro: imobiliário, de direitos creditórios e de participações. Eles têm como base, respectivamente, as regras de fundos imobiliários (FII), de fundos de investimento de direitos creditórios (FIDC) e fundos de investimentos em participações (FIPs).

Para 2023, a autarquia prepara uma regra definitiva para o Fiagro, que deve ter como base as regras de fundos imobiliários. A tendência é que essa regulação única deixe de separar o Fiagro por categorias e permita os títulos híbridos. E, com isso, há expectativa de que o mercado desenvolva novos produtos, como os fundos de baixo carbono, o que poderia contribuir para a redução de emissões.

Até o momento, os Fiagros de FII são a principal categoria, e somam R$ 5,8 bilhões, segundo dados do primeiro Boletim CVM do Agronegócio, elaborado pela superintendência. Já os Fiagros de FIDC chegaram a R$ 1,3 bilhão. A tendência é que, com as novas regras de fundos que devem ser divulgadas pela CVM nos próximos dias, os FIDC em geral poderão ser acessados por investidores de varejo, o que também incluirá os Fiagros de direitos creditórios, beneficiando também esta categoria.

A relação do agronegócio brasileiro com o mercado de capitais é recente. Além de ofertas públicas de ações (IPOs, na sigla em inglês) de grandes empresas do setor, os pequenos e médios produtos começaram a acessar financiamentos alternativos muito tempo depois, com os certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). A lei do CRA foi editada em 2004, mas a regulamentação da CVM só foi lançada em 2016.

Nesse período, o mercado pôde e entender a dinâmica do agronegócio, que também começa a vislumbrar as alternativas de financiamento além do crédito bancário tradicional. As securitizadoras responsáveis pela estruturação de títulos como os CRA têm papel fundamental nisso, diz a gerente de securitização e agronegócio da autarquia, Nathalie Vidual.

"As securitizadoras têm um papel fundamental porque têm facilidade de ir a campo, entender e conversar com o produtor rural. Além de fazerem a diligência, entendem a dor do produtor rural e traduzem para o mercado de capitais. O Fiagro tem a possibilidade de comprar o pacote de produtos organizados e estruturados pelas securitizadoras", afirma Vidual.

Definição do papel do novo BNDES

Palavra do Consultor
Marcelo d'Agosto



Entre dezembro de 2017 e junho de 2022, os créditos concedidos pela União para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caíram de R$ 416 bilhões para R$ 103 bilhões.

No mesmo período, a carteira de empréstimos do banco de fomento caiu de R$ 548 bilhões para R$ 455 bilhões. Os dados estão nas séries históricas dos resultados da instituição.

Além de reduzir o volume de empréstimos, o BNDES passou a depender mais dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de operações no mercado de capitais para financiar as atividades. Foi uma mudança deliberada de gestão.

A crença é que o mercado é um melhor indutor do crescimento econômico. Por esse argumento, negócios potencialmente mais rentáveis não terão dificuldades para conseguir financiamentos junto aos bancos privados ou investidores particulares.

A presença do Estado, por meio da oferta de linhas de crédito subsidiadas, somente cria problemas mais à frente. A dependência das empresas de baixa produtividade por financiamentos a juros baixos cria distorções que levam, em última instância, ao aumento da inflação.

Isso porque os empréstimos dos bancos públicos drenam recursos que poderiam ser aplicados em atividades essenciais de prestação de serviços à população. E que, ao invés disso, acabam sendo redirecionados para financiar negócios pouco eficientes do setor privado.

Ao insistir nessa linha de atuação, com o passar do tempo os serviços públicos acabam sendo sucateados. A consequência é o aumento da pressão da sociedade visando a elevação dos gastos governamentais para recompor a qualidade dos serviços. O que acaba provocando descontrole de contas públicas e inflação.

Por isso, quanto mais neutro o papel do BNDES, melhor para o país. Mas nem todos pensam da mesma forma. A discussão no Brasil sobre como financiar o crescimento econômico é antiga. E vem desde a época do Estado Novo, na década de 40.

Os empresários desenvolvimentistas defendem que o país possui diversas potencialidades que poderiam ser exploradas em parceria com o setor estatal. A partir de um impulso inicial, que garantiria uma reserva de mercado por um certo período, os negócios ganhariam escala e poderiam evoluir, dispensando os subsídios.

Já os economistas mais à esquerda geralmente concordam com os empresários desenvolvimentistas, mas por outras razões. Na avaliação corrente, o motivo fundamental é promover o desenvolvimento tecnológico do país.

Isso porque sem uma intervenção mais firme do Estado, a tendência é de crescimento da dependência da exportação de produtos básicos. Os recursos obtidos no exterior são usados para financiar a importação de bens industrializados, que o país não tem condições tecnológicas de produzir.

Mas a tendência, a longo prazo, é que esse balanço seja deficitário. Isso porque os bens industrializados possuem um maior valor agregado. A solução, então, seria promover a industrialização do país para evitar déficits nas contas externas.

Esse é o pano de fundo para as discussões sobre a atual troca de comando da diretoria do BNDES. Certamente o debate evoluiu nesses últimos 80 anos.

Especialmente depois da crise internacional de 2008. O evento mostrou que o pavor dos economistas liberais com a possível atuação dos bancos centrais para aumentar a liquidez da economia era pouco fundamentado. Existia uma convicção enraizada e equivocada de que o aumento da quantidade de moeda em circulação aumentaria a inflação.

Os fatos mostraram que a inflação mundial só subiu mais recentemente devido à desorganização das cadeias globais de suprimento motivada pela pandemia da covid-19. E também em consequência do aumento do preço da energia provocado pela guerra da Rússia contra Ucrânia.

A irrelevância do papel do Estado também foi revista desde a onda liberal dos anos Reagan e Thatcher, na década de 80. Em várias áreas o aumento dos gastos públicos levaram ao desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade das empresas privadas.

Mas é fundamental uma explicação clara sobre o novo papel do BNDES. O risco é que uma política errada provoque um retrocesso para o mercado de capitais no Brasil e dificulte o financiamento de projetos fundamentais para o crescimento econômico. E altere substancialmente o perfil dos investimentos financeiros.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Valor
Legislação & Tributos SP

Destaques

Pagamento de ISS
A 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve decisão que determinou a incompetência do município de São José do Rio Preto para exigir ISS de empresa privada que atua no segmento de home care e presta serviços em Bauru. Consta nos autos que a empresa ajuizou ação de consignação em pagamento contra o município de São José do Rio Preto, local onde fica sua sede, pela cobrança de impostos por serviços que são prestados em Bauru, onde já realiza o pagamento do tributo. Alega estar regularmente estabelecida também no local de atuação, contando inclusive com inscrição estadual e respeitando a legislação. A relatora do recurso, desembargadora Mônica Serrano, destacou que a questão em discussão é um dos pontos mais controversos em relação ao ISS. Segundo ela, a Lei Complementar 116/03 "dá conta de que a atividade é considerada prestada e, por conseguinte, o imposto devido, no local do estabelecimento prestador". No entanto, continuou a magistrada, "estabelecimento" não significa obrigatoriamente "o endereço jurídico do prestador de serviço ou o local em que está registrada a sede da pessoa jurídica, mas sim o local onde ele desenvolva suas atividades". A turma julgadora concluiu, então, que o município competente para exigir o ISS é Bauru (apelação nº 1020582-53.2021.8.26.0071).

Vínculo de emprego
A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou o exame de recurso da Uber do Brasil Tecnologia contra decisão que reconheceu o vínculo de emprego de uma motorista do município do Rio de Janeiro. Segundo o relator, ministro Agra Belmonte, a relação da motorista com a empresa é de subordinação clássica, pois ela não tem nenhum controle sobre o preço da corrida, o percentual do repasse, a apresentação e a forma da prestação do trabalho. "Até a classificação do veículo utilizado é definida pela empresa, que pode baixar, remunerar, aumentar, parcelar ou não repassar o valor da corrida", ressaltou. A motorista trabalhou para a Uber entre 2018 e 2019. Segundo ela, sua remuneração mensal era de cerca de R$ 2,3 mil e seus gastos com combustível e manutenção do automóvel eram de R$ 500. Além do vínculo, ela pediu, na reclamação trabalhista, horas extras, ressarcimento desses valores e indenização por danos extrapatrimoniais. O pedido foi julgado improcedente em primeiro grau. Após a sentença, foi apresentada proposta de acordo pelo qual a motorista receberia R$ 9 mil a título de indenização. A homologação, porém, foi negada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (RRAg-100853-94.2019.5.01.0067).

Recuperação judicial
A 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, na capital paulista, acolheu pedido de recuperação judicial de uma associação civil sem fins lucrativos atuante em programas e serviços de interesse social pelo Brasil, cujas atividades foram prejudicadas pela crise sanitária do coronavírus. A juíza Andréa Galhardo Palma destacou que a decisão segue jurisprudência que vem se consolidando no Brasil, sobretudo no que diz respeito a associações sem fins lucrativos que prestam serviços de relevância econômica e social, em que pese o fato de os dispositivos legais não estenderem a garantia de recuperação judicial a devedores civis. Além de pontuar que a requerente tem desempenhado "inequívoca atividade empresária" ao promover a circulação de bens e serviços e gerar empregos, a magistrada salientou que a situação de calamidade sanitária e econômica exige um novo olhar do Judiciário sobre o assunto (processo nº 1001315-76.2022.8.26.0260).

Tributário Uma das novidades, segundo especialistas, é a mudança de entendimento sobre ICMS

Receita publica novas regras sobre créditos de PIS e Cofins

Joice Bacelo e Arthur Rosa
De Rio e São Paulo

A Receita Federal publicou uma série de novas regras sobre créditos de PIS e Cofins. Uma delas, tratada como essencial por advogados tributaristas, beneficia os contribuintes. Permite que o ICMS seja contabilizado na apuração dos créditos que são gerados com a aquisição de bens e insumos.

Essa era uma discussão que vinha desde a "tese do século", quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a parcela referente ao ICMS não poderia compor a base de cálculo dos pagamentos de PIS e Cofins. A Receita Federal considerou, a partir dali, que a mesma lógica dos pagamentos deveria ser aplicada ao cálculo dos créditos e disparou autuações contra empresas.

O mercado via como uma estratégia do Fisco de tentar reduzir a conta de bilhões de reais gerada pela "tese do século".

A retirada do ICMS do cálculo dos créditos aumentaria os valores de PIS e Cofins que as empresas tem a pagar. E até mais do que isso: poderia gerar uma dívida acumulada em prol do governo com a exigência dos valores que deixaram de ser recolhidos nos últimos cinco anos.

A informação de que o ICMS continua no cálculo dos créditos consta na Instrução Normativa nº 2.121. Essa norma foi publicada ontem e tem mais de 800 artigos. Reúne toda a interpretação da Receita Federal sobre apuração, cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do PIS e da Cofins.

Especialistas dizem que esse compilado de normas é importante porque esclarece para os contribuintes qual é o posicionamento da Receita Federal sobre as diversas situações envolvendo PIS e Cofins. Isso traz previsibilidade.

No caso do cálculo dos créditos, por exemplo, a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tinham entendimentos diferentes. A Receita defendia a exclusão do ICMS. Já a PGFN tinha posição contrária. Emitiu, no ano passado, um parecer afirmando que exigiria modificação nas leis do PIS e da Cofins.

A Receita está agora, portanto, se alinhando ao posicionamento da procuradoria. A instrução normativa inclusive cita, no artigo 171, o Parecer PGFN/SEI nº 14.483. "Estão sanando essa discussão", diz a advogada Adriana Stamato, do escritório Trench Rossi Watanabe.

Apesar de trazer avanços, frisam os especialistas, a instrução normativa da Receita Federal também tem pontos críticos e que devem gerar judicialização.

Douglas Campanini, da Athros Auditoria e Consultoria, cita uma alteração que atinge em cheio as empresas que adquirem mercadoria para revenda. Antes da publicação da instrução normativa, tinham direito a créditos de PIS e Cofins sobre o IPI pago nessas aquisições. Agora, não mais.

"Antes os revendedores podiam abater IPI, pois a norma anterior previa expressamente que integrava o custo de aquisição", diz o consultor tributário.

Campanini destaca que o tratamento, a partir de agora, passa a ser o mesmo que a Receita Federal já havia estabelecido, em normas anteriores, para contribuintes que adquirem mercadoria como matéria-prima.

Outro ponto negativo para as empresas, segundo o consultor, trata sobre o prazo de cinco anos para uso dos créditos de PIS e Cofins. "Não havia previsão a respeito. Não faz nenhum sentindo", critica.

A Receita Federal está mantendo o impedimento, além disso, de empresas que recolhem ICMS pelo regime de substituição tributária — o ICMS-ST — se beneficiarem da "tese do século". Esse tema está em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e deve ter uma solução em 2023.

Os ministros julgam dois processos em caráter repetitivo. A decisão, quando proferida, portanto, terá efeito vinculante para todo o Judiciário. Esse julgamento teve início do mês passado e o único a votar foi o relator, ministro Gurgel de Faria. Ele se posicionou a favor dos contribuintes.

"Substituídos ou não, ocupam posições jurídicas idênticas de submissão à tributação pelo ICMS, sendo certo que a distinção encontra-se tão somente no mecanismo especial de recolhimento", disse o ministro ao fazer a leitura do seu voto. Se o entendimento prevalecer, a previsão na instrução normativa cairá por terra.

Em outro ponto da instrução normativa, considerado ruim para os contribuintes, a Receita Federal deixa claro — pela primeira vez — que despesas determinadas em acordos e convenções coletivas trabalhistas (como plano de saúde e vale-alimentação) não se enquadram como imposição legal e não geram créditos de PIS e Cofins.

Essa previsão consta no artigo 177, parágrafo único, da nova instrução normativa. Advogados veem esse trecho específico como um motivador de novas ações judiciais.

De acordo com o advogado Leo Lopes, sócio do escritório FAS Advogados, existe previsão na legislação trabalhista de que as convenções têm força de lei. Consta no artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

"As empresas são obrigadas a pagar um valor mínimo de refeição, plano de saúde. Não tem qualquer margem de discricionariedade nesse ponto", afirma o especialista.

Não entram nessa cota de impedimento, no entanto, as despesas com vale-transporte ou contratação de fretados para o deslocamento de empregados que atuam no processo de produção de bens.

A Receita Federal publicou duas soluções de consulta, no ano passado, permitindo os créditos nesses casos e a instrução normativa traz essa previsão de forma expressa. Advogados veem como ponto positivo da instrução normativa.

Outra novidade importante para os contribuintes, diz o advogado Julio Janolio, do escritório Vinhas e Redenschi, beneficia exportadores que têm o direito de comprar matéria-prima com suspensão de PIS e Cofins.

Havia um imbróglio em relação ao frete. Normas anteriores da Receita Federal, segundo Janolio, previam o benefício somente para o frete rodoviário. A instrução normativa, agora, fala em frete rodoviário e marítimo.

DIVULGAÇÃO



Advogada Adriana Stamato: Receita se alinhou ao posicionamento da PGFN

Supremo afasta vínculo de emprego de ex-diretor da CBF

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) obteve no Supremo Tribunal Federal (STF) uma importante vitória em processo trabalhista ajuizado pelo ex-diretor Luiz Gustavo Vieira Castro, que atuou na Diretoria de Registros e Transferências por 22 anos. O ministro Luís Roberto Barroso cassou, por meio de liminar, decisão que reconhecia vínculo de emprego.

A decisão foi dada em reclamação apresentada pela CBF. Um recurso que passou a ser usado por empregadores para validar, no STF, a contratação como pessoa jurídica (empresa) de trabalhadores considerados "hipersuficientes" — com melhores condições para entender e negociar o contrato de trabalho.

Os ministros aceitaram a tese de que essa prática é uma forma de terceirização lícita. Já existem decisões que negam vínculo a advogados, médicos, corretores de imóveis e prestadores de serviços na área de tecnologia.

No caso de Luiz Gustavo Vieira Castro, ele pede, no processo, o reconhecimento de vínculo como funcionário da CBF e o pagamento retroativo de todos os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O ex-diretor recebia, em média, R$ 87,5 mil por mês.

Em segunda instância, ele obteve o reconhecimento do vínculo de emprego. O Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) entendeu que haveria subordinação. A CBF recorreu, então, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Porém, sem sucesso.

A entidade decidiu levar o caso ao Supremo, por meio de reclamação. Em liminar, o ministro Luís Roberto Barroso determinou a anulação da decisão do TRT-RJ e que seja realizado um novo julgamento com base na jurisprudência do STF sobre pejotização e terceirização, no caso de trabalhador hipersuficiente.

O termo foi introduzido pela Lei da Reforma Trabalhista (nº 13.467, de 2017). A previsão está no parágrafo único do artigo 444 da CLT. Pelo dispositivo, as relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas, nos casos em que envolver trabalhador portador de diploma de nível superior e com salário igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (R$ 14.174,44).

Na Justiça do Trabalho, ainda são poucas as decisões que admitem a "pejotização", até mesmo para os hipersuficientes. Nos pedidos, as empresas alegam descumprimento de decisões do Supremo, em repercussão geral, sobre a possibilidade de terceirização ampla e irrestrita e de prestação de serviços via pessoa jurídica (ADPF 324, ADC 48, ADI 3.961, ADI 5.625 e RE 958.252).

O ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, já havia concedido duas liminares, publicadas recentemente, para admitir a chamada pejotização. Uma envolvendo um prestador de serviços da incorporadora e construtora Cyrela e outra de um prestador de serviços autônomo da Educo Serviços, franqueada da Totvs, da área de tecnologia (Rcl 56132 e Rcl 55607).

Essa nova liminar a favor da CBF também é similar (Rcl 56499). O ministro faz um breve histórico das decisões do STF sobre terceirização e prestação de serviços via pessoa jurídica.

Barroso afirma que o contrato de emprego não é a única forma para se estabelecer uma relação de trabalho. "Um mesmo mercado pode comportar alguns profissionais que sejam contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e outros profissionais cuja atuação tenha um caráter de eventualidade ou maior autonomia", diz.

Para ele, "são lícitos, ainda que para a execução da atividade-fim da empresa, os contratos de terceirização de mão de obra, parceria, sociedade e de prestação de serviços por pessoa jurídica (pejotização), desde que o contrato seja real, isto é, de que não haja relação de emprego com a empresa tomadora do serviço".

Segundo o advogado que assessora a CBF, Maurício Corrêa da Veiga, sócio do Corrêa da Veiga Advogados, o argumento principal no processo é de que se trata de um hipersuficiente. "Ele tinha um cargo importante, representava a entidade. Ou seja, aceitou todas as condições e regra do jogo na sua contratação."

Carolina Tupinambá, do Tupinambá Advogados, que assessora o ex-diretor, afirma, porém, que a ação não discute nem terceirização nem contrato de pessoa jurídica. "Certamente o colegiado do Supremo deve rever esse posicionamento porque ele não tem nenhum ponto de contato com as teses da Corte em relação à terceirização e pejotização". Para ela, o que ocorreu foi uma tomada de serviços sem nenhum lastro contratual e fraude na tentativa de dissimular um vínculo de emprego que ficou provado.

CARLOS MOURA/SCO/STF

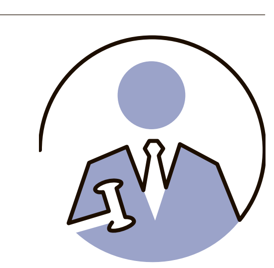


Ministro Luís Roberto Barroso: aplicação de tese sobre hipersuficiente

Movimento de (des)regulação da internet

Opinião Jurídica

Juliana Abrusio



Um dos maiores desafios do jurista diante de uma inovação tecnológica que afeta as relações jurídicas — seja de caráter individual ou coletivo — é, primeiro, identificar se a estrutura legislativa em vigor pode lidar com a nova estrutura social. Em segundo lugar, se for necessário criar estruturas de governança, estabelecer os melhores caminhos para que isso aconteça.

Não tem sido diferente com a internet. No caso dela, o desafio ganha contornos singulares quando lembramos sua origem: uma tecnologia nascida como uma rede descentralizada para defesa de guerra e que cresceu na era dos computadores pessoais, eles próprios gestados no ambiente libertário da contracultura e do movimento hippie que imperava na Bay Area, Califórnia (EUA), nos anos 1970.

Publicada em 1996 na revista Wired, a "Declaração de Independência do Ciberespaço" expressava a mentalidade ciberlibertária dos primeiros tempos da internet, segundo a qual o Estado e suas regras deveriam se manter longe do ciberespaço. Ela foi redigida por John Perry Barlow, fundador da Electronic Frontier Foundation, organização sem fins lucrativos formada em 1990 para defender direitos e liberdades no mundo digital.

Mas a expansão da internet e sua onipresença em nossa sociedade tornou a intervenção do Estado inevitável.

Passados mais de 25 anos do advento da internet comercial, é possível olhar em perspectiva e dividir a governança da internet em três fases: o liberalismo digital, o ativismo judicial e o constitucionalismo digital. Uma evolução que vai de uma perspectiva econômica liberal a uma abordagem constitucional, centrada na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos e dos valores democráticos.

A primeira fase está relacionada, nos Estados Unidos, à reforma que, em 1996, introduziu na legislação — o Communications Decency Act (CDA) — o safe harbor para os provedores de internet e, na União Europeia, ao artigo 15 da Diretiva Europeia 2000/31. As duas normas protegiam os provedores de internet, eximindo-os do dever de monitorar e controlar o conteúdo das informações que terceiros viessem a postar e abriam caminho para o modelo da autorregulação, como estratégia principal para resolver os problemas do mundo digital.

A segunda fase relaciona-se ao ativismo judicial, que ganhou força no Brasil, especialmente quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no início da década de 2010, consolidou a regra da teoria geral da responsabilidade civil subjetiva, importando doutrinas estrangeiras que aqui se moldaram a novas estruturas. Forma-se a jurisprudência de que o provedor de internet não responde pelos danos causados por conteúdo de terceiros. Ao tomar ciência sobre a existência de conteúdo ofensivo, porém, deve agir de forma ágil para solucionar o problema e retirar a página do ar, sob pena de responder solidariamente com o autor da criação em caso de inação. Essa posição mudaria com o advento do Marco Civil da Internet. Esse assunto, hoje, está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

O PL nº 2.630/2020 impõe às redes sociais a necessidade de criar procedimentos de moderação com maior transparência

A terceira fase começa com o famoso processo Mario Costeja Gonzalez versus Google sobre o direito ao esquecimento, julgado em 2014 pela Corte de Justiça da União Europeia. O caso aponta para a mudança paradigmática de uma política econômica para constitucional. O poder das plataformas on-line passa a receber limitações na consagração do "constitucionalismo digital".

Desde então, a Europa mirou em criar regras para tornar o ambiente digital mais seguro, transparente, responsável e com regras de prestação de contas para os provedores de serviços intermediários. Em 1º de novembro, entrou em vigor o Digital Service Act (DAS). Ao lado do DAS, o pacote europeu também formulou o Digital Market Act (DMA), que trata da concorrência de mercados de plataformas on-line.

Nos Estados Unidos, em dezembro de 2021, foi proposto o projeto Pata (Platform Transparency and Accountability Act), cujo objetivo é diminuir a assimetria de poder entre os usuários e as plataformas digitais.

Ainda na esteira desse caso, no Brasil, discute-se o Projeto de Lei nº 2.630/2020. Apelidado erroneamente de "Lei das Fake News", esse texto visa regular as redes sociais como um todo, não apenas em relação a fake news. De grande importância, ele traz um dever procedimental aos provedores de redes sociais, incluindo os de streaming (como YouTube), ao impor-lhes a necessidade de criar procedimentos de moderação com maior transparência.

Com isso, reconhece-se que essas plataformas não têm responsabilidade pelo conteúdo gerado por terceiros. Por outro lado, não podem ficar inertes diante do uso inadequado de suas estruturas. O dever de procedimento é um caminho intermediário, que estabelece os deveres das redes sociais diante de sua função social e dentro de sua responsabilidade e capacidade técnica de atuação.

Todas essas estruturas apontam para um importante momento de mudança na governança da internet. DMA, DSA, Pata e o Projeto de Lei nº 2.630/2020, cada qual com sua particularidade, têm em comum a determinação de impor às plataformas maiores deveres de transparência, segurança e de prestação de contas, e de levá-las a criar procedimentos de moderação que respeitem os valores democráticos e de direito.

Juliana Abrusio é sócia na área de Direito Digital do Machado Meyer Advogados

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ/ME nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DA SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação da **primeira** e da **segunda séries** (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Solví Essencis Ambiental S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, - em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Solví Essencis Ambiental S.A.*", celebrado em 24 de maio de 2022, entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em 20 de outubro de 2022 ("Escritura de Emissão") para se reunirem em primeira convocação, no dia 09 de janeiro de 2023, às 15 horas, em **assembleia geral conjunta de Debenturistas da primeira e da segunda séries** ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(1)** Nos termos da Cláusula 9.8 da Escritura de Emissão, pedido de anuência prévia para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão) em caso de não obtenção, pela Companhia, do registro de emissor na Categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão), prorrogável uma única vez por 30 (trinta) dias, nos termos do inciso "XV", da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, cujo prazo se encerra em 11 de janeiro de 2023, bem como a concessão de prazo adicional para obtenção do referido registro de emissor na Categoria B perante a CVM, até 31 de março de 2023; e **(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@solvi.com, avisa@solvi.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"), sendo o link disponibilizado pela Companhia. A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website www.solviessencis.com.br/ri e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Companhia e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@solvi.com, avisa@solvi.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br com antecedência de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGD. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos e-mails ri@solvi.com e avisa@solvi.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Companhia reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o Cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/) e da Companhia (www.solviessencis.com.br/ri) na rede mundial de computadores. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

CNPJ/ME 49.669.856/0001-43 - NIRE 35.300.344.910 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada, de modo exclusivamente presencial, no dia 10 de janeiro de 2023, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Rua Othão, 405, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar acerca da proposta de alteração da denominação da Companhia, de "Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A." para "VESTE S.A. ESTILO"; **(ii)** sujeito à aprovação da alteração da denominação da Companhia, deliberar a alteração do código de negociação (*ticker*) das ações de emissão da Companhia junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") para "VSTE3", com a consequente alteração do nome de pregão da Companhia no mercado de bolsa de valores administrado pela B3; **(iii)** deliberar sobre a proposta de realização de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 8 (oito) ações para 1 (uma) ação; **(iv)** deliberar sobre a eleição da chapa dos candidatos aprovada pelo Conselho da Administração em reunião realizada em 14 de dezembro de 2022 para integrar o Conselho de Administração, para um novo mandato de 2 (dois) anos a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2024; **(v)** sujeito à aprovação das matérias constantes dos itens **(i)** e **(iii)** acima, deliberar acerca da proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia para alteração: **(a)** do artigo 1º, *caput*, para consignar a nova denominação da Companhia, e **(b)** do artigo 5º, *caput*, para consignar o valor do novo capital social, em face do aumento de capital social homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de outubro de 2022 e do Grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 8 (oito) ações para 1 (uma) ação, com a consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** deliberar sobre a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia da Assembleia. As instruções detalhadas para participação na Assembleia, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se descritas no item "3. PROCEDIMENTOS E PRAZOS" da Proposta da Administração divulgada nesta data. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu *site* de Relações com Investidores (www.restoque.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 19 de dezembro de 2022. Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração. Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 29 de outubro de 2012 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 12 de janeiro de 2023, os documentos constantes da lista anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(ii)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 1.511.592,42 (um milhão, quinhentos e onze mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune, Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 29 de setembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 22.658,91 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

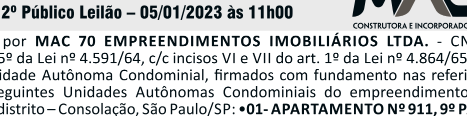
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 93ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13H0094454) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 04 de setembro de 2013 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 12 de janeiro de 2023, os documentos constantes da lista anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(ii)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 305.614,33 (trezentos e cinco mil, seiscentos e catorze reais e trinta e três centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune, Cargo: Diretora de Relações com Investidores





EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ON LINE

1º Público Leilão – 05/01/2023 às 10h00 | 2º Público Leilão – 05/01/2023 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp 715, autorizada por **MAC 70 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** - CNPJ: 20.034.611/0001-68, venderá em 1º ou 2º Público Leilão, na forma do art. 63, § 1º ao 5º da Lei nº 4.591/64, c/c incisos VI e VII do art. 1º da Lei nº 4.864/65, os direitos sobre os Instrumentos Particulares de Promessa de Venda e Compra de Unidade Autônoma Condominial, firmados com fundamento nas referidas legislações, relativos às Frações Ideais nos Terrenos e Partes Construídas das seguintes Unidades Autônomas Condominiais do empreendimento **15 CONSOLAÇÃO**, situado à Rua Major Sertório nº 423 e Rua Amaral Gurgel nº 414, 7º Subdistrito – Consolação, São Paulo/SP: **•01- APARTAMENTO Nº 911, 9º PAV.** Áreas: Privativa coberta: 26,670m²; Comum: 12,237m², (sendo 10,185m² coberta e 2,052m² descoberta); Total: 38,907m²; FIT: 0,003286. Matrícula nº 106.869 - 5º CRI de São Paulo/SP. **1º LEILÃO: R$ 350.953,37. 2º LEILÃO: R$ 264.640,41. •02- APARTAMENTO Nº 1011, 10º PAV.** Áreas: Privativa coberta: 26,670m²; Comum: 12,237m², (sendo 10,185m² coberta e 2,052m² descoberta); Total: 38,907m²; FIT: 0,003286. Matrícula nº 106.869 - 5º CRI de São Paulo/SP. **1º LEILÃO: R$ 350.951,18. 2º LEILÃO: R$ 264.640,41. UNIDADES EM CONSTRUÇÃO.** Regras dos Leilões: **i)** O Arrematante pagará o valor do lanço à vista; 5% de comissão à leiloeira; ITBI; custas cartoriais para lavratura e registro da escritura; **ii)** O Arrematante se sub-rogará nos direitos e obrigações do título originário; **iii)** Venda em caráter *ad corpus*; **iv)** Hipoteca bancária será baixada em até 180 dias a contar da data da averbação do habite-se; **v)** A Comitente terá preferência na forma da lei. **Os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital completo disponível no portal da Pecini Leilões. www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (11) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**



PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

Torna público que recebeu no dia 06 de dezembro de 2022 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a Licença de Operação nº LO 1659/2022, com validade até 30 de novembro de 2030, que autoriza Sistema de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Campo de Itapu - FPSO P-71, no âmbito da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3.

Santos (SP), 06 de Dezembro de 2022
FELIPE MOREIRA MATOSO RIBEIRO GOMES
Gerente Geral



CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

Consulta Pública **Nº: 50/SME/2022** - Processo SEI **Nº: 6016.2022/0084105-2**

Objeto**: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de gerenciamento, administração e operacionalização mediante recebimento, armazenagem e distribuição física de gêneros alimentícios perecíveis congelados e resfriados a baixa temperatura nas Unidades Educacionais atendidas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE -** A minuta do edital estará disponível para exame e eventuais sugestões **até às 16h do dia 30/12/2022**, no site http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, e na SME/COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino. - Obs.: **As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br, por fax (11) 3396-0512 ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados.**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 109/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO - 3ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão eletrônico nº 073/2022, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de combustível (diesel comum) para a frota municipal de veículos e máquinas.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **03/01/2023 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 20 de dezembro de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Bruno Cesar dos Santos Ramos - Secretário de Administração.**

PROC. 193/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão eletrônico nº 132/2022, cujo objeto é a **Abertura de processo licitatório para aquisição de 01 (um) caminhão basculante (TRUCADO), 0 km, sem uso, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **13/01/2023 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br e **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 20 de dezembro de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras.**

PROC. 186/2022 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Chamada Pública nº 002/2022, cujo objeto é a **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar, produtos da agricultura familiar de acordo com o que determina a Resolução nº 06/2020 de 05 de maio de 2020 e suas alterações (Resolução nº 21/2021 de 16/11/2021) do Ministério da Educação.** O recebimento dos envelopes se dará até o dia **11/01/2023 as 14:00 hrs**, que deverão ser entregues a sala da Divisão de Licitações no Paço Municipal Ernesto Coser, situado a Praça Almirante Tamandaré nº 16-19, Vila Santa Rosa, Presidente Epitácio-SP, CEP - 19470-000. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 13 de dezembro de 2.022. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação e Esportes.**

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª E 6ª SÉRIES DA 33ª EMISSÃO (IF 22F1195714, 22F1195716, 22F1195721, 22F1195735, 22F1195743 e 22F1195760) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 33ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela JHSF Participações S.A., celebrado em 24 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 09 de janeiro de 2023, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A liberação **(a)** da alienação fiduciária que atualmente recai sobre o imóvel objeto da matrícula nº 66.484 (originalmente objeto da matrícula nº 418) ("Imóvel") e **(b)** da cessão fiduciária que atualmente recai sobre os Direitos e Créditos Cedidos Fiduciariamente relacionados ao Imóvel (identificado no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária como "unidade 27" do "Bloco Estância" do "Empreendimento Boa Vista Estates"), mediante a assinatura, pela Emissora, dos respectivos termos de liberação de garantia, a serem apresentados ao(à) Fiduciante em até [3 (três) dias úteis] contados da data de realização da Assembleia ("Liberação da Alienação Fiduciária"); e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 20 de dezembro de 2022. **OPEA SECURITIZADORA S.A.**
Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.

CNPJ nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas da **OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.** ("**Companhia**"), na forma prevista no Artigo 124 da lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **30 de dezembro de 2022, às 10h00**, na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, Conjunto 401, Dep 12 e 13, Tipo G 4SS G4, Brooklin, CEP 04578-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento de suas próprias ações preferenciais, sem redução do capital social, das classes MP62 e MP68; (ii) aprovar o aumento do capital social no valor de R$ 240.000,00, mediante a emissão de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, com prioridade na distribuição de dividendos fixos e aprovar a consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social; (iii) ratificar e aprovar a criação de nova classe de ação preferencial de classes MP134, de acordo com o plano de expansão da Companhia; e (iv) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76 deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 21 de dezembro de 2022. **Pierre Albert Berenstein** - Diretor.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 103ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13L0053201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 103ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 103ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 20 de dezembro de 2013 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 12 de janeiro de 2023, os documentos constantes da lista anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(ii)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 32.583,88 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 20 de dezembro de 2022.
OPEA SECURITIZADORA S.A.
Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

EXTRATO - TERMO DE HOMOLOGACAO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 - Considerando a instrução dos presentes autos, notadamente a prévia aprovação jurídica do Edital e a adjudicação pelo Sr. Pregoeiro, estando os preços compatíveis a média apurada em fase interna, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 02/2022, ficando o seu objeto adjudicado **SINO – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA**, no valor total de R$ 362.500,00 (trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais). Louveira, 12 de dezembro de 2022. JOSÉ MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA. PRESIDENTE.

EXTRATO - CONTRATO Nº 43/2022/CM
SOLICITAÇÃO Nº 28/2022/CM / **PROCESSO** N º 32/2022/CM
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA
CONTRATADA: SINO – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de gestão do acervo normativo Municipal de Louveira, conforme as especificações contidas no Termo de Referência e demais condições do edital e seus anexos. **VALOR TOTAL**: R$ 362.500,00 (trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais). **VIGÊNCIA CONTRATUAL**: 36 (trinta e seis) meses, a contar de 15 de fevereiro de 2023. **TÉRMINO DA VIGÊNCIA**: 15 de fevereiro de 2026. Louveira, 14 de dezembro de 2022. JOSÉ MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA. Presidente.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 335/2022 - Oferta de Compra nº 090102000012022OC00527** referente ao processo **SES-PRC-2022/73242,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", **cuja abertura está marcada para o dia 18/01/2023 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 28/12/2022,** o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Senac São Paulo comunica a realização das Licitações abaixo:

1- CONCORRÊNCIA Nº 13808/2022
Abertura: dia 17/1/2023, às 10h.
Objeto: aquisição e instalação de equipamentos de cozinha industrial para atender o laboratório de alimentos e bebidas ao Senac São José dos Campos.

2- CONCORRÊNCIA Nº 13807/2022
Abertura: dia 18/1/2023, às 10h.
Objeto: serviços de mão de obra especializada na operação e no desenvolvimento tecnológico na plataforma de experiência digital Liferay DXP e solução de e-commerce Liferay Commerce.

Retirada do edital: disponível para conhecimento público no site www.sp.senac.br/sites/licitacao e também poderá ser verificado e obtido na Gerência de Materiais e Serviços, localizada na Rua Dr. Vila Nova, 228 - 7º andar - sala 709 - São Paulo/SP, das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

Informações adicionais:
licitacao.gms@sp.senac.br
Telefone: (11) 3236-2286 / 2759

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



GAFISA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07
NIRE nº 35.300.147.952

AVISO AOS ACIONISTAS
PEDIDO PÚBLICO DE PROCURAÇÕES

Esh Theta Fundo de Investimento Multimercado, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº. 23.799.268/0001-30, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 3400, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04.538-132 ("Solicitante"), titular de 3.252.899 (três milhões, duzentas e cinquenta e duas mil, oitocentas e noventa e nove) ações ordinárias (GFSA3) de emissão da Gafisa S.A. ("Companhia" ou "Gafisa"), o que representa uma participação acionária correspondente a mais de 8% (oito por cento) do capital social da Companhia, sendo acionista dela desde 23/07/2020, neste ato representado por sua gestora Esh Capital Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.006.806/0001-20, com sede na Rua Cunha Gago, nº 700, 14º andar, conjunto 141, Pinheiros, em São Paulo/SP, CEP 05421-001 ("Esh Capital"), nos termos do artigo 50 e seguintes da Resolução CVM nº. 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), vem promover Pedido Público de Procurações para deliberações e votos a respeito da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará, em primeira convocação, em 02/01/2023, às 10h, conforme Edital regularmente publicado pelo Solicitante nos dias 12, 13 e 14/12/2022 no Valor Econômico. Alternativamente, caso assim seja determinado por decisão do Colegiado da CVM, a Assembleia Geral Extraordinária para qual se destina este Pedido Público de Procuração poderá ser realizada, em primeira convocação, em 09/01/2023, às 18h, conforme Edital posteriormente publicado pela Gafisa nos dias 16, 17 e 20/12/2022 no Valor Econômico, tendo como ordem do dia: "(i) Propositura de ação de responsabilidade contra os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como demais responsáveis solidários, pelos prejuízos causados à Companhia em decorrência de atos ilícitos e operações irregulares entre 2019 e 2022, nos termos do art. 159, da LSA; (ii) Destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, em virtude da quebra dos deveres fiduciários; (iii) Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em substituição aos atuais integrantes dos órgãos sociais da Companhia, na forma do art. 159, §2º, da LSA; e (iv) Cancelamento e/ou não homologação do aumento de capital social objeto da divulgação realizada pela administração da Companhia em 25.11.2022, com fundamento nos art. 117, 121 e 170, da LSA." ("AGE").

O Solicitante entende que os acionistas devem APROVAR as propostas formuladas pelo Solicitante, eis que se verificam irregularidades e ilegalidades perpetradas pelos administradores, conselheiros fiscais da Companhia e outros ao longo dos últimos anos, em nítida violação aos respectivos deveres fiduciários.

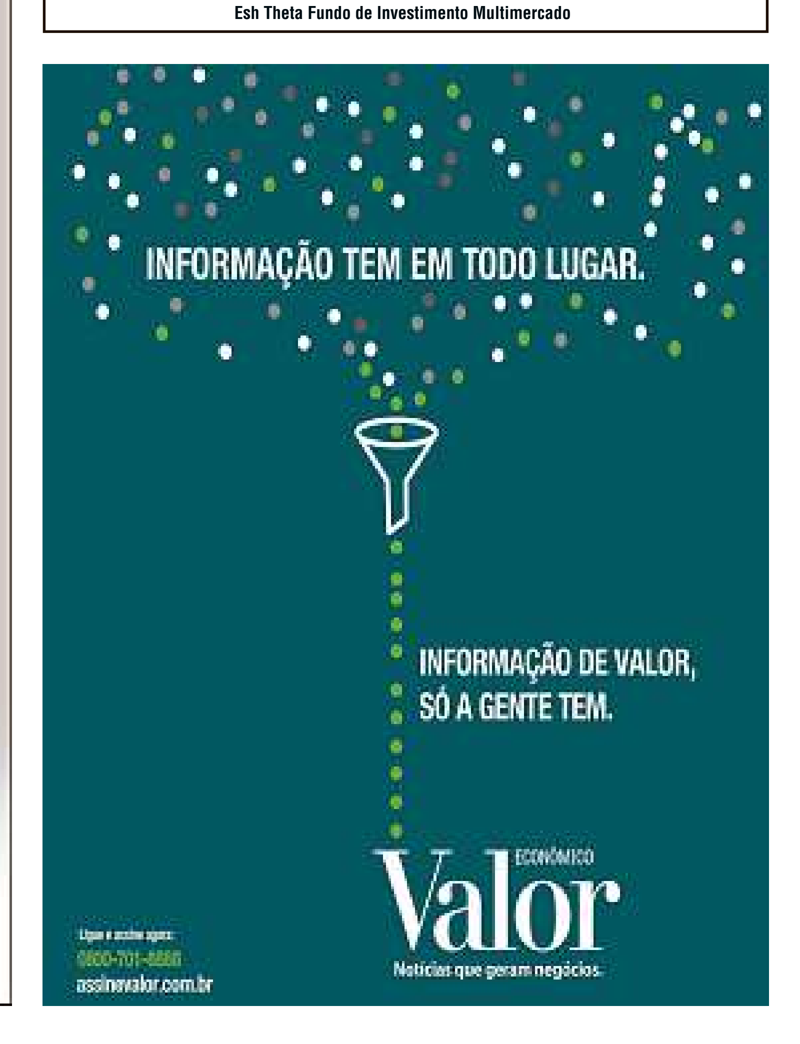
São exemplos de violação dos deveres de lealdade, de informação e de diligência, dentre outros: (i) cooperação com (ou negligência em apurar) a ocultação da participação acionária detida pelo Sr. Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, através de interpostas pessoas físicas, jurídicas e/ou veículos de investimento; (ii) irregularidades e dissimulação da operação de incorporação de ações da Upcon Incorporadora S.A. ("Upcon") pela Gafisa, realizada sob a forma de aquisição pela Companhia da totalidade de ações daquela sociedade e subsequente aumento de capital para subscrição de ações de emissão da Gafisa pelos ex-acionistas da Upcon, cuja integralização se deu com crédito da aquisição da Upcon. Ademais, os termos e condições dessa operação foram acordados de forma a favorecer, artificialmente, os acionistas da Upcon, em prejuízo da Companhia e de seus acionistas; (iii) a realização de operações entre partes relacionadas na aquisição da participação societária das SPEs anteriormente detidas por Woltan Capital LLP e Wotan Realty Ltda., prestando informações distorcidas e em condições não comutativas. Nessa operação foram adquiridos pela Companhia ativos onerados, indisponíveis e embaraçados, inclusive com construções embargadas por danos e passivos ambientais, os quais têm o potencial de contaminar o patrimônio da Companhia por obrigações e passivos de grupos empresariais controlados pelo Sr. Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure.

A operação de aumento de capital social divulgado pela Companhia é eivada de vício formal, não tendo sido disponibilizados até o momento documentos e informações obrigatórias, tais como ata de reunião do conselho de administração e parecer de conselho fiscal, além do que o preço de emissão foi fixado de forma a provocar diluição injustificada dos atuais acionistas da Gafisa.

Informações mais detalhadas, a minuta de procuração, as orientações para sua outorga e as demais informações indicadas no Anexo Q da Resolução CVM 81 poderão ser encontradas no site da Esh Capital (www.eshcapital.com.br). Em caso de dúvidas sobre o presente pedido, os acionistas podem entrar em contato pelo e-mail contato@eshcapital.com.br.

São Paulo, 20 de dezembro de 2022.
Esh Theta Fundo de Investimento Multimercado





Valor

Especial
Gestão de Frotas

Para reduzir custos, a Brado movimenta contêineres por ferrovias, conta Andrea Ramos. F4



Rota de eficiência

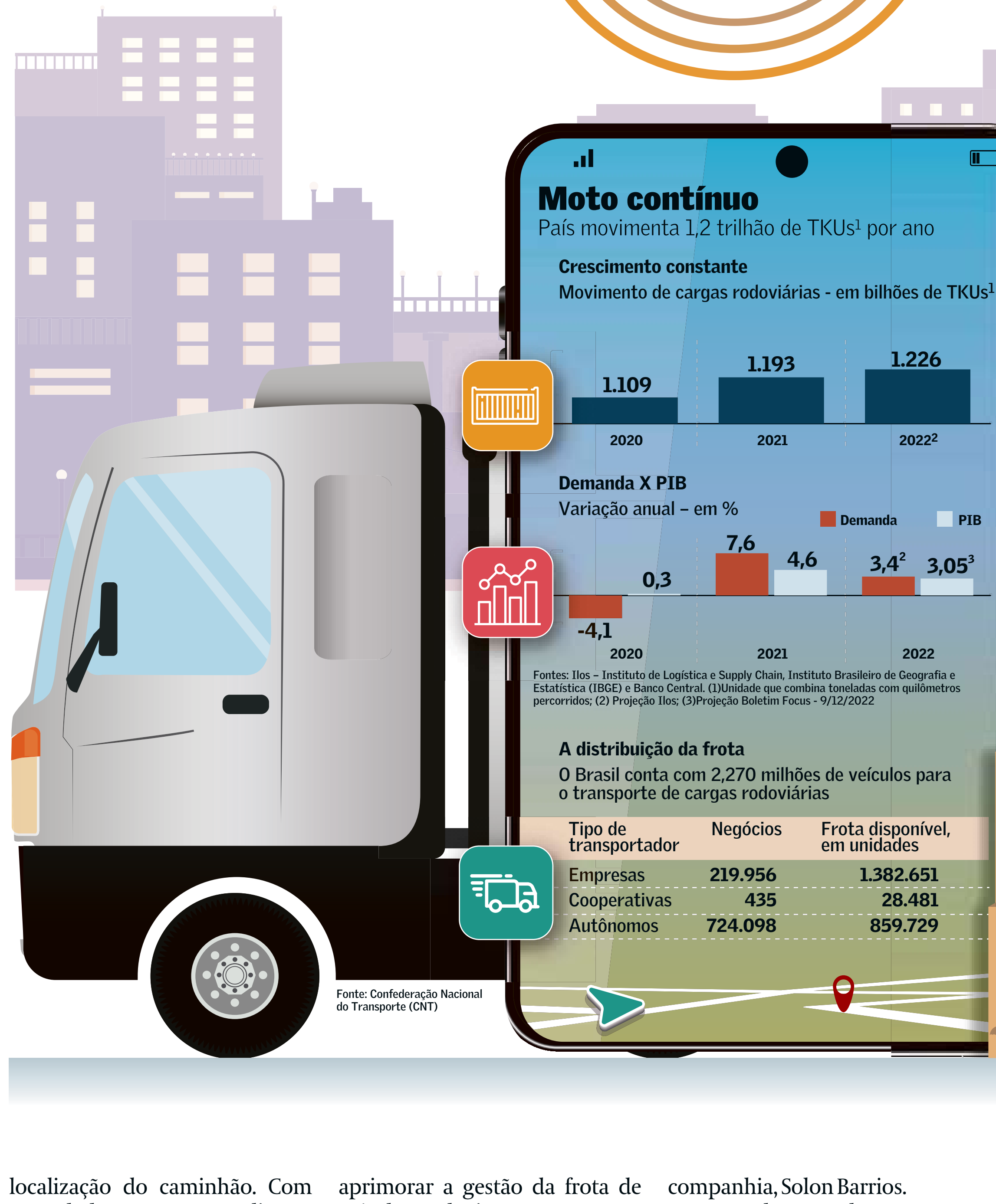
Inovação é movida pela necessidade de reduzir custos no setor. Por **Domingos Zaparolli**, para o Valor, de São Paulo.

O transporte rodoviário trilha uma jornada em busca de produtividade por meio do uso de ferramentas tecnológicas capazes de proporcionar mais eficiência na gestão das frotas e no planejamento das entregas. É um processo ainda lento, que ganhou tração nos últimos anos com a necessidade das transportadoras se adaptarem às restrições decorrentes da pandemia da covid-19 e ao aumento da demanda do e-commerce, que exige entregas mais rápidas e pontuais. A inovação agora é movida pela necessidade das transportadoras reduzirem custos e assim fazer frente à volatilidade dos preços dos combustíveis.

"O transporte de cargas é pouco produtivo no Brasil. As grandes transportadoras já perceberam que precisam evoluir e esta visão começa a se disseminar também entre as médias e pequenas empresas" diz o consultor Maurício Lima, sócio-diretor do Ilos – Instituto de Logística e Supply Chain.

A frota brasileira de caminhões, estimada em 2,27 milhões de veículos, é subutilizada. Estudos realizados pelo Ilos indicam que um caminhão carregado roda, em média, entre 4,5 mil e 5 mil km por mês. É pouco. Um uso mais eficiente da frota poderia triplicar a rodagem. O principal problema é que os caminhões passam muito tempo parados, esperando a autorização para carregar nos armazéns e descarregar nos destinos finais.

O desperdício de tempo também decorre da falta de planejamento das movimentações de mercadorias. Ainda é bastante comum um caminhão viajar sem ocupação completa ou seguir para um destino sem saber quando terá carga para o retorno. Nesse caso, ou fica parado, esperando novo frete, ou volta "batendo lata", vazio.



Tipo de transportador	Negócios	Frota disponível, em unidades
Empresas	219.956	1.382.651
Cooperativas	435	28.481
Autônomos	724.098	859.729

As tecnologias necessárias para aprimorar o gerenciamento das viagens e entregas já estão disponíveis no mercado, mas muitas vezes são desconhecidas dos transportadores e embarcadores, os donos das mercadorias, ou são empregadas apenas de forma parcial, sem o aproveitamento de todo o potencial dos recursos.

Um exemplo são os sistemas de rastreamento, utilizados principalmente na segurança, para prevenir acidentes e reduzir os seguros por meio do rastreio do veículo ou da carga roubada. O acompanhamento em tempo real da frota em uma central de controle pode também ser utilizado para melhorar o planejamento das entregas, remanejando rotas e destinos, se necessário.

A conexão do sistema de monitoramento da frota do transportador com sistemas de gestão dos clientes é capaz de gerar um fluxo de informações precisas sobre a localização do caminhão. Com esses dados em mãos, os clientes podem programar e agilizar o recebimento da mercadoria no destino final, reduzindo o tempo de espera. O monitoramento em tempo real da frota também pode ser utilizado para aprimorar a precificação do frete e auditar os serviços prestados.

Ferramentas de inteligência artificial são capazes de estimar a demanda de mercadorias em cada mercado consumidor e podem proporcionar uma maior racionalidade no uso da frota de veículos, unindo em uma mesma viagem mercadorias já contratadas com vendas que deverão ser efetivadas em um futuro previsível.

"A interconexão de informações entre os vários elos da cadeia de suprimentos tem potencial de aprimorar a gestão da frota de veículos, reduzir custos, o consumo de combustível e as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera", diz o sócio executivo do Ilos, Leonardo Julianelli.

A DHL Supply Chain, que administra uma frota própria de 381 veículos e cinco mil caminhões contratados, já utiliza desde 2021 ferramentas de inteligência artificial para analisar a base de dados da movimentação de mercadorias de seus clientes, prever a demanda e planejar viagens e entregas. A DHL também adotou o compartilhamento de cargas de diferentes clientes para um mesmo destino em um único veículo. "Com as duas iniciativas, rotas onde utilizávamos cinco carretas, agora atendemos com quatro, às vezes, três", diz o vice-presidente de transportes da companhia, Solon Barrios.

O ano de 2022 deve encerrar com um crescimento da demanda por serviços de transporte rodoviário ligeiramente acima da expansão do Produto Interno Bruto (PIB). O Ilos estima que as transportadoras devem movimentar cerca de 1,22 trilhão de TKUs, unidade que combina toneladas com quilômetros percorridos, o que representará um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. Já a expansão do PIB prevista é de 3,05% segundo o Boletim Focus do Banco Central de 9 de dezembro de 2022.

Os custos das transportadoras aumentaram significativamente. A Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística) calcula que o custo do transportador de carga fracionada, aquela com várias origens ou destinos, aumentou em 11,02% nos últimos 12 meses terminados em outubro, enquanto o custo do transporte tipo lotação, carga com origem e destino único e longas distâncias, típica no agronegócio, subiu 18,07%.

A principal pressão veio do diesel, que subiu 22,64% no período. Em dezembro, contudo, a Petrobras reduziu o preço médio do litro nas refinarias de R$ 4,89 para R$ 4,49, aliviando a pressão. "Foi um ano difícil, de pouco dinamismo, onde a maioria das empresas apenas conseguiu repassar custos aos clientes, sem apresentar aumento real de faturamento", diz Lauro Valdivia, assessor técnico da NTC&Logística.

Empresas que apresentam crescimento robusto neste ano relatam ganhos de competitividade decorrente de intensificação tecnológica. "Nossa atenção está dedicada à busca de oportunidades para aumentar a produtividade e reduzir custos", diz Osni Roman, presidente da Coopercarga, que conta com uma frota de mais de dois mil veículos para transporte de mercadorias.

A projeção da Coopercarga é faturar R$ 1,45 bilhão em 2022, o que representará um crescimento de 32% em relação ao ano passado. "Por volta de 12% é repasse de custos aos clientes, o restante é crescimento real", afirma Roman. Nos últimos três anos, a Coopercarga privilegiou a adoção de ferramentas tecnológicas para o rastreamento e gerenciamento em tempo real de todas etapas logísticas, do carregamento até a entrega. Os clientes são conectados aos sistemas de gestão e, junto com a equipe da transportadora, podem redefinir em tempo real as rotas e redirecionar a carga, quando necessário. "É a melhora do serviço aos nossos clientes que impulsionou nosso crescimento em 2022", diz Roman.

Sensores e sistemas de telemetria capazes de medir o desempenho de motoristas e veículos também são ferramentas tecnológicas em expansão entre as transportadoras. A Braspress, que projeta um crescimento de 25% em 2022 e faturamento na casa de R$ 2 bilhões, utiliza telemetria em toda sua frota de 2990 veículos, um sistema que passa por atualizações constantes em seus oito anos de implementação.

Na versão atual, a central de controle da companhia em Guarulhos (SP), acompanha em tempo real uma série de indicadores de desempenho, que vão de aceleração e frenagem adequadas dos veículos, o desempenho dos equipamentos, até mesmo a fadiga dos motoristas com câmeras de monitoramento instaladas na cabine, capazes de identificar sonolência e outras ocorrências.

Câmeras também são instaladas nos cavalos mecânicos, capazes de identificar condução inadequada ou riscos no trajeto. A central de controles possui um sistema de alerta e pode contactar os motoristas se necessário. Por outro lado, a empresa investe em qualificação dos motoristas por simuladores de direção.

De acordo com a Braspress, o uso de telemetria e a qualificação da equipe permitiu uma redução de 90% dos acidentes graves envolvendo seus veículos e também proporcionou uma redução de 6,7% no consumo anual de combustíveis. Foram reduzidas ainda as arrancadas e freadas bruscas, e viagens com velocidade inadequada, e o desgaste desnecessários de peças, o que permitiu uma diminuição em 55% os problemas mecânicos dos veículos. "Tudo isso é ganho de eficiência que se traduz em maior competitividade", diz Luiz Carlos Lopes, diretor de operações da Braspress.

PÁGINA 4
ALÉM DO ALUGUEL
Locadoras oferecem desde plataformas de manutenção até soluções de rastreamento de veículos e telemetria.

PÁGINA 7
NAS CIDADES
Controle do transporte público em tempo real permite ação rápida nos engarrafamentos, diz o prefeito Luiz Fernando Machado.



PÁGINA 8
CHEGANDO PELO CÉU
Projeto piloto, em Salvador, Bahia, testa uso de drones para transporte de pequenas mercadorias em trajetos de até 30 km.



PÁGINA 6
NAS RODOVIAS
Concessionárias, que já usam câmeras inteligentes para melhorar fluidez do tráfego, agora vão testar o free flow.

Entregas Veículos elétricos possuem uma pegada de carbono 90% menor daqueles que utilizam diesel

Transportadores e varejo adotam planos para reduzir emissões

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

A redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera alcançou status de prioridade no planejamento estratégico das grandes transportadoras. Elas buscam responder a uma pressão crescente de embarcadores de mercadorias e de seus clientes finais, cada vez mais engajados na pauta da sustentabilidade de suas cadeias de suprimentos. Não à toa. De acordo com a Quarta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), 14,1% das emissões de gases de efeito-estufa (GEE) no Brasil são provenientes do transporte.

Entre as empresas que se dedicam ao transporte urbano de cargas, o avanço da descarbonização ocorre principalmente por meio da substituição de veículos a diesel por frotas elétricas. A DHL Supply Chain chegou ao fim de novembro com uma frota de 81 veículos urbanos de carga (VUCs) elétricos e já adquiriu outros 60 para entrega no primeiro semestre de 2023, totalizando 141 veículos.

Um novo cliente da frota elétrica da DHL é a fabricante de eletrodomésticos Whirlpool, que assinou contrato em novembro. Os VUCs vão abastecer com peças de reposição as 174 assistências técnicas da Whirlpool na Grande São Paulo. Para fazer esse serviço, os veículos rodam em média 92 mil km por ano. O objetivo da eletrificação é evitar a emissão de cerca de 34 toneladas de GEE por ano.

Os veículos elétricos possuem uma pegada de carbono 90% menor que a frota a diesel, quando contabilizada não só a emissão veicular, que é neutra, mas também as emissões provenientes da geração de energia elétrica necessária para abastecer os veículos. Os custos operacionais também são menores, na casa de 60%. Por outro lado, o custo de aquisição de um elétrico é duas e três vezes maior que um modelo idêntico a diesel.

"A operação de um veículo elétrico durante uma vida útil de sete anos chega a ser entre 30% e 40% maior do que um veículo à diesel", diz Solon Barrios, vice-presidente de transportes da DHL. "Só é viável quando o transportador e seus clientes concordam em compartilhar o aumento de custos", afirma.

A relação de embarcadores de mercadorias dispostos a investir em frotas elétricas é crescente, o que demonstra interesse em compartilhar custos com as transportadoras. Nos últimos dois anos, empresas como Ambev, Seara, Friboi, Pepsico, Mercado Livre, Americanas, Danone, Pernambucanas, Natura, Nestlé, Pão de Açúcar, Boticário, Coca-Cola Femsa e Raia-Drograsil anunciaram operações próprias ou terceirizadas com veículos elétricos.

O Magazine Luiza, que soma 8 mil caminhoneiros parceiros que trabalham em sua operação logística, iniciou em 2021 um projeto piloto de eletrificação e hoje conta com 41 VUCs elétricos e a ideia é expandir. "Nós oferecemos um incentivo financeiro para o prestador de serviços", diz Grasiella Nascimento, gerente de transportes da varejista.

Para viabilizar o projeto piloto, o Magalu intermediou a negociação de financiamento da compra dos veículos com um banco, assumiu os riscos financeiros da operação e ofereceu um período mínimo de contrato com os fornecedores que compraram caminhões elétricos.

A descarbonização das frotas que fazem percursos de longa distância é mais lenta. Os veículos elétricos atuais, que possuem autonomia média de 200 km, não são apropriados ao serviço. A alternativa são os caminhões movidos a Gás Natural Veicular (GNV), que apresentam uma redução de emissões entre 20% e 25%, mas chegam a custar o dobro do mesmo modelo a diesel. Ainda são poucas as empresas que apostam no combustível, um exemplo é a Coopercarga, que soma 30 carretas GNV, que faz rotas para clientes específicos.

As transportadoras, no entanto, estão pressionadas pela entrada em vigor em 2023 da nova etapa do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve-8), que estabelece que todos os caminhões novos deverão chegar ao mercado equipados com motores modernos e menos poluentes, no padrão denominado Euro VI, em vigor na União Europeia desde 2014, e os veículos antigos deverão ser modernizados com novos sistemas de injeção e de tratamento de gases de escape.

A norma é um problema para a maioria dos caminhoneiros independentes e gestores de pequenas frotas. No país, a idade média dos veículos supera dez anos. As grades empresas do setor, que investem em renovação constante de suas frotas, já se prepararam para a nova realidade.

Na Ghelere, que administra 268 carretas, a idade média da frota é de três anos. Atualmente, apenas onze veículos não estão aptos às normas do Proconve-8. "Em 2023 todos caminhões atenderão a norma, renovamos constantemente a frota", diz o diretor executivo, Eduardo Ghelere.

A transportadora também investe em inovações tecnológicas capazes de reduzir o consumo de combustíveis e as emissões. A empresa está testando um diesel aditivado capaz de aumentar em 2,9% a eficiência da frota. Já instalou placas solares sobre os veículos capazes de abastecer as baterias. A medida, além de dobrar a vida útil das baterias, reduz o consumo de diesel. A empresa também está instalando sensores nos pneus que geram informações a cada cinco minutos sobre calibragem. A calibragem correta diminui o desgaste e permite uma economia equivalente a um pneu por ano por carreta, e também reduz o consumo de combustível.

Em parceria com a startup Kers, a transportadora planeja lançar no mercado em 2023 um kit de eletrificação que pretende tornar híbridos os caminhões pesados. "Os testes que realizamos indicam que uma carreta que roda 4 km por litro, com o sistema híbrido chega a rodar 7 km por litro, e reduz proporcionalmente as emissões de CO_2", diz Ghelere. *(DZ)*

DIVULGAÇÃO



Solon Barrios, vice-presidente de transportes da DHL: viabilidade depende de compartilhamento de custos

Pacotes de conectividade avaliam o caminhão e o motorista

Vladimir Goitia
Para o Valor, de São Paulo

As principais montadoras de caminhões do país estão investindo recursos vultosos em sustentabilidade e no desenvolvimento de dispositivos e soluções para aumentar o nível de conectividade entre responsáveis por frotas e seus veículos pesados. As tecnologias se complementam e vão muito além de dispositivos que permitem a localização dos veículos em tempo real. Há coleta e análise de dados dos caminhões e também da condução pelo motorista. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a redução de emissões e operações mais produtivas estão entre os principais objetivos dos ciclos atuais de investimento. "A digitalização e a conectividade são fundamentais para a eficiência do transporte e a sua sustentabilidade", diz Gustavo Bonini, vice-presidente da entidade.

Com foco em eficiência energética e conectividade, a Scania investiu R$ 2,6 bilhões entre 2016 e 2020 no lançamento de uma nova geração de caminhões, modernização de sua fábrica, lançamento de uma linha a gás e na preparação de produtos para a nova lei de emissões Proconve -8/Euro VI, que exige que veículos com motores diesel combinem sistemas de redução de poluentes. Para 2021 a 2024, o investimento da Scania no país é estimado em R$ 1,4 bilhão.

"Os caminhões da nova geração vendidos no país alcançaram a marca de 1 milhão de toneladas de CO_2 não emitidas nos últimos três anos, fruto da economia desses veículos e do desempenho dos motoristas acompanhado pelos pacotes de conectividade da Scania", informa Alex Nucci, diretor de vendas de soluções de transporte da montadora.

Entre 2024 e 2025, caminhões elétricos que vem sendo comercializados na Europa podem chegar ao Brasil. Dependerá, contudo, da maturidade do mercado nacional. Outra aposta são veículos autônomos, também em teste na Europa.

Para a conectividade, a montadora desenvolveu a Ferramenta de Inteligência de Frotas (FIT), com a qual é possível mensurar o potencial de economia no consumo de combustível levando em conta até o preço do diesel, além de avaliar a situação atual de cada veículo. "A FIT funciona com base nos dados operacionais de milhares de veículos conectados da marca, mede o desempenho da frota e o compara a dados de operações similares para avaliar, por exemplo, o estilo de condução", diz Nucci.

A Volvo é outra montadora cujos sistemas não oferecem apenas dados de condução e parâmetros de consumo de seus caminhões, mas também informações sobre a variação de nível de combustível, velocidade máxima e média, rotação de marcha, faixa econômica, média de consumo de combustível, tempo de uso do piloto automático e acompanhamento do histórico de manutenção do veículo, além do monitoramento de sua localização em tempo real.

"O acesso pode ser feito de qualquer smartphone ou computador, sem qualquer tipo de interface ou adaptação no veículo, já que se trata de uma tecnologia de fábrica", explica Carlos Banzzatto, gerente executivo de serviços da Volvo. Segundo ele, mais de 100 mil caminhões da Volvo em circulação na América Latina estão conectados.

A marca também está em uma jornada de descarbonização, informa o executivo. "Até 2030, a Volvo tem como meta reduzir em 50% as emissões de gases de efeito-estufa de seus caminhões e em 100% até 2040. No Brasil, acabamos de lançar as novas linhas de caminhões para atender a nova regulamentação Euro VI/Proconve-8, com importante redução nas emissões", diz Banzzatto.

A Volvo, informa, apresentou em novembro no país o caminhão 100% elétrico, com zero emissões, para operações de distribuição urbana e regional de até 300 km. Ainda sem data para comercialização no Brasil, o modelo iniciará testes de operação no país em 2023. "Na Europa, a Volvo oferece caminhões elétricos desde 2019, sendo líder de mercado nessa tecnologia", diz Banzatto.

"A descarbonização, bandeira da Anfavea e do setor automotivo, em especial de veículos pesados, tem como meta reduzir o consumo de combustível, usar cada vez mais combustíveis renováveis e eletrificação, além de telemetria e a gestão de frotas", diz Bonini, da Anfavea.

DIVULGAÇÃO



Dênis Santos de Paula, CCO da WebRota: checklist para todo tipo de vistoria

Startups fazem check-up on-line de veículos

De São Paulo

O uso de novas tecnologias, considerado fator decisivo para marcar a diferença entre empresas que prestam serviços de transporte de carga em um mercado altamente competitivo, vem se expandindo no país, mas ainda está restrito a players de grande porte. Estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), divulgado em meados do ano, aponta que apenas 20% das transportadoras do país contam com softwares, funcionalidades tecnológicas ou plataformas de gestão integradas.

Startups que desenvolvem soluções e inteligência artificial (IA) para a automação de frotas acreditam que o espaço nesse mercado é maior do que os 80% restantes. Para elas, 90% das empresas que trabalham com logística e transporte estão ainda na fase de planilhas, papéis e caneta. "Isso explica por quê o tomate custa tão caro. Há ainda muita ineficiência", diz Bruno Pelikan, CEO da Rabbot, startup que investiu R$ 20 milhões na sua plataforma e vai aplicar mais R$ 100 milhões nos próximos dois anos em novas soluções que permitam gerar ainda mais eficiência operacional.

"Não se trata apenas de gestão de frota, termo que precisa ser redefinido, mas de gestão operacional de ativos que precisam gerar eficiência de escala para as empresas que prestam esse tipo de serviços", afirma Pelikan. Para ele, gerar clareza operacional exige coleta correta de dados, organização dessas informações e otimização delas. "Uma coisa é você administrar um, dez, vinte veículos. Outra é ter uma frota de 500 ou mil veículos. A maior parte das empresas gasta mais tempo pensando no que fazer e olhando o vai que acontecer do que em fazer de fato", diz.

A plataforma da Rabbot, segundo Pelikan, permite, entre outras soluções, a localização do veículo e o checklist de chegada e saída dele da garagem. Conta ainda com ferramentas de conferência com uso de QR Code. "Quando um caminhão passa pela guarita, é possível saber o que esse veículo precisa. Os robôs criados pelos próprios clientes na nossa plataforma tomam a decisão. Ora para trocar apenas uma lâmpada, ora para acertar um pneu antes de ele sair de novo. Ou seja, em vez de o veículo ir à oficina, a Rabbot faz a oficina ir até o veículo", explica o CEO da Rabbot.

"Quando começamos, a plataforma tinha apenas quatro aplicações. Hoje são mais de mil, que foram criadas pelos nossos clientes", informa. A Rabbot conta hoje com mais de 18 mil prestadores de serviço (do fornecedor de peças ao borracheiro, do guincho ao mecânico) e o gerenciamento mensal de mais de quase 4 milhões de ativos (veículos que possuem rodas). Pelikan calcula que o ganho para as empresas é de alguns dígitos. "Para cada R$ 1 investido pelas companhias na plataforma, em média elas ganham dez vezes mais", diz. Porto Seguro, Uber, além de empresas do setor de logística como SADA e Tegma, entre outras, usam a plataforma da Rabbo t, segundo o executivo.

A WebRota, outra empresa de tecnologia e de soluções integradas em gestão de frotas, disponibiliza hoje doze soluções para esse mercado, que vão desde o rastreamento de veículos e cargas e gestão de rotas e multas, até o uso de telemetria para detectar sinais de fadiga do motorista. Dênis Santos de Paula, CCO e sócio fundador, explica que essas ferramentas atraíram clientes como a Coca-Cola, Itaipava, Crystal e Império, além de revendedoras de maquinas agrícolas como a John Deere, New Holland, Case e LS Tractor, entre outras. Nos últimos três anos, a empresa cresceu 380%.

"Ao longo de dez anos de existência, desenvolvemos soluções que têm o propósito de otimizar o uso da frota com controle, praticidade e segurança", diz Santos de Paula. Nos últimos 12 meses, conta, a WebRota lançou uma plataforma de checklist digital que pode ser usada para qualquer tipo de vistoria que operações empresariais exigem, desde uma vistoria do veículo, carga, pneu, processos internos e externos até atividades e controle de ativos.

A WebRota, informa, investiu mais de R$ 20 milhões no desenvolvimento e inovação dessas soluções. Para 2023, a empresa programou investir mais de R$ 1,5 milhão apenas em P&D. O executivo conta que as soluções da WebRota têm permitido ganhos significativos nas operações logísticas das empresas, tanto em aumento de produtividade, controle e segurança, como em questões econômicas.

"Com base nos dados colhidos por nossa consultoria, antes e depois das implantações, temos índices alcançados extremamente relevantes. Entre eles, uma redução de 19% no desgaste e depreciação dos veículos, queda de 18% no consumo de combustível e de 23% em infrações de trânsito", lista o executivo. A lista contempla também um ganho médio de 38% de economia de tempo e rotas otimizadas e 42% de aumento de produtividade. *(VG)*

Negócios Empresas oferecem ampla gama de serviços para terceiros

Locadora oferta gestão, manutenção e rastreamento



GERMANO LUDERS/DIVULGAÇÃO

Jamyl Jarrus, diretor comercial da Movida: inteligência de mercado e tecnologia para aumentar o nível dos serviços prestados e otimizar custos

Lourdes Rodrigues
Para o Valor, de São Paulo

As "antigas" locadoras de automóveis têm aumentado investimentos em tecnologias de gestão de frota, segmento que ganhou peso nos negócios e tem respondido por uma parcela expressiva dos seus lucros. Seja nos serviços oferecidos para outras empresas ou para pessoas físicas, elas disponibilizam desde plataformas de manutenção até soluções de rastreamento e telemetria, além de incentivar a descarbonização das frotas.

A Unidas, combinação da Ouro Verde e da própria Unidas, oferece soluções para locação de veículos leves, caminhões, máquinas e equipamentos, para pessoa física e empresas, além de serviço de gestão de frota, — nesse caso somente para a frota própria locada para empresas. A Unidas Frotas, segmento de gestão e terceirização de frotas, que não inclui "rent a car", teve lucro líquido de R$ 87,5 milhões nos primeiros nove meses do ano, alta de 93,5% em relação a igual período de 2021. A frota da empresa tem 90 mil ativos entre carros, caminhões, máquinas e equipamentos. "A expansão da frota é resultado de investimentos de R$ 500 milhões realizados no terceiro trimestre deste ano", diz o diretor executivo de operações da Unidas, Alexandre Rodrigues.

Para alcançar esses resultados, Rodrigues diz que a empresa tem a tecnologia como base, e a telemetria, que gera relatórios de monitoramento de cada veículo, é chave. "Temos na inteligência artificial uma grande aliada, pois ela permite interligar os dados que a telemetria oferece a um sistema em nossa base de dados, na nuvem." A Unidas investe ainda em equipamentos elétricos, movidos a gás e outros tipos de combustíveis sustentáveis, com foco na meta ESG, de ter 10% da frota movida a energia limpa até 2026.

Com receita líquida de R$ 2,6 bilhões no terceiro trimestre, alta de 66,1% em relação ao mesmo período do ano passado, a Movida tem 213 mil veículos em sua frota, sendo 105 mil em "rent a car" (RAC) e 108 mil em gestão e terceirização de frota (GTF). "No segmento GTF, responsável por atender frotas corporativas em contratos de longo prazo, os serviços incluem consultoria de dimensionamento, aquisição, locação, manutenção e substituição de frota, suporte e relatórios gerenciais, apoio em documentação, tecnologias [telemetria] e facilidades diversas", diz o vice-presidente comercial de longo prazo, Felipe Camargo Zogbi.

Já no segmento "rent a car", há um investimento crescente na eletrificação da frota, que tem mais de mil veículos híbridos para locação. No terceiro trimestre de 2022, a Movida lançou a marca SAT, que atua na operação de rastreadores e serviços de assistência. "A iniciativa envolve inteligência de mercado e tecnologia para aumentar o nível dos serviços prestados e otimizar custos. Investimos na evolução dos sistemas de monitoramento dos carros conectados e na operação de uma rede própria para assistência 24 horas", diz o diretor comercial da Movida, Jamyl Jarrus.

A Localiza, rebatizada de Localiza&CO, por sua vez, oferece para pessoas físicas desde aluguel de carros até carro por assinatura, além da venda de seminovos e o recém-lançado Localiza+, plataforma de soluções para a gestão do carro próprio. A empresa também tem soluções para empresas, como a terceirização de frotas.

"Em nossa gestão, priorizamos o cliente no centro das decisões do negócio e para isso, oferecemos uma solução personalizada, alicerçada em inovação e tecnologia, pilares essenciais para entregar uma experiência de excelência ao cliente", diz o diretor executivo de gestão de frotas da Localiza&CO, Breno Davis.

Assim como suas concorrentes, a Localiza faz uso de tecnologias, como a telemetria. "Temos hoje mais de 1,2 milhão de carros conectados por meio da nossa frente de telemetria", diz Davis. Há ainda um aplicativo de acompanhamento em tempo real da frota, ferramenta #meucarro — direcionada para os motoristas da frota com dados relacionados a seu veículo. "Contamos com um sistema para controle de frota Localiza, o Sofit, e nele consolidamos todos os dados da gestão de frotas, digitalizamos processos e fornecemos informações estruturadas para a tomada de decisão, com foco na redução de custos e no aumento da segurança do condutor."

As receitas líquidas dos negócios de aluguel de carros e gestão de frotas aumentaram 30,7% e 52,6% respectivamente no terceiro trimestre de 2022, comparado a igual período do ano passado. O lucro líquido ajustado no período foi de R$ 682 milhões, queda de 27% em relação ao terceiro trimestre do ano passado, refletindo o aumento na depreciação de carros e das despesas financeiras líquidas.

Aos poucos, montadoras incluem serviços no cardápio

Leda Rosa
Para o Valor, de São Paulo

Conquistar os grandes clientes com um cardápio cada vez maior de serviços é a estratégia das montadoras para aumentar sua presença no nicho da gestão de frotas. Toyota e Renault são alguns dos fabricantes de automóveis de passageiros que vêm investindo, ano a ano, para que locadoras, empresas de grande porte e clientes diretos que optam pelo modelo de assinatura disponham de segurança e comodidade.

Na Toyota, tudo o que envolve a gestão das frotas corporativas fica a cargo da Kinto One Fleet, que instala dispositivos de rastreamento e telemetria que medem consumo de combustível, localização de veículo, bloqueio de motor, histórico de manutenção, aviso de eventuais erros e problemas de sistema.

A divisão também gerencia ferramentas e relatórios para a administração da frota e customização dos veículos, cuida de toda documentação do veículo, seguro (total ou contra terceiros), gestão de multas, manutenção preventiva e/ou corretiva, logística e troca de pneus. Ainda oferece assistência e central de atendimento 24 horas.

Disponível no Brasil há pouco mais de dois anos, o Kinto, nas versões para pessoas jurídicas e físicas, tem papel fundamental na estratégia mundial da Toyota na oferta e ampliação dos serviços de mobilidade. É o principal negócio da divisão dentro dos mais de 40 países onde opera com diferentes serviços. Em gestão de frota, a montadora tem hoje mais de 200 mil veículos na operação global.

"O One Fleet, especificamente, segue em franco crescimento, graças ao forte potencial do mercado brasileiro. Muitas empresas têm migrado para o modelo de terceirização de frota, e hoje o serviço conta com mais de 2 mil clientes na carteira e mais de 5 mil carros entregues", diz Roger Armellini, diretor comercial da Kinto e diretor de mobilidade da Toyota para América Latina e Caribe. Até 2023, ela planeja ingressar em seis novos mercados na América Latina

A lista de clientes frotistas inclui segmentos como energia, mineração, agropecuária, farmácia, alimentação e saúde. Nas frotas corporativas, o modelo mais alugado é o Yaris Hatch, bastante procurado pelo setor de serviços. Na versão XL Live, o contrato de um ano com limite de quilometragem de 1.000 km mensais custa R$ 1.875/mês.

Para a expansão é vital responder às novas necessidades dos clientes em uma sociedade que vive profundas transformações. "Contamos com opções de veículos híbridos Toyota e Lexus [marca de luxo da montadora]. A eletrificação de portfólio e a preocupação com a descarbonização são premissas da empresa para entregar soluções sustentáveis. Acreditamos que a mobilidade pode ser e será cada vez mais sustentável, e defendemos que os híbridos sejam a porta de entrada", diz Armellini.

A Toyota oferece ainda outros dois serviços no Brasil: Kinto Share (aluguel e compartilhamento de veículos por horas, dias e até um mês) e Kinto One Personal (assinatura de veículos zero e seminovos). Para 2023, a meta da montadora é dobrar a quantidade de carros para locação. Hoje, são 6.500 unidades em operação no Brasil. Outro objetivo é oferecer o aluguel fora da rede Toyota, como já acontece em condomínios residenciais, drogarias e aeroportos. Ainda este mês, a montadora inaugura uma estação Share, de compartilhamento e aluguel, próximo ao Porto de Santos, no litoral paulista.

Na Renault On Demand, divisão responsável pela gestão de frotas e oferecida no país desde 2021, todos os veículos são entregues com sistema de rastreamento ativo, com foco na segurança do motorista, além de itens essenciais para gerenciar a frota, como o acompanhamento dos fluxos de entrega e devolução dos veículos, monitoramento do uso mensal por km rodado, troca de pneus e geolocalização de risco, que permite comunicação quando em zona de risco.

"Quando falamos do carro por assinatura, um ponto importante para o gerenciamento da frota é a forma que as manutenções preventivas, corretivas e trocas de pneus são realizadas. Aliamos as informações fornecidas pelo rastreador com o atendimento e a realização dos serviços em toda a rede de concessionárias Renault no Brasil", diz Giovani Paulini, gerente geral gerente geral de serviços Mobilize.

Com oferta de assinatura e gestão de frotas em países como Itália, Espanha e França, a Renault On Demand investe em parcerias como a que firmou com a VDO, marca do grupo Continental, para o fornecimento de rastreadores e sistema de gestão de frota FTS (Fleet Tracking Service) no serviço de assinatura, terceirização de frotas e veículo financiado.

Agro gira 1 bilhão de toneladas em operações multimodais



DIVULGAÇÃO

Andrea Ramos, da Brado Logística: eficiência e redução nas emissões de CO_2

Carlos Raíces
Para o Valor, de São Paulo

O crescimento do agronegócio tem feito do setor um dos mais importantes clientes da cadeia de transporte e logística do país, com operações multimodais que movimentam mais de 1 bilhão de toneladas por ano entre grãos, animais, alimentos, insumos, máquinas e implementos, biocombustíveis, fertilizantes e defensivos, segundo estudos do Grupo de Pesquisa em Logística, da Esalq/USP.

As características do setor têm exigido das empresas frotas adaptadas, com o desenvolvimento de soluções específicas. É o caso da JBS, maior frigorífico nacional, dono de marcas como Friboi e Seara. A empresa desenvolveu, em parceria com a Unesp, uma plataforma especial para carregamento de animais vivos em caminhões boiadeiros próprios, de forma a oferecer maior conforto e redução de estresse aos animais. Os veículos contam ainda com câmeras que monitoram todas as atividades do gado no caminhão. A tecnologia acabou por gerar um novo negócio: pecuaristas passaram a contratar a empresa para o transporte de gado magro até as fazendas de engorda, diz Ricardo Gelain, diretor executivo da JBS Transportadora.

Em 2023, caminhões desenhados para o transporte de aves e suínos vivos entram em operação. Outro investimento está no monitoramento das carretas e contêineres frigoríficos que transportam carnes. Um sistema de controle da temperatura via satélite, por meio de QR Code, tem oferecido maior precisão e a redução de 15 toneladas de resíduos por ano, com a substituição de termógrafos plásticos e redução do uso de papel. Com 1.300 conjuntos de cavalo e carreta, a transportadora do grupo movimenta 70% do volume da marca Friboi e de 20% a 30% das demais marcas do grupo, sendo a diferença embarcada por terceiros.

Com forte presença no transporte florestal para papel e celulose, a JSL, uma das dez maiores transportadoras do país, tem investido em telemetria e softwares de gestão para otimizar o processo, o que permite ganhos de 15% a 20% nos custos de transporte. Com 3 mil caminhões rodando, muitos deles superpesados, com cargas de 75 toneladas, o maior gargalo está nas condições das estradas, em especial as sem pavimentação no Centro-Oeste. A logística, que trabalha com alteração das rotas de acordo com as áreas de corte, muitas vezes precisa recalcular os trajetos por conta dos efeitos da chuva, conta Ramon Alcaraz, CEO da JSL. "É um processo dinâmico e temos investido em tecnologia para ganhar eficiência", completa.

A empresa também tem presença nos segmentos de etanol, adubos e fertilizantes, e vai faturar R$ 2 bilhões no segmento do agronegócio, resultado 30% superior a 2021. A JSL não revela o cliente, mas acaba de firmar contrato de R$ 1,5 bilhão por 60 meses na área florestal.

De olho em soluções multimodais, outro gargalo do setor, a Brado Logística tem investido na movimentação de contêineres por ferrovias para reduzir custos e dar maior eficiência e sustentabilidade ao processo. Com 110 mil contêineres transportados este ano, 90% com produtos agrícolas, vai faturar R$ 332 milhões. A empresa detém 27% do share de algodão exportado, a maioria produzida no Mato Grosso, além de proteína animal, açúcar e grãos.

A operação por trilhos, diz Andrea Ramos, diretora comercial da Brado, garante uma economia ao redor de 10% nos custos de logística. Tão importante quanto é que o modal se mostra como solução para os compromissos ambientais. "Muitos clientes estão optando [pelo sistema ferroviário] pela eficiência e redução na emissão de CO_2", afirma Ramos.

Associada à Rumo Logística, a Brado avança suas operações para Goiás, Bahia, Maranhão e os portos do Arco Norte com a inauguração de novos trechos, como os da ferrovia Norte-Sul. Para se consolidar no agronegócio, investiu R$ 8 milhões em pontes rolantes para enchimento dos contêineres no terminal de Rondonópolis, volume que se soma aos R$ 375 milhões aportados em material rodante entre 2018 e 2022.

Outra empresa que cresce com o avanço do agronegócio é a Coopercarga que abriu, neste ano, uma unidade negócios para atender de forma mais estruturada o setor. Com sede em Santa Catarina, está presente no transporte de máquinas e implementos agrícolas do Sul para o Centro-Oeste, fazendo o frete de retorno com grãos. A área representa 12% dos R$ 100 milhões faturados anualmente. Com frota de 2 mil veículos entre caminhões próprios e agregados, investe ao redor R$ 60 milhões em tecnologia embarcada e novos veículos a cada ano, diz o gerente de operações de agronegócio, Diego Fiametti. Para agregar valor, a empresa opera com armazenagem e distribuição de alimentos, além da logística em terminais portuários.



\ A WEBSÉRIE QUE VAI DEIXAR SEU CAMINHO MAIS SEGURO.



Você já parou pra pensar qual o impacto da colisão de um veículo a 90km/h em seus ocupantes que não estejam com cinto de segurança?

Você pode saber mais sobre esse e outros temas assistindo "Epidemia da distração: quanto vale a vida?", uma websérie da CCR sobre segurança no trânsito. São nove episódios com foco em hábitos e distrações que podem provocar acidentes.

A gente vai com segurança.

E VC, COMO VC VAI?



Confira a websérie:





Rodovias Aparato tecnológico para dar fluidez e segurança ao tráfego inclui drones e câmeras de monitoramento

Empresas ensaiam fim das praças de pedágio

Rose Crespo
Para o Valor, de São Paulo

As concessionárias lançam mão de um aparato tecnológico para aumentar a eficiência do sistema, garantir fluidez do tráfego, minimizar e até evitar congestionamentos e filas nos pedágios, além de garantir a segurança dos usuários nas rodovias. Drones de monitoramento, inteligência artificial, gêmeos virtuais, free flow, além de câmeras inteligentes estão entre as tecnologias em uso ou estudo.

A adoção de novas tecnologias é um item indispensável nos contratos do Programa de Concessões de São Paulo, onde estão as 16 melhores rodovias do país, entre as 20 classificadas pela pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) de 2021. "Acompanhamos de perto a evolução e os novos contratos devem atendê-la. Também monitoramos esses investimentos", diz Lincoln Seiji Otsuichi, especialista em regulação de transporte da Agência de Transporte Rodoviário do Estado de São Paulo (Artesp), que fiscaliza 11,1 mil km de rodovias concedidas.

A malha já oferece perto de 3 mil câmeras de monitoramento, boa parte com sistema de análise inteligente de vídeo, mas a tendência é que os novos projetos tenham inteligência artificial embarcada. "O sistema pode acionar serviços sem depender da intervenção humana", diz o especialista da Artesp.

"No futuro próximo, será possível inspecionar o tráfego e a infraestrutura, por meio de drones e fazer análises de imagens por meio de inteligência artificial, para identificar desde incidentes e objetos na pista até a contagem de tráfego, por exemplo", afirma Afranio Spolador, diretor de tecnologia da EcoRodovias. O grupo atua em infraestrutura e logística intermodal no país e investiu mais de R$ 10 milhões em inovação nos últimos dez anos.



DIVULGAÇÃO

Centro de monitoramento da CCR: empresa gasta quase R$ 1 bilhão por ano para a gestão de sua área de operações, onde trabalham 10 mil profissionais

O sistema atual de inspeção já envolve drones, cada vez mais disseminados, e equipamentos dos sistemas analisadores de tráfego (SATs), que verificam quantidade de veículos, classificação por tipo etc. Para comunicar emergências, os usuários já podem se usar o WhatsApp ou recorrer aos mais de 8 mil callboxes ou totens. "Mesmo sem um pacote de dados, a pessoa pode pedir ajuda", diz Spolador.

Nos três túneis da pista de descida da Imigrantes, administrada pela Ecovias, a empresa substituiu o sistema de detecção automática por uma plataforma mais moderna de rede neural, que permite identificar mais de 80 objetos na pista ou proximidades. "O sistema pode aprender novos objetos e cenários, aprimorando a análise e detecção. A ideia é expandir para outros pontos", diz Spolador.

Sobre o modelo de cobrança pelo uso de rodovias, uma das tendências que ganha espaço é o "free flow", sistema sem as praças de pedágio. "O pagamento é proporcional à quantidade de quilômetros rodados. O principal objetivo é cobrar de forma igualitária todos os que utilizam as vias", afirma Alexandre Honorato Fontes, superintendente de operações da Veloe.

As tags combinam tecnologias de identificação a partir de câmeras OCR e antenas eletrônicas que reconhecem os veículos pela tag ou placa. A Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade (Abepam) recentemente apresentou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) um estudo para sua instalação no Brasil, focado nas tags como modelo principal.

A CCR, empresa de concessão de infraestrutura e mobilidade da América Latina, pretende instalar o sistema de "free flow" no trecho Rio-SP da BR-101, entre Ubatuba e Rio de Janeiro, a partir de março de 2023. A ideia é expandi-lo para outras estradas até 2025. O sistema está em testes na Rodovia Ayrton Senna, do grupo EcoRodovias.

Mais do que melhorar a estrutura já existente, as concessionárias olham para o futuro. "Temos um laboratório de inovação em Jundiaí (SP) e uma área de novos negócios. A concessionária é pioneira em avaliar o pagamento da tarifa no seu aplicativo", diz Fausto Camilotti, diretor de operações da CCR. A empresa gasta quase R$ 1 bilhão por ano para a gestão de sua área de operações, com um "exército" de 10 mil profissionais. O resultado é a segurança: redução de 90% no índice de mortalidade e de 64% no total de acidentes de 1996 até o primeiro semestre de 2022, segundo a concessionária .

A CCR aposta ainda em inovações como robôs teleguiados, responsáveis pela manutenção da área verde no Rodoanel e na Via Oeste. Na ViaSul, o grupo aposta em usinas fotovoltaicas para a produção de energia limpa para garantir a iluminação pública ao longo de sua malha rodoviária. "Já conseguimos reduzir quase metade do consumo da energia elétrica nesses pontos", diz Camilotti.

O avanço do 5G deverá ampliar as estradas conectadas com aplicações ainda mais eficientes. As tecnologias Cat-M e NBiOT (Narrow Band) do 4G são mais acessíveis, pois apresentam cobertura maior e os dispositivos consomem menos bateria. "Avança o uso de tecnologias embarcadas nos veículos de transporte, para garantir a segurança do condutor, como inteligência artificial, por exemplo", explica Eduardo Polidoro, diretor de IoT da Claro/Embratel.

Outra tecnologia é a 3DExperience, plataforma com ferramentas para planejamento colaborativo e gerenciamento de dados, processos e pessoas. Conhecida como "gêmeos virtuais", ela permite criar réplicas para simular as características de uma rodovia. "Ainda não temos rodovias que usam a tecnologia, mas já temos interessadas porque a gestão inteligente é o que vai garantir o sucesso do negócio e a satisfação dos clientes", diz Luis Kondo, diretor da Dassault Systèmes para a América Latina.

Inteligência artificial e IoT ajudam na proteção contra roubo de cargas

Michel Alecrim
Para o Valor, do Rio

Depois do triste recorde de 2017, quando foram registrados 25.950 casos de roubo de carga no país, esse tipo de crime dá sinais de estabilização em um patamar mais baixo. Segundo levantamentos da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), nos dois primeiros anos da década atual houve em média 14.275 ocorrências. Apesar de o número ainda ser elevado e significar média diária de quase 40 casos, as estatísticas já refletem os pesados investimentos das empresas em prevenção e segurança. Dependendo do valor carga, compensa empregar a mais moderna tecnologia de monitoramento, incluindo inteligência artificial, sensores e até drones, entre outros recursos, para acompanhar o transporte.

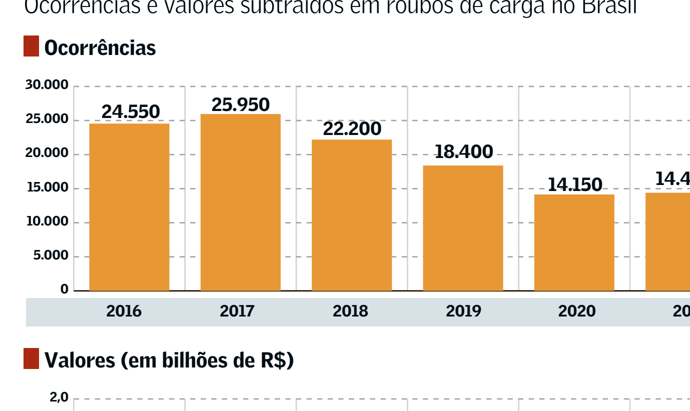
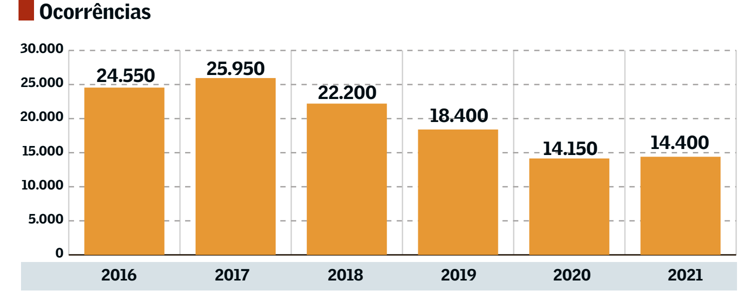
A busca por soluções tecnológicas que tragam mais segurança ao transporte de carga tem estimulado a contratação de empresas especializadas, que viraram aliadas fundamentais da cadeia logística. Uma delas é a green4T, capaz de equipar caminhões com modernos recursos de internet das coisas (IoT) que, associados a datacenter, softwares de IA e sistemas de gestão integrada, permitem detectar qualquer movimentação suspeita e gerar respostas do seu centro de comando e controle. A unidade está sempre em conexão com os órgãos de segurança.

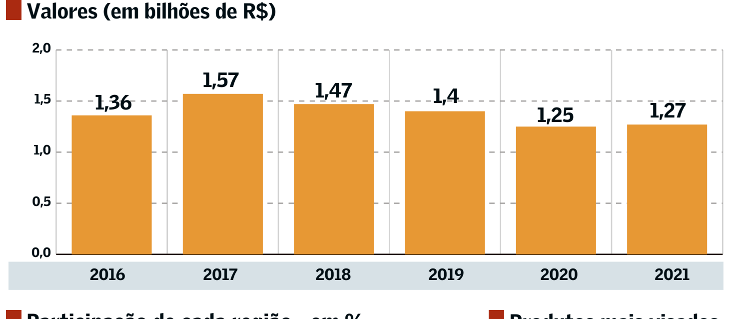
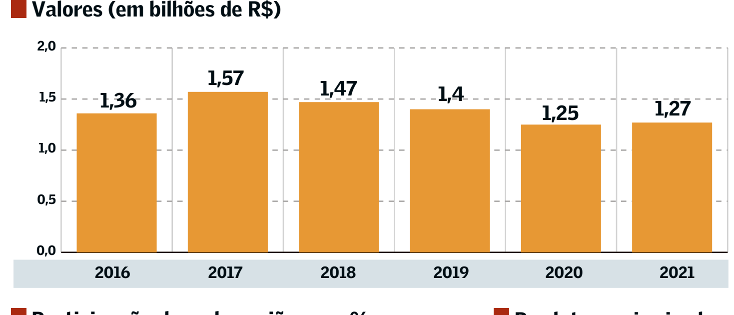
"Sensores nas cargas ou caminhões também permitem rastreálos e não perder suas localizações. É possível usar telemetria para rastreamento de rotas e localização em tempo real por meio de GPS, o que já é largamente utilizado no mercado", diz Márcio Martin, vice-presidente Latam da green4T.

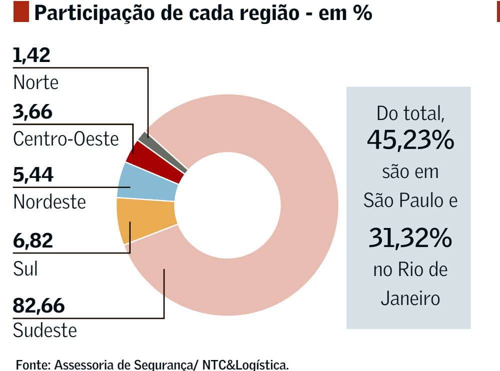
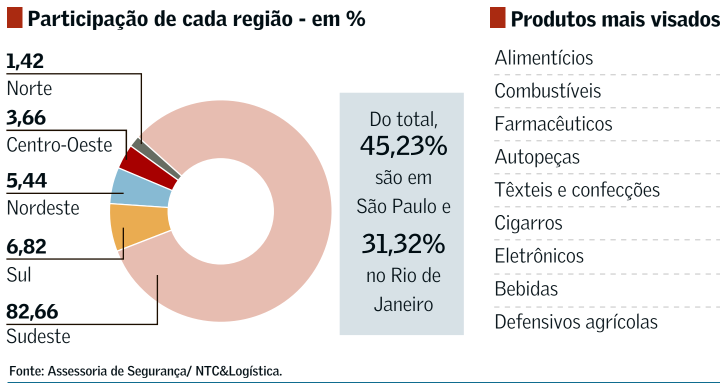
A empresa tem como obstáculo o fato de os recursos de telecomunicações não terem a mesma eficiência em todos os lugares. Por isso, vale utilizar todo tipo de conexão: LoRaWAN (tecnologia de rede para grandes áreas), Bluetooth Low Energy (BLE), LTE (padrão de rede de comunicação móvel) e Zigbee (padrão de comunicação para IoT). Joyce Bessa, head de gestão estratégica, finanças e pessoas na TransJordano, também afirma que as "sombras" na conexão não são empecilho para o monitoramento e a tecnologia acabou zerando os roubos na sua frota.

Insegurança nas estradas

Ocorrências e valores subtraídos em roubos de carga no Brasil

Fonte: Assessoria de Segurança/ NTC&Logística.

Os caminhões da empresa levam quatro câmeras acopladas, ideia que surgiu como medida de prevenção contra acidentes e controle de qualidade, mas logo se mostrou útil contra roubos. Isso porque as imagens são analisadas por um sistema de inteligência artificial que alerta quando há qualquer falta de conformidade, como a aproximação de uma pessoa estranha ou desvio de rota. O equipamento permite reconhecimento facial de colaboradores.

"Fizemos um teste numa operação entre Santos e São Paulo, medimos os resultados e colocamos logo na frota toda. E não temos tido problema com o sinal. Se não há sinal de satélite, a câmera continua rodando e quando retoma a conexão o sistema lê todas as imagens."

O uso de softwares e o acesso a banco de dados permite às empresas identificarem em tempo real a aproximação de veículos suspeitos. No sistema da Avantia, carros roubados ou com placas frias são logo reconhecidos e a central de operações recebe o alerta. Drones também auxiliam, por meio da varredura que fazem na rota dos caminhões, permitindo uma avaliação de risco até um km à frente. Esse recurso possibilita que o operador veja se há armadilha ou barreira, por exemplo.

"Um sistema dentro do veículo equivale a uma caixa preta, contendo uma série de informações, como a localização e qualquer movimento que apresente uma não conformidade, como uma freada brusca", diz Bruno Carvalho, diretor comercial da Avantia.

Além de tecnologia da informação, o setor de logística tem recorrido a outras formas de inovação para se prevenir contra roubos. A Korsa está começando a energizar cargas mais caras e visadas. É um recurso que tende a ser eficaz até se a quadrilha pensar em trocar de veículo na ação. Também recorre a motolinks, que são motoqueiros disfarçados que seriam mais eficazes que as tradicionais escoltas. "Muitas vezes a escolta serve mais para chamar a atenção sobre o valor da carga", ressalta James Theodoro, CEO da Korsa.

Como o crime tende a se sofisticar, as soluções de segurança também precisam evoluir. Empresa do grupo Michelin, a Sascar conta até com equipamento que evita que as quadrilhas interrompam a conexão com os caminhões usando bloqueadores de sinal. Outra novidade é o uso de sensores disfarçados no meio da carga, que permitem a localização mesmo após as ocorrências. Com isso, de uma média de 500 roubos por ano, ela consegue recuperar 92% do que é levado.

"A tecnologia é importante e precisamos de inovações constantes, mas a eficiência só é alcançada graças à agilidade e à pronta resposta. Contamos com uma rede de mais de 12 mil bases espalhadas pelo Brasil para o apoio", ressalta Boanerges Neto, COO da Sascar.

Aumento de custos eleva franquia do seguro frota

Denise Bueno
Para o Valor, de São Paulo

O seguro para frotas de automóveis, caminhões e ônibus enfrenta um ano desafiador, com reajustes de preços e franquias acima de 30%. Mozart Silva, superintendente de auto frota da Porto Seguro, conta que o segmento passa por uma instabilidade, impactado principalmente pela crise de suprimentos e a supervalorização dos carros novos e seminovos. "Podemos até considerar que o aumento foi mais intenso em frotas do que no seguro individual, em função das características dos veículos como, por exemplo, caminhões."

O seguro frota é contabilizado nas estatísticas do seguro automóvel e representou cerca de 20% das vendas de R$ 41,3 bilhões de janeiro a outubro, alta de 34% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da CNseg, a confederação nacional das seguradoras. Já as indenizações avançaram 40%, para R$ 25,4 bilhões.

Na Porto, a modalidade frotas responde por 25% da venda da carteira de veículos, sendo composta por 64% de automóveis, 3% de ônibus e 33% de caminhões. A carteira de frotas avançou cerca de 10% em bens segurados no terceiro trimestre e cerca de 45% em volume, o que sinaliza forte reajuste de preços. "O crescimento está relacionado à economia e comportamento do consumidor, com aumento forte nas entregas de mercadorias e terceirização de frotas", diz.

Apesar da alta do preço, os especialistas alertam as empresas que abrir mão da contratação de um seguro é uma manobra arriscada. Em média, o custo do seguro representa de 10% a 15% no total da operação de gestão de frota, sendo combustível e pneus os maiores gastos. "As companhias que optam pelo autosseguro acabam assumindo o risco pelos acidentes que podem ocorrer tanto aos seus bens, de terceiros e principalmente à vida de pessoas", afirma Alexandre Jardim, responsável pela área de estratégia da corretora Aon Brasil.

"Dependendo do perfil da frota, experiência do segurado e resultado do mercado, o custo do seguro pode ter um impacto bem relevante. Um gerenciamento de risco eficiente traz credibilidade e ajuda a corretora na colocação de risco junto ao mercado", diz Katia Papaioannou, superintendente de auto frota da Marsh Brasil.

As novas tecnologias de segurança, endurecimento das regulamentações para emissão de poluentes, motores mais eficientes nos veículos de carga e veículos elétricos vêm gerando benefícios para a sociedade, mas há um custo de estrutura, mão de obra especializada e novos serviços, que serão incorporados à cadeia do seguro auto, avalia Saint'Clair Lima, diretor da Bradesco Seguros, quarta maior em veículos.

Arnaldo Bechara, diretor de automóvel da Tokio Marine, terceira maior do segmento, com 2,6 milhões de carros segurados, argumenta que uma das principais vantagens de se contratar um seguro de frota é que o segurado consolida toda a gestão com um único fornecedor, liberando suas equipes desse trabalho. A seguradora avançou 70% nas vendas deste seguro até novembro.

Na Allianz, segunda maior em auto, o seguro de frotas cresceu 42% entre janeiro e novembro sobre o mesmo período do ano passado, informa o diretor de automóvel, David Beatham. "O segurado conta com serviços como a opção de voucher de carro de aplicativo em vez do carro reserva. Há, ainda, oficinas referenciadas em todo Brasil, com garantia dos reparos por três anos, sem custo adicional para o segurado", acrescenta.

Entre os desafios para 2023 está lidar com a imprevisibilidade dos custos de peças e dos veículos — que ainda podem ser impactados de forma inesperada pela inflação. "O desafio do mercado será encontrar o balanço entre rentabilidade e capacidade de pagamento do cliente, fazendo frente à tendência de terceirização de frotas", aposta Camila Santos, superintendente de subscrição da Zurich no Brasil.

Setor público Avanços no controle das operações veiculares reduzem custos e ampliam a segurança

Do lixo ao ônibus, softwares otimizam serviços ao cidadão

Lilian Caramel
Para o Valor, de São Paulo

O uso da tecnologia na gestão de frotas já chegou ao setor público, seja para melhorar o transporte coletivo, seja na prestação de serviços. Para especialistas, os avanços no controle das operações veiculares reduzem custos, ampliam a segurança e melhoram a qualidade das políticas públicas e dos serviços prestados aos cidadãos.

"Tudo aquilo que traz tecnologia embarcada nos veículos, e que pode ser gerenciado em tempo real, vai impactar positivamente no fluxo de caixa. E a aplicação dos recursos públicos tem que ser racional, então, as novas ferramentas podem contribuir para otimizá-la", opina Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes. "A grande aposta do momento é o 5G. Porém, o desafio que teremos será o investimento para adaptar as frotas ao novo padrão, que permite rastreamento detalhado do comportamento do carro", emenda ele.

No transporte público municipal, algumas capitais estão mais avançadas na adoção de sistemas modernos de controle. São Paulo, que possui uma frota de cerca de 12 mil ônibus, anuncia a contratação do Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO) para o primeiro semestre de 2023. Ele irá substituir o sistema utilizado pela SPTrans há mais de 15 anos. "São Paulo demorou muito nessa atualização. É urgente que a cidade tenha um sistema eficiente operando em tempo real e on-line", diz Francisco Christovam, presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). Os softwares do SMGO terão comunicação direta com computadores de bordo, sensores de telemetria, câmeras, Wi-Fi e GPS instalados nos ônibus.

Entre as cidades de médio porte, Jundiaí lançou o programa Mobilidade Total há cinco anos. Os softwares da Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte (UGMT) permitem à prefeitura otimizar as operações e fiscalizar o tráfego da madrugada até a meia-noite, quando as linhas estão em funcionamento. A frota de 320 ônibus da cidade conta com GPS, câmeras (quatro por veículo), redes Wi-Fi e pagamento por aproximação via cartões de crédito ou débito e carteira digital que pode ser baixada on-line, além do cartão comum.

A cidade foi a primeira do país a implantar a tecnologia de pagamento sem contato. Desde 2015, todos os ônibus rodam sem cobrador. "Fazemos intervenções inteligentes e investimos em tecnologia para racionalizar o serviço. O objetivo é garantir a pontualidade e frequência dos carros, que são as principais demandas dos moradores", conta Luiz Fernando Machado, prefeito do município. Se o fluxo de carros em certo ponto aparece muito intenso nas telas, agentes de trânsito seguem para o local para atenuar o congestionamento. "O controle em tempo real favorece a tomada de decisões mais rápidas", explica Machado.


DANIEL TAVARES /DIVULGAÇÃO
Marília Dantas, presidente da Emlurb, de Recife: coleta de lixo acumulado reflete em ganhos na saúde pública

No Nordeste, Recife foi pioneira em investir em business intelligence para melhorar a gestão da coleta de lixo. Há dois meses, a frota de 74 caminhões-compactadores foi renovada com modelos semi-pesados e equipados com aparelhos avançados de GPS. As motocicletas de carga, um ecobarco para limpeza dos manguezais do rio Capibaribe, varredeiras mecânicas e até os "lutocars" (carros menores, de duas rodas, puxados manualmente pelo gari para coleta em áreas de difícil acesso) são monitorados via georreferenciamento. A renovação incluiu, ainda, novas caçambas, lixeiras e contêineres para entrega voluntária. Foram investidos R$ 90 milhões em equipamentos e tecnologia de ponta.

No Centro de Controle Operacional (CCO), robôs recebem e processam os dados da rede completa de GPSs. "O sistema é um aliado da nossa gestão", diz Marília Dantas, presidente da Empresa de Limpeza Urbana (Emlurb), autarquia vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Recife. Ela acrescenta que, atualmente e graças ao monitoramento online, a Prefeitura consegue detectar falhas na prestação do serviço que antes passavam despercebidas. A Emlurb emite multas e notificações, penalizando as concessionárias se o que foi planejado não for cumprido no fim do dia.

Como resultado, as multas que antes atingiam R$ 6 milhões ao ano caíram para R$ 600 mil. "O ganho em recolher o lixo acumulado em alguns bairros vulneráveis, que antes a coletora ignorava por má prestação, reflete em ganhos na saúde pública. O sistema ajuda a garantir a qualidade da gestão", frisa Dantas.

Chegada do 5G dará novo impulso à conectividade

Roberto Rockman
Para o Valor, de São Paulo

O avanço da tecnologia de 5G poderá representar ganhos de produtividade para fornecedores de soluções de gestão de frotas e clientes, pois a maior quantidade de dados a serem analisados em tempo real também poderá significar deslocamentos mais ágeis e com menor consumo de combustível, um dos principais custos operacionais de proprietárias de grandes frotas. A ampliação da cobertura da quinta geração de tecnologia de telefonia móvel, contudo, ainda levará tempo, uma vez que boa parte do país ainda está sob a tecnologia 3 G.

O avanço do 5G está ligado às cidades inteligentes e à gestão de como as prefeituras irão usar a quantidade crescente de dados que poderá ser armazenada e analisada. Isso poderá fazer com que os departamentos de trânsito usem essas informações para melhorar a fluidez nos centros urbanos com semáforos inteligentes, o que poderia reduzir tempo de deslocamento.

"O 5G ainda está nascendo nas grandes capitais. Ainda existe uma grande parte do país que é cobertura 2G, outra grande parte onde a rede de alta velocidade é o 3G hoje. Vai ser uma mudança gradual. Com ele, você tem uma conectividade de streaming de vídeo muito mais fluida", afirma Rony Neri, diretor de marketing e vendas na Trimble Transportation Latam.

Alguns clientes da Trimble usam uma tecnologia que a empresa batizou de "Batedor Virtual". Quando um caminhão entra em área de risco de uma cidade, por exemplo, o gestor conecta cinco câmeras e começa a acompanhar visualmente o deslocamento pela tela de seu computador, instalada em uma central a quilômetros de distância da viagem física. "Ele começa a assistir ao motorista durante todo o percurso porque, se ele identificar qualquer ação criminosa, ele já aciona a polícia e começa a gravar esses vídeos separados. Essa parte de transferência de comunicação, principalmente de vídeo, é o que vai fazer mais diferença. Para você transferir um mapa detalhado em tempo real, por exemplo. O grande ganho é em aplicações que você consegue aumentar muito a definição de imagens e vídeos", destaca Neri.

Para Rafael Carmisin, gerente do segmento de gerenciamento de imagens da Intelbras, o 5G poderá representar uma quebra de paradigma em relação à maneira como os veículos são conduzidos, com mais tecnologia embarcada neles. "Os veículos autônomos poderão ganhar as ruas e, conectados uns aos outros, tornarão o trânsito mais inteligente e mais seguro. Outra grande contribuição do 5G é a possibilidade de, cada vez mais, embarcar soluções com inteligência artificial, que poderão utilizar os dados para melhorar a performance na hora de rodar. Nesse cenário, a venda de carros elétricos e híbridos deve crescer significativamente, movimento que aos poucos vem ocorrendo no país", afirma.

Para Carmisin, as soluções de inteligência artificial e a gestão pública mais eficiente com as cidades inteligentes e maior adoção de dados trazem benefícios para as empresas de logística, que terão maior facilidade no controle da gestão dos veículos, de seus motoristas e das entregas. "Haverá também ganhos financeiros já que os veículos elétricos são mais baratos de se manter e no caso dos veículos autônomos, não há necessidade do motorista em si, apenas de uma pessoa para acompanhar o carro e fazer a entrega no local adequado."

Mas para que essa realidade faça diferença efetiva nas planilhas a cada fim de mês há um longo caminho a percorrer. "Como o tombamento para essa rede 5G é relativamente lento, ele já está disponível nas grandes capitais, mas a região de cobertura ainda é pequena. Enquanto o 5G não tiver uma capilaridade muito grande, isso limita os esforços das empresas de desenvolver uma solução para ele. Qual vai ser o grande ganho que eu vou ter até desenvolver uma solução que atinge um microcosmo?", questiona Neri, da Trimble.

Sobre o 5G especificamente, ele analisa que ele pode prover soluções de realidade aumentada. "Imagina que você está usando um navegador, um Waze, por exemplo, só que, em vez de você ver um mapa, ele usa a câmera do celular para filmar a pista e projeta o teu caminho dentro daquela pista. Isso é possível com o 5G porque eu junto o mapa com a realidade aumentada."

DIVULGAÇÃO
Mourad, da Cobli: câmeras permitem identificar se a pessoa está dirigindo de forma distraída com risco de acidente

Startups buscam compensar com dados a infraestrutura falha

De São Paulo

Com 65% dos produtos sendo escoados por rodovias, a infraestrutura deficiente impacta fortemente a formação dos custos dos operadores logísticos no Brasil. Gerir rotas, evitar engarrafamentos e estradas esburacadas, acompanhar com câmeras o trabalho do motorista e buscar a melhor integração com ferrovias e portos são alguns dos alvos dos serviços de gerenciamento de frotas com o objetivo de dar maior fluidez e segurança às cargas transportadas.

Nascida em 2017 com a intenção de usar internet das coisas para ganhos logísticos, a Cobli, logtech de gestão de frotas, tem em sua plataforma mais de cinco mil empresas conectadas. A empresa já levantou mais de R$ 300 milhões para ampliar seu modelo que busca usar tecnologia para reduzir os custos que as empresas têm para escoar seus produtos. O frete é o principal custo para 76% das grandes indústrias, enquanto o percentual alcança 60% entre as médias indústrias, segundo recente pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"A má qualidade da infraestrutura aqui no Brasil acaba causando três tipos de problema: um aumento dos custos logísticos, aumento do prazo, ou seja, tempo maior para levar um bem ou serviço de um lugar a outro e, por último, uma queda da confiabilidade, ou seja, da capacidade de prever quando o veículo ou serviço vai chegar, o que em muitos dos casos, acaba se transformando em um excesso de estoque para a indústria, para garantir que as suas operações continuem funcionando", analisa Rodrigo Mourad, presidente da Cobli, que tem sentido alta demanda de setores como e-commerce, telecomunicações, transporte, energia e construção civil.

Uma das principais soluções da empresa é a instalação de uma câmera embarcada com inteligência artificial que possibilita às frotas terem uma informação mais completa do quê está acontecendo na rua e assim utilizar essas informações, seja para orientar os motoristas para evitar uso de celular, seja para que eles usem cintos de segurança ou dirijam os veículos na velocidade permitida.

"Essas câmeras possibilitam reconhecimento facial de quem está dentro do veículo, permitem entender se a pessoa está dirigindo de maneira distraída ou no celular, ou outros comportamentos que intensificam o risco de acidentes. Caso eu esteja dirigindo faz tempo e comece a ficar cansado, a própria câmera já me avisa ali dentro do veículo para eu começar a parar e fazer outra coisa, e depois voltar a dirigir com mais controle", diz Mourad.

A demanda por soluções aumentou com a pandemia. "Ela fez com que crescesse muito o número de pedidos e entregas feitas por lojas online, o que ajudou a aumentar a necessidade de monitoramento e rastreio dos veículos e motoristas", afirma Rafael Carmisin, gerente do segmento de gerenciamento de imagens da Intelbras.

A maior demanda, contudo, ainda é da indústria pesada. "Nos caminhões grandes que fazem longas distâncias, geralmente viagens de oito, dez horas, o motorista acaba mais suscetível à fadiga. E também operações, como as canavieiras, de mineração, agro, inclusive, são segmentos que estão com altos investimentos", diz Rony Neri, diretor de marketing e vendas na Trimble Transportation Latam.

O uso de inteligência artificial em predição de acidentes é um dos vetores de preocupação. "Predição é identificar num momento muito inicial que alguns motoristas estão tendo um comportamento imprudente e isso ou vai ocasionar um acidente ou vai ocasionar um tombamento, uma morte, ou está desperdiçando combustível", diz Neri. (RR)

Última milha Salvador já possui 11 pontos de pouso e decolagens e equipamentos carregam pacotes até 5 kg

Uso de drones já é realidade em testes de entrega no Brasil



DIVULGAÇÃO

Projeto de uso de drones em Salvador, em fase de testes, tem apoio da prefeitura, Marinha e Aeronáutica

Lino Rodrigues
Para o valor, de São Paulo

A capital baiana, Salvador, é primeira cidade brasileira a contar com um projeto avançado de logística aérea não tripulada, utilizando drones integrados a modais limpos como bicicletas e motos elétricas para entrega de mercadorias. A rede, em fase final de testes, conta com 11 pontos de pousos e decolagens, os chamados droneports, ao redor da península soteropolitana. A experiência baiana é só o começo do que vem pela frente. Com a evolução da tecnologia embarcada nessas aeronaves, os níveis de segurança e autonomia aumentaram e sua utilização em novos modelos de negócios é uma realidade. A integração com outros sistemas de transporte também tem feito diferença em um setor que não para de crescer desde antes da pandemia do coronavírus, período em que os fabricantes de drones voaram mais alto, apesar da economia ter recuado.

Criado e operacionalizado pela Speedbird Aero, startup brasileira, com sede em Franca, interior paulista, o projeto de Salvador conta com o apoio da prefeitura, Marinha e Aeronáutica e, nessa primeira fase, está transportando mercadorias de empresas do porte de Natura e Avon, Neodent, Grupo Pardini e iFood. No total, os 11 pontos da rede têm capacidade para atender uma população de 1,5 milhão de pessoas por cada trecho, e voam de ponto a ponto cobrindo pouco mais de 30 km. Por enquanto, dois modelos de drones, um com capacidade para transportar cargas de 2,5 kg a 5 kg, estão operando na rota desde outubro. A partir de 2023, os drones devem voar até a ilha de Itaparica, totalizando 50 quilômetros. "A meta é povoar essas rotas com inúmeros clientes ao longo de 2023. Estamos confiantes de que será uma evolução gradativa, e forte", conta Manoel Coelho, CEO e cofundador da Speedbird.

Entre os aplicativos de delivery, o iFood, maior foodtech da América Latina, tem apostado em projetos inovadores de entrega com drones. Junto com a Speedbird, o aplicativo de delivery é o primeiro nas Américas a ter permissão para usar drones no seu serviço de entregas. A Agência Nacional de Aviação Aérea (Anac) autorizou a operação em 2019, mas somente em agosto de 2020, as duas empresas obtiveram o Certificado de Autorização de Voo Experimental (Cave), documento que permitiu o início dos projetos com drones.

A primeira rota autorizada pela Anac compreendia sobrevoos no Shopping Iguatemi de Campinas (SP). A chegada da pandemia suspendeu o trabalho que só foi retomado no final de 2020. Na época, os drones percorreram uma distância de cerca de 400 metros, do terraço do centro de compras ao iFood hub do Iguatemi. O trajeto que a pé levaria 12 minutos, foi feito pela aeronave em 3 minutos. Durante os dois meses de testes, o iFood entregou 306 pedidos utilizando drones e atendeu 17 restaurantes. Em 2021, em uma nova rodada de testes, desta vez em Aracaju, Sergipe, os drones voaram percursos maiores, partindo do shopping RioMar até a Barra dos Coqueiros, atravessando o rio Sergipe. Em janeiro, o iFood e a Speedbird receberam autorização para entregas com aeronaves não tripuláveis em todo o território nacional, voando até 120 m de altura com cargas de até 2,5 Kg.

Os drones fabricados pela Speedbird completam o trabalho tradicional realizado pelos entregadores humanos e não vão chegar à porta do cliente, mas realizar a primeira parte dos trajetos e percorrer distâncias maiores, que incluem regiões ou trechos de difícil acesso. Outro novo projeto, semelhante ao de Salvador e também estruturado pela Speedbird, está sendo testado na orla do Rio de Janeiro, entre os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Com apoio do projeto Sandbox.Rio, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação do governo carioca, as empresas podem testar em um ambiente controlado produtos e serviços que ainda não se enquadram nas regras vigentes.

Grandes empresas como a Ambev e Natura vêm investindo em novas plataformas de entrega de seus produtos, e a utilização de drones ganhou espaço há pelo menos dois anos, entre outras razões porque a tecnologia não gera emissões de gases de efeito-estufa. Em 2021, a cervejaria utilizou drones da Speedbird para um voo em Jaguariúna, interior de São Paulo. O aparelho percorreu 2,5 km e transportou bebidas da fábrica até um condomínio residencial.

A utilização dessas aeronaves nas entregas de produtos de primeira necessidade e bens de consumo é uma tendência mundial. Segundo a alemã Droneii, especializada em pesquisas do setor, a taxa de crescimento anual do mercado mundial de drones deve ficar em 13,8%, entre 2020 e 2025, quando chegaria a US$ 43 bilhões. No Brasil, o faturamento anual estimado é de US$ 373 milhões.

O diretor do Rappi Turbo, Eric Dhaese, diz que a empresa valoriza a tecnologia de algoritmos para aperfeiçoar constantemente seus serviços, mas não tem no horizonte próximo a aplicação de entregas automatizadas como drones ou robôs. "Na logística de entrega, a inteligência trabalha para atender os pedidos e distribuí-los entre os diferentes modais, utilizando critérios como vertical, distância, otimização do deslocamento, e disponibilidade de produto na região", afirma o executivo.

Grégorio Bolasco, vice-presidente de novos negócios da Loggi, informa que a empresa está focada em tecnologias que estão complementando sua malha logística para atender desde entregas locais imediatas e para o mesmo dia em todo o território nacional. A novidade, segundo ele, é o processo de evolução do seu aplicativo. Lançado recentemente, o app incorporou algoritmos mais potentes, permitindo mais agilidade e menos tempo na coleta e entrega de mercadorias e serviços. Ele também ampliou a coleta com rotas ponto a ponto dentro da mesma cidade para pessoas físicas e pequenos escritório. "Queremos democratizar o sistema de coletas e baixar o custo desses serviços", diz.

Tecnologia ganha relevância no delivery urbano

Rosangela Capozoli
Para o Valor, de São Paulo

O crescimento das vendas on-line no Brasil levou a um aumento dos investimentos em logística, tecnologia e inovação, com destaque para o papel das companhias de grande porte na chamada 'last mile'. Com papel crescente no atendimento de uma demanda também em alta, elas buscam soluções diferenciadas para oferecer mais agilidade e segurança ao produto transportado, apostando em centros de distribuição, gestão de frota e parcerias com startups.

A FedEx Express, subsidiária da FedEx Corp., inaugurou há um mês duas novas instalações: uma na cidade de Serra (ES), seu segundo maior centro logístico na América Latina, com 60 docas com eclusas e 40 mil posições de paletes; e outra em Conde (PB), com localização estratégica, que oferece serviços de transporte e logística nacional e internacional, com sistemas de segurança e automação avançados. Juntas, são mais de 50 mil m².



MARCELO JUSTO/DIVULGAÇÃO

Camila Lima, da FedEx Express: investimentos em tecnologia capaz de processar até 3 mil pedidos por hora

"Estamos redesenhando nossa operação para seguir modelos similares aos empregados nos Estados Unidos, modernizando nossos sistemas e automatizando processos para aumentar a produtividade" diz Camila Lima, diretora de P&E da FedEx Express. Neste ano foram instalados onze novos sorters (sistemas de classificação automática de pedidos) em suas filiais, automatizando a separação de pedidos, permitindo processos internos mais rápidos, flexíveis e confiáveis. "Essa tecnologia dedicada, principalmente, a plataformas de e-commerce, tem capacidade para processar até 3 mil pedidos/hora", explica. Paralelamente foram implantados sistemas de roteirização, aumentando a eficácia das entregas, elevando a produtividade e reduzindo a distância percorrida pela frota, relata.

Parcerias com startups também estão no radar da FedEx. "São aliadas importantes, principalmente no âmbito da segurança, com inclusão de caminhões com blindagem elétrica e anti-jammer, desenvolvidos pela startup T4S", exemplifica. O contêiner com blindagem elétrica e travas dificultando a abertura das portas no transporte, também nasceu na T4S.

Para o diretor de transportes do Mercado Livre, Frederico Rezeck, o grande desafio é buscar formas cada vez mais rápidas e baratas de entregar as encomendas. "Nossos investimentos são constantes em aprimoramento, armazenagem e frota logística por meio de tecnologia avançada", destaca. Dos R$ 17 bilhões investidos em 2022, 70% mais que em 2021, parte foi para logística. "Foram quatro novos CDs, na região de São Paulo. Esses ativos aumentaram a infraestrutura logística para 1 milhão de m² em operações de fullfilment, onde o Mercado Livre fica responsável por todo processo organizacional, desde o estoque de produtos até a entrega ao consumidor final."

Em julho, a companhia abriu o Sortation Center, com capacidade para consolidar cerca de 450 mil pacotes por dia, número que corresponde a cerca de 30% das entregas realizadas no Brasil. Outra grande conquista, observa, foi o acordo com a Gol, ao destinar seis aeronaves à frota, das quais duas já operam e outras quatro serão integradas até o terceiro trimestre de 2023. "Com esse reforço, contaremos com a redução dos prazos de entrega em rotas longas, como Norte e Nordeste, em até 80%", diz.

O Mercado Livre opera com diferentes modelos de machine learning dentro do ecossistema do Mercado Envios, como a capacidade de prever vendas futuras de cada item e garantir que o produto escolhido esteja armazenado no centro de distribuição mais próximo da casa do comprador. "Indicamos mais de 200 mil previsões de entrega por minuto", estima.

Rafael Caldas, líder da Amazon Logística diz que dos 12 CDs , 11 foram inaugurados entre 2020 e 2021. Sem falar nas 12 estações de entregas que possuem tecnologias com inteligência artificial apoiando motoristas na execução das atividades de forma simplificada e segura. "O foco incessante está em identificar pontos de atrito e desenvolver projetos que aprimorem o processo de recebimento. Esse é um mercado que evolui rápido, mas requer atenção na escolha da tecnologia", resume.

Líder global em armazenagem e distribuição, a DHL Supply Chain tem investido para alcançar a liderança no mercado de transportes de carga fracionada no Brasil. Segundo Fábio Miquelin, vice-presidente de Transportes da DHL Supply Chain, nos últimos dois anos esse movimento foi acelerado, com a área dobrando de tamanho ao atingir 190 mil m² de área, 40 mil m² de armazém e 130 docas.

No modal terrestre, diz, os principais investimentos ocorreram em expansão da equipe e frota, tecnologia, fortalecimento da rede de filiais, no hub aéreo no aeroporto de Guarulhos e, principalmente, na criação da matriz de transportes em Jandira (SP) unindo em um mesmo local a torre de controle e o hub de consolidação nacional de carga fracionada. "A área de transportes vem ganhando participação em nosso portfólio, pelos investimentos e com os reflexos da pandemia e as mudanças do mercado, com o maior fracionamento da carga provocado pelo e-commerce", explica.

Programa para renovar e modernizar frota ainda não saiu do papel

Luiz Roberto Serrano
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil tem uma frota antiga de caminhões, o que pode dificultar a ampliação do uso de sistemas mais modernos e tecnológicos de gerenciamento da frota. A Secretaria Nacional de Trânsito, do Ministério da Infraestrutura, informa que há mais de 3,5 milhões de caminhões em circulação no Brasil, sendo 26% com mais de 30 anos de fabricação. Entidades do setor de transportes estimam que a frota brasileira de caminhões é menor, de 2,27 milhões de veículos.

O governo brasileiro lançou, em 2019, o Renovar, programa de aumento da produtividade da frota rodoviária no país, cujo objetivo é tirar de circulação ônibus e caminhões no fim da vida útil. Recentemente aprovado pelo Senado, ele ainda não entrou em operação. O programa tem como meta "reduzir os custos da logística no país, aumentar a produtividade, a competitividade e a eficiência do transporte rodoviário", além de contribuir para a diminuição dos níveis de emissão de poluentes.

A plataforma de operação será a Agência Brasileira de Desenvolvimento, Industrial (ABDI), mas o programa ainda não foi regulamentado e não há nada ainda em andamento, segundo a assessoria de imprensa do órgão. Enquanto o Renovar não sai do papel, bancos públicos oferecem financiamento para a compra de caminhões, com linhas especiais para incentivar a descarbonização. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferece o BNDES Finame Baixo Carbono para a compra de caminhões elétricos, híbridos e movidos a biocombustíveis.

Na Feira Nacional de Transportes, que ocorreu no início de novembro, os negócios somaram R$ 9 bilhões. A troca de informações sobre produtos, caminhões e equipamentos, adaptados aos tempos atuais de redução do nível de CO_2 no planeta dominaram as conversa e anúncios, o que incluiu veículos autônomos, elétricos e a gás. Luiz Carlos Moraes, atual vice-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), aponta que parte significativa da frota brasileira ainda é composta por caminhões movidos a tecnologias antigas, mais poluentes e boa parte deles é carente de manutenção. Como exemplo, ele cita o maior porto do Brasil, o de Santos, onde rodam "caminhões com 40 anos de idade", a Central de Abastecimento de São Paulo, o Ceagesp, onde circulam "unidades com 30 anos".

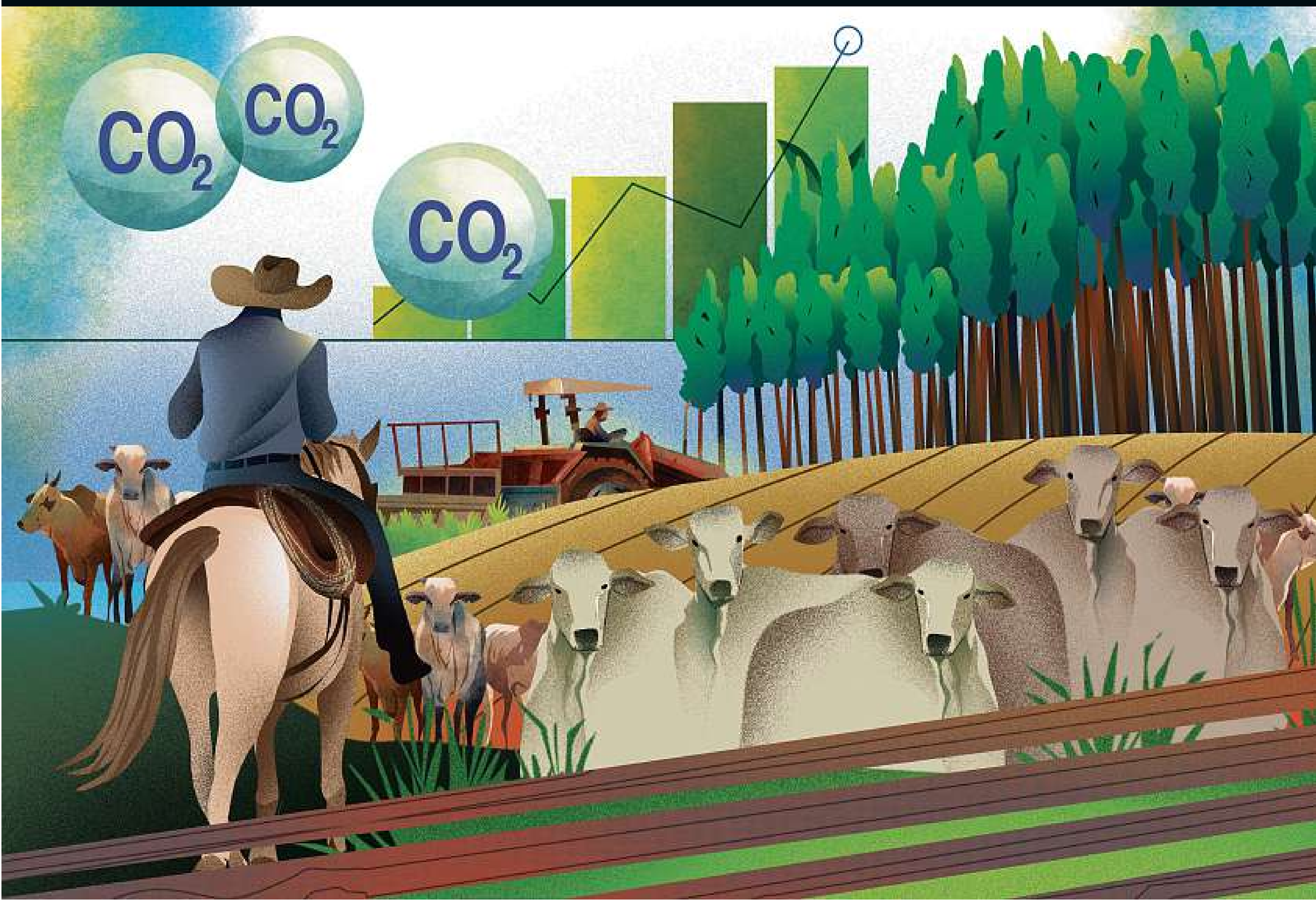
A Anfavea, de acordo com ele, está a postos para colaborar com a regulamentação e implementação do Renovar. Em recente entrevista em reunião na entidade, Glenda Lustosa, secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços do Ministério da Economia, lembrou que caminhoneiros com veículos com mais de 30 anos terão vantagens ao aderir ao programa quando ele estiver em vigor. Segundo ela, um caminhão de 30 anos tem custo operacional 15% maior que um de dez anos de uso.

Valor Valor

PRÁTICA ESG

Sustentabilidade e tecnologia atraem jovens de volta ao agro, com projetos inovadores H7

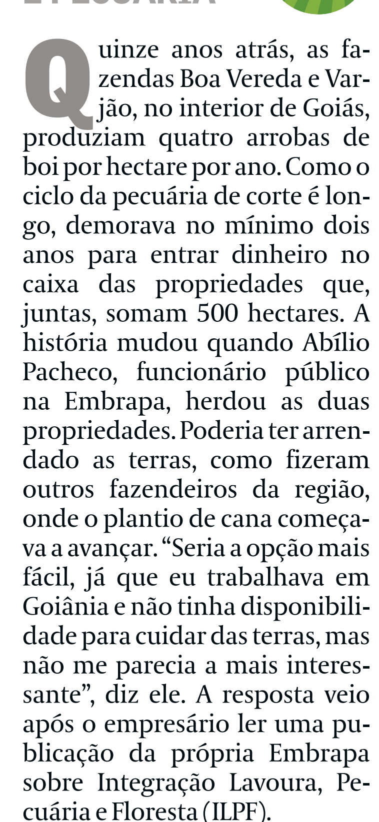




INTEGRAÇÃO COM FLORESTA DÁ DINHEIRO AO AGRO

Unir lavoura, pasto e floresta é a receita para aumentar a renda e a preservação ambiental no campo. Por **Eliane Sobral**, para o Prática ESG

AGRICULTURA E PECUÁRIA



Quinze anos atrás, as fazendas Boa Vereda e Varjão, no interior de Goiás, produziam quatro arrobas de boi por hectare por ano. Como o ciclo da pecuária de corte é longo, demorava no mínimo dois anos para entrar dinheiro no caixa das propriedades que, juntas, somam 500 hectares. A história mudou quando Abílio Pacheco, funcionário público na Embrapa, herdou as duas propriedades. Poderia ter arrendado as terras, como fizeram outros fazendeiros da região, onde o plantio de cana começava a avançar. "Seria a opção mais fácil, já que eu trabalhava em Goiânia e não tinha disponibilidade para cuidar das terras, mas não me parecia a mais interessante", diz ele. A resposta veio após o empresário ler uma publicação da própria Embrapa sobre Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF).

Pacheco preferiu ficar na pecuária de corte, que é de menor risco, mas também rende menos, e passou a plantar eucaliptos. Hoje as fazendas produzem 18 arrobas de boi e mais de 45 metros cúbicos de madeira por hectare/ano. E o produtor se prepara para entrar no mercado de crédito de carbono, uma vez que tem cerca de 13 toneladas de carbono fixado por hectare/ano – produzidos pela plantação dos eucaliptos.

As vantagens de integrar lavoura, pecuária e floresta vão além das financeiras para os produtores. No caso das fazendas de Pacheco, com as sombras propiciadas pelos eucaliptos nos pastos, o consumo de água pelo gado caiu entre 20% e 30% e todos os indicadores bioquímicos do solo melhoraram desde que a técnica foi implementada. Ainda há a mitigação do gás metano produzido pelo gado. "Além do aumento da produtividade, os ganhos em sustentabilidade são muito evidentes e respondem a um dos maiores desafios da humanidade, que é produzir mais com eficiência na preservação do planeta", afirma o pecuarista.

É a esta equação que a Danone está tentando responder usando o modelo de sistemas agroflorestais. Em 2019, em parceria com a Universidade de Viçosa, de Minas Gerais, a empresa colocou em prática o Projeto Flora, para reduzir a pegada de carbono de seus fornecedores – o escopo 3 da escala do Greenshouse Gas Protocol, que desenvolveu padrões globais para a medição dos Gases do Efeito Estufa (GEE). De acordo com Henrique Borges, diretor de compras de leite da Danone Brasil, 52% das emissões de GEE da multinacional francesa estão na cadeia de fornecedores. "Nossa meta é reduzir nossa pegada de carbono em 50%, até 2030 e chegar a net-zero em 2050. Sem envolver os fornecedores não será possível", completa o executivo.

Toda a bacia leiteira da Danone no Brasil fica em Minas Gerais. No total, são cerca de 750 mil litros de leite produzidos por dia em 297 fazendas. E foi aí que começaram os problemas. Setenta porcento dos fornecedores são de pequeno porte. São produtores com pouco acesso à informação e reticentes a adotar técnicas que eles não conhecem ou, em outras palavras, mudar o jeito de trabalhar. "Logo vimos que o caminho era fazer uma fazenda modelo e levá-los lá para entenderem o que sugeríamos que eles fizessem em suas terras", lembra Borges.

Hoje são 32 fazendas trabalhado com a integração entre floresta e pecuária. O executivo concorda que é pouco, e explica que o principal entrave a uma adesão maior por parte dos pecuaristas, além da falta de conhecimento sobre ILPF, é também a pouca oferta de profissionais especializados para disseminar as culturas integradas. "A mão de obra é muito baseada em produção com mínimo custo, e quando falamos de sustentabilidade não estamos falando de mínimo custo e sim de máxima margem", explica o diretor da Danone, que tem 13 profissionais, entre veterinários e agrônomos, em campo para dar suporte aos produtores.

Segundo Borges, na fazenda modelo, o aumento da produção foi de 12%, ao passo que a as emissões de CO_2 por quilo de leite produzido caíram 26%". O executivo informa que os dados das 32 fazendas que já fazem a integração pecuária floresta estão sendo compilados agora e estarão disponíveis em 2023.

"Os sistemas integrados hoje são a vedete do pessoal que trabalha com sustentabilidade no meio agrícola", afirma o pesquisador- chefe-adjunto da Embrapa Agrossilvipastoril, Flávio Wruck. Ele diz que o sistema de integração demanda menos insumos por unidade de produção – como o menor consumo de água pelo gado, no caso das fazendas de Abílio Pacheco – pela restauração do solo, e o potencial de geração de carbono fixado, no caso da integração com floresta.

Além dos benefícios ambientais, lembra ele, a diversificação da produção é um enorme benefício para os produtores rurais. "Quem só trabalha com soja, planta em outubro e colhe em janeiro. Se ele plantar milho quando colhe a soja e colocar o gado para pastar, o produtor terá três safras por ano", diz Wruck acrescentando que, "se o mercado de carbono emplacar no Brasil", pode-se pensar numa quarta safra. "E a Embrapa já está trabalhando neste protocolo", acrescenta.

De acordo com o profissional da Embrapa, há vários arranjos possíveis nos sistemas de integração: lavouras integradas à pecuária mais o espaço dedicado à floresta. "É como um carro, em que se pode escolher os opcionais", ilustra Wruck. O que vai definir o tipo de integração indicada para cada fazenda será a análise do solo, o clima e as demandas do mercado, nesta ordem.

Para o professor do departamento de ciências florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, (Esalq), Ciro Abbud Righi, os sistemas agroflorestais não só respondem à questão da preservação ambiental, como também aos aspectos sociais das práticas ESG (ambiental, social e governança, na sigla em inglês). "Do ponto de vista ambiental o SAF [Sistema Agroflorestal] vai recuperar os processos ecológicos e do ponto de vista social, é uma forma não só de aumentar a renda no campo, como de transforma-lo em lugares melhores para se viver. E o que mais precisamos agora é criar condições para fixar as pessoas no campo, desafogando as cidades".

Righi também destaca as diversas possibilidades de se trabalhar com esses sistemas de integração. Entre os diversos projetos que o professor coordena na Esalq está o de frangos agroflorestais - ou frangos criados ao ar livre e em seus habitat natural. "O que era um problema, como as plantas daninhas que devem ser controladas, passa a ter aspectos positivos como a diversificação da alimentação das aves e o controle destas plantas sem custo. O valor agregado dos ovos de melhor qualidade possibilita que os produtores tenham um aumento de renda associado a uma melhoria nas condições de criação destas aves", resume ele.

De acordo com dados da Embrapa, o Brasil tem hoje algo entre 17 milhões e 18 milhões de hectares dedicados ao sistema de Integração Lavoura, Pecuária e Floresta. Considerando as dimensões do país e sua vocação agrícola é pouco, mas não só o interesse de produtores vem crescendo, como há um esforço de divulgação da técnica. "Queremos chegar a 35 milhões de hectares, até 2030", afirma Isabel Ferreira, diretora-executiva da Rede ILPF, uma associação formada por empresas como Bradesco, Cocamar, John Deere, Soesp, Syngenta e Embrapa, em 2012, para acelerar a adoção das tecnologias de integração e impulsionar a sustentabilidade na agropecuária.

Para alcançar as metas, a Rede ILPF vem realizando caravanas em todo o país para apresentar a técnica aos produtores rurais. No ano passado, foram mais de 2,5 mil quilômetros percorridos com a caravana passando por 19 cidades, de sete estados brasileiros. "Nós precisamos conhecer as realidades locais para depois levar a técnica, daí surgiu a ideia das caravanas" explica Ferreira acrescentando que profissionais de várias áreas integram essas caravanas.

De acordo com a executiva, os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os mais avançados na integração de lavouras, pecuária e florestas, enquanto Norte e Nordeste são os menos desenvolvidos. A ideia da Rede ILPF, diz ela, é implementar o sistema em áreas de pastos muito degradadas, principalmente na Amazônia. "Mas aquele é um território onde não se entra sozinho e estamos estudando como acessar a área", comenta Ferreira acrescentando que o país tem vários hectares de terras destinadas ao pasto que estão em absoluta degradação.

Os especialistas afirmam que a implantação dos sistemas agroflorestais não tem contraindicação. O que não quer dizer, porém, que não haja dificuldades. No caso da falta de mão-de-obra com os conhecimentos necessários para a integração, a Rede ILPF tem mantido parceria com instituições de ensino, entre elas a própria Embrapa e a Esalq. "Mas não há instrumentos financeiros diferenciados nem acesso a crédito diferenciado, que considere que o produtor vai iniciar uma nova atividade", afirma Isabel Teixeira.

A depender do tipo de atividade que o produtor vier a escolher, as despesas não serão pequenas. "Imagine um pecuarista que vai entrar em lavoura. Só uma colheitadeira custa R$ 1 milhão. Nenhum implemento custa isso na pecuária", afirma Flávio Wruck, da Embrapa. "Já o agricultor que vai investir em pecuária precisará de, no mínimo, 500 hectares e 4 bois por hectares, senão não tem escala. Por baixo essa conta chega a uns R$ 7 milhões, só para comprar os bois", calcula Wruck.

E os próprios empresários do campo estão no radar quando os especialistas falam da necessidade de capacitação. Wruck lembra de um pecuarista que começou a trabalhar com silvicultura. Na largada ele perdeu 30% das mudas. Por falta de conhecimento, não houve controle de formigas e elas acabaram se encarregando de dar fim à plantação, antes mesmo dela começar. "Às vezes o pessoal acha que não precisa fazer nada, que Deus cuida".

Abílio Pacheco, o pesquisador que virou fazendeiro e que é hoje uma espécie de embaixador da ILPF - ele viaja o mundo fazendo apresentações também recebe visitantes em suas terras — recomenda que se comece com pequenas áreas, para aprender a nova atividade e que, antes de escolhe-la, pesquise as demandas do mercado. "Também sugiro que, inicialmente, os primeiros novos clientes não estejam muito longe, no máximo a 50 quilômetros, para não comprometer a receita com transporte".



COP 15 Biodiversidade: A hora dos bichos

Daniela Chiaretti



É uase Natal. Tem tanta neve que quem acorda em Montreal pensa que despencou em Nárnia, o mundo de fantasia criado pelo britânico C. S. Lewis e que quatro crianças conhecem ao atravessar um portal escondido dentro de um guarda-roupa. É um pouco assim que o ano de 2022 fecha para as empresas privadas e o setor financeiro — com uma tremenda mudança.

"Agora não é mais só carbono", resume o advogado Rodrigo C. A. Lima, sócio e diretor da Agroicone, consultoria que busca transformar a agricultura brasileira em um setor mais sustentável. Os grandes conglomerados devem se preparar a lidar com abelhas, peixes, camarões e borboletas. E água de rios, água de lagos, água do mar, solos, manguezais e florestas. A Conferência sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas, a COP 15, fechou um acordo global com 23 metas para 2030 que começa a conferir a estatura multilateral conquistada pela crise do clima também para a crise da perda de espécies. Na visão de alguns analistas, poderia ser um portal que se abre na relação da humanidade com a natureza.

Uma das metas do Acordo Global para a Biodiversidade, a 15, "é ESG na veia", diz Lima, de maneira pragmática. Trata-se de fazer com que grandes empresas e o setor financeiro divulguem seus riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade ao longo de sua operação, cadeias de fornecimento e portfólios. Terão que diminuir impactos negativos sobre a natureza e aumentar os positivos, reduzir riscos e prover informações aos consumidores. O esforço não será menor pelo fato de a meta ser só voluntária. "Como será que o setor financeiro, com o marco global aprovado, olhará para essa agenda?", questiona o advogado que acompanha todas as COPs de biodiversidade desde a de 2006, em Curitiba.

É essa a interpretação de Alan Jope, CEO da Unilever, para quem o esforço das empresas em tornar transparente seus impactos, riscos e dependência da natureza trará "responsabilização mais forte e decisões mais bem informadas para investidores, governos e consumidores".

Para o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o CBDES, as metas 18 e 19 também são importantes para o setor privado. A primeira trata da identificação, até 2025, de incentivos que causam danos à natureza e sua eliminação ou redirecionamento, em pelo menos US$ 500 bilhões ao ano, a partir de 2030. A meta 19 é a que cria um fundo de pelo menos US$ 200 bilhões anuais para proteção da biodiversidade — aqui entrará, espera-se, dinheiro público, de filantropia e do setor privado.

Claro que o Marco Global acordado no Canadá não conseguiu tudo. Tomou-se a decisão de criar fundos, mas o dinheiro ainda não apareceu na escala adequada. A poluição será reduzida, a agricultura sem agrotóxicos, encorajada – mas não se falou em eliminação. O direito dos povos indígenas está no texto, assim como uma perspectiva de gênero.

O esforço não será menor pelo fato de a meta ser voluntária

"É hora de dissociar nosso desenvolvimento econômico da destruição ambiental", disse Marco Lambertini, diretor-geral do WWF Internacional, em entrevista à imprensa internacional horas depois de o acordo ter sido aprovado. À frente de uma das organizações mais empenhadas em que o Marco Global aprovasse a meta de o mundo preservar, em 2030, ao menos 30% de áreas terrestres e 30% de áreas costeiras e marinhas, Lambertini se emocionou. "Estou orgulhoso, porque penso na minha neta", disse. A COP 15 entregou um caminho para que seja possível conter e reverter a perda assombrosa de espécies que nosso modo de vida vem provocando no planeta. Agora é preciso implementar o que quase 200 governos se comprometeram a fazer.

Daniela Chiaretti é repórter especial de ambiente do Valor. Venceu o Prêmio Esso de 2011 na categoria Ciência
E-mail: daniela.chiaretti@valor.com.br

DIVULGAÇÃO



No Sul da Bahia, o cacau nasce e se desenvolve à sombra de árvores nativas, é o sistema agroflorestal cabruca que garante a preservação ambiental

Preservar é possível, mesmo para quem produz grandes volumes

Eliane Sobral, para o Prática ESG
De São Paulo

Com o avanço dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), ou Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), um novo debate se impõe entre produtores rurais, pesquisadores e instituições ligadas à questão ambiental: monoculturas são prejudiciais à preservação das florestas? E mais, para empresas que extraem seus insumos de biomas preservados é possível conciliar a produção em larga escala com a preservação desses biomas? Ou o melhor para a floresta é trabalharem com nichos de mercado?

O professor do departamento de ciências florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, (Esalq), Ciro Abbud Righi, afirma que monoculturas não necessariamente comprometem a preservação. O que é prejudicial, diz ele, é a escala que algumas produções tomam, sem que se adote padrões de preservação. "A visão moderna é que você pode produzir, sem comprometer o meio ambiente. Ou seja, o objetivo é aumentar a produtividade e não a área destinada à produção", explica ele.

O professor da Esalq lembra que a técnica de arranjos produtivos, conciliando lavouras, pecuária e florestas, é o melhor caminho não só para a preservação do meio ambiente, como para a regeneração de áreas já degradadas. "Quando falamos em larga escala, falamos das grandes plantações de soja no Mato Grosso, por exemplo. Mas até nesses casos é possível adotar o SAF, desde que se tenha estudos e se comprovem rentáveis e melhor ajustados ecologicamente".

E o uso desses arranjos produtivos vem ganhando corpo em empresas tão diversas quando a fabricante de laticínios Danone, quanto a de cosméticos Natura, ou a produtora de chocolates Dengo. Neste último caso, a solução para produzir cacau em larga escala, sem ferir a vegetação nativa, foi adotar o sistema agroflorestal cabruca, no qual as árvores nativas são usadas para fornecer sombra aos cacaueiros. "Um hectare de cabruca sequestra o dobro de gás carbônico que o mesmo cacau plantado em monocultura sem sistema agroflorestal", explica Estevan Sartorelli, CEO da Dengo. Atualmente, a empresa conta com 220 produtores.

Sartorelli lembra que, no caso do cacau, a atividade está nas mãos de pequenos produtores. "Noventa e dois porcento dos produtores no Brasil têm menos de 100 hectares plantados. E mais, 80% das propriedades são ainda menores, têm menos de 50 hectares. Dá para ter escala pautada em pequenos produtores", diz o empresário.

O modelo de negócio desenvolvido pela Natura há mais de 20 anos na Amazônia também lança mão do sistema agroflorestal como forma de preservação da floresta. " Implementamos soluções que conservam e regeneram a biodiversidade ao passo que geram desenvolvimento social e renda para as comunidades locais", afirma Denise Hills, diretora de Sustentabilidade de Natura.

Ela cita sistema agroflorestal para o cultivo de óleo de dendê, o SAF Dendê, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu´, no Pará. O sistema, explica Hills, aproxima o cultivo do dendê do seu ambiente original por meio da associação de diversas plantas, sem o uso de agrotóxicos e com adubação orgânica. "O modelo resultou em melhor fertilidade e alto estoque de carbono no solo, além de gerar diversificação de renda para pequenos agricultores".

Para Carla Gheler, coordenadora de Sistemas Agroalimentares do Conselho Empresarial Brasileiros para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), mais importante que debater escala ou nicho de produção, é discutir como a produção está sendo feita no campo. "O que importa são as técnicas, os métodos e a capacitação dos produtores, e essa avaliação deve ser feita da semente à mesa do consumidor", diz ela, lembrando que mesmo na agricultura orgânica, mais amigável ao meio-ambiente, também usa defensivo agrícolas.

Coordenadora da Câmara Temática que analisa temas relacionados ao agronegócio, que hoje reúne 52 empresas de todos os elos do setor, Gheler afirma que no topo da pauta do grupo hoje está o debate sobre a promoção da agricultura regenerativa de baixo carbono, a rastreabilidade de todas a cadeia de produção e a redução de perdas e desperdícios. "Há tantas demandas quando falamos em sustentabilidade ambiental, que a discussão deveria se pautar, antes de tudo, sobre o uso das melhores práticas e tecnologias".

É o que tem procurado fazer a Danone que trabalha desde 2019 na melhoria dos sistemas de produção de seus fornecedores de leite. Hoje, de acordo com o diretor de compras de leite da empresa, Henrique Borges, são 297 fazendas que produzem 750 mil litros de leite todos os dias.

Segundo o executivo, 70% dos pecuaristas têm fazendas de pequeno porte e só no ano passado começaram a abrir as porteiras de suas propriedades para a adoção de técnicas mais modernas de produção, como plantar árvores próximo às pastagens. "Foi preciso criar uma fazenda-escola para mostrar aos produtores os benefícios do SAF. E não apenas em termos de maior produtividade do gado. Onde já temos o sistema instalado, a pegada de carbono é 50% melhor", afirma.

Sartorelli, da Dengo Chocolate, ressalta que a questão não está no tamanho ou no volume de produção e sim, na transição para modelos mais amigáveis ao meio-ambiente. "Não é porque é pequeno produtor, que não pode ter escala", garante ele.

Rondônia vai ganhar seu primeiro Centro de Bioeconomia

De São Paulo

A cidade de Porto Velho (RO), vai ganhar seu primeiro centro de produção e pesquisa científica, o Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia (CBCA), que deve ocupar uma área de cerca de mil hectares, com inauguração prevista para 2025.

O Centro é resultado de uma parceria entre a Santo Antonio Energia, que doou o terreno, por 25 anos, localizado em uma área de preservação de sua propriedade, com o Instituto Amazônia+21 e o Centro de Estudos Rioterra.

De acordo com Alexis Bastos, coordenador geral de Projetos do Centro de Estudos Rioterra, o investimento inicial no CBDA será de aproximadamente R$ 4 milhões, e o projeto total deve somar algo em torno de R$ 65 milhões. "Já temos o capital inicial e o restante vamos buscar junto a fundos de investimentos interessados em aplicar em projetos ligados à agenda ESG", afirma.

Segundo ele, serão diversas frentes para a captação desses recursos até a conclusão do projeto. Entre eles, o Instituto Amazônia +21 está criando uma Facility de Investimentos para a promoção do Desenvolvimento Sustentável da região amazônica. "É a primeira a ser criada pelo setor privado em nível global".

A Facility de Investimentos utilizará estratégias de blended finance para atrair investimentos de capital para grandes projetos de negócios sustentáveis. Trata-se de modelo financeiro que considera aspectos relevantes, como estabilidade institucional, segurança jurídica, equilíbrio econômico e eficiência operacional.

O Centro de Bioeconomia e Conservação da Amazônia é a primeira iniciativa a contar com esse benefício de captação de recursos do Instituto Amazônia +21. "Trata-se de modelo financeiro que considera aspectos relevantes, como estabilidade institucional, segurança jurídica, equilíbrio econômico e eficiência operacional", afirma Daniel Faria, presidente da Santo Antonio Energia.

Segundo ele, o CBDA prevê a construção de uma fábrica, onde serão produzidas mudas de plantas nativas para o trabalho de regeneração de áreas degradadas. "Hoje já são produzidas 2 milhões de mudas, com a parceria esse volume vai dobrar", afirma ele acrescentando que a própria comunidade está trabalhando na coleta das sementes. "A preocupação é ter arranjos produtivos que assegurem a geração de renda para o entorno do centro", completa o executivo.

O presidente da Santo Antonio Energia afirma que 28 programas de apoio às comunidades locais já estão em andamento. "As ações que serão conduzidas no CBDA incluem recuperação florestal e o estabelecimento de vitrines tecnológicas, com foco em cadeias produtivas de sucesso na geração de renda para a população ribeirinha, como o cacau e o açaí", acrescenta Bastos.

A área em que o CBDA será instalado já tem programa de regeneração em andamento, de acordo com o presidente da Santo Antonio. "Quanto estiver pronta a biofábrica, será possível fornecer mudas e sementes para que terceiros também façam esse trabalho de recuperação dos biomas", afirma Faria.

A falta de mão de obra especializada para trabalhar tanto em arranjos produtivos, quanto em processo de regeneração e recuperação de áreas degradadas tem sido um dos maiores desafios das instituições ligadas a estas tarefas. Por isso o novo centro de bioeconomia contará também com área de treinamento e pesquisa. Os ribeirinhos também será contemplados com capacitação para trabalharem com o reflorestamento, com os viveiros e também para trabalhar na cadeia da bioeconomia local com o cacau. *(ES)*

DIVULGAÇÃO/CENTRO DE ESTUDOS RIOTERRA



CBDA terá produção de mudas de plantas nativas para a regeneração de áreas Hoje são produzidas 2 milhões de mudas e volume deve dobrar com a fábrica

Avanço Novas tecnologias e processos dão impulso ao setor e à transição para uma economia mais verde

Biocombustíveis plantam novo futuro

Cláudio Marques
Para o Prática ESG, de São Paulo

Do início da produção do álcool como combustível, ainda nos anos 1970, passando pela consolidação do biodiesel, muita terra foi removida para se chegar hoje a um novo cenário do setor de biocombustível no Brasil. Novas tecnologias e o desenvolvimento de diferentes processos foram empregados para formar uma nova geração de biocombustíveis, como o etanol de segunda geração e o diesel verde, ao mesmo tempo em que abrem caminho ao uso do etanol na produção de hidrogênio verde destinado à mobilidade e ao bioquerosene em escala comercial.

Nesse trajeto, surgiram o Programa Nacional de Produção e Uso de Bicombustíveis (PNPB), em 2004, e a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que busca garantir a segurança energética, a previsibilidade para o mercado e a mitigação das emissões dos gases do efeito estuda. A transição para uma economia de baixo carbono é, sem dúvida, um grande impulsionador desse mercado. Estudo da consultoria McKinsey estima, por exemplo, que a exportação de bioquerosene poderia render de US$ 20 bilhões a US$ 50 bilhões ao Brasil até 2035.

A aviação comercial é responsável por cerca de 3% das emissões mundiais de carbono e vê no uso do combustível de aviação sustentável (SAF) um passo importante para atingir zero emissões líquidas de CO_2 em 2050. A Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) prevê que o SAF responda por 65% da mitigação necessária para isso, exigindo uma capacidade de produção de 450 bilhões de litros anuais em 2050. Há, portanto, a possibilidade de crescimento exponencial para o segmento e a IATA defende que os governos ajudem nesse processo com incentivos à produção.

Hoje, já existem tecnologias capazes de produzir SAF e são realizados voos em pequena escala com biocombustíveis (*veja o quadro abaixo*). De acordo com a McKinsey, a mais madura, e que já está em produção comercial em outras partes do mundo, é a que utiliza ésteres e ácidos graxos hidroprocessados, conhecida como HEFA (sigla em inglês para Hydroprocessed Esters and Fatty Acids).

O potencial HEFA do Brasil envolve óleo de soja e macaúba, que representarão, respectivamente, 30% e 70% do potencial total de produção, segundo a McKinsey. A macaúba é a grande aposta: por hectare, é possível produzir 20 vezes mais óleo do que com a soja. Do seu fruto tudo é aproveitado. Além do óleo, dele também se extrai gordura vegetal, proteína de alto valor nutricional, fibra alimentar, biomassa de alto valor energético e materiais graxos, matérias-primas que podem ser aplicadas em diversas indústrias.

Por isso, empresas estão investindo nessa palmeira nativa brasileira. É o caso da Soleum. Segundo Francisco de Blanco, cofundador e sócio-gerente, muitas empresas hoje no mundo não iniciaram a construção de biorrefinarias porque não conseguiram viabilizar a matéria-prima necessária para garantir a operação. Essa constatação levou à criação, em 2019, da Soleum, para iniciar o plantio de macaúba em áreas degradadas. A empresa já tem um piloto, de 700 hectares, em Patos de Minas (MG).

"Nossa visão é que, fortalecer a matéria-prima – o item mais complexo da cadeia produtiva –, é a melhor estratégia para futuramente, quando essa cadeia estiver desenvolvida e tivermos a base regulatória e econômica no país, começarmos a produzir o combustível sustentável de aviação (SAF)", afirma Blanco. O SAF, ou bioquerosene, tem exatamente as mesmas propriedades do querosene de aviação e não exige alterações nos motores das aeronaves.

O fundador da Soleum acredita que o Brasil vai ser o grande motor desse negócio. "Matéria-prima é o nome desse jogo. O país tem capacidade de ser o grande player da produção de matéria-prima, com muita árvore nativa e capacidade de produzir até 5 toneladas de óleo por hectare, em diversas regiões."



DIVULGAÇÃO

Usina de etanol de segunda geração da Raízen, na Unidade Costa Pinto, em Piracicaba (SP); empresa é a única no mundo a produzir E2G em escala comercial

A Inocas, empresa que surgiu em 2015, a partir de um grupo de pesquisadores alemães, e entrou em operação em 2018 com investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vai na mesma pista e trabalha para adensar a presença da macaúba. Hoje, já tem 2.400 hectares de áreas plantadas. "Estamos expandindo. Vamos plantar 30 mil hectares até 2030", afirma Vitor Salomão, assessor da diretoria.

As atuais parcerias de investimento incluem organizações da sociedade civil e fundo de investimento. Do total de áreas já plantadas, 2.130 hectares estão na região do Alto Paranaíba (MG) e 270 no Vale do Paraíba (SP). A empresa também tem um projeto em duas fazendas no Nordeste do Pará. A empresa também está em fase de desenvolvimento de uma fábrica.

A macaúba, entretanto, não é a única rota possível para obtenção de SAF. A Geo Biogás & Tech, cuja primeira planta de biogás entrou em operação há 10 anos, vai investir R$ 15 milhões, sendo que R$ 7 milhões virão de um financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para desenvolver bioquerosene a partir do biogás, que é produzido com resíduos orgânicos.

"A oportunidade que temos é fazer esse biogás em larga escala, o que outras economias, como a União Europeia, não têm, porque não possuem a quantidade de biomassa que o Brasil detém, especialmente de cana-de-açúcar", afirma Alessandro Gardemann, diretor da Geo Biogás.

Segundo a empresa, será usado no processo químico para produção de hidrocarbonetos líquidos (chamado Fischer-Tropsch) um catalizador inovador, desenvolvido pela Universidade Estadual de Maringá, que permite trabalhar com a reforma do biogás sem a necessidade de passar pela purificação do biometano. A projeção é que a planta experimental entre em operação ao longo de 2024.

A evolução no setor de biocombustíveis também passa pelo etanol. Segmento consolidado, deverá produzir neste ano 29 bilhões de litros, dos quais 4,5 bilhões virão do processamento de milho. De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), 50% do consumo de combustível dos veículos leves no Brasil vêm do etanol, que pode reduzir, em média, 75% das emissões de CO_2 na comparação com a gasolina.

O avanço no segmento veio por conta do etanol de segunda geração (E2G), como o produzido pela Raízen, empresa de energia e de produção de etanol. O E2G é produzido a partir palha e bagaço de cana, antes resíduos, que passam por um processo de hidrólise e dupla fermentação e apresenta a mesma composição do etanol tradicional, feito a partir do caldo resultante do esmagamento da planta. "Ou seja, conseguimos elevar em cerca de 50% a capacidade de produção de etanol, sem necessidade de adicionar área de terra plantada de cana, produzindo cada vez mais litros por tonelada", afirma Juliano Oliveira, diretor comercial da empresa. "Hoje, a Raízen é a única produtora mundial de E2G em escala comercial."

Em novembro, a empresa anunciou um acordo com a Shell, para a venda de 3,3 bilhões de litros de E2G . Para atender essa demanda, vai construir outras cinco plantas. "Cada planta dedicada à produção de E2G recebe investimento de aproximadamente R$ 1,2 bilhão", afirma. A Raízen tem capacidade instalada para moagem de 105 milhões de toneladas de cana, com cerca de 1,3 milhão de hectares de áreas agrícolas cultivadas. "Na última safra [2021/22], produzimos 3,5 bilhões de litros de etanol, 6,2 milhões de toneladas de açúcar e 2,9 TWh de bioenergia produzida a partir da biomassa da cana.

O etanol, de primeira ou segunda geração, também pode ser utilizado para produzir hidrogênio verde destinado à mobilidade, de acordo com estudos e projetos em andamento. Já a BSBIOS, produtora de biodiesel, vai investir R$ 316 milhões na primeira fase de implantação, em Passo Fundo (RS), de uma usina de etanol e farelos a partir do processamento de cereais de inverno - trigo e cevada. A demanda do Rio Grande do Sul pelo biocombustível interna chega a 1 bilhão de litros por ano e cerca de 90% do total consumido é comprado de outros estados. A projeção é de que, a partir de 2027, a usina supra 23% da demanda gaúcha.

"Um estudo da Embrapa mostra que cultivar soja [principal cultura da região] no verão e trigo no inverno proporciona a fixação de volta no solo de cerca de 2 toneladas/ano de CO_2 por hectare. É, então, uma agricultura de carbono negativo", afirma Erasmo Carlos Battistella, presidente da BSBIOS, para ressaltar o impacto ambientalmente positivo da medida.

Produtor de biodiesel, Battistella diz que, nos últimos dois anos, por falta de estímulo do governo, não fez investimentos. Mas agora está ávido para voltar. Diretor-superintendente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil(APROBIO), Julio Cesar Minelli explica que o preço das commodities "subiu muito" e o biodiesel, que tem como principal matéria-prima a soja, ficou mais caro que o diesel fóssil. "Isso fez com que o governo, em 2021, fizesse uma gangorra com o setor, aumentando e diminuindo o percentual da mistura de biodiesel [ignorando previsões que já haviam sido estabelecidas] o que prejudicou o setor", afirma.

Para 2022, a diretriz do governo foi de um percentual de 10% de biodiesel na mistura, chamada de B10. A previsão anterior era a de que já em 2022 seria de 13% em janeiro e fevereiro e de 14% a partir de março. "Foi um golpe muito forte no setor", diz Minelli.

A capacidade das 57 usinas de biodiesel do país é de 13,3 bilhões de litros por ano. "Na melhor das hipóteses, deveremos ter, neste ano, consumo de 6,2 bilhões de litros. É bem mais de 50% de ociosidade", diz Minelli. Segundo ele, o segmento já conversa com a equipe de transição e espera que, pelo menos a partir de fevereiro, se retome o B14 e, talvez, o B15 a partir de março ou abril. "Em função disso, é possível que a demanda salte para 8,9 bilhões de litros em 2023."

Biocombustíveis no Brasil

Biodiesel

- **6,2 bilhões de litros** de biodiesel é a previsão da produção de biodiesel em 2022
- **57** é o número de usinas autorizadas a atuar na produção do biodiesel no país
- **13,3 bilhões de litros/ano** é capacidade atual de produção da indústria do biodiesel
- **101,2 milhões de toneladas** de CO_2 equivalente tiveram a emissão evitada com o uso do biodiesel até 2021

Etanol

- **360 usinas** produzem etanol hoje no Brasil
- **550 milhões de toneladas** de cana deverão ser processadas em **2022** para a produção do etanol
- **29 bilhões de litros** de etanol é a previsão de produção para este ano (4,5 bilhões do milho)
- **30%** do total é produzido por cerca de 60 mil produtores independentes
- **50%** do consumo de combustível dos veículos leves no Brasil vêm do etanol
- **75%** em média é a redução de CO2 proporcionada pelo uso do etanol em relação à gasolina
- **17%** de toda energia produzida no país vem da cana

Potencial dos biocombustíveis

- **De US$ 20 bilhões a US$ 50 bilhões** é quanto o Brasil poderia ganhar com a exportação de bioquerosene de aviação (SAF) até 2035
- **300 milhões de litros** de bioquerosene é a previsão de produção no mundo em 2022, um aumento de 200% em relação ao ano passado
- **450.000** voos comerciais foram operados usando SAF
- **2050** é o ano em que a indústria da aviação comercial prevê atingir NetZero
- **450 bilhões de litros** anuais é a capacidade de produção exigida para 2050

Fontes: McKinsey; IATA; Aprobio; e Unica

Ganhos Mudança proporciona valor agregado e acesso a mais mercados

Viticultura sustentável ganha corpo no Brasil

Naiara Bertão
Prática ESG, de Bento Gonçalves, Sant'Ana do Livramento e Encruzilhada do Sul (RS)

Foi em um bucólico cenário junto às videiras da Chandon, marca de espumantes da Moët Hennessy, divisão de vinhos e destilados do grupo de marcas de luxo LVMH, em Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, que um grupo de jornalistas e influenciadores conheceu, no fim de setembro, o novo lançamento da marca, o Chandon Névoa das Encantadas, um rótulo 100% Chardonnay e que veio a mercado após três anos de tentativas. A produção, de apenas 2.800 garrafas, só é comercializada em adegas e confrarias especializadas. O pequeno estoque - o rótulo representa menos de 0,1% do total de garrafas produzidas pela Chandon no Brasil anualmente, em torno de 3,2 milhões - e a limitação de pontos de venda são propositais.

"Esse espumante exige uma distribuição seletiva porque não se trata de um Chandon clássico. Há uma história que precisa ser contada por um sommelier, com sugestões de consumo", comenta Philippe Mével, enólogo-chefe da Chandon. O diferencial do produto é o processo de produção, natural, com baixa intervenção humana — apenas acréscimo de leveduras selecionadas para a fermentação, sem uso de açúcar e outros aditivos —, e feito a partir de videiras que atendem a parâmetros de sustentabilidade.

Apesar de ser natural, o rótulo não é um orgânico, por não seguir exatamente todos os requisitos para este selo. Ele se enquadra, porém, em outra categoria que vem ganhando destaque no mundo da viticultura: a de sustentável. "O Névoa das Encantadas é consequência de uma mudança de identidade da Chandon, que busca mais criatividade e modernidade. Isso passa por ser mais sustentável, proteger o planeta, cuidar das pessoas, regenerar o solo e valorizar a biodiversidade", comentou na ocasião do lançamento do rótulo Catherine Petit, diretora-geral da Moët Hennessy Brasil.

Este ano, a Chandon se tornou a primeira marca de espumantes do país a receber o selo Produção Integrada de Uva para Processamento (PIUP), certificado que atesta que a empresa emprega boas práticas agrícolas e de produção de vinhos em suas operações. Em vinhos, a Vinícola Ravanello, em Gramado (RS), conquistou o mesmo título em 2018. A executiva da Chandon conta que as seis adegas da marca no mundo estão seguindo os mesmos princípios - além do Brasil, Argentina, Estados Unidos, Austrália, China e Índia. "Apesar de cada lugar ter suas próprias características, isso cascateia em todo o grupo e em todos os nossos processos, inclusive na hora de assinarmos contratos", conta.

Diferenças entre vinhos B.O.N.S.

O portfólio de vinhos tem crescido cada vez mais. Apesar de muitos consumidores identificarem os vinhos como produtos naturais, já que têm origem nas uvas, há diferentes classificações para cada tipo, que dependem do nível de intervenção na produção e das práticas usadas pelas empresas em todo o processo. Conheça os principais tipos: Orgânicos, Biodinâmicos, Naturais e Sustentáveis (BONS), além dos certificados "fairtrade".

Biodinâmicos
Não se pode usar nas videiras produtos químicos sintéticos, o vinhedo é visto como um ecossistema único, onde os minerais do solo, as plantas, os animais e o homem devem conviver em harmonia. Também leva em consideração influências astrológicas e ciclos lunares na produção. O enólogo não pode interferir no resultado do vinho adicionando leveduras ou ajustes de acidez.

Orgânicos
Vinhos produzidos com uvas cultivadas organicamente e certificadas, sem uso de defensivos agrícolas, como pesticidas, fungicidas, fertilizantes, entre outros e agroquímicos sintéticos. Além disso, são feitos sem adição de sulfitos na fermentação - só se vale dos sulfitos naturais, gerados na própria produção, são permitidos.



Natural
Está relacionado ao método de produção, mais primitivo e simples, seguindo, muitas vezes, ritos de antigos produtores. Não é desejado o uso de tecnologia e nem de pesticidas ou herbicidas. Os vinhos naturais têm poucos ou nenhum aditivo.



Sustentáveis
Está ligado a práticas ecologicamente corretas no campo e na produção, com preocupação com a eficiência no uso da água, busca por fontes de energia renovável, gestão de resíduos, redução do uso de produtos químicos sintéticos e preferência pelos naturais, além de preocupação com as emissões de gases de efeito estufa, entre outras questões.



Fairtrade
Da tradução livre, comércio justo, se refere aos vinhos produzidos em vinícolas que pagam aos produtores e aos trabalhadores valores justos pelo seu trabalho. É administrado pela Fairtrade International (FLO), associação sem fins lucrativos responsável pela auditoria de produtos em toda a cadeia de suprimentos, desde o produtor, o comerciante até o produto final.

Oficialmente o processo para a certificação PIUP começou no ciclo vegetativo de 2019/2020, mas Eugenio Barbieri, gerente de viticultura responsável pelos vinhedos de Encruzilhada do Sul, explica que há anos a empresa já segue boas práticas padronizadas, como a ISO 22000, de gestão de segurança de alimento, a ISO 9000, de gestão da qualidade, e a ISO 14000, que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental, o que ajudou a atender boa parte das exigências.

"O PIUP diz pouco para o consumidor final, mas é a certificação que melhor integra os princípios de sustentabilidade no campo, pois olha para a produção de forma integrada, e exige monitoramento e registro", diz Barbieri. Desde 2020, a Chandon também passa por auditorias externas para certificar o uso de boas práticas agronômicas e de fabricação com foco na sustentabilidade. A empresa, inclusive, se reuniu algumas vezes com o Ministério da Agricultura para explicar o processo e pleitear que o Brasil adapte a metodologia e a valorize.

No mundo, as práticas de sustentabilidade na produção de vinhos e espumantes começam a se tornar importantes diferenciais. O valor agregado e acesso a mais mercados são os benefícios mais evidentes. Algumas regiões produtoras, como Austrália e África do Sul exigem selos do tipo PIUP para exportação.

A própria Chandon diz que os custos iniciais são cerca de 30% maiores para produzir espumantes sustentáveis. Porém, vale a pena pois espera reduzir gastos ao longo do tempo, uma vez que as práticas aumentam a saúde do solo e, consequentemente, a produtividade do vinhedo, reduzindo o uso de materiais e produtos químicos e trazendo mais eficiência. "Vemos isto [PIUP] como um ponto de partida para fazer ainda mais e melhor", comenta o enólogo Mével.

O consumidor final também começa a ver diferença. "Já há pesquisas feitas no Canadá e França que mostram a disponibilidade dos clientes em pagar a mais pelo produto sustentável", comenta Shana Sabbado Flores, especialista em Gestão e Inovação e professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Segundo relatório da consultoria internacional Wine Intelligence, publicado em 2021, entre 56% e 67% dos consumidores de vinho nos principais mercados do mundo (EUA, Canadá, Reino Unido, Suécia e Austrália) tinham uma alta conexão com a sustentabilidade em geral. Cerca de metade (48%) dos apreciadores de vinhos americanos são positivamente influenciados a comprar marcas que demonstram ter credenciais de sustentabilidade. O mesmo foi visto em uma pesquisa publicada este ano na revista científica suíça MDPI com 526 chilenos: 76% já haviam comprado algum vinho com certificado "eco", incluindo orgânicos, biodinâmicos, naturais, sustentáveis e fairtrade (*veja as diferenças no box*).

Contudo, há uma grande diferença entre quem gosta da ideia e quem paga a mais por uma garrafa de vinho sustentável ou orgânico. A disposição dos consumidores a pagarem um "prêmio" cai para cerca de um terço nos países analisados pela Wine Intelligence. No Chile, é ainda menor: só 19% dos respondentes concordam em pagar US$ 5 a US$ 16 a mais pelo rótulo sustentável e 22% pelo orgânico.

Os vinhos orgânicos já são oferecidos nas adegas desde a década de 1980, mas com a crescente preocupação das pessoas com a saúde e dos clientes mais jovens com o meio ambiente, têm ganhado mais corpo. Segundo a Insight Partners, o mercado de orgânicos, o mais popular entre os vinhos alternativos hoje, deve crescer 12% ao ano de 2022 até 2028, passando de US$ 12,47 bilhões para US$ 24,56 bilhões. A Europa é o maior mercado hoje, mas é nos EUA onde o interesse mais cresce. Na Suécia, por exemplo, a cada quatro garrafas consumidas, uma é de orgânico.

No Brasil, não há dados precisos sobre o consumo de vinhos orgânicos e sustentáveis, mas a expectativa do setor é que se amplie, seguindo a tendência mundial. O brasileiro já tem preferido mais a bebida, mas o potencial de crescimento é grande: em 2021, a média de consumo de vinho por aqui foi de 2,64 litros em 2021 ante 30 litros dos argentinos, por exemplo, os maiores apreciadores da bebida na América Latina.

Diferente dos orgânicos, a produção de sustentáveis tem um olhar bem mais sistêmico e tenta suprir uma lacuna que os primeiros não conseguem ainda: ter escala. Flores e seu colega de IFRS, Leonardo Cury, especializado em gestão e inovação na viticultura, o ESG aplicado ao vinho e ao espumante pode ser trabalhado em vários níveis, desde ações pontuais em algumas áreas, como a cobertura vegetal como controle de pragas, até programas que englobam as operações da empresa toda, inclusive com a cadeia produtiva. "É necessário que as definições estratégicas sejam refletidas em diversas áreas como compras, logística, gestão de pessoas e também produção. Tudo isso requer investimento e envolvimento das equipes, o que pode variar bastante conforme o escopo e os objetivos de desempenho em termos de sustentabilidade", comentam ao **Prática ESG**.

Uma vinícola que tem se empenhado - e investido - para implementar práticas sustentáveis em todo o processo, é a Salton. Fundada há 112 anos, a número 1 do Brasil em venda de espumantes conta com mais de 70 rótulos no portfólio entre vinhos e espumantes. A lista de produtores ultrapassa os 350, a maioria de pequeno porte, o que confere um desafio extra. Para isso, foi buscar em parceiros as respostas que precisava.

Thais Colau, gerente de Inteligência do Negócio e ESG da Salton, conta que a empresa já se preocupa com o pilar de governança há um tempo, por ser uma empresa centenária, familiar, e que hoje está com a quarta geração no comando. Em 2021, contratou a consultoria KPMG para ajudar na definição da estratégia da companhia no longo prazo e evoluções no tema de governança corporativa. Parte da estratégia, inclusive, é avançar em temas socioambientais. Por isso, este ano, fez diversos movimentos neste sentido, a começar pela contratação de outra consultoria, a Resultante, cujo foco é ESG, para fazer um diagnóstico e ajudar a traçar um plano de ação.

"Nesse trabalho identificamos pontos positivos da nossa história bem como pontos de evolução no curto, médio e longo prazos. Sabemos claramente quais são os passos que temos que dar para evoluir na agenda social, ambiental e de governança", comenta Colau. Este ano, a empresa se filiou ao Pacto Global da ONU no Brasil.

Entre os exemplos de implementação executadas e em andamento estão treinamentos de conscientização de colaboradores sobre temas relacionados à agenda climática, recursos naturais, biodiversidade, diversidade, equidade e inclusão; desenvolvimento de um programa de escuta das necessidades das comunidades onde a empresa está; e estruturação de uma agenda de diversidade que inclui um censo interno e formação de um comitê, que atuará fortemente em 2023. "Neste trabalho de diversidade há outra empresa especializada apoiando, a Talento Incluir", pontua a executiva.

A Salton tem ainda parceria com há 10 anos com a Universidade Federal de Santa Maria para pesquisa sobre solo na região da Campanha gaúcha, e um trabalho de inventário de carbono e análise de ciclo de vida dos produtos com a Universidade de Caxias do Sul.

A vinícola contabilizou 951 toneladas de gás carbônico equivalente emitidas em 2020, contra 15.787 de toneladas removidas. As remoções vieram basicamente das reservas de 420 hectares de vegetação pampa nativa mantida em Sant'Ana do Livramento, mais que o dobro do exigido pela lei de reserva legal, e pelo trabalho de reflorestamento de acácias no local. Esse trabalho resultou em um artigo acadêmico, cujo conteúdo foi apresentado em novembro em um congresso latinoamericano.

Nesta primeira fase, foram consideradas as emissões de atividades agrícolas, processos industriais, geração de resíduos e compra de energia elétrica. A meta da vinícola é ser carbono neutro até 2030. Algumas ações já começaram a ser feitas, como o uso de mais garrafas de vidro a partir de vidro reciclado, substituição do combustível fóssil por biogênico na caldeira, e a troca de empilhadeiras convencionais por elétricas. A nova fase do estudo, para avaliar o escopo 3 (emissões geradas pela cadeia de fornecedores), está em curso.

(*) A jornalista viajou a convite da Chandon e da Salton

DIVULGAÇÃO



Salton estuda práticas sustentáveis em seu vinhedo de Sant'Ana do Livramento

JULIANO PALMA/DIVULGAÇÃO



Barbieri e Mével, da Chandon Brasil: empresa é primeira vinícola zero herbicida

Qual cenário legal merece atenção em 2023 para agronegócio?

Consultoria ESG



Desde 2020 a pauta ESG vem sendo incorporada às estratégias de ação das companhias, inclusive pelo agronegócio. No Brasil, a ABNT recém lançou guia com parâmetros e normas às práticas de ESG. Globalmente, o GRI (indicador internacional mais utilizado) lançou em 2022 critérios específicos para a agricultura.

Neste contexto a legislação aplicável surge como importante política pública. O compliance legal das atividades é ponto essencial para o sucesso da cultura ESG e dos relatos de sustentabilidade. De forma complementar, a legislação é importante indutor de segurança jurídica e previsibilidade nas atividades da agroindústria, que opera em cadeia, numa rede de negócios interconectada.

A pergunta a ser respondida é: "Em 2023, qual cenário legal merece atenção para a pauta ESG no agronegócio?"

Em resposta temos como destaque uma "lei" internacional advinda da União Europeia, de Comprovação Verde, também se salienta a decisão sobre Reintegração de Posse proferida pelo STF na ADPF 828, e, por fim, a tendência de eclosão de projetos de lei estaduais de taxação do agronegócio. Em separado um resumo de cada um desses destaques.

Comprovação Verde

A União Europeia busca determinar, por lei, que os exportadores de commodities agrícolas forneçam uma comprovação de que o produto exportado não é proveniente de área desmatada ilegalmente. Essa barreira comercial pode gerar uma aceleração positiva nos cumprimentos de uma agenda ESG na cadeia agroindustrial. Mas, ainda que a maturidade de responsabilidade ambiental esteja em alta no país, com protagonismo de ascensão do mercado de carbono, fundings verdes, entre outros, é importante alertar que, considerando a natureza do escoamento de produção no país, por pequenos a médios produtores junto às cooperativas e cerealistas, o custo de transação pode aumentar, visto que existirão gastos extras em consultorias para checagem e apresentação de dados, documentos, auditorias, consultorias particulares, que hoje não existem, a não ser em casos de financiamento privado. Toda essa due diligence pode significar perda nas exportações e entrave nas negociações.

'Reintegração de Posse'

Ao julgar a ADPF 828, o Ministro Luiz Roberto Barroso institui, à mercê de lei específica autorizadora, que as reintegrações de posse de imóveis urbanos ou rurais atendam a novos critérios, como a criação de Comissões de conflitos fundiários, com a incumbência de audiências de mediação, mesmo quando já haja decisões que determinem despejos. Também nas decisões administrativas as comunidades devem ser consultadas previamente, com a proibição de separação de integrantes do mesmo núcleo familiar. Esta é uma decisão polêmica e que pode dificultar e/ou retardar as reintegrações de posses de propriedades rurais invadidas por movimentos que operam em grupos organizados.

Taxação do Agronegócio

Nos Estados do Mato Grosso e de Goiás existe lei específica que autoriza a chamada "taxa do agro", que, a grosso modo, significa transferir percentagem de recursos provenientes das operações internas com produtos agrícolas, para os cofres públicos estaduais. O Estado do Paraná também enviou projeto à Assembleia Legislativa (ALEP), mas, após repercussão negativa, retirou de pauta e engavetou o Projeto de Lei. Não obstante se reconheça a importância de investimentos nos estados, pairam dúvidas sobre a legitimidade e adequação da fonte. Além do que, impõe-se, sobre um único setor, uma carga econômica desproporcional.

Rafaela Aiex Parra sócia do escritório Araúz Advogados e professora em Direito Ambiental.

Sustentabilidade Para engajar fornecedores, fabricantes lançam programas e cartilhas para agricultores

Mudar processos no campo enriquece o vinho

Naiara Bertão(*)
Prática ESG, De Bento Gonçalves, Sant'Ana do Livramento e Encruzilhada do Sul (RS)



Parte relevante da sustentabilidade aplicada à fabricação de vinhos está no campo, a começar pela redução do uso de produtos químicos. Na agricultura, é comum o uso de defensivos e fertilizantes para proteger a plantação contra pragas, insetos e oscilações muito bruscas no clima, que podem acabar com a safra. Na produção de uvas para vinhos e espumantes não é diferente, mas algumas empresas já estão mudando processos para diminuir a quantidade de produtos ou até deixar de usá-los. É o caso da Chandon e da Família Salton, duas vinícolas que têm conseguido isso depois de adotarem uma série de mudanças.

Uma delas foi a manutenção da cobertura vegetal nas videiras para proteger o solo, reter umidade e nutrientes e dificultar o caminho para bichos e ervas daninhas. No caso da Chandon, entre as linhas das parreiras do vinhedo próprio em Encruzilhada do Sul (RS) são plantadas leguminosas, pega-pega, flor de nabo e gramíneas. "Temos mais de 30 espécies de plantas e leguminosas no solo do vinhedo, o que melhora sua saúde e drenagem", comenta Eugenio Barbieri, gerente de viticultura responsável pela propriedade de Encruzilhada. A vinícola tem parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) nas pesquisas no campo.

O grande trunfo da vinícola foi conseguir eliminar, nas safras dos últimos dois anos, o uso de herbicidas. Ainda assim, o uso de químicos é necessário em algumas ocasiões, como em geadas, ou para controle de fungos que se desenvolvem na folha da videira. "Neste caso [dos fundos], desenvolvemos um pulverizador superdirecionado mais eficiente e que só tem 5% de perdas, contra o dobro dos convencionais", comenta Barbieri. "Reduzimos pela metade a quantidade de produto que usávamos 20 anos atrás", adiciona.

Segundo Philippe Mével, enólogo-chefe da Chandon, os níveis de resíduos químicos são constantemente monitorados — uma obrigação, inclusive, da certificação de Produção Integrada de Uva para Processamento (PIUP), que acabam de receber. "Na uva Blanc Noir é tão baixo que está menor do que o nível de detecção. O controle desta vegetação não é mais realizada pela aplicação de herbicidas, mas pelo corte regular com roçadeiras nas entre-fileiras e também com máquinas especialmente desenvolvidas para trabalhar na fileira entre as plantas de videira", conta.

O maquinário, que substituiu o trabalho que cerca de 300 pessoas precisariam fazer algumas vezes por ano, foi adaptado para o terreno de Encruzilhada. Para as funções de poda, que são realizadas por humanos, também foi adotada da tesoura elétrica para não machucar a mão dos trabalhadores — a maioria, mulheres.

Este ano, a marca colocou no mercado pela primeira vez espumantes produzidos com técnicas de zero herbicida e praticamente lixo zero — mais de 99,34% dos resíduos gerados durante o processo produtivo na vinícola são reciclados ou reutilizados, como é o caso do bagaço da uva que vira adubo. Só em 2022 foram 300 toneladas de bagaço e sementes utilizados como composto orgânico. Hoje são dois rótulos de espumantes sustentáveis: o Chandon Blanc de Noir, com uvas Pinot Noir, lançado em abril, e o recém-lançado Chandon Névoa das Encantadas, um rótulo 100% Chardonnay, ambos de Encruzilhada do Sul. A empresa agora tem a missão de capacitar e engajar seus fornecedores — responsáveis por 60% dos vinhedos utilizados pela empresa na elaboração de suas 2,5 milhões de garrafas anuais — a adotarem as mesmas práticas sustentáveis.

Engajar a cadeia é um dos principais desafios das vinícolas de uma forma geral. No caso da Salton, ele é ainda maior, já que a produção terceirizada responde por cerca de 95%, um total de 15 milhões a 17 milhões de quilos de uvas para espumantes e vinhos. São 30 proprietários na região da Campanha e outros 350 da Serra Gaúcha, ambos no Rio Grande do Sul. Segundo o engenheiro agrônomo Junior Marques, responsável pelo vinhedo de Sant'Ana do Livramento da Salton, não só é preciso mudar hábitos e crenças antigas, como também oferecer assistência aos menores, que são maioria, especialmente na região de Bento Gonçalves.



NAIARA BERTÃO/VALOR

Gregório Salton: análise de dados ajuda também a criar vinhos e espumantes

Para isso, o primeiro passo foi testar as melhores práticas no vinhedo próprio, de Sant'Ana, para, só depois, passar esse conhecimento aos fornecedores. Por lá, a irrigação já é 100% de água da chuva, armazenada em barragens. Há ainda um espaço dedicado aos estudos de solo da Universidade Federal Santa Maria (UFSM), a área, de 636 hectares, sendo 135 de vinhas, é uma das mais mecanizadas e tecnológicas da indústria brasileira. Na propriedade, 100% da colheita é mecanizada com uma colheitadeira francesa que, segundo Marques, não danifica a folha e nem estraga a baga e tem capacidade de percorrer quase 1 hectare por hora e fazer em duas horas o trabalho de 20 pessoas em um dia.

A tecnologia também é aplicada no monitoramento do solo e da saúde das plantas. A propriedade conta com sensores abastecidos com energia solar que monitoram indicadores de precipitação, temperatura e incidência solar, além de outros com câmeras nos próprios pés e raízes das plantas para medir o microclima, possíveis doenças, e que já apontam a necessidade de aplicação de químicos. Com isso, foi possível reduzir o uso de adubo (nitrogênio, fósforo e potássio) de 400 para 250 quilos em todo o ciclo da uva, sem perder a produtividade e qualidade. "Para os pequenos produtores, essa redução faz muita diferença", comenta Marques. A Salton mantém há 10 anos parceria com a UFSM para estudos de solo.

As informações alimentam um banco de dados que é usado para tomar decisões, inclusive sobre produtos. "Quando temos uma uva excepcional, resgatamos o histórico para analisar características e tentar replicar. É quando saímos da arte e entramos na ciência", comenta Gregório Salton, enólogo e membro da quarta geração à frente da vinícola. O foco em tecnologia é primordial para o resultado final. "Nossa indústria é muito dependente de gestão agrícola. Apesar de haver variáveis mais controláveis, o clima não é o mesmo todo ano e não existe a receita perfeita".

Os números ajudam na argumentação com os produtores. A parceria com a UFSM resultou em uma cartilha com recomendações sobre adubação para o solo da região da Campanha. "Conseguimos determinar a quantidade de adubo a ser usado, os tipos de vegetação que podem conviver e ajudar na produtividade das videiras, e estamos desenvolvendo um modelo de predição para saber a produtividade de cada pé a partir da análise das folhas para equilibrar os nutrientes", explica o professor Gustavo Brunetto, quem lidera as pesquisas em Sant'Ana.

Para incentivar os fornecedores, tanto da Campanha quanto os da Serra Gaúcha a aplicar as técnicas testadas na Salton, a empresa mantém um programa chamado Terroir Salton que oferece assistência técnica e benefício financeiro para quem se engajar. Em média, os membros recebem três visitas de agrônomos por ano. Hoje, a iniciativa conta com 80 produtores.

Ivonir Menegotto e seu filho, Adriano, seguem as recomendações desde 2018 em sua propriedade de pouco mais de 10 hectares nas proximidades de Bento Gonçalves. "Hoje mantemos a cobertura verde e só usamos herbicida uma vez ao ano — antes eram três a cinco vezes - e com um aplicador de bico fino que evita espirrar em excesso", conta a produtora de uvas, que assumiu a gestão após o marido falecer, há 17 anos. A dupla se orgulha ao dizer que mantém três hectares de reserva legal de Mata Atlântica e que não perde nenhum treinamento oferecido pela vinícola, que conta pontos no programa. "Isso rende para a gente reajustes no valor do preço pago pela uva", adiciona.

Gilmar Parisoto De Toni, proprietário de uma área de 37 hectares na mesma região, elogia os resultados das orientações que recebeu do agrônomo Luiz Fracalossi, coordenador de Viticultura em Bento Gonçalves e quem faz visitas técnicas às propriedades membros programa Terroir. "A vinícola está no caminho certo, sem extrapolar em insumos químicos. O consumidor fica sabendo; isso é bom", comenta Toni. Além das uvas para a Salton, ele e a esposa produzem vinho e mais de 40 sabores de geleias que são vendidos em um armazém administrado pelas duas filhas, de 22 e 27 anos. Elas contam que enxergam oportunidades para expandir os negócios da família, como construir uma pousada para receber turistas no vinhedo, que além de uvas tem uma grande plantação de nozes.

Para tentar disseminar o conceito de viticultura sustentável no Brasil, Shana Sabbado Flores, especialista em Gestão e Inovação e professora do IFRS, desenvolveu um protocolo com as principais boas práticas para a indústria, o BaccuS. A partir de pesquisa de campo na França, Itália e Espanha e da observação do que outros cinco países (África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e Chile) estavam fazendo, foi estipulado um conjunto de 100 indicadores que passam por diversos temas, como gestão da água, ecoeficiência, biodiversidade, práticas agrícolas, saúde e segurança do trabalho. "A intenção é contemplar questões envolvendo um território, como participação em associações e comitês, ações para promoção da educação, patrimônio e cultura", comenta.

Além da Chandon, outra vinícola que está implementando o protocolo é a Família Lemos de Almeida, localizada em Muitos Capões (RS), a 150 quilômetros de Bento Gonçalves. Segundo Flores, a produção de cerca de 100 mil garrafas de vinho por ano da Lemos Almeida é feita a partir de um sistema de gestão sustentável amplo, que vai desde o cuidado com o solo e com o uso de químicos, até ações territoriais como o resgate histórico da imigração portuguesa na região de Vacaria e todo um trabalho de valorização da educação e educação ambiental.

(*) A jornalista viajou a convite da Chandon e da Salton

Garrafa é gargalo poluente do vinho



PIXABAY

Entre os desafios ESG da indústria de vinhos está aumentar a reciclagem de garrafas. Isso porque o vidro é um dos principais geradores de emissões poluente do escopo 3, por conta do alto consumo de energia na fabricação a partir da areia. Segundo a Abividro, há fabricantes de garrafas que usam 40% de cacos na composição. Mas é preciso um esforço para aumentar a coleta e atender a demanda. A associação de bebidas Abrabe tem, por exemplo, o programa de logística reversa do vidro "Glass is good". Leia mais em: valor.globo.com/esg

Projeto preserva butiazais e gera renda

De Encruzilhada do Sul, RS (*)

Em um momento que se discute a implementação do Marco Global da Biodiversidade Kunming-Montreal, projetos que aliem preservação ambiental a estímulo à bioeconomia devem ganhar relevância. Um caso que pode servir de exemplo é o programa Rota dos Butiazais, no Rio Grande do Sul, que visa conservar a população de butiazeiros -tipo de palmeira típica da região que dá um fruto nutritivo e versátil, o butiá. É hoje uma das referências no Estado em extrativismo sustentável para geração de renda.

Seu principal mérito é criar uma rede interinstitucional para a conservação da biodiversidade. Criada em 2015, a iniciativa é gerenciada pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável (SEDS), coordenada pela Embrapa Clima Temperado, com diversos parceiros, entre eles, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul (Sema), Movimento Slow Food, escolas, sindicatos, cooperativas, ONGs e universidades, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Empresas também se associam à iniciativa, como é o caso da vinícola Chandon, que reservou um espaço em seu vinhedo próprio em Encruzilhada do Sul (RS) para o transplante de mudas resgatadas. O projeto começou em 2022 e vai até 2024. A expectativa é resgatar 2 mil mudas, se tornando o maior replantio de butiazeiros do mundo. Hoje a principal ameaça aos butiazeiros na região é a expansão das áreas de soja.

O projeto atua em 58 municípios em três países – Brasil, Uruguai e Argentina. A abordagem é multidisciplinar, incluindo temas voltados a desenvolvimento rural, ecologia aplicada, genética, botânica e ciência de alimentos. Envolve pesquisas acadêmicas, mas também transmissão de conhecimento à sociedade. Hoje são cerca de 20 funcionários, mas boa parte da mão de obra das atividades de campo são de pessoas cedidas por prefeituras ou outros órgãos municipais e voluntários.

Nos últimos anos foram feitas nas cidades palestras e cursos sobre temas diversos, como culinária, artesanato, produção de mudas e educação ambiental. "A Rota dos Butiazais tem atuado para fortalecer a ligação das pessoas com seu território. Isso é feito com a valorização das espécies de frutas nativas, especialmente o butiá", explica Rosa Lía Barbieri, pesquisadora na Embrapa e participante do projeto. Ela conta que a culinária e o artesanato são carro-chefe. Foi publicado, por exemplo, um livro de receitas com butiá.

As ações se dividem entre a coleta de sementes e cultivo das plantas, e o resgate de mudas ou árvores já formadas em áreas ameaçadas. Neste segundo caso, o projeto vai atrás de proprietários de terras e agroindústrias, como empresas que plantam eucalipto. As plantas que seriam cortadas são transplantadas a outros locais, como o feito com a Chandon.

Em comunidades quilombolas, indígenas e familiares onde há butiazais, a abordagem é mais voltada à bioeconomia. Seja em "dias de campo" ou em oficinas de paisagismo e turismo rural, as pessoas são apresentados aos conceitos de serviços ecossistêmicos, extrativismo sustentável e técnicas agroflorestais. São estimulados a geração de renda via produção de chapéus, geleias, licores e outros itens com seu fruto, por exemplo. "Temos buscado a conservação pela conscientização e pelo incentivo financeiro", diz Joana Bassi, analista ambiental da Sema RS.

Para incentivar as atividades econômicas de pequenos produtores, a Sema desenvolveu uma licença especial para produção agroecológica e do extrativismo, a Certificação para Uso Sustentável da Flora Nativa. Na prática, ele simplifica as exigências de autorização para manejos sobre a vegetação nativa. "Pedir o certificado é rápido e gratuito, e ele dá uma licença para que as comunidades façam extrativismo sustentável e gerem renda com os produtos", comenta Bassi. Mais de 100 certificados do tipo já foram emitidos e não só da cadeia dos butiazais, mas também do palmito-jussara, capim santo e outras plantas e frutas. *(N.B.)*

(*) A repórter viajou a convite da Chandon

Pressão Setor é frequentemente relacionado ao desmatamento ilegal. Equação, porém, não é tão simples

Pecuária enfrenta percalços por 'selo verde'

Naiara Bertão
Para o Prática ESG, de São Paulo

A aprovação, pela União Europeia, de uma nova legislação que exige dos exportadores de commodities agrícolas à região que provem que seus produtos não são provenientes de área desmatada é o mais novo percalço para o setor pecuário mundial. Para o Brasil, que é o maior exportador de carne bovina e de frango do mundo, é um fator de preocupação e vai exigir mais investimentos das companhias. Os maiores grupos do país já têm avançado em práticas de sustentabilidade e rastreabilidade da cadeia, mas o mercado internacional constantemente levanta dúvidas sobre o nível de profundidade e comprometimento. A pressão vem não apenas de compradores e legisladores, mas também de investidores, clientes e organizações do terceiro setor.

As críticas giram em torno das emissões de gases de efeito estufa (GEE), seja diretamente - pela fermentação entérica do gado e manejo de dejetos de animais - ou indiretamente - desmatamento ilegal para criação de gado. No primeiro caso, sozinha, a pecuária é responsável por cerca de 19% dos GEE emitidos em 2021, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). No segundo, é mais difícil relacionar o impacto. No ano passado, só o desmatamento na Amazônia respondeu por 38%, a grande parte ilegal.

O **Prática ESG** ouviu dois especialistas no tema para entender a problemática da pecuária e traçar soluções. Para Pedro De Camargo Neto, pecuarista, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e um dos principais especialistas no setor no país, a pecuária não pode ser responsabilizada pelos desmatamentos. "Para o pecuarista a expressão 'passar a boiada' é trocar o gado de um pasto para outro e não atropelar o processo legal", explica. Em sua opinião, o desmatamento é o resultado de uma série de fatores, que envolve garimpo ilegal, extração madeireira ilegal, grilagem de terras públicas e omissão dos poderes públicos no combate à criminalidade.

Já para a atual presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e membro do Conselho Consultivo da Amazônia, Teresa Vendramini, a regularização fundiária é primordial para avançar em sustentabilidade, especialmente para incluir os pequenos produtores na agenda. "Sem título [da terra] não tem investimento, acesso a crédito, segurança jurídica e, muito menos, controle sobre o uso da terra", diz. Comunicar o que já está sendo feito e o quanto a pecuária nacional é produtiva é outra necessidade, segundo ela. "Precisamos seguir mostrando como a agricultura e a pecuária são capazes de contribuir com as metas ambientais."

A seguir, leia os principais trechos das entrevistas com os especialistas.

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Pedro de Camargo Neto: "Passar a boiada é trocar o gado de um pasto para o outro, e não atropelar o processo legal"

DIVULGAÇÃO



Teresa Vendramini: a tecnologia e a ciência são os caminhos para um agronegócio mais sustentável e competitivo

Falta de posicionamento foi um erro de pecuaristas

De São Paulo

Produtor rural e doutor em engenharia de produção, Pedro de Camargo Neto é membro do Conselho de Administração da BRF. Foi presidente de entidades de classe, como a Sociedade Rural Brasileira, e secretário de Produção e Comércio do Ministério da Agricultura.

Prática ESG: *Por que a pecuária é alvo frequente de críticas na comunidade ESG?*

Pedro de Camargo Neto: A pecuária não pode ser responsabilizada pelos desmatamentos. Para o pecuarista a expressão "passar a boiada" é trocar o gado de um pasto para outro e não atropelar o processo legal. A questão dos desmatamentos é criminal. Tem a ver com a sociedade brasileira como um todo. Começa com o garimpo ilegal, vai para a extração madeireira ilegal, grilo de terras públicas e o desmatamento ilegal. O criminoso joga uma semente de capim, chega o boi e a pecuária não pode levar a culpa. O pecuarista errou, e me excluo pois me posicionei, em não se posicionar com clareza contra a omissão dos Poderes Públicos nesse combate à criminalidade. O que ocorre com o desmatamento nada tem a ver com o setor da maneira como tem sido apresentado.

Prática ESG: *O que o senhor achou da nova legislação da União Europeia que impõe regras mais rígidas para exportadores?*

Camargo: Seria razoável uma legislação que exigisse que os produtos importados fossem "legais", cumprissem a lei do país de origem, impedindo a entrada de produtos com questões fiscais, trabalhistas, contrabando, trabalho escravo e desmatamento ilegal. A legislação europeia vai além, pois inclui a data de 2020 para desmatamentos. Ou seja, mesmo que o desmatamento seja aprovado no Brasil dentro dos limites do Código Florestal, ele estaria impedido.

Prática ESG: *Isso é ruim para o Brasil?*

Camargo: A legislação interfere no que o Brasil produz mesmo de maneira legal, o que, a meu ver, tem viés colonialista e cunho protecionista. Caberá aos importadores exigirem as garantias que seguem a legislação europeia. E vale ressaltar que certificar a legalidade não é trivial, em especial porque estamos atrasados na validação dos CAR (Cadastro Ambiental Rural, registro de imóvel rural). É frágil falar que temos um Código Florestal com exigências superiores a grande maioria dos países, o que é verdade, se não estamos punindo ilegalidades, se estamos atrasados nos enquadramentos dos milhões de CARs. Para as dificuldades serem enfrentadas exigem, primeiro, credibilidade. Hoje cerca de 90% do desmatamento é ilegal. Com credibilidade conquistada, não será uma legislação de cunho protecionista que irá nos atrapalhar.

> **"Tudo começa com o combate à criminalidade, obrigação dos poderes públicos. É difícil o setor privado resolver tudo sozinho"**

Prática ESG: *Por que é tão difícil fazer o controle de toda a cadeia de fornecedores?*

Camargo: A cadeia de produção da pecuária carrega uma dificuldade adicional, pois o bezerro nasce em uma propriedade e, em muitos casos, muda de propriedade e proprietário diversas vezes. Será necessário mostrar que ele nasceu em propriedade que tem CAR regular e que passou sempre por lugares também regulares. Não é trivial, porém já fizemos com sucesso para a questão da saúde animal com a certificação da Guia de Trânsito Animal e na exigência descabida da União Europeia para a Síndrome Espongiforme Bovina, doença da vaca louca, ao criar o SISBOV - Sistema de Identificação Individual de Bovinos. Atenderemos também a exigência de certificação ambiental, que começa colocando ordem na casa. Ilegal é ilegal. Vai ter que mudar, não somente por pressão da União Europeia. Eu, como brasileiro, quero morar em um país que as leis sejam cumpridas.

Prática ESG: *A rastreabilidade, então, passa pela regularização fundiária?*

Camargo: Ter 100% de rastreabilidade implicaria em ter 100% das propriedades regulares em termos fiscais, sanitários, ambientais e fundiários. Nos dois primeiros itens eu diria que estamos muito bem, a cadeia é regular em termos fiscais e sanitários, o gado é vacinado e circula com nota fiscal. O ambiental depende da validação dos CAR e aprovação de eventual regularização de pendências previstas no Código Florestal. Estamos atrasados. O fundiário no Centro-Oeste e Sul do país está OK, mas na Amazônia existe muito o que fazer.

Prática ESG: *Quais as soluções que o senhor enxerga para a problemática?*

Camargo: Tudo começa com o combate à criminalidade, obrigação dos poderes públicos. É muito difícil o setor privado resolver tudo sozinho, certificar uma cadeia de produção de longa duração. O primeiro passo é as certificações oficiais reconquistarem credibilidade. O CAR, por exemplo, que foi uma boa ideia do Código Florestal, embora aprovado no Congresso há dez anos, somente agora começa a entrar em sua fase de análise e enquadramento. A autodeclaração do proprietário exige a análise estadual e federal. A judicialização exacerbada e a lentidão do judiciário atrasam o processo. Um CAR regularizado é etapa fundamental. Estamos atrasados mas vamos agora colocar foco e resolver.

Prática ESG: *Dá para ser mais produtivo sem aumentar áreas para a agropecuária?*

Camargo: O Brasil tem tudo para liderar a questão climática e produção de alimentos. Começa pela matriz energética mais limpa. Nossa agricultura e pecuária são modernas, com grande potencial para evoluir, reduzindo carbono, tornando-se mais regenerativa e ampliando a utilização de bioinsumos. Temos extensão territorial, água, luz, e potencial para avançar na tecnologia. Mas primeiro, precisamos por ordem na casa e deixar claro que ilegal é ilegal. *(N.B)*

Crescimento não está ligado ao desmatamento

De São Paulo

Teresa Vendramini é presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e membro do Conselho Consultivo da Amazônia.

Prática ESG: *Pecuária é constantemente alvo de acusações como geradora de desmatamento ilegal. Por que ainda é uma grande problemática para a indústria?*

Teresa Vendramini: A SRB e o agronegócio em geral são contrários a qualquer ação ilegal. Temos a mais rigorosa legislação ambiental do mundo, o Código Florestal. Cada produtor rural brasileiro preserva 20% da vegetação nativa da propriedade. A pecuária brasileira cresce em produtividade, em eficiência e na adoção de práticas cada vez mais sustentáveis. No Brasil a produção de carne avança 3% ao ano, enquanto o rebanho aumenta somente 0,87%. E continuará crescendo sem a necessidade de desmatar. Segundo a consultoria Athenagro, uma das principais do setor, incluindo toda a produção agrícola e pecuária, a produtividade média de cada hectare cultivado no Brasil será de 5,2 toneladas em 2022, o dobro das 2,6 toneladas por hectare registradas 20 anos atrás. Quer dizer, não é necessário multiplicar a área destinada à agricultura e à pecuária para seguir crescendo.

Prática ESG: *Por que é difícil fazer uma rastreabilidade de 100% da cadeia de fornecedores?*

Vendramini: Não adianta apenas desenvolver a tecnologia, é necessário que ela seja acessível a diferentes culturas, regiões e perfis de produtores rurais, especialmente os pequenos.

Prática ESG: *Como a pecuária pode atacar este problema?*

Vendramini: Muita coisa está sendo feita, como recuperação de pastagens degradadas. É um problema, mas os pecuaristas estão conscientes e trabalhando para isso. Há o avanço da ILPF, Integração Lavoura Pecuária Floresta, que aproveita ao máximo a capacidade produtiva de área, com práticas preservacionistas, que recuperam o solo ao longo do tempo, reduzem o uso de produtos químicos e de recursos naturais como a água, proporcionando maior bem estar animal e produtividade. É exemplo de sustentabilidade não apenas ambiental, mas também social e econômica, à medida que gera nova oportunidade de renda e de emprego no campo. Outro grande desafio é inserir o pequeno produtor neste processo de transformação, no universo da tecnologia, sustentabilidade e ESG.

> **"É necessário que ela (tecnologia) seja acessível a diferentes culturas, regiões e perfis de produtores rurais"**

Prática ESG: *Como engajar os pequenos fornecedores?*

Vendramini: Primeiro passo, é a regularização fundiária. Esses pequenos produtores, especialmente na Amazônia, não possuem o título de suas terras. Sem título não tem investimento, acesso a crédito, segurança jurídica e, muito menos, controle sobre o uso da terra. Visitei uma bacia leiteira no Pará, só de pequenas propriedades, que passavam por isso. Além disso, a regularização fundiária combate a grilagem de terras na Amazônia pois impõe uma série de travas a crimes ambientais. O segundo passo, é acesso a crédito e extensão rural. Precisamos incluir os pequenos produtores nesta revolução que a ciência e a tecnologia fizeram pelo agronegócio brasileiro. E nunca esquecer: esses produtores trabalham para sustentar suas famílias, portanto, toda solução tem que ser viável economicamente.

Prática ESG: *A União Europeia aprovou uma regra para impedir a compra de produtos que tenham alguma ligação com desmatamento. Qual sua opinião sobre a lei e como pode impactar a pecuária?*

Vendramini: Não considero justa, mas já era uma ação que se vislumbrava de um tempo para cá. As cobranças ambientais sobre o agronegócio brasileiro já estão chegando e o nosso trabalho é nos organizarmos cada vez mais e mostrarmos ao mundo nosso desenvolvimento ambiental. Temos que continuar avançando e precisamos investir mais na comunicação do agronegócio. Mostrar o trabalho realizado pelos pecuaristas e pela indústria no Brasil, além de rever as regras de mensuração internacional, que não levam em conta as características de uma agropecuária feita em um ambiente tropical, por exemplo.

Prática ESG: *Onde estão as soluções para a pecuária ser e mostrar que é sustentável?*

Vendramini: A agropecuária tem diversas formas de reduzir seu impacto ambiental e suas emissões de gases que causam o efeito estufa, um deles é com o uso mais eficiente de fertilizantes, por exemplo. Cada vez mais se usa a fixação biológica de nitrogênio, uma tecnologia que reduz esse impacto. Outro ponto importante é a restauração de áreas com florestas, que equilibra as emissões ao sequestrar carbono. Experimento da Embrapa Pecuária Sudeste, por exemplo, demonstrou que um sistema de média lotação, de 3,3 unidades animais (UA) por hectare, onde se recuperou a pastagem degradada, foi capaz de neutralizar as emissões de gases de efeito estufa de bovinos e ainda gerar créditos de carbono correspondentes ao produzido por seis árvores de eucalipto. É algo muito relevante, que precisa ser divulgado e disseminado não só no campo, mas para a sociedade. Precisamos seguir mostrando como a agricultura e a pecuária são capazes de contribuir com as metas ambientais.

Prática ESG: *Como resolver a questão de alimentar a população de mais de 8 bilhões de pessoas sendo sustentável?*

Vendramini: A tecnologia e a ciência são os caminhos para um agronegócio mais sustentável e competitivo. Tem sido assim ao longo da história. O Brasil é o maior produtor mundial de grãos usando apenas 7,8% do território brasileiro graças à pesquisa e à ciência, que possibilitaram produzir mais na mesma área. Existe espaço para todos os produtores rurais no agronegócio, do pequeno ao grande; só é preciso um ambiente de negócio amistoso, com geração de renda e que mantenha o produto brasileiro competitivo tanto no mercado interno como externo. *(N.B)*

Troca de guarda Jovens querem garantir mais produtividade e menos impacto ambiental

Nova safra de líderes do campo cultiva agenda ESG

Katia Simões
Para o Prática ESG, de São Paulo

Não é apenas na ficção, como ocorreu na novela Pantanal, que a bandeira da sustentabilidade chegou ao campo, especialmente com a defesa do sistema agroflorestal, que concilia a produção de alimentos com recuperação de áreas degradadas, a partir da plantação de florestas. Como consequência, promove a recuperação da fertilidade dos solos, estimula a volta das nascentes, diminui a erosão e garante a preservação da mata nativa.

Assim como na ficção, jovens cada vez mais capacitados querem levar ao campo ferramentas tecnológicas que garantam mais produtividade, menos impacto ambiental e mais rentabilidade aos negócios. A resistência, porém, existe e constitui uma das principais barreiras para o avanço das mudanças. Na prática, os novos agentes do campo, produtores rurais ou fornecedores de tecnologia e serviços, não buscam apenas o lucro, visam também o compartilhamento de benefícios sociais e ambientais.

"Representantes da segunda, da terceira geração [dos produtores], que começam a assumir os negócios têm na agenda ESG um dos pilares para o desenvolvimento do campo", afirma Diogo Carvalho, diretor de internacionalização da SoluBio, empresa de biotecnologia que oferece solução completa para produção de bioinsumos na fazenda (On Farm). "Com eles, as práticas de ESG começam a sair do papel e passam a ser valorizadas. Em menos de uma década, as mudanças serão muito fortes."

Pedro Miranda, 27 anos, criou, em agosto de 2020, a Abundance Brasil, ESG-Tech que financia novas florestas sustentáveis por meio de um ecossistema cooperativo de performance ESG. Segundo ele, cada Abudance Token – criptoativo sustentável lastreado em árvores – é vendido por R$ 100 e equivale a uma árvore. A startup comercializa o token e distribui crédito de carbono na modalidade restauração de áreas ao dono do ativo.

"A Abundance fica com 30% do valor do token, enquanto o dono da terra recebe 70%", afirma. "Já temos uma floresta plantada de 100 mil árvores em Cana Verde, no sul de Minas Gerais, e comercializamos 9.420 árvores/tokens." A meta, diz ele, é plantar 1 bilhão de árvores até 2030, o que exige entre 500 mil e 1 milhão de hectares disponíveis para esse fim. Até meados de 2023, quatro novas florestas, no sul de Minas, Roraima, Amazônia e próximo ao Rio Araguaia, entrarão no ecossistema da startup.

Quando em 2014 Mariana Vasconcelos, então com 23 anos, criou a Agrosmart com o objetivo de ajudar o homem do campo a tomar decisões com assertividade, o termo agtechs (ou agritech) era pouco conhecido. "Ao longo desses oito anos tivemos um grande avanço. Muitas lideranças jovens despontaram, provocando mudanças consideráveis no agronegócio, seja no uso da tecnologia, ou na redução do impacto ambiental", afirma. "Até 2030, a geração Z somará 75% dos consumidores, jogando luz sobre a qualidade do alimento que colocamos na mesa, rastreando toda a cadeia produtiva, punindo as empresas com forte impacto ambiental e valorizando as marcas que adotam a agenda ESG."

Hoje, a Agrosmart monitora, coleta e processa dados de plantações de mais de 30 tipos de cultivo espalhadas por 800 mil hectares de maneira remota ou presencial, por meio de sensores no solo, a fim de definir as melhores condições de plantio e ajudar produtores rurais a serem mais sustentáveis. Para isso, aplica a rastreabilidade para mensurar a pegada de carbono, o consumo de água e outros indicadores ligados à agricultura regenerativa. No início deste ano, colocou em operação uma plataforma corporativa ESG, com o objetivo de ajudar as empresas a acompanharem aspectos ambientais, sociais, de governança e de operação de toda a cadeia do agronegócio.


DIVULGAÇÃO
Mariana Vasconcelos fundou em 2014 a Agrosmart, startup que monitora e processa dados de culturas em 800 mil hectares

Segundo Vasconcelos, o avanço da agricultura sustentável e da agenda ESG ainda enfrenta barreiras. "A conectividade é um grande problema, assim como a inclusão digital e a falta de conscientização ambiental. É preciso repensar métodos para adotar as melhores práticas", afirma. "Soma-se isso a falta de incentivo financeiro, uma vez que o produtor latino-americano, em sua maioria, depende de crédito safra a safra." Na visão de Vasconcelos, atravessamos um momento de transição da agricultura tradicional para o agro inteligente.

Para Maria Paula Castro, COO da EcoTrace Solutions, o apagão de mão de obra especializada no campo e a demanda cada vez maior do mercado por transparência, redução do impacto ambiental e avanço na agenda social têm provocado mudanças na cultura dos gestores e despertado o interesse dos jovens em se fixar no campo. "Cada vez mais o mercado demanda por empresas mais éticas e sustentáveis", diz.

Fundada em 2018, a agritech tem como principal objetivo fazer a rastreabilidade de commodities, de maneira segura, confiável e auditável. "Atuamos em todos os elos da cadeia, do produtor ao consumidor final", diz Castro. "Além da garantia de origem, ajudamos a tornar os processos 100% auditáveis com uso da tecnologia blockchain, o que torna o agronegócio mais transparente, confiável, padronizado e sustentável."

Quem também viu no campo uma oportunidade foi Ronan Campos, que em 2016 abriu a IDGeo, agtech com foco no monitoramento de lavouras e usa a inteligência artificial para fazer diagnóstico remoto e otimizar a operação. "Eu acredito que a sustentabilidade e a rentabilidade das lavouras virão com a otimização da agricultura, ou seja, produzir mais no mesmo terreno, diminuindo a demanda por novas áreas", afirma. "Nossas ferramentas ajudam na tomada de decisões mais precisas tanto para quem está no campo como para quem bate o martelo, que são duas pessoas bem diferentes."

Campos afirma que a IDGeo é a única empresa a oferecer um produto escalável para localização de daninhas na lavoura usando radar, o que viabiliza o mapeamento de grandes áreas. "Os resultados são surpreendentes. Conseguimos reduzir em 23% a perda de plantio de floresta, gerando uma economia de R$ 1,2 mil por hectare num ciclo de sete anos de produção de cana de açúcar", diz. Segundo ele, apenas por reduzir o uso de herbicida, o produtor economizou R$ 20 por hectare, o que, numa área de 200 mil hectares, gera redução de custos de R$ 4 milhões.

Tecnologia pode ser ponte entre as gerações

Para o Prática ESG, de São Paulo

Da academia ao mercado, todos são unânimes em dizer que a transformação digital e a inovação no campo são uma necessidade. Não contar com o auxílio da tecnologia para gerenciar as tarefas dentro da porteira, por exemplo, é como pilotar um avião sem painel de bordo: fica difícil saber o que está dando certo e o que precisa ser melhorado.

A conectividade, porém, é um dos grandes desafios do agronegócio brasileiro. "Esbarramos não só no avanço das redes no campo, mas também na aculturação dos produtores", diz Maria Paula Castro, COO da EcoTrace Solutions. "Ainda falta conscientização, mas os jovens que estão chegando aos postos de comando começam a mudar esse cenário." Ela está certa. Segundo dados da consultoria KPMG e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos (MAPA), entre 2020 e 2021, 84% dos agricultores usaram pelo menos uma tecnologia digital, cuja adoção cresceu 10 pontos percentuais entre 2020 e 2021.

"Vemos a tecnologia, que de uma maneira ou de outra sempre foi adotada no campo, como uma ponte entre as gerações", afirma Paulo Costa, CEO do Cubo Itaú, hub de inovação. "As agtechs chegam assumindo mais riscos para promover a transformação digital, para entregar valor a quem olha o custo na vírgula."

Segundo o mapeamento Agtechs 2021, feito pela Associação Brasileira de Startups o Brasil conta com 299 agtechs ativas, sendo que 72,6% estão voltadas para dentro da porteira (envolve diretamente os produtores agropecuários), 10,2%, antes da porteira (o que é necessário para a gestão agrícola, mas que não atua na fazenda) e 17,2%, depois da porteira (após a produção agrícola).

Para Guilherme Bellotti, gerente da Consultoria Agro do Itaú BBA, uma das empresas mantenedoras do Cubo Agro, a segunda geração que começa a assumir o comando no campo pede avanço da governança, não se contenta em tomar decisões apenas por feeling, baseia-se cada vez mais em dados.

"Soma-se a isso, as novas exigências da sociedade, que prega o uso mais eficiente de insumos, práticas mais sustentáveis e com menos impacto ambiental", afirma. "Diante desse novo cenário, a agenda ESG tem um espaço grande para crescer."

Segundo Maurício Moraes, sócio da PwC Brasil, que recém-adquiriu o AgTech Garage, maior hub de inovação aberta do agronegócio no país, o grande desafio é entender que esse é um caminho sem volta e saber mensurar o valor que a agenda ESG agrega. "É preciso ampliar a tangibilidade desses benefícios", reforça.

José Thomé, CEO da AgTech Garage, por sua vez, assinala que escalar ainda é uma barreira. "A agenda ESG em maior ou menor intensidade já vem acontecendo", afirma. "Não erro em afirmar que está generalizada como prioridade nas startups. No agro como um todo, porém, ainda depende do uso da tecnologia, da regulação do mercado e, até mesmo, da educação." *(K.S.)*

À mesa Entusiasta da culinária, chef e empreendedor gaúcho valoriza alimentos frescos, locais, orgânicos e sazonais

Ecogastronomia é exemplo de circularidade

Lara Madeira
Para o Prática ESG, de São Paulo

EZEQUIELE PANIZZI E MARCOS MOREIRA/ DIVULGAÇÃO



Com sua proposta de "cozinha de natureza", Rodrigo Bellora busca por alimentos de boa qualidade nutricional e aproveitar ao máximo os recursos disponíveis com o mínimo de desperdício







Para a montagem dos seus pratos, o chef gaúcho adapta o cardápio à estação e usa ingredientes de produtores locais, ou que ele mesmo produz, como o próprio mel de abelhas

Em Garibaldi, Rio Grande do Sul, o chef de cozinha Rodrigo Bellora aplica com primazia práticas de circularidade relacionadas aos pratos que compõem o menu de seus cinco restaurantes. Elas começam com a busca por alimentos de boa qualidade nutricional, naturais e orgânicos, passa pelo controle da sua cadeia de fornecedores e chega à separação e destinação adequada dos resíduos.

Bellora criou em suas operações o que ele chama de "cozinha de natureza", uma forma de fazer gastronomia aproveitando ao máximo os recursos disponíveis, com o mínimo de desperdício possível. É uma mistura de conceitos, como o 'slow food' e o 'km zero', que prezam pela maior elaboração dos pratos, valorizam a produção, o meio ambiente e dão preferência a insumos locais, vendidos por pequenos produtores próximos.

Graduado em turismo, com especialização em gestão empresarial e formação em gastronomia no Brasil e na Itália, Bellora conta que a ecogastronomia é mais do que uma profissão, é uma forma de viver, e até se surpreendeu quando ela passou a ser uma tendência e um diferencial do restaurante. Seu primeiro contato com esse mundo gastronômico foi com slow food, quando um cliente lhe presenteou com um livro sobre o assunto. "Ao ler, vi que não estamos sozinhos no mundo. Nem todo mundo faz o que a gente faz, mas há muita gente pensando como nós e buscando por um mundo melhor, em que somos mais responsáveis", comenta.

O chef acredita que, além de ser mais agradável, financeiramente faz sentido trabalhar assim, por ser um modelo de negócio mais eficiente. "Há um só segredo: não haver desperdício. A única variável que faz um restaurante não dar certo, é desperdício. Se não houver desperdício, você vai lucrar", diz. Além disso, o uso de produtos locais e sazonais reduz custos e ainda permite, segundo ele, a valorização de sabores pouco explorados na gastronomia.

Além do Valle Rústico, seu principal restaurante, que fica em seu sítio em Garibaldi, ele é sócio do Guaraipo Bar e Cozinha (Farroupilha), do Tubuna (Bento Gonçalves), do Grimpa Pizza e do Apino - Vinho e Cozinha, ambos em Vista Vino, complexo gastronômico e turístico em Garibaldi.

Conheça os principais processos da cozinha da natureza praticada e disseminada pelo chef:

Menus e filosofia culinária

O chef trabalha com menus e pratos autorais, e busca aproveitar o que é produzido localmente, conforme a estação. Concentra suas pesquisas nos resgates dos alimentos locais, frescos e nativos. Ele diz que a filosofia que segue hoje é muito mais do que orgânica. "É manter terra limpa, cuidar do aspectos ambiental e social." Os nomes de alguns dos seus empreendimentos refletem essa filosofia: Guaraipo e Tubuna são espécies de abelhas que o próprio Bellora cria para produzir o mel utilizado em suas receitas.

A maioria dos legumes, frutas e vegetais é comprada dos produtores locais. Bellora planta aquilo que eles não conseguem, como, por exemplo, alguns tipos de rabanetes, mostardas, entre outros. Ele faz parte ainda da Cadeia Solidária das Frutas Nativas (CSFN), um grupo que busca valorizar o uso das frutas na culinária local e de seu extrativismo sustentável. Um exemplo é o butiá, fruto de uma palmeira local, que faz parte da cultura e da paisagem do Rio Grande do Sul, sendo usada para geleias, sucos, sobremesas, molhos e licores. Para Bellora, destacar esses alimentos relegados também é uma virada social, cultural, de valorização.

Relação com os fornecedores

Dentro dos fundamentos da cozinha de natureza há o tripé social, econômico e ambiental. Bellora trabalha preferencialmente com produtores orgânicos, mas nem todos são certificados por questões burocráticas. Os óleos são exemplos de produtos orgânicos que ele faz questão de acompanhar a procedência.

Para ele, não faz sentido produzir alimentos que seus parceiros já produzem bem na região. A cooperação é outra característica de sua culinária: sementes de plantas e ensinamentos sobre seu cultivo são compartilhados com parceiros, assim como descobertas de novos alimentos que podem ser utilizados em sua cozinha.

Ele conhece todos os fornecedores – muitos também são clientes – e sabe de onde vêm os alimentos, como são criados os animais abatidos, como são plantados os vegetais, e também se preocupa em conhecer a política de trabalho e remuneração de quem trabalha direta e indiretamente para seus parceiros.

Planejamento importa

A região do vale possui uma grande diversidade em alimentos, mas não em abundância. Quando alguma receita entra no menu de um restaurante maior, tem que haver alguém já produzindo os ingredientes. Por isso, Bellora planeja a lista de compras com um ano de antecedência. Ele tem que pensar no tempo em que parceiros levam para plantar e colher, e a sazonalidade.

"No mundo que vivemos hoje, é difícil pensar nisso, porque é tudo para a mesma hora. Aqui, fazemos assim: todo ano colhemos o milho e eu preciso já decidir quanto dele eu quero para o ano que vem. Principalmente porque essa semente de milho é nossa, totalmente local, então não tem como comprar mais depois. Muita coisa precisa ser planejada."

Distribuição da produção

Além dos restaurantes, Rodrigo faz algumas consultorias em hotéis, vinícolas e bares. Esses locais em que ele dá consultoria acabam virando grandes clientes. Para ganhar escala e atender aos restaurantes próprios e terceiros, ele investe em equipamentos para centralizar a produção. O Valle Rústico, por exemplo, possui um caldeirão gigante, com capacidade para cozinhar 300 litros. É onde, por exemplo, faz todo o molho de tomate. Já o Guaraipo, um bar, serve como um grande laboratório de bebidas.

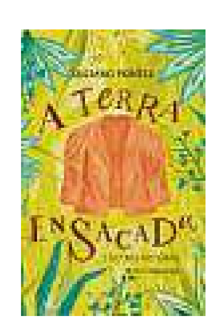
Gestão de resíduos

Parte importante dos processos de um restaurante ecogastronômico é a gestão de resíduos. O lixo que vai para reciclagem – vidro, papelão, plástico e alumínio – é todo separado e destinado a catadores. O Valle Rústico, seu principal empreendimento, por exemplo, só tem recolhimento de lixo seco uma vez por mês, o que exige planejamento e espaço destinado a isso. O lixo orgânico é reaproveitado na alimentação de animais, como adubo para as plantas e no processo de compostagem. Só mesmo o que não é possível reaproveitar vai para o aterro sanitário.

Escalar é possível

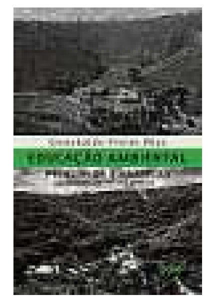
O maior desafio certamente da cozinha da natureza ou ecogastronomia é a escala. "Não é impossível, é uma questão de se ter uma logística que funcione." E exemplifica dizendo que precisa de organização para que o produtor, ao entregar seus insumos já retire o lixo orgânico para compostagem e que o fornecedor carne de porco já leve restos para comida para os animais e por assim em diante. "É mais difícil do que a forma convencional, pois exige mudanças de hábitos, quebra de paradigmas e planejamento com bastante antecedência", sugere. Em grandes centros, diz, que têm acesso a mais fornecedores, pode ser ainda mais fácil. "Dá, mas tem que querer."

Estante



A Terra Ensacada e Outras Histórias
Autor: Luciano Pontes
Editora: Melhoramentos
Páginas: 56
Preço: R$ 54,90

O tema é impactante, o trabalho infantil, mas adota uma abordagem lúdica e delicada para falar das experiência de três crianças Aurora, Alvinho e Antoniel. De acordo com a editora, o mundo detalhado pelo autor faz uso de poesia, versos e cantigas, que se infiltram na prosa dos contos e retratam tantas facetas brasileiras.



Educação Ambiental - Princípios e Práticas
Autor: Genebaldo Freire Dias
Editora: Gaia
Páginas: 512
Preço: R$ 109

O desafio de criar uma sociedade mais equilibrada e funcional, sempre por meio da educação ambiental, é o tema desta obra, por meio de uma linguagem simples e objetiva e que agora ganha uma nova edição ampliada, com texto atualizado. A capa desta nova edição foi idealizada com com base em fotos do respeitado Sebastião Salgado.



Novas fronteiras de risco e retorno: guia prático para integração ESG nos investimentos
Autor: CFA Society
Editora: Lux
Páginas: 384
Preço: R$ 70

Investidores têm buscado abordagens mais ESG para suas aplicações e vêm reconhendo a importância das finanças e investimentos em um contexto mais amplo, com olhar sobre o impacto socioambiental. A obra busca ajudá-los na jornada rumo ao ESG e ao investimento de impacto.



O poder transformador do ESG - Como alinhar lucro e propósito
Autora: Paula Harraca
Editora: Planeta
Páginas: 208
Preço: R$ 61,90

Executiva experiente, a autora apresenta, com uma abordagem orgânica e prática, direcionadores estratégicos para atingir o sucesso de um negócio de maneira sustentável. Trata-se dos sete 'Cs' da competitividade consciente: causa, cultura organizacional, colaboradores, clientes, capital, comunidade e competitividade estratégica.

Agenda



Desafio Rise Global 2023

Voltado para jovens de 15 a 17 anos de todo o mundo, o Desafio Rise Global 2023 é um programa que concede benefícios vitalícios para adolescentes desenvolverem soluções sustentáveis globais e estará com inscrições abertas para os interessados até 14h59 (horário de Brasília) de 25 de janeiro de 2023. A iniciativa oferece bolsas de estudo, serviços de carreira e oportunidades de financiamento estudantil a jovens que precisam de oportunidade e oferece apoio durante toda a vida. Mais de 150 mil pessoas em mais de 170 países já participaram do desafio, que possui três etapas. Ao todo, 200 jovens de 69 países já foram selecionados. Os candidatos podem escolher os projetos mais adequados a seus interesses, capacidade e disponibilidade de tempo. Inscrições em www.risefortheworld.org/rules/

ESG Forum

Em sua terceira edição, de 30 de janeiro a 1 de fevereiro, o evento on-line pretende promover uma imersão no conceito ESG, modelo que assegura a execução de melhores práticas de gerenciamento, envolvendo os conceitos de responsabilidade social, ambiental e governança, num momento em que desenvolver ações sustentáveis deixou de ser opcional para se tornar essencial para ajudar a minimizar os efeitos das alterações climáticas e assegurar a sobrevivência da humanidade e os negócios. Mais informações e inscrições: eventos@tiinside.com.br ou pelo Whatsapp (11) 3138-4619.